

Carlos Bernardo González Pecotche
RAUMSOL

COLETÂNEA DA
REVISTA
Logosofia



Tombo 4

EDITORA LOGOSÓFICA

“NAS ENTRANHAS DA AMÉRICA
GESTA-SE O FUTURO DA HUMANIDADE.”

RAUMSOL

ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES DO AUTOR

Intermédio Logosófico, 216 págs., 1950. ^{(1) (2)}

Introducción al Conocimiento Logosófico, 494 págs., 1951. ^{(1) (2) (4)}

Diálogos, 212 págs., 1952. ^{(1) (4)}

Exégesis Logosófica, 110 págs., 1956. ^{(1) (2) (4) (6) (8)}

El Mecanismo de la Vida Consciente, 125 págs., 1956. ^{(1) (2) (4) (6)}

La Herencia de Sí Mismo, 32 págs., 1957. ^{(1) (2) (4)}

Logosofía. Ciencia y Método, 150 págs., 1957. ^{(1) (2) (4) (6) (8)}

El Señor de Sándara, 509 págs., 1959. ^{(1) (2)}

Deficiencias y Propensiones del Ser Humano, 213 págs., 1962. ^{(1) (2) (4) (6)}

Curso de Iniciación Logosófica, 102 págs., 1963. ^{(1) (2) (4) (6) (7) (8)}

Bases para Tu Conducta, 55 págs., 1965. ^{(1) (2) (3) (4) (5) (6)}

El Espíritu, 196 págs., 1968. ^{(1) (2) (4) (7)}

Colección de la Revista Logosofía (tomos I ^{(1) (4)}, II ^{(1) (4)}, III ⁽¹⁾, 715 págs., 1980.

Colección de la Revista Logosofía (tomos IV ⁽¹⁾, V ⁽¹⁾), 649 págs., 1982.

(1) Em português

(2) Em inglês

(3) Em esperanto

(4) Em francês

(5) Em catalão

(6) Em italiano

(7) Em hebraico

(8) Em alemão

Carlos Bernardo González Pecotche

RAUMSOL

COLETÂNEA DA
REVISTA
Logosofia



Tombo 4

REIMPRESSÃO DA 1ª EDIÇÃO

EDITORA LOGOSÓFICA

2018

Título do original

Colección de la Revista Logosofía
Carlos Bernardo González Pecotche RAUMSOL

Tradução

Colaboradores voluntários da Fundação Logosófica em Prol da Superação Humana

Capa e projeto gráfico

Carin Ades

Produção gráfica

Adesign

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

González Pecotche, Carlos Bernardo, 1901-1963.

Coletânea da Revista Logosofia, tomo 4 / Carlos Bernardo González Pecotche (Raumsol) ; [Tradução: Colaboradores voluntários da Fundação Logosófica em Prol da Superação Humana] – reimpr. 1. ed. – São Paulo : Logosófica, 2018. – (Coleção da revista logosofia)

Título original: Colección de la Revista Logosofia – Tomo IV
ISBN 978-85-7097-090-9

1. Logosofia I. Título. II. Série.

13-02028

CDD-149.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Logosofia : Doutrinas filosóficas 149.9

Copyright da Editora Logosófica

www.editoralogosofica.com.br

www.logosofia.org.br

Fone/fax: (11) 3804 1640

Rua General Chagas Santos, 590-A – Saúde
CEP 04146-051 – São Paulo – SP – Brasil,

Da Fundação Logosófica
em Prol da Superação Humana

Sede central:

Rua Piauí, 762 – Santa Efigênia
CEP 30150-320 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Vide representantes regionais na última página.



EDITORA AFILIADA

Nota da Editora

Como parte das homenagens tributadas ao genial criador da Logosofia, por motivo da celebração do cinquentenário da Fundação Logosófica – 11 de agosto de 1980 –, a Editora Logosófica publicou três tomos da Coleção da Revista “Logosofia”.

Em nota da Editora, que constou no tomo I, foram feitos alguns esclarecimentos: que o Autor, Carlos Bernardo González Pecotche (Raumsol) nasceu em Buenos Aires, República Argentina, em 11/8/1901 e faleceu na mesma cidade em 04/4/1963; que das 84 revistas mensais “Logosofia”, publicadas pelo Autor, de janeiro de 1941 até dezembro de 1947, foi extraída apenas uma parte do material contido em suas páginas para a edição dos três volumes, não sendo reproduzidos na ocasião, as conferências e artigos do Autor, que tratavam temas da atualidade da época da primeira edição, nem tampouco outros que haviam constado em diversas publicações logosóficas. Na referida nota se esclarecia, também, que os artigos mencionados ficavam reservados para uma futura edição.

Com a proximidade das comemorações do cinquentenário da Fundação Logosófica do Uruguai, em 10 de julho de 1982, a Editora Logosófica, da Fundação Logosófica do Brasil, julgou oportuno prestigiar o evento, fazendo publicar mais dois volumes da Coleção da Revista Logosofia, os tomos IV e V, incluindo neles, precisamente, aqueles “temas de atualidade da época” da edição original de 1941 a 1947.

Os temas que agora passam a integrar os tomos IV e V são dedicados, como os dos três primeiros, aos novos cultores da Logosofia.

O critério de seleção dos trabalhos que irão constar nestes volumes complementares levou a reunir no tomo IV todos os temas referentes à Fundação Logosófica e à América, em cujo continente, afirma Raumsol, gesta-se o futuro da humanidade. No tomo V foram agrupados os temas que focalizam o grande problema que o mundo enfrentava naquela época, que foi a II Guerra Mundial.

Muito se tem escrito sobre as questões sociais, políticas, econômicas, artísticas, científicas e culturais da América e do mundo e até sobre a II Guerra Mundial. Entretanto, o estudioso da Logosofia encontrará aqui o enfoque e o tratamento que a tais assuntos ofereceu um gênio precursor da humanidade, o qual, além de dar a conhecer a Logosofia – “especialidade científica e metodológica que se ocupa da reativação consciente do indivíduo” – e de criar e dirigir a Fundação Logosófica, também incursionou em todas as questões que preocupavam a mente dos seres de sua época, oferecendo a insubstituível contribuição de sua sabedoria.

Por todo o exposto e sem maior rigor, os temas foram agrupados no tomo IV em ordem cronológica, dentro dos seguintes assuntos versando sobre a América:

- I. Berço de uma nova cultura;
- II. Unidade americana;
- III. Comentários gerais;
- IV. Enfoques: social, econômico e político;
- V. Imprensa, artes e literatura e, finalmente,
- VI. Logosofia e instituição logosófica.

Do mesmo modo foi organizado o tomo V, de forma a conter em ordem cronológica, os seguintes aspectos sobre a guerra:

- I. Causas;
- II. Desenvolvimento;
- III. Problemas, consequências e lições;
- IV. Bases para a futura organização do mundo;
- V. Bases para o futuro nos aspectos social, econômico e político, e finalmente,
- VI. Novas bases para encarar a vida individual e de convivência.

A publicação dos tomos IV e V desta Coleção foi inspirada em vários ensinamentos deixados pelo Autor, entre os quais se ressalta os que foram expressos por Raumsol na própria revista “Logosofia”, a saber:

“LOGOSOFIA tem estado atenta às menores pulsações do mundo; tem se preocupado por todos os problemas que afligem a humanidade; expressou o pensamento que anima suas páginas com toda clareza e simplicidade e encarou cada tema com a profundidade que requeriam os pontos que esclarecia”.

“LOGOSOFIA entende que uma revista desta índole deve ser ou converter-se, melhor dizendo, tal como foi sua aspiração inicial, num verdadeiro auxiliar do entendimento humano, tanto dos que pensam como dos que não pensam. Aos primeiros, acerca inestimáveis elementos de juízo que tornarão seu pensamento mais profundo; aos segundos, nos quais vai despertando um vivo interesse, propicia a necessidade de pensar, aumentando, ao mesmo tempo, a capacidade de compreender. (nº 49, pág. 23, §§ 2º e 3º).

“LOGOSOFIA fomenta o desenvolvimento das relações intelectuais e espirituais entre todos os povos da América, relações que anela estender, em uma verdadeira apoteose de compreensão, ao mundo inteiro.

“LOGOSOFIA tem estimulado e auspiciado sempre qualquer iniciativa e esforço que tenda a beneficiar a humanidade ou torne mais fácil e possível o estreitamento dos vínculos de irmandade que devem unir as criaturas humanas sem exceção. (nº 37, pág. 27, §§ 4º e 5º).

Mais ainda, ao comentar sobre a II Guerra Mundial, disse o Autor, na revista nº 6, pág. 15 (junho/41):

“Na primeira edição desta revista dissemos que trataríamos dos problemas básicos do homem, de suas preocupações, das inúmeras incidências da vida humana, das situações que se criam aos povos e de tudo que possa ser de interesse e utilidade prática, do ponto de vista do saber logosófico, focado em suas perspectivas mais amplas e profundas”.

Tal como nos tomos anteriores, os de nº IV e V desta Coleção foram publicados com base nos originais, mediante matrizes extraídas diretamente das edições da Revista “Logosofia”.

Fica ainda na Revista uma grande quantidade de artigos publicados por discípulos de Raumsol, como também, vários trabalhos do Autor que foram incluídos noutros livros publicados a partir de 1950, notadamente: “Intermédio Logosófico” (1950) e “Introdução ao Conhecimento Logosófico” (1951).

Coletânea da Revista Logosofia

TOMO 4

Sumário

I. BERÇO DE UMA NOVA CULTURA

1. América como esperança do mundo
(Janeiro 1941 – página 5) 3
2. Original concepção sobre a independência dos povos da América
(Julho 1941 – página 7) 5
3. O espírito da argentinidade
(Março 1944 – página 27) 11
4. O dia das Américas
(Abril 1944 – página 23) 13
5. A fraternidade americana
(Agosto 1944 – página 13) 17

II. UNIDADE AMERICANA

6. O ideal americano
(Janeiro 1941 – página 35) 21
7. Pró-Universidade Americana no Uruguai
(Fevereiro 1941 – página 9) 25
8. A Conferência Regional do Prata
(Fevereiro 1941 – página 37) 27
9. Colaboração Argentino-Estadunidense
(Maio 1941 – página 31) 29
10. Tratados comerciais com o Uruguai
(Julho 1941 – página 31) 31
11. O convênio comercial com os Estados Unidos lança as bases
da solidariedade continental
(Outubro 1941 – página 19) 33
12. Tratado de Comércio entre Argentina e Brasil
(Dezembro 1941 – página 35) 35
13. O turismo ao Uruguai
(Dezembro 1941 – página 37) 37
14. Um novo triunfo da diplomacia argentina na conferência do
Rio de Janeiro
(Fevereiro 1942 – página 17) 39

15. Homenagem argentina ao Uruguai (Fevereiro 1942 – página 21)	41
16. A guerra atual impõe uma nova compreensão das necessidades internacionais (Setembro 1942 – página 30)	43
17. Brasil de pé ante a agressão (Setembro 1942 – página 31)	45
18. Argentina e Brasil estreitam seus vínculos comerciais e espirituais (Setembro 1943 – página 35)	47
19. Projeto de criação de uma Universidade Continental (Outubro 1943 – página 25)	49
20. Visita de intelectuais brasileiros (Novembro 1943 – página 3)	51
21. Política de boa vizinhança – Argentina e Paraguai (Novembro 1943 – página 29)	55
22. A liberdade do homem – disse o Presidente da Nação – é o mais digno atributo da soberania do espírito (Fevereiro 1944 – página 7)	59
23. O desastre de San Juan (Fevereiro 1944 – página 28)	65
24. A amizade Argentino-Uruguiaia (Março 1944 – página 33)	67
25. Política de boa vizinhança (Abril 1944 – página 17)	69
26. Louvável iniciativa do governo uruguiaio (Abril 1944 – página 19)	71
27. Vias de entendimento (Abril 1944 – página 22)	73
28. Vinculação cultural e intelectual entre os povos da América (Junho 1944 – página 17)	75
29. Celebração do 114º aniversário do juramento da Constituição do Uruguai (Julho 1944 – página 19)	77
30. Argentina e Brasil mantêm laços de indissolúvel amizade (Agosto 1944 – página 17)	79
31. Brasileiros visitam nosso país (Setembro 1944 – página 13)	81
32. A caminho da normalidade (Abril 1945 – página 26)	83

33. Chile e Argentina (Julho 1947 – página 16)	85
34. Conferência do Rio (Julho 1947 – página 20)	87
 III. COMENTÁRIOS GERAIS	
35. Nosso país deve melhorar as relações comerciais com o Uruguai (Janeiro 1941 – página 41)	91
36. A marinha mercante nacional constitui toda uma necessidade para o país (Fevereiro 1941 – página 30)	95
37. A ajuda do governo aos agricultores (Março 1941 – página 36)	97
38. Tarifa de passagens Buenos Aires-Montevidéu (Março 1941 – página 38)	99
39. Os perigos da estatização (Novembro 1941 – página 13)	101
40. Projeto de um Fundo de Proteção ao homem sem trabalho (Janeiro 1942 – página 13)	105
41. Alguns são filhos, outros enteados (Março 1942 – página 25)	107
42. O reflorestamento no país (Maio 1942 – página 31)	109
43. Para a legislação trabalhista (Março 1943 – página 29)	111
44. A iniciativa privada (Setembro 1943 – página 13)	113
45. Para a solução dos problemas sociais (Dezembro 1943 – página 11)	115
46. O capital em formação (Junho 1945 – página 19)	121
47. A difícil situação das indústrias e comércios de tamanho médio (Julho 1946 – página 11)	125
48. O trabalho e o trabalhador (Março 1947 – página 9)	129
49. A boa estrela da República Argentina é sua fecundidade (Abril 1947 – página 19)	133
50. O problema social-econômico (Junho 1947 – página 15)	135

IV. ENFOQUES: SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO

51. Temas do momento (Janeiro 1941 – página 32)	143
52. Os chamados à juventude (Março 1941 – página 13)	147
53. O Dr. Alvear expõe sua opinião sobre a inércia do povo argentino (Maio 1941 – página 13)	149
54. A Suprema Corte de Justiça da Nação se pronunciou sobre a liberdade de palavra e o direito de reunião (Dezembro 1941 – página 31)	153
55. O abandono da juventude (Janeiro 1942 – página 10)	155
56. O amparo social (Janeiro 1942 – página 19)	157
57. Exemplos de leal democracia – Wendell Willkie (Fevereiro 1942 – página 13)	161
58. Vargas, o ditador pacífico (Maio 1942 – página 26)	163
59. Atividades intelectuais da Capital (Maio 1942 – página 42)	165
60. O General Agustín P. Justo é o candidato indicado à futura presidência (Outubro 1942 – página 25)	167
61. Wendell Willkie será o sucessor de Roosevelt (Outubro 1942 – página 27)	169
62. Os grandes povos necessitam verdadeiros homens de estado (Novembro 1942 – página 19)	171
63. O Uruguai deu um formoso exemplo de civismo (Dezembro 1942 – página 9)	177
64. O ideal de um grande partido político nacional (Dezembro 1942 – página 37)	179
65. O General Agustín P. Justo (Janeiro 1943 – página 37)	183
66. 2ª Exposição do livro argentino (Janeiro 1943 – página 38)	185
67. O imperativo da hora política argentina (Fevereiro 1943 – página 23)	187
68. Superação Nacional (Setembro 1943 – página 3)	191

69. O Patronato Nacional de Cegos (Setembro 1943 – página 40)	199
70. Atualidade argentina (Outubro 1943 – página 19)	201
71. Noticiário jornalístico (Outubro 1943 – página 36)	203
72. A imprensa e a opinião pública (Março 1944 – página 19)	205
73. A democracia é incompatível com o comunismo (Maio 1944 – página 13)	207
74. O falecimento do Exmo. Sr. Embaixador do Brasil em nosso país, Dr. José de Paula Rodrigues Alves (Maio 1944 – pág. 19)	209
75. Uma delegação uruguaia visitou nosso país (Novembro 1944 – página 35)	211
76. O futuro da política argentina (Maio 1945 – página 27)	213
77. Nosso panorama político (Agosto 1945 – página 13)	215
78. A Marcha da Constituição e da Liberdade (Setembro 1945 – página 21)	217
79. Os imperativos da consciência na vida política dos povos (Dezembro 1945 – página 3)	219
80. Os vícios dos políticos e a reação política dos povos (Junho 1946 – página 9)	221
81. Uma nova era política se inicia para a Argentina (Junho 1946 – página 19)	231
82. Uma nova entidade cívica (setembro 1947 – página 13)	237
 V. IMPRENSA, ARTES E LITERATURA	
83. O cinema (Junho 1941 – página 36)	243
84. O templo do pensamento (Novembro 1941 – página 29)	245
85. Informações diversas (Novembro 1941 – página 37)	247
86. A exposição dos quadros do pintor Blanes (Dezembro 1941 – página 33)	249

87. A missão do jornalismo elevado (Março 1942 – página 7)	251
88. “A mulher, fator da vitória” (Abril 1942 – página 25)	255
89. Celebração do aniversário de “La Prensa” e “La Nación” (Maio 1944 – página 33)	261
90. Crítica cinematográfica – seu melhor aluno (Junho 1944 – página 36)	263
91. Foi bem recebido entre nós o escritor brasileiro Dr. Alfonso Arinos de Mello Franco (Novembro 1944 – página 17)	265
92. Mostra do livro argentino (Novembro 1944 – página 36)	267
93. A exposição do livro argentino (Dezembro 1944 – página 33)	269
94. Mostra de aquarelas do pintor R. Lanzillotta (Dezembro 1944 – página 35)	271
95. Exposição do livro americano (Maio 1946 – página 37)	273
96. Resultado da Conferência Interamericana de peritos para a proteção dos direitos de autor (Fevereiro 1947 – página 31)	275
97. Mostra do livro brasileiro (Fevereiro 1947 – página 33)	277
98. Nossa indústria editorial passa por graves dificuldades (Maio 1947 – página 29)	279
99. Cultura e letras (Junho 1947 – página 33)	281
 VI. LOGOSOFIA E INSTITUIÇÃO LOGOSÓFICA	
100. E se fez a luz (Janeiro 1941 – página 3)	287
101. Conceitos logosóficos (Fevereiro 1941 – página 28)	289
102. Sentenças (Fevereiro 1941/pág. 34) (Novembro 1945 – página 16) (Abril 1947 – página 32) (Outubro 1947 – página 10) (Dezembro 1947 – página 25)	291
103. Da Escola Raumsófica de Logosofia (Março 1941 – página 26)	293

104. Foi celebrado com grande entusiasmo o 11º aniversário da Escola Raumsófica de Logosofia (Agosto 1941 – página 14)	295
105. Pinceladas (Outubro 1941 – página 13)	297
106. Trabalho cumprido (Dezembro 1941 – página 12)	299
107. Programa Oficial de Estudos da Escola Raumsófica de Logosofia (Dezembro 1941 – página 22)	301
108. A revista “Logosofia” é única em seu gênero (Janeiro 1942 – página 17)	303
109. Conceitos Logosóficos (Março 1942 – página 10)	305
110. 12º Aniversário de fundação da Escola Raumsófica de Logosofia (Agosto 1942 – página 22)	307
111. Duas palavras sobre o valor da revista “Logosofia” (Novembro 1942 – página 39)	309
112. Saudação da “Logosofia” a todos os seus leitores (Dezembro 1942 – página 41)	311
113. Correio jornalístico (Janeiro 1943 – página 38)	313
114. Correio jornalístico (Fevereiro 1943 – página 34)	315
115. Axiomas (Abril 1943 – página 19)	317
116. Predisposições mórbidas da psicologia farisaica (Julho 1943 – página 23)	319
117. Axiomas e sentenças (Setembro 1943 – página 24)	321
118. “Logosofia” completa seu terceiro ano de existência (Janeiro 1944 – página 27)	323
119. “Logosofia” agradece a prestigiados jornais do Brasil pela reprodução de seus artigos (Junho 1944 – página 35)	325
120. Axiomas (Dezembro 1944 – página 15)	327
121. Obstinação paradoxal (Dezembro 1944 – página 16)	329

122. “Logosofia” entra em seu 5º ano de existência (Janeiro 1945 – página 23)	331
123. Três lustros de existência (Julho 1945 – página 21)	333
124. Sexto ano de “Logosofia” (Janeiro 1946 – página 14)	335
125. Axiomas (Maio 1946 – página 9)	337
126. “Logosofia” entra em seu 7º ano (Dezembro 1946 – pág. 19)	339
127. Axiomas (Julho 1947 – página 15)	341
128. 17º aniversário da Fundação Logosófica (Agosto 1947 – página 21)	343
129. Axiomas e Sugestões (outubro 1947 – página 15)	345
130. Comunicado especial a nossos leitores (Dezembro 1947 – página 14)	347
131. Axiomas e Sugestões (Dezembro 1947 – página 19)	349

I. BERÇO DE UMA NOVA CULTURA

A AMÉRICA COMO ESPERANÇA DO MUNDO

Todos por um e um por todos

Franklin Roosevelt



Enquanto as bombas incendiárias e mortíferas caem quase incessantemente sobre as grandes cidades da Europa, a América, que durante longos anos se achava entregue ao sono feliz dos países livres e pacíficos, desperta hoje estremecida de estupor ante o quadro horroroso que apresentam as nações do Velho Mundo.

Intuitivamente adverte o perigo que corre o gênero humano e com discrição e firmeza mobiliza todos os seus recursos. A voz de alerta se espalha de um extremo a outro do continente, e as três Américas se unem sob o lema magno: salvar o Novo Mundo da catástrofe que assola os povos da Europa. Mas para cumprir este lema é necessário colocar em jogo todos os meios de defesa de que se possa dispor e enfrentar as realidades do momento com outras semelhantes e ainda mais poderosas.

Os Estados Unidos da América compreenderam assim e, desde o momento que adquiriram a convicção de que o que acontecia além-mar causaria gravíssimos prejuízos ao mundo civilizado, aprestaram-se, com toda a urgência que os acontecimentos, em sucessiva precipitação, exigiam, a assentar sobre as mais sólidas bases as defesas de todo o continente americano.

A vontade do Novo Mundo será inquebrantável e haverá de fazer sentir finalmente sua cada dia mais poderosa influência nos demais países do mundo.

A América consagrou o respeito à vida, à propriedade e à liberdade dos homens sobre a terra, como única forma possível de viver em paz;

em ordem e sob o amparo de uma justiça que reconheça os direitos do ser humanos e os preserve da regressão e da barbárie.

A América é hoje a esperança do mundo, desse mundo que sofre e padece todos os tormentos da tragédia bélica.

Advogamos para que o espírito destas terras, tão pródigas e generosas, chegue ao máximo de plenitude, e no seio deste grande continente, banhado e purificado pelos dois maiores oceanos do planeta, surgirão – pois isto é já evidente e assoma por entre as dobras de sua grande estrutura social e espiritual –, os claros desígnios de uma estupenda civilização americana, como herança invicta dos Incas, dos Maias e dos Aztecas, que florescerão nas gerações futuras como gênios precursores do lugar que a América ocupará na história dos séculos da existência humana.

ORIGINAL CONCEPÇÃO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DOS POVOS DA AMÉRICA



Vamos tocar hoje um ponto de suma importância e que conceituamos nevrálgico para o conhecimento dos filhos da América.

Muitas vezes – com quanta frequência estes casos se repetem! – somente ao nos aproximar da realidade ou quando esta nos toma de surpresa, rasgando as vestes para advertir-nos de que não podemos escapar de seu encontro, é quando em verdade começamos a apreciar as coisas de outro modo e a entender o que antes pensamos que de forma alguma chegaria a preocupar nossa mente.

Há algum tempo, os povos da América vêm inquietando-se, por causa dos repetidos ensaios de subversão do sentimento nacional de cada um deles, por parte de grande número de cidadãos dos países estrangeiros que se acham em guerra.

A isto se chamou “infiltração nazista” e também “quinta-coluna”, e julgando deste modo, cada nação tomou suas medidas para neutralizar a eficácia das atividades que tais indivíduos, convertidos em agentes incondicionais de governos europeus, desenvolviam e continuam desenvolvendo, em prejuízo das formas de governo e de existência adotadas pelos povos de nosso continente. Dissemos que cada nação tomou suas medidas; o não tomá-las é assunto específico de cada país, e para nosso estudo nada significa desde que não afete de uma maneira direta a essência que extraímos de nossas conclusões.

A Criação em si nos revela, com sua máxima simplicidade, que é a expressão mais perfeita da sabedoria eterna. O homem, os povos, a humanidade e seu mundo, esse mundo que habitamos,

não podem, em hipótese alguma, ser estranhos a essa Criação e, portanto estão sujeitos às leis que a regem e a cumprir diversos processos – individuais e em conjunto – que são inevitáveis e têm sua razão de ser, pois obedecem a causas preestabelecidas pela soberana e inexorável vontade expressa na própria Criação. Assim, por exemplo, cada povo – falamos aqui dos antigos –, cada raça, teve que passar por uma série de crises, a modo de depuração, até conseguir uma fisionomia própria e assumir um verdadeiro caráter étnico⁽¹⁾. Em consequência teve que ir expulsando todo elemento estranho à natureza nascente que pugnava por manifestar, com todas as forças, o vigor da pureza embrionária.

Observamos análoga circunstância nos átomos, desde os da chamada “vida inanimada” até os das mais altas manifestações do mundo estelar.

Quantas guerras e revoluções custaram aos povos da Europa para alcançar esse caráter étnico que devia distinguir um do outro no esforço, se se quer, febril, para ostentar um grau maior de cultura e progresso, rivalidade esta que logo se tornaria mutuamente intolerável, a tal ponto que tinham que recorrer às armas para demonstrar a tese sustentada e impor ao vencido o acatamento às afirmações do vencedor.

Em todos os casos, ao se declarar a guerra, cada país beligerante procedia à expulsão dos estrangeiros como medida de prevenção, já que o próprio povo sabe que deve contar somente com sua força. Mais que uma medida de segurança, isto era efetuado pelo que deu em chamar-se “instinto de conservação”. (Nos momentos de perigo é necessário sempre confiar nas próprias forças e não nas alheias). O corpo humano, em sua luta por restabelecer a saúde, também se vê na necessidade de livrar-se de todo germe estranho que ponha a vida em perigo, ainda que o houvesse tolerado antes.

As nações americanas surgiram de uma amálgama de raças que, como ocorreu nos demais povos do mundo, devia ser absorvida pelas gerações nativas que haviam de conquistar mais adiante sua

⁽¹⁾ Ver “Aquarius”, 1935, reimpressão, pág. 59.

independência étnica e, por conseguinte, a apuração e fixação de um novo tipo que se diferenciasse dos que propiciaram seu advento, cumprindo com os ditados da lei de evolução, que de vez em quando impulsiona as correntes humanas de um ponto a outro a fim de mobilizar as forças do espírito e expandir a espécie em outros campos, onde a mente fertilizada por novos e poderosos estímulos alcance graus de civilização mais proeminentes.

O que está ocorrendo na Europa tem, se se quer, alguma relação com o que estamos tratando, porém com a diferença de que enquanto algumas nações propiciaram um verdadeiro êxodo de estrangeiros – para tornar possível seus planos de absolutismo nacionalista e exigir paralelamente “espaços vitais” para si –, as outras permaneceram tranquilas, em franca convivência com o estrangeirismo pacifista que se havia habituado aos lares daqueles povos despreocupados de todo problema semelhante.

A vida muito confortável, seja ela desfrutada por um homem ou compartilhada entre povos inteiros, tanto embriaga a mente dos indivíduos que acaba por inibi-la em suas funções discernentes. Uma vida assim é como o dinheiro que se obtém graças ao acaso: pouco se cuida dele e com a mesma facilidade que se adquire se gasta. Não ocorre de igual modo com aquela vida que, após árduos esforços, consegue colocar-se em sólidas posições. A esta se defende, extraíndo do fundo da alma as preciosas reservas morais, que são as forças com que se enfrenta a adversidade e se vencem as resistências que atentam contra ela.

A luta titânica que a Inglaterra deve enfrentar nestes momentos evidencia que o grito do sangue pronunciou sua mais cara palavra. Em consequência, compenetrado o espírito vivo deste povo do perigo que corre seu destino, centuplica suas forças, fortalece suas defesas e decide lutar até o fim sob o lema “vencer ou morrer”.

Eis aí a crua realidade que nos apresenta esse trágico quadro num continente desequilibrado e semidestruído. Os homens se reconhecem irmãos em meio dos rigores mais espantosos e, unidos, juram salvar o mundo, esse mundo que nas horas felizes da paz não souberam assegurar contra os riscos da usurpação.

Os povos da América, que em diversas etapas do passado conquistaram sua independência política e proclamaram sua vontade de serem livres, não devem esquecer que também têm que subsistir como países que conseguiram uma fisionomia própria, um tipo bem definido, no qual se observam as características inatas do solo natal.

Os filhos de estrangeiros, que nascem nos países da América, salvo raras exceções, se acham sob a influência direta da nacionalidade de seus pais e recebem uma educação que difere em muito da que é dada aos seus filhos pelos nativos de origem. Geralmente se casam com estrangeiros nascidos no mesmo país de seus pais, conservando assim a influência do sangue, enquanto permanecem indiferentes ao solo natal, do qual chegam a sentir-se pouco menos que estranhos. Daí que nos povos de nosso continente e em particular no nosso se vejam muitos nativos abraçar as ideologias que lhes inculcam seus pais, de origem estrangeira.

É a corrente do nacionalismo absorvente reclamando seu tributo aos povos novos. Porém, ante essa exigência egoísta deve surgir, por lógica reação das forças vivas do espírito encarnado na alma nacional, o vigoroso “instinto de conservação”, ou seja esse grito do sangue que obedece à influência do solo natal.

Achamo-nos, pois, frente à prova heroica na qual devemos, firmes e unidos, conquistar nossa independência étnica, que é a verdadeira emancipação de toda influência ou tutela alheia à pureza de nossa nascente raça americana, à nossa tradição e à nossa nacionalidade.

As horas dos grandes pronunciamentos históricos chegam; que ninguém se engane pensando o contrário.

Os países da América já pagaram seu tributo e serviram aos interesses dos velhos povos da Europa, não pretendendo jamais outra coisa que ser tratados como homens nascidos num berço comum a todos os seres humanos, credores do mesmo respeito e com idênticos direitos universais. Se agora se quer desconhecer a existência de nossa individualidade, já típica e definida, o sangue americano se contrairá nas artérias que perpetuam o afeto e o sentimento no coração, para proclamar, numa explosão de virilidade continental, a

intangibilidade de seu destino, tão eloquentemente assinalado pelos próceres da independência de seus povos.

Os fermentos de infiltração estranhos por completo à vida do Novo Mundo trarão por consequência uma reativação do processo que realizam estes povos jovens, não sendo de estranhar que para vitalizar o organismo, um tanto minado por esses germes nocivos, cada país se veja obrigado a expulsar de seu seio todos aqueles que perturbam sua pacífica evolução, após o que aparecerá purificada a nacionalidade.

Este é, pois, um ponto que merece a atenção de todos os que amam o solo da América, onde nasceram e vivem.

O ESPÍRITO DA ARGENTINIDADE



Nestas horas tão incertas para a humanidade, em que estão em jogo os bens mais preciosos do homem, e a própria existência foi afetada pela gigantesca luta que há mais de quatro anos está convulsionando o mundo, é quando o espírito de nossa argentinidade deveria manifestar-se como uma reserva moral incontaminada, pronta para oferecer-se a serviço da família humana, gravemente ferida em suas fibras mais sensíveis.

Isto é o que deveria ocorrer, se as gerações que seguiram à ilustre plêiade de Maio não se houvessem dividido para tratarem-se como estranhos, em intermináveis disputas domésticas.

Talvez seja em nosso país, mais que em nenhum outro, onde o espírito que se destaca deve lutar até o máximo de suas forças, para poder sobreviver a todas as vicissitudes que tem que enfrentar, enquanto desenvolve sua inteligência, abre novos horizontes à ciência, às letras ou às artes, sem excluir a política e demais atividades nas quais a vida se desenvolve e oferece a problemas não resolvidos soluções que redundam em benefício de todos.

Sempre foi costume inveterado em nosso meio o de não dar crédito a palavra alguma que não houvesse surgido do reduzido ambiente de nossos intelectuais destacados, como se as verdades ou, melhor dizendo, o ensinamento vivo do conhecimento somente se vinculasse a determinadas mentes e, fora delas, nada mais que trivialidades houvesse que esperar. A isto e não a outra coisa haverá que apontar o fato de que o espírito dos argentinos tenha se mostrado, em cada época, com caracteres bem mais apáticos e até beirando a indiferença.

A pujança de um povo sempre se acha em relação direta com a qualidade de seus homens. O espírito de nossa argentinidade deve surgir, como outrora, luminoso e unido em um caloroso anelo de concórdia, de altos ideais de progresso e de fé no porvir. Deve contribuir para a obra de reconstrução mundial que já se avizinha, com a participação de seus esforços em qualquer dos aspectos em que for requerido e com a fertilidade de seus

pensamentos fecundando ideias que possam encontrar o mais franco auspício na mesa do pós-guerra, onde se debaterão as altas questões que haverão de propor-se a todas as nações do mundo. A humanidade em crise é a que reclamará pela dignidade de sua existência e o espírito de nossa argentindade deve, desde já, preparar-se para essa missão de paz e contribuir, na medida de suas forças, para assegurar o futuro do mundo sobre as bases incorruptíveis da ordem, da liberdade e da justiça.

O DIA DAS AMÉRICAS

14 de abril



O dia 14 de abril, data fausta instituída para comemorar o acontecimento feliz que deu nascimento ao pensamento de união da família americana, foi celebrado em todo o continente.

Um grande afeto une a todos os povos da América; afeto íntimo, surgido de iguais origens e tradições e dos profundos ideais de liberdade que a alma continental sustenta.

No dia das Américas, foi dado escutar de todas as nações do Novo Mundo o tom edificante de uma cordialidade vibrante e sincera. Os governantes, resumindo o pensar de seus respectivos povos e coincidindo todos no mesmo sentir, expressaram a firme vontade de manter inalterável o sentimento de irmandade que enlaça o coração dos filhos da América.

O Presidente da Nação, General Farrell, da sacada do velho e histórico palácio disse:

“Não havíamos afiançado ainda nossa independência e já abraçávamos com unção sagrada o ideal de liberdade de nações irmãs. Foi então, quando o mais brilhante dos exércitos argentinos, conduzido pelo gênio de San Martín, transpunha em 1817 a Cordilheira dos Andes, para realizar a campanha pela independência do Chile e do Peru.”

“Esta é, sem dúvida, na história da América, a primeira e mais sublime epopeia de confraternidade, amalgamada no sangue e na renúncia; é, além disso, o amanhecer da mais genuína política americana de amizade; é, por fim, o índice indiscutível de nosso sentido da solidariedade, que parte dos próprios albos em que se configuravam politicamente a maioria das nações da América.”

“Antes que regressem para nós os tratados de política exterior e que estabelecessemos a orientação constitutiva da Nação Argentina, já havíamos consagrado para sempre, no terreno dos fatos, os melhores princípios de harmonia internacional e, especialmente, de solidariedade americana.”

“Nossa fisionomia moral, no concerto dos Estados, havia-se definido com o começo de nossa nacionalidade e, desde então, uma linha reta de conduta caracterizou o país, que nascido em uma liberdade conquistada em longos e cruentos anos de luta, soube depois oferecer, em paz, seu amplo e fecundo solo a todos os homens do mundo.”

“O Dia das Américas, instituído para afiançar uma vez mais o laço fraternal que une os povos do continente, nos encontra concentrados aos milhares na histórica Praça de Mayo, diante do velho palácio, com a mesma fé, com idênticos propósitos e similares anelos de cooperação e compreensão humana.”

“Desde 1810, vivemos com o ideal magnífico da liberdade e da soberania, e da mesma forma que em 1817 continuamos sentindo, com infinita solidariedade, as causas dos povos irmãos.”

“Nesta circunstância se destaca este conjunto representativo de nossa população idealista, sempre disposta, como na epopeia da missão libertadora, a oferecer o cálido fervor de seus sentimentos, as luzes de sua inteligência e até a última gota de seu sangue, para manter sua fé na soberania e nos imutáveis princípios da autodeterminação dos povos.”

Do outro extremo da América o secretário de Estado dos Estados Unidos, Sr. Cordell Hull, pronunciou um discurso no qual expressou:

“Para as nações do continente, o Dia das Américas constitui um importante aniversário. Reunimo-nos hoje para honrar àqueles cuja visão e energia estabeleceram e adiantaram durante mais de cinquenta anos a união pan-americana e tudo o que ela representa. Está bem que nos perguntemos como é que podemos reunir-nos em meio da maior guerra da história e por que temos tão grande realização que comemorar. Porque ao fazê-lo poderemos ver mais claramente as indicações que nos marcam a verdadeira direção que poderemos seguir até uma nova cooperação entre nós e com as demais nações da terra.”

“A unidade interamericana não foi conseguida pela força nem se baseia num conceito de raça-mestra cuja missão é mandar. Ocorreu por nações de uma origem étnico-homogênea. Não depende dos nexos de uma linguagem comum nem de uma cultura baseada na literatura ou no costume ou em hábitos comuns.”

“Se estas fossem as únicas fontes da unidade internacional e de ação comum, o futuro do mundo seria em verdade sombrio. A unidade interamericana demonstra que há outras fontes mais sutis e ainda mais fortes, fontes que oferecem esperança a um mundo que não pode achá-la nos fatores que mencionei.”

“Nossa unidade emana de uma apaixonada devoção pela liberdade humana e de uma independência nacional tão forte que não cessa com o esforço de cada

povo por assegurar-se a liberdade própria, senão que vai mais além para respeitar, como não menos válido, o desejo de outros povos de alcançar a mesma liberdade de acordo com suas próprias tradições e instituições históricas.”

“Ainda que a linguagem de Bolívar e San Martín difira da de Washington e Jefferson, todos eles expressaram os mesmos propósitos e princípios e dirigiram seus concidadãos pelas mesmas trilhas. As trilhas pelas quais desenvolveram a unidade interamericana, tornando-se cada vez mais forte à medida que as nações americanas chegavam a entender-se mutuamente, a ter confiança mútua em seus propósitos tão idênticos que, em vez de ocorrer divisões e invejas, causavam unidade de pensamento e ação.”

“Com o passar dos anos os princípios que sustentam a unidade interamericana se tornaram mais específicos, à medida que uma conferência pan-americana sucedia à outra. Durante os anos que mediaram entre as duas guerras mundiais, a fé e a confiança entre as nações americanas cresciam e se vigorizavam, enquanto que nas outras partes, as crescentes ambições de conquista pela força, traziam divisões e temores.”

“Para comum orgulho das nações americanas e boa sorte de toda a humanidade, a tocha da cooperação internacional ardeu com maior clareza nos assuntos deste hemisfério, precisamente quando se extinguia em outras partes.”

“É, pois, natural que a história de uma associação internacional que perdurou mais que qualquer outra ofereça uma guia para o futuro.”

“Na conferência de Montevideú de 1933, as repúblicas americanas afirmaram sua crença em certos princípios essenciais sobre os quais deveriam basear-se a cooperação entre as nações e a ordem internacional. Entre eles está o princípio de que toda nação, grande ou pequena, é igual ante o direito internacional. Outro é o direito de toda nação a desenvolver suas próprias instituições livre da intervenção de outras. Já estamos vendo o começo de uma era de mais ampla aplicação destes princípios fundamentais. Foram proclamados na Carta do Atlântico, na Declaração das Nações Unidas e nas declarações em Moscou.”

“Especificamente em Moscou foi acordado que o estabelecimento da organização mundial para a manutenção da segurança deverá ser feita com base na igualdade soberana de todas as nações, fracas e fortes, e no direito de cada uma a ter o governo que escolher para si.”

“Já em 1936 as nações americanas falavam com voz unida em Buenos Aires e, em 1938, em Lima, sobre os perigos que ameaçavam a paz mundial e atuavam conjuntamente para defender deles o hemisfério.”

“Quando o ataque chegou, muitas das repúblicas americanas saíram em defesa do hemisfério. Pouco depois, na conferência do Rio de Janeiro, outras tomaram o mesmo curso. Este capítulo de nossa história americana será para sempre elegante e glorioso. Ensina que a unidade de propósitos, a devoção comum e apaixonada à manutenção da liberdade e da fé e confiança mútua são elementos essenciais sem os quais nenhuma organização ou mecanismo internacional terá êxito.”

“Porém também ensina a nós e a outras nações que a organização e os mecanismos internacionais são necessários. Por frutífera que tenha sido nossa ação comum, não foi completa. Necessita tempo, do qual, talvez, não dispomos sempre.”

“Portanto, aprendamos que uma organização internacional – seja no campo da cooperação interamericana ou no mais amplo da paz mundial –, deverá ter dois suportes principais, deverá obter sua maior força da retidão e justiça dos princípios sobre os quais se levanta a confiança mútua de seus membros e deverá ter também a estruturação e mecanismos essenciais e a aceitação de suas obrigações por parte de todos os seus membros, para permitir-lhe atuar pronta e eficazmente em tempos de crise.”

“Outro baluarte para o futuro, que nossa experiência comum, antes da guerra e durante ela levantou, está no campo econômico. Com o estouro da guerra o continente se mobilizou economicamente. O alcance da contribuição feita pelos produtos do hemisfério ao crescente triunfo na guerra contra a Alemanha e o Japão não pode ser exagerado. Milhões de homens e mulheres em todo o hemisfério se dedicam assiduamente a produzir materiais essenciais e a forjar armas para nossa vitória comum.”

“Tudo isto foi feito com grandes empecilhos e obstáculos ocasionados pela guerra.”

Nada, pois, pode ser mais auspicioso que o fato de contemplar a harmonia e concórdia dos países americanos ante a devastação dos povos da Europa, que não souberam compreender-se nem tolerar-se nem encontrar os meios para afiançar a paz e o direito no Velho Mundo.

Este contraste deve chamar à meditação e disso podem extrair-se proveitosas conclusões; a mais importante talvez seja o exemplo de uma verdade inquestionável: tudo se pode fazer, conquistar e alcançar sem necessidade de recorrer nunca ao perigoso uso das armas, isto é, apelando à força.

A humanidade se acha recebendo em nossos dias a mais dura lição. Esperemos que não a esqueça jamais e que logo amanheça uma aurora cheia de esperanças e de luz, que dissipe para sempre as sombras que obscureceram a mente dos homens.

A FRATERNIDADE AMERICANA



À medida que a grande fogueira bélica foi consumindo em voraz incêndio os povos do Velho Mundo, na América foi-se enraizando, cada dia mais, a ideia de forjar com laços indissolúveis uma verdadeira fraternidade americana.

Efetivamente, ante as gigantescas línguas de fogo que calcinam tantos seres humanos, ante semelhante drama apocalíptico, que outra coisa poderiam aspirar as nações do Novo Mundo que estreitar seus vínculos e firmar uma paz que nada nem ninguém ousará alterar? Assim, trabalhando em paz, criando sua própria grandeza, os povos deste continente poderão seguir sem temor para os mais altos destinos.

Se junto ao sentimento de pátria, que tanto exalta os impulsos do sangue e entenece as fibras do coração, se estimulasse o sentimento de humanidade, muito se alcançaria ao propiciar a aproximação entre os povos, visto que se se tiver em conta que todos pertencemos à espécie humana e que por superior designio nos devemos à humanidade, veremos que não está em pugna um sentimento com o outro.

Encontramos isto ratificado, uma e outra vez, no fato de que onde quer que se tenha realizado um descobrimento de grande transcendência para a vida humana, em nenhum caso foi egoistamente reservado para benefício de uns poucos, de um povo, de uma nação, senão que uma vez arrancado o segredo às profundezas da Natureza, foi colocado à disposição do mundo inteiro.

Por conseguinte, cultivando estes dois sentimentos é como o homem pode alcançar com maior amplidão o significado da justiça e praticar as altas virtudes da honradez.

Se, por exemplo, se reduz o conceito de pátria ao limite pessoal e se considera que em cada um existe, não já o que se chamou seu pequeno mundo, senão sua pátria interna, teríamos que ao exaltar esse sentimento poderia chegar-se a uma hipertrofia da própria estimação, inconveniente

de todo ponto de vista. Ao contrário, se se entende que os semelhantes representam a humanidade, a exaltação do outro sentimento torna tolerável a relação com os demais, propiciando um ambiente de cordialidade e de recíproca estimação.

À luz deste princípio que concilia aspectos tão fundamentais da vida humana, cada povo poderá alcançar a mais alta consideração universal.

II. UNIDADE AMERICANA

O IDEAL AMERICANO

Pensamentos precursores que hoje se plasmam na realidade de um anelo comum entre os povos do Continente



Há mais de um lustro vimos nos ocupando, e com não pouca insistência, da imperiosa necessidade de estreitar vínculos entre os povos do continente americano, a fim de resguardá-lo de toda influência estranha e, ao mesmo tempo, estabelecer, na defesa de suas instituições e do respeito à soberania e a livre decisão dos países que o integram, um lema a ser cumprido por todos, conscientes de sua responsabilidade, nas horas graves que vêm se aproximando⁽¹⁾.

No transcurso dos primeiros anos nada parecia induzir os governos de nosso continente a preparar-se, em previsão dos acontecimentos que mudariam a face do Velho Mundo; faz apenas um ano e meio que começou a desenvolver-se uma intensa atividade diplomática e política no campo das relações intercontinentais. A Conferência de Lima e posteriormente a de Havana foram locais onde se lançaram as bases do entendimento americano; porém, tanto foi o atraso em adotar as decisões comuns, que quase nos vimos expostos a sucumbir ante o transbordamento do imperialismo opressor desencadeado na Europa com o objetivo de assolar o mundo.

Contudo, a heroica resistência britânica que deteve os avanços do invasor, e os acontecimentos posteriores que colocaram os inimigos da civilização em posições extremamente incômodas permitiram que a América, e em especial modo os Estados Unidos, preparasse suas defesas e mobilizasse todas as suas reservas, a fim de amparar os povos que, por escassos recursos, pudessem ser vítimas de atentados estranhos.

Entretanto, é inegável e devemos confessar que foram necessários abalos tão impressionantes e catastróficos, como os que ocorrem diariamente

⁽¹⁾ Ver “Nova Conceção Política”, de Raumsol.

na Europa, para comover o espírito americano e despertar sua aletargada vontade, única forma de que nos movêssemos e pensássemos com mais sensatez sobre quais deviam ser nossos deveres para com este novo mundo, que manifesta a ingenuidade e candidez próprias de sua pouca idade.

Hoje vemos alçarem-se, aqui e ali, vozes vibrantes de entusiasmo e milhões de seres que se agrupam sob lemas similares auspiciando a irmandade continental. Nestes dias, precisamente, foi fundado na cidade de Buenos Aires o “Palácio da Cultura Americana”, instituição patrocinada por um volumoso e seletivo número de pessoas vinculadas aos altos círculos do país. Suas finalidades e objetivos são o estímulo das relações culturais, sociais, econômicas e jurídicas do continente, para cujo fim promoverá o intercâmbio amistoso das produções mútuas, ao mesmo tempo que fomentará a paz e o entendimento entre os habitantes dos povos americanos, com vistas a obter “uma total independência econômica e sua melhor contribuição à cultura universal”.

A Diretoria desta revista, ao aplaudir a fundação do “Palácio da Cultura Americana”, cujo anelo coincidiu tão sugestivamente com seus pensamentos, se compraz em transcrever os propósitos da organização e seu programa de atividades, contribuindo assim para sua maior difusão:

- a) Erigir um edifício nesta Capital que conste, pelo menos, de tantas seções quantos países tem a América, instalando nele um salão de Atos Públicos destinado à realização de conferências e demais atos de autêntico americanismo.
- b) Terão sua sede no Palácio da Cultura Americana os institutos culturais e câmaras de comércio que representem os países da América e Academias, assim como todas as entidades que, a juízo unânime da Diretoria, sejam admitidas.
- c) Em cada uma das seções criadas, terão total representação as manifestações da cultura, da ciência, da arte, das letras, do folclore, do esporte e das forças vitais de cada nação americana.
- d) Criar a Biblioteca Americana com a participação de governos, instituições e intelectuais da América.
- e) Realizar periodicamente exposições do livro de cada país da América.
- f) Promover exposições de arte para tornar conhecidos os valores americanos.
- g) Formar um museu de objetos da civilização americana desde sua origem.
- h) Organizar mostras periódicas do trabalho e da produção de cada país da América.
- i) Estudar e revisar as leis e regulamentações sobre tarifas alfandegárias.
- j) Fomentar a criação da Marinha Mercante de cada país e de uma Marinha

de caráter interamericano destinada a promover uma maior aproximação das relações comerciais.

- k) Instituir a “Semana da América” entre 5 e 12 de outubro de cada ano, na qual serão prestadas as devidas homenagens ao Dia da Raça.
- l) Promover todas as atividades tendentes ao conhecimento universal do que contém e representa em potência e em execução o progresso da América.
- m) Estimular e resolver por todos os meios factíveis o desenvolvimento do turismo prático, em toda a América, criando para isso, um escritório especial.
- n) Tomar as providências necessárias para a ratificação ou cumprimento das resoluções das Conferências e Assembleias Pan-americanas que a Diretoria julgue convenientes.
- o) Promover o necessário intercâmbio de catedráticos, intelectuais, homens de ciência e artistas.
- p) Criar uma Assessoria Jurídica Interamericana.
- q) Publicar um boletim ou revista.
- r) Estabelecer escritórios de informação, para o comércio exterior, estatísticas, finanças, cooperação agropecuária e as que a juízo da Diretoria repute necessárias.
- s) Formar um arquivo geral da América e estabelecer um fichário de ampla orientação em todos os ramos da atividade humana.

Lista das pessoas que integra o alto corpo diretivo da instituição:

Presidente Honorário: Dr. Roberto M. Ortiz

Vice-presidente Honorário: Dr. Ramon S. Castillo

Membros Honorários: Os excelentíssimos senhores representantes diplomáticos das nações americanas credenciadas ante o governo argentino.

Conselho Consultivo: Presidente: Dr. Leopoldo Melo, Dr. Coriolano Alberini, Dr. Ricardo C. Aldao, Dr. Octavio R. Amadeo, Dr. Mario Antelo, Dr. Nicolás Avellaneda, Dr. Eusebio Ayala, Dr. Adolfo Bioy, Ernesto Bosch, Dr. José M. Cantilo, Dr. Arturo Capdevila, Dr. Ramón J. Cárcano, Dr. Mariano R. Castex, Dr. Rodolfo Corominas Segura, Monsenhor Miguel de Andrea, General Miguel Duval, Sr. Juan Pablo Echagüe, Dr. Vicente C. Gallo, Dr. Dimas González Gowland, Dr. Arturo Goyeneche, Dr. Ataliva Herrera, Dr. Carlos Ibarguren, Sr. Joaquin Lagos, Dr. Ricardo Levene, Dr. Cosme Massini Ezcurra, General Rodolfo Martínez Pita, Dr. Agustín N. Matienzo, Sr. Alvaro Melián Lafinur, Dr. Luciano Molinas, Dr. Enrique M. Mosca, Eng. Julio A. Noble, Dr. Julio Noé, Dr. Carlos M. Noel, Dr. Alfredo L. Palacios, Dr. Julio C. Raffo de la Reta, Dr.

Robustiano Patrón Costas, General de Divisão Basilio B. Pertiné, Dr. Emilio Ravnaghi, Dr. Rodolfo Rivarola, Dr. Angel H. Roffo, Dr. Carlos Saavedra Lamas, General José M. Sarobe, Almirante León Scasso, Dr. José P. Tamborini, General de Divisão Juan Esteban Vacarezza, Dr. Clodomiro Zavalía.

Diretoria:

Presidente: Dr. Sylla Monsegur

1° Vice-presidente: Dr. Horacio C. Rivarolla

2° Vice-presidente: Dr. Gregorio Aráoz Alfaro

3° Vice-presidente: Sr. Rômulo Zabala

Secretário Geral: Dr. Aquiles D. Ygobone

2° Secretário Geral: Dr. Guillermo Garbarini Islas

Secretários: Dr. Enrique de Gandia, Sr. Jorge G. Blanco Villalta e Ricardo M. Fernández Mira.

Tesoureiro: Sr. Antonio D'Elía

2° Tesoureiro: Sr. Luis Bozzini (h.)

Vogais: Dr. Ernesto Aguirre, Dr. Juan Carlos Ahumada, Sr. Américo Aliverti, Sr. Enrique Antonini, Sr. Héctor Astengo, Sr. Hipólito L. Bado, Sr. Laureano Baudizzone, Sr. Tiburcio Benegas, Sr. Oscar R. Beltrán, Sr. Luis H. Bozzini, Sr. Angel Braceras Haedo, Eng. Enrique Butty, Dr. Horario Carrera Pereyra, Dr. Alejandro Ceballos, Sr. Luis Colombo, Dr. Eduardo Crespo, Sr. Rodolfo D'Elía, Dr. Martín Doello Jurado, Sr. Ciro Echesortu, Eng. Angel Figini, Sr. Federico Fernández Pita, Sr. Alberto Giménez Zapiola, Sr. Eduardo Grané, Sr. Eduardo Holguín Clare, Sr. Angel Lungarzo, Sr. Arnaldo Massone, Sr. Mario L. Negri, Arq. Martín S. Noel, Sr. José León Pagano, Sr. Jesús Palacios, Sr. Marcos Pascual, Sr. Rodolfo P. Peracca, Dr. Juan Carlos Rébora, Dr. Nicolás Romano, Coronel Luis T. Sáenz, Sr. Eduardo Solé Reynaud, Sr. Mario V. Ungaro, Sr. Héctor P. Usanna, Dr. José P. Uslenghi, Dr. Ramón F. Vázquez, Dr. César Viale.

Comissão Revisora de Contas: Dr. Isauro P. Argüello, Dr. Juan Pignier, Dr. Vito Nicolás Petrerá.

PRO-UNIVERSIDADE AMERICANA NO URUGUAI

Concebo o Uruguai como a Grécia americana e penso que todas as nações do Novo Mundo deveriam contribuir para que esse país, pequeno em dimensão, porém grande por sua cultura e valentia e pela importância de sua situação geográfica, fosse a sede de um dos centros de estudos mais destacados do mundo.

Raumsol.



Não é segredo para ninguém que países pequenos sempre foram os que mais sobressaíram nas páginas da história e também as expressões mais elevadas das civilizações humanas.

Buscando a origem ou causa destes fatos, em contraposição ao que acontece com os países de grande extensão, cujas populações chegam a ser enormes em relação à dos territórios pequenos, constatamos que, enquanto as grandes nações buscam o desenvolvimento de suas indústrias e de seus cultivos a fim de aumentar suas rendas e alcançar o máximo de potencialidade econômica, aquelas que as fronteiras encerram dentro de um limitado espaço pareceriam estar favorecidas um tanto pela natureza e outro, pela criatividade humana. Suas forças mentais, não tendo as inúmeras preocupações que absorvem as energias dos países cuja superfície é extensa e numerosa sua população, se concentram em um só e único objetivo: o cultivo da inteligência, a superação moral e espiritual; em uma palavra: a cultura em todas as suas manifestações.

Daí que o Uruguai, país que reúne tais condições, seja o indicado para que nele possa ser criada uma Universidade Americana, na qual se achem representados todos os povos do continente, os quais contribuam ao mesmo tempo para sua manutenção. Que nela atuem professores e homens de ciência, de cada país americano e compareçam estudantes com bolsas concedidas pelos governos ou custeados particularmente por entidades culturais ou científicas; que seja a mais alta tribuna cultural do Novo Mundo e que nela se forjem as mais brilhantes gerações do futuro.

A Universidade Americana poderia constituir a vanguarda da grande civilização que já se está gestando no seio deste hemisfério e que, como tudo faz supor, há de superar às que floresceram em séculos passados nos velhos continentes.

A simpatia e o prestígio de que goza o Uruguai em toda a América é já a credencial mais eloquente para que seja apontado como o país preferido para plasmar na realidade o projeto de criação de uma Universidade Americana.

Anelemos que esta iniciativa tome corpo e os governos a tornem sua; enquanto isso, formularemos votos e auspiciaremos uma espécie de alistamento de vontades americanas, com o propósito de que esta ideia seja apoiada pelo maior número de personalidades, cujas opiniões iremos publicando nesta revista, a fim de que sejam conhecidas e se difunda o pensamento dos homens que moralmente prestigiarão a realização desta obra, para maior glória do espírito que anima os povos da América.

A CONFERÊNCIA REGIONAL DO PRATA

Reunião em Montevideu tratando temas de interesse continental



Com representações da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, efetuou-se em Montevideu a Primeira Conferência Regional do Prata, organizada dentro do espírito das disposições tomadas no Panamá, por ocasião da reunião de Ministros de Relações Exteriores americanos.

O temário da Conferência girou em torno dos problemas suscitados pelo comércio entre os países submetidos à influência geográfica da bacia do Prata e atualizou questões do mais vital interesse para os dois únicos países da América que não têm saída para o mar: Bolívia e Paraguai.

Os projetos apresentados e debatidos, e que são enumerados a seguir, são de grande qualidade jurídica e representam de per si todo um êxito para a Conferência, já que traduzem um grau muito aperfeiçoado de compreensão no que se refere ao direito internacional e uma amplidão de objetivos realmente auspiciosos acerca dos problemas das transações econômicas entre os cinco países participantes:

- 1) Sobre construção de oleodutos internacionais.
- 2) Sobre facilidades bancárias e créditos recíprocos.
- 3) Sobre um plano viário concordante com a grande rodovia pan-americana, em construção.
- 4) Sobre tribunais mistos de arbitragem comercial, nos quais estariam representadas as Câmaras Comerciais e os corpos diplomáticos.
- 5) Sobre tarifas diferenciais de transporte terrestre, fluvial e aéreo, pelo qual barateariam em cerca de 25% as cargas e encomendas entre os países signatários.
- 6) Sobre melhoramento e navegação dos rios internacionais, que abrange aspectos muito complexos.
- 7) Sobre imigrantes em trânsito.

- 8) Sobre livre trânsito e zonas francas⁽¹⁾.
- 9) Sobre bolsas para estudantes e profissionais.
- 10) Sobre intercâmbio de livros⁽²⁾.
- 11) Sobre taxas alfandegárias para produtos regionais.
- 12) Sobre tarifas postais.
- 13) Sobre arbitragem comercial.
- 14) Sobre necessidade de unificar a legislação em matéria de transporte e direitos cambiais.
- 15) Sobre movimentação bancária.
- 16) Sobre eliminação da cláusula de “nação mais favorecida” nos convênios já assinados entre Argentina, Brasil e Uruguai.
- 17) Sobre fomento do turismo.
- 18) Sobre facilidades de trânsito para passageiros e imigrantes.
- 19) Sobre uniões alfandegárias.
- 20) Sobre zonas francas.

Como se pode apreciar trata-se de um temário genuinamente americano, de cujo debate não escapou nenhum dos aspectos concretos de tão complicados assuntos.

Esta é a primeira vez que os países interessados na bacia do Prata discutem em torno de uma mesa seus problemas particulares. A iniciativa se deve aos senhores Chanceleres da Bolívia e Paraguai, Drs. Alberto Ostria Gutiérrez e Tomás Salomoni, e sua realização não pôde resultar mais auspiciosa. As aspirações de ambos os países foram examinadas com um critério amplamente pan-americano e não é possível pôr em dúvida os positivos e benéficos resultados que em todas as ordens podemos aguardar desta Conferência, que significa um passo mais para a realização do grande ideal da fraternidade americana, tanto no aspecto espiritual como no econômico.

⁽¹⁾. Foi este um dos mais discutidos e comentados e em alguns de seus aspectos implica toda uma série de novidades na ordem do comércio internacional. Se for possível sua realização, é indubitável que aliviaria em muito o problema de saída para um porto marítimo dos produtos bolivianos e paraguaios.

⁽²⁾. Dois projetos utilíssimos e de fácil realização.

COLABORAÇÃO ARGENTINO-ESTADUNIDENSE

O Dr. Enrique Ruiz Guiñazú em Washington



Nada pode nos causar mais íntima satisfação do que saber que nosso Ministro de Relações Exteriores, Dr. Ruiz Guiñazú, especialmente convidado pelo presidente Roosevelt, se acha nos Estados Unidos animado do melhor propósito de colaboração com esse país que está dando ao mundo um exemplo inequívoco de alto significado em todos os aspectos da vida política, social, econômica e espiritual.

O alto relevo que alcança esta visita, nestes momentos em que o desalento se expande por todas as partes, faz renascer a esperança de que o continente americano seja inviolável a qualquer tentativa de agressão.

Já é tempo, pois a hora incerta e angustiosa que se vive assim o exige, que os acordos sejam efetuados com a maior rapidez. Toda demora nas deliberações tendentes a unir o pensamento e o sentir dos povos da América atenta contra sua própria integridade territorial. E atenta porque retarda suas decisões em prol da defesa continental, tão necessária como imprescindível em nossos dias para a conservação de sua paz, de sua liberdade e de seus direitos.

Existe em nosso meio a mais absoluta confiança a respeito dos altos objetivos patrióticos do Dr. Ruiz Guiñazú. Sua já longa e destacada atuação no campo diplomático lhe tem valido os melhores elogios. Contudo, poderíamos dizer que nada será comparável com os acertos que se esperam de sua atuação nos Estados Unidos.

A Argentina e os Estados Unidos devem seguir em uníssono no que se refere ao critério com que se enfocarão os problemas criados pela situação presente, se quiserem conservar um sábio equilíbrio continental. Felizmente, a isso tende o sentimento unânime dos dois países americanos e das dezenove nações restantes do Novo Mundo.

Cabe assinalar, pela importância de que se revestem, os temas que a juízo dos teóricos e economistas o nosso chanceler trataria.

Formuladas as hipóteses acerca das probabilidades básicas dos pontos que aparecem como os mais indicados a serem postos sobre a mesa, vemos que se abririam para o mercado argentino perspectivas de consideráveis projeções. Os Estados Unidos seriam em certo modo o intermediário entre nosso país e a Grã-Bretanha, e até entre outros países que se iriam somando no futuro.

Por uma parte, com a garantia dos capitais britânicos, e por outra, com o decidido empenho de reativar as negociações de reciprocidade comercial, os Estados Unidos podem oferecer-nos um auxílio inestimável, dada a paralisação do comércio por causa da guerra.

Já é manifesto o esforço dos estadistas norte-americanos no sentido de impulsionar um movimento de intercâmbio com a Argentina, ao projetar-se a realização de grandes compras em nosso país, destinadas a reforçar as reservas que demanda a organização da defesa que tão ardentemente prepara o governo de Washington.

É de se esperar que as providências que nesta oportunidade tome o Dr. Ruiz Guiñazú tenham o maior êxito e sejam o nexa que fortalecerá os laços, cada dia mais fortes, de nossas relações amistosas com aquele grande país, e quanto a nós, sendo um de nossos objetivos o fomento das relações inter-americanas, acolhemos com a mais viva simpatia as notícias que por telegrama nos transmite sobre as demonstrações que em sua honra se apresta em oferecer o Departamento de Estado, por especial deferência do presidente Roosevelt.

TRATADOS COMERCIAIS COM O URUGUAI



Com aprovação geral foi recebido o anúncio da próxima assinatura de um tratado comercial entre nosso país e o Uruguai.

Já no primeiro número havíamos nos ocupado de expor nosso pensamento acerca da conveniência de melhorar as relações comerciais com o Uruguai. Dissemos então que “torna-se cada vez mais necessária a assinatura de um pacto comercial que permita a livre expansão dos produtos de um a outro país, neutralizando deste modo os efeitos pouco edificantes das teorias ultraprotecionistas, etc.”

Por isso deve causar-nos íntima satisfação comprovar que a tese por nós sustentada triunfou amplamente. Os governos da Argentina e do Uruguai se acham ultimando os detalhes finais do acordo que será assinado em breve. A opinião pública é unânime em aplaudir a assinatura deste acordo que significa um passo a mais para a consolidação das relações cordiais, que desde longa data mantêm ambos os países.

O jornal “La Prensa”, em sua edição de 8 de julho, publica a respeito interessantes conceitos que, julgados eloquentes, nos permitimos transcrevê-los, pois coincidem inteiramente com o critério que temos sustentado nestas mesmas colunas:

“Longa foi a gestação destes acordos e muitas as dificuldades e dilacões que deveram ser vencidas até dar forma definitiva a seu texto; porém, por sorte, foi possível chegar ao momento em que, entre os territórios dos dois estados, haverá, além de liberdade de navegação, liberdade de comércio em termos satisfatórios; em que os nacionais de cada um dos contratantes acharão na jurisdição do outro não só a proteção de suas pessoas e bens, de que já gozam por império da legislação comum e das constituições políticas, senão também todos os direitos, vantagens e liberdades já concedidos ou que forem acordados no futuro aos próprios nacionais para o exercício de seus negócios, artes e ofícios, com submissão às leis e regulamentos

sucessivos. Esta disposição, que pareceu desnecessária há algum tempo na América, chegou a ser indispensável, dada a tendência a reservar para os nativos certos direitos vinculados às atividades econômicas.”

“Para completar a tarefa empreendida, não se necessitava outra coisa que dar facilidades à navegação e à indústria pesqueira, de tanta importância atual e futura. Assim entenderam os governos interessados e os convênios sobre ambas as matérias, que mantêm, conforme entendemos, o *statu quo* reinante sobre o rio Uruguai e o da Prata – não seria demais fazer constar – permitirão o aumento do transporte e da exploração das águas, de forma razoável e sem atritos. No mais, como a comissão mista que preparou os acordos expressa que o de comércio não é senão um primeiro passo para um melhor entendimento, que talvez culmine na união alfandegária, as opiniões públicas do Uruguai e da Argentina podem sentir-se satisfeitas.”

Tudo quanto se faça, pois, em favor da amizade e confraternidade que devem existir entre os dois países vizinhos, será sempre de indubitável benefício comum. Por nossa parte, não deixaremos em nenhum momento de auspiciar a mais franca aproximação com o povo uruguaio, ao qual nos unem vínculos e tradições que se identificam na história e se substanciam na alma generosa dos dois povos irmãos que lutam por idênticos ideais de evolução para um destino melhor.

O CONVÊNIO COMERCIAL COM OS ESTADOS UNIDOS FORTALECE A SOLIDARIEDADE CONTINENTAL

Unidos como estamos sob a Divina Providência em defesa de nossa preciosa herança neste hemisfério, forjamos hoje um novo elo na cadeia da amizade, paz e boa vizinhança que felizmente une as nossas duas nações.

Roosevelt



Nestes momentos em que a humanidade passa por tantas vicissitudes, num mundo convulsionado de ódios e rancores, nada pode ter melhor auspício nem ser acolhido com maior alegria e satisfação, que o Convênio Comercial recentemente assinado entre nosso país e a grande nação do Norte.

Parece que pouco a pouco o Novo Mundo vai se despertando para a realidade de seu destino. Hoje aqui e amanhã ali, os povos da América se estreitam em uma colaboração mais ampla, em uma identidade de objetivos e uma fraternidade continental que a Divina Providência – a qual têm aludido o Exmo. Sr. Presidente dos Estados Unidos e nosso Exmo. Sr. Vice-Presidente no exercício do Poder Executivo, – fará que seja indissolúvel e eterna.

Não faz muito foi assinado também o tratado com o Canadá e ratificados os convênios com o Brasil, Colômbia e Cuba, o que implica também, nos esforços que estão se realizando a fim de consolidar os vínculos comerciais com todos os países americanos e solidificar uma política de sincera e aberta colaboração continental. A este respeito, espera-se que de um momento para outro possa ser assinado o Tratado Comercial com o Uruguai, cujas gestões definitivas parecem já haver finalizado.

Se os portos são os pulmões por onde a vida econômica dos povos respira seu progresso, fácil será deduzir que o tratado assinado com os Estados Unidos promoverá um são e decidido impulso nas atividades comerciais da

Argentina, redundando em benefício de todos, pois haverá mais trabalho e os capitais não se estancarão, como no presente, à espera da oportunidade para mobilizar-se e render melhores dividendos.

A revista LOGOSOFIA, ao aderir ao franco sentimento de aprovação unânime que experimentou o povo argentino, quis evidenciar uma vez mais sua consequente orientação para a fraternidade continental que auspícia a persegue desde suas primeiras edições.

TRATADO DE COMÉRCIO ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Estabelece o regime de livre intercâmbio



Ao final do mês passado firmou-se, nesta Capital, o Tratado de Comércio que estabelece o livre intercâmbio entre Argentina e Brasil, assinado pelos ministros de Relações Exteriores de ambos os países, Drs. Ruiz Guiñazú e Osvaldo Aranha. Com isso realizou-se uma aspiração mantida por longo tempo, que vincula os dois países vizinhos com laços de fecunda confraternidade.

Nessa oportunidade, nosso chanceler manifestou que esse tratado era o primeiro passo no caminho da união alfandegária entre ambas as nações e que implicava uma expressão vigorosa do propósito que anima os dois povos, ansiosos de estender a projeção continental ao terreno econômico. Por sua parte, o chanceler brasileiro, ao responder o discurso de seu colega argentino, expressou que o citado tratado era “a consequência lógica da perfeita compreensão que vai se estabelecendo entre os interesses recíprocos do Brasil e da Argentina, nesta hora em que tudo aconselha que os países previsores busquem dentro de suas próprias reservas a forma prática e eficiente de remover as grandes dificuldades criadas ao comércio exterior pelo grave conflito armado de que é teatro a velha Europa”, afirmando mais à frente: “Deixamos assim o campo das abstrações para nos colocar no terreno da realidade, dando a todos os países da América um exemplo digno de ser imitado”.

É altamente auspiciosa a assinatura deste tratado, pois significará um impulso importante nas relações comerciais desses países e uma fonte a mais de mútua compreensão das necessidades comuns.

O TURISMO AO URUGUAI

Dois problemas que devem ser resolvidos para a próxima temporada



Muitos argentinos sentem verdadeira predileção pelas formosas praias uruguaias, que nada têm que invejar às melhores do mundo.

Há muitos anos, a corrente turística que nas temporadas de verão vai de nosso país ao Uruguai, é bastante considerável, registrando-se em alguns casos, mais de cem mil pessoas. Entretanto, este ano pareceria que o turista argentino se acha, de certo modo, indeciso sobre seus projetos de visita àquele litoral, devido, por uma parte, ao racionamento de gasolina, que limitaria os prazeres do volante, e por outra, ao aumento inesperado do tipo de câmbio da moeda uruguaia, que de 160 pesos m/n., valor que se pagava no verão passado para cada 100 pesos uruguaios, se encontra hoje em 220 pesos, e com tendências a subir.

Se o governo uruguaio não tomar alguma medida que resolva estes problemas, que tanto podem afetar o turismo desse país, temos a impressão de que muitas pessoas se verão obrigadas a desistir da temporada de verão nas praias do Uruguai.

É de se esperar que estas dificuldades que assinalamos possam ser corrigidas a tempo, a fim de que nem uns se privem de desfrutar, como nos anos anteriores, dos prazeres do mar, nem outros, de benefícios que possa trazer-lhes uma corrente de turismo, de tão vital importância para a economia de seu país.

UM NOVO TRIUNFO DA DIPLOMACIA ARGENTINA NA CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO



A conferência de chanceleres ocorrida na cidade do Rio no último mês de janeiro conseguiu o triunfo moral mais significativo e estupendo que se podia esperar nos atuais momentos em que vive o mundo, comovido profundamente pela agitação bélica dos velhos continentes.

Durante o curso das deliberações, reinou a cordialidade mais expressiva, não estando ausente a boa vontade, um só minuto, em nenhuma das delegações que participaram. Foram discutidos com critério amplo os mais delicados problemas que as nações americanas em conjunto deviam resolver; e cada país expressou por meio de seus chanceleres seus pontos de vista nos quais transpareceram com nitidez inquestionável os mais altos propósitos de colaboração comum.

Frente a “ponendas” e fórmulas que poderiam ter significado para alguns povos como o nosso a multiplicação de dificuldades de diversas espécies, foram propostas emendas conciliatórias que não alteravam o fundo e a essência do pensamento unânime da magna e histórica assembleia, e assim foi como a delegação argentina encabeçada por nosso chanceler Dr. Ruiz Guiñazú – de reconhecida autoridade mundial em matéria diplomática, por sua longa e brilhante carreira nas altas missões dessa índole que lhe tocou desempenhar na Europa –, apresentou a emenda feliz que seria consagrada por unanimidade no seio dessa augusta e memorável reunião, propiciando que fosse selado o destino da América sob o signo da amizade fraternal e da unidade inabalável do Novo Mundo.

O governo argentino, presidido atualmente com singular acerto pelo eminente cidadão Dr. Ramón S. Castillo, na qualidade de Vice-Presidente

em exercício do Poder Executivo, deu um grande passo adiante na consolidação de seus interesses, que redundarão indiscutivelmente no bem-estar do país e no ressurgimento de uma era de progresso moral e material, tão necessária nestes momentos, para a tranquilidade e prosperidade da República.

Ao triunfar a tese sustentada pela delegação argentina, foi permitido a cada país adotar suas medidas e tomar suas decisões “seguindo os procedimentos estabelecidos por suas próprias leis e dentro das circunstâncias de cada país no atual conflito continental”, o que implica numa norma de conduta altamente democrática e enquadrada dentro do marco das aspirações comuns do continente.

Ao deixar, por outra parte, estabelecido no texto da fórmula aprovada, que as nações da América “recomendam a ruptura de relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, por haver o primeiro destes estados agredido, e os outros, declarado guerra a um país americano”, cada nação sabe a que ater-se e seus governos, que meios arbitrar para a defesa de seus direitos, suas liberdades e sua independência.

Todos os filhos da América, sem exceção, pensamos, terão recebido com o maior júbilo o feliz resultado da conferência de chanceleres, onde se afirmou e consolidou uma vez mais o espírito de confraternidade que anima a todos os povos do continente.

HOMENAGEM ARGENTINA AO URUGUAI



Deverá ser altamente significativa a homenagem que a Academia Nacional de História e o Instituto Argentino-Uruguaio propõem realizar com auspício popular.

As simpatias que o país irmão da margem vizinha conquistou em nosso ambiente não são apenas grandes, mas cada dia maiores. Existe uma mútua e crescente compreensão de suas preocupações, o que une os dois povos numa inteligência comum e num afeto fraternal indissolúvel.

Não sem uma causa verdadeiramente justa, o diário “La Prensa” destaca em editorial de 1º de fevereiro o fato que comentamos, cujos parágrafos mais destacados nos permitimos transcrever em seguida:

“Não é necessário invocar – diz o citado e prestigioso diário – nenhuma razão circunstancial para que a acolhida do projeto encontre profundo eco na opinião de todos os habitantes de um país unido fraternalmente ao da margem vizinha. Uma história comum de êxitos, penúrias e sacrifícios na guerra da independência, uma solidariedade inquebrantável frente a acontecimentos internacionais, uma hospitalidade generosa, sem reservas, e humanitária no verdadeiro sentido da palavra, para os emigrados na época sinistra da tirania, e uma compenetração de ideais e de propósitos na política das relações interamericanas fazem que de povo a povo haja vínculos de afeto jamais empanados por rivalidades ou desconfianças. A amizade argentino-uruguaia é de uma sinceridade a toda prova e a homenagem a ser realizada constituirá uma demonstração eloquente do que afirmamos.”

“Contudo, há causas especiais que contribuem para torná-la, não mais espontânea nem mais justificada, senão mais oportuna. A recente colocação da pedra fundamental do monumento a San Martín, que será erguido em Montevideú e a reafirmação da unidade continental no Rio de Janeiro são fatos que a opinião nacional levou muito em conta, porque destacam o amor e a compreensão com que o país da vizinha margem trata os próceres indiscutidos da Argentina e a solidez de seu propósito de lutar em defesa das instituições livres e da democracia, de que já deu mostras completas em muitas ocasiões, da mesma forma que nós.”

“Por sua origem, suas finalidades e a decisão de dar caráter nacional, isto é, argentino, à homenagem, a ideia da Academia de História e do instituto mencionado há de encontrar apoio nos círculos sociais, de estudo, profissionais, artísticos, comerciais, etc. Está

descontada a adesão popular e pensamos que não pode dizer-se senão o mesmo da que corresponde às autoridades da República, províncias e municípios.”

“Seguimos juntos desde a época da colônia nas questões transcendentais para a vida dos homens que habitam ambas as margens do Prata. Agora acabamos de nos comprometer solenemente sobre a forma de levar à prática a política de defesa da soberania e das instituições livres e democráticas em toda a América, e nada mais oportuno que demonstrar-nos reciprocamente a consideração e o respeito que tem existido sempre entre dois povos irmãos, mais que vizinhos.”

Entre as instituições argentinas que já aderiram à homenagem consta em primeiro termo a Escola Raumsófica de Logosofia, cuja obra espiritual e social é bem conhecida em ambos os países.

Somente resta a esta Redação augurar o mais rotundo êxito à iniciativa das prestigiosas entidades que tomaram a seu cargo a realização da homenagem ao Uruguai e que estes atos de confraternização se repitam em todas as nações da América como a expressão mais cabal de suas estreitas e recíprocas manifestações de solidariedade continental.

A GUERRA ATUAL IMPÕE UMA NOVA COMPREENSÃO DAS NECESSIDADES INTERNACIONAIS



Quando o polvo insaciável da guerra estreita e limita mais e mais a área de liberdade dos povos, estes, como no caso das nações da América, veem-se envolvidos em sérios problemas para manter o equilíbrio de suas economias.

Em nosso continente há nações ricas e outras pobres, porém não tanto que estas últimas não estejam em condições de responder com seus próprios recursos econômicos às obrigações que a compra de produtos fora de suas fronteiras possa impor-lhes.

Pensamos que é dever dos países que, como o nosso, ainda nadam na abundância – seja no relativo à suas colheitas como às riquezas naturais de seu solo – oferecer seus excedentes aos povos que necessitam deles.

A Nação Argentina pode assumir diretivas que propiciem um maior desenvolvimento econômico em todos os países do continente, levando assim a prosperidade e a abundância a toda a parte. Nossa pátria se engrandeceria colocando-se por cima das mesquinhas que tornam os povos egoístas e estéreis. Além disso, a saída de produtos como trigo, milho e outros cereais promoveria a mais saudável reação nos homens do campo que cultivam o solo pátrio.

No Uruguai, país cuja proximidade com o nosso pareceria não ter diferenças nem sequer na nacionalidade, tal a comunhão no pensar e sentir, é doloroso ter que contemplar a escassez de produtos, que com

crescente intensidade vem experimentando, que esse só fato deveria mover a atenção de nossos homens de governo a fim de assinar tratados que contemplem as necessidades que a guerra atual tem imposto, e se estabeleça, graças a uma corrente comercial renovada, um novo ritmo de trabalho e prosperidade que torne felizes os filhos dos povos cujas tradições emergiram de uma mesma origem e se entrelaçaram com indestrutíveis e brilhantes caracteres nas páginas da História.

BRASIL DE PÉ ANTE A AGRESSÃO

*Os povos da América afirmam sua solidariedade
de países irmãos*



Repercutiu profundamente em todo o continente americano a declaração de guerra formulada pelo Brasil às nações da Alemanha e Itália. Apesar de ter-se a impressão de que a América Latina haveria de participar cedo ou tarde na contenda que comove o mundo, sempre foi crença geral que a onda do mal se deteria frente às costas da América, já que os problemas que se debatem no Velho Mundo e que se estenderam à Ásia, África e Austrália pareceriam ser de exclusiva incumbência daqueles continentes. Porém já se vê que o delírio bélico não tem limites, quando se desencadeia em incontidas ânsias de conquistas.

Coube ao Brasil ser a primeira vítima da agressão dessa força cega que busca desafogar suas iras ali onde se encontra um oásis de paz. Esta circunstância permitiu manifestar-se uma vez mais, e agora com maior eloquência e definitivamente, a força inquebrantável que irmana todas as nações da América.

Nosso Governo fez chegar ao Presidente Vargas as seguranças de sua absoluta solidariedade, baseada nos recíprocos convênios e no sentimento de mútua compreensão dos interesses comuns, e o povo argentino, por sua parte, fazendo suas as manifestações oficiais, cheio de simpatia e amizade para com o Brasil, enviou por diversos condutos, suas expressões de afirmação plena ao sagrado vínculo que une os dois países irmãos.

Congratulações ao povo brasileiro por estes momentos que teve que viver, e que se algo grande têm é haver-lhe permitido apreciar quem são seus verdadeiros amigos.

Estas provas de sincera, aberta e espontânea amizade, o Brasil as recebeu de todas as nações que integram o continente americano e de todos os povos que lutam pela liberdade e pelo direito.

Talvez seja esta a oportunidade de que o continente americano necessitava para despertar do doce sono em que se achava mergulhado e começar, de frente para o esplêndido sol que banha de luz e calor suas dilatadas e férteis regiões e suas costas virgens, a monumental obra que lhe foi assinalada para forjar os desígnios da civilização do futuro.

Confiemos em que isto há de ser uma realidade e que uma nova vida, fecunda e luminosa, se inicie para bem de toda a humanidade.

ARGENTINA E BRASIL ESTREITAM SEUS VÍNCULOS COMERCIAIS E ESPIRITUAIS



De algum tempo para cá vem se acentuando entre os povos irmãos um sentimento de simpatia, que tende a solidificar-se mais graças à mútua compreensão de suas necessidades e ao interesse cada vez maior de ampliar o volume do intercâmbio de produtos, apesar dos momentos difíceis que atravessam e os perigos que apresenta a navegação nestes tempos de guerra.

Assim é como se tem podido apreciar no mercado argentino a qualidade insuperável dos artigos fabricados pela indústria brasileira, artigos que em nada desmerecem ante os que são importados dos países da Europa. Da mesma forma temos visto os navios de nossa Marinha Mercante, carregados com a produção destas terras, sair com destino aos portos do Brasil, num fluxo crescente.

Este fato se reveste, nas atuais circunstâncias, de particular significado, e a julgar pela constante preocupação que existe em ambas as nações, para intensificar o intercâmbio comercial até sua máxima expressão, pareceria que começa uma era de prosperidade interamericana.

É sintomático e de bom augúrio que, paralelamente ao progresso das relações comerciais com o Brasil, acentuem-se as vinculações de índole intelectual e espiritual, o que move os homens mais proeminentes da cátedra a promover uma atividade crescente de permanentes efeitos sobre a cultura dos dois povos.

A recente nomeação do General de Divisão Sr. Arturo Rawson, como Embaixador de nosso país ante o governo do Brasil, adquire atualmente um destacado relevo e tudo faz supor que as providências que tome tão prestigioso militar deverão redundar em altos benefícios para ambos os países.

É de se esperar, como ocorreu até hoje, que sigam unidos pela tradicional amizade e espírito de concórdia que sempre existiu entre eles, para um futuro comum, identificados e arraigados como estão ao indivisível solo da América, que já é para o mundo solo de grandes esperanças.

PROJETO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE CONTINENTAL



Entre as propostas apresentadas à consideração da Conferência Interamericana de Educação reunida no Panamá, consta um projeto sobre a criação de uma Universidade Continental que abranja “as diversas faculdades técnicas, os estudos de índole desinteressada, as investigações particulares que de algum modo se relacionem com a vida americana”.

Depois de ser estudada esta proposta, a Conferência de Educação do Panamá votou a convenção que dispõe fundar a Universidade Interamericana, custeada por todos os países do hemisfério e que, como diz o diário “La Nación”, em sua edição de 6 de outubro, “encarna um ideal de vinculação nas tarefas espirituais de solidariedade, de contribuição com a cátedra e com o laboratório, para o progresso da América, posto que esta Instituição, que acaso será logo uma realidade, estará a serviço, com sua obra severamente disciplinada, dos desígnios que animam os povos do Novo Mundo”.

Ao mesmo tempo que aplaudimos esta acertada decisão da assembleia reunida no Panamá, devemos destacar que, já no ano 1941, nestas mesmas páginas, na edição de fevereiro, lançamos a iniciativa Pró-Universidade Americana no Uruguai. Dizíamos, então, que não era um segredo para ninguém que os países pequenos foram sempre os que mais sobressaíram nas páginas da História e que foram, também, os cumes das civilizações humanas. E baseados nesta tese, propúnhamos a criação de uma Universidade Americana, com base no Uruguai. Este país, manifestávamos, “reúne as condições necessárias e seria o indicado para que nele possa ser criada uma Universidade Americana na qual se achem representados todos os povos do continente, os quais, por sua vez, contribuirão para sua manutenção. Que nela atuem professores e homens de ciência de

cada país americano e frequentem estudantes sustentados por bolsas de estudo do governo ou custeados particularmente por entidades culturais ou científicas; que seja a mais alta tribuna cultural do Novo Mundo e que nela se forjem as mais brilhantes gerações do futuro. A Universidade Americana poderia constituir-se na ponta de uma grande civilização que já está se gestando no seio deste hemisfério e que, como tudo faz supor, haverá de superar às que floresceram em séculos passados nos velhos continentes”. E terminávamos dizendo: “Anelamos que esta iniciativa ganhe corpo e os governos a tornem sua; enquanto isso, formularemos votos e auspiciaremos uma espécie de alistamento de vontades americanas, com o propósito de que esta ideia seja apoiada pelo maior número de personalidades, cujas opiniões iremos publicando nesta revista, a fim de que sejam conhecidas e se difunda o pensamento dos homens que moralmente prestigiarão a realização desta obra, para maior glória do espírito que anima os povos da América”.

Como se vê, a semente lançada naquela época floresce nestes dias no seio da Conferência Interamericana de Educação, que no Panamá acaba de ocupar-se de numerosas questões práticas e científicas de interesse comum aos povos do continente. Em nossa edição de abril do mesmo ano insistíamos em que “nossa revista, inspiradora desta iniciativa, não cessará em seu empenho de animá-la e propiciá-la em todos os ambientes, por entender que será uma obra de altos benefícios para as gerações que encontram nela sua máxima expressão do ideal americano”.

Ninguém, pois, poderá negar-nos a paternidade de tal iniciativa e o espírito construtivo com que encaramos os temas medulares que preocupam inteiramente o mundo de hoje e que preocuparão também às gerações do amanhã.

Definitivamente, recordamos ter publicado nestas mesmas páginas as autorizadas opiniões dos Srs. Cel. Dr. E. Fantini Pertiné, Gal. Julio A. Roletti, ex-ministro de Defesa Nacional do Uruguai, Dr. Luis Guillot, ex-ministro Plenipotenciário do Uruguai, Juan César Mussio Fournier, ex-ministro de Saúde Pública do Uruguai, Magin Pons e Gregorio M. Pantazoglu, cônsules do Panamá e Grécia, respectivamente, etc., os quais emitiram ponderáveis juízos naquela oportunidade, na qual expussem nosso pensamento convidando os povos da América a constituir uma Universidade Americana no Uruguai.

VISITA DE INTELLECTUAIS BRASILEIROS



Terminou a visita de três distintos professores brasileiros que, sob o auspício do Conselho Livre de Estudos Superiores, pronunciaram um ciclo de conferências na referida entidade. Toda a imprensa do país e especialmente a da nossa capital destacou a importância desta embaixada intelectual, que veio com a nobre missão de promover uma corrente de compreensão mútua nos domínios do pensamento.

Aplaudimos sempre todo esforço que tenda a estreitar vínculos com os países irmãos do continente e pensamos que não existe uma forma mais eficaz de contribuir com esta vinculação que a frequência do trato, motivado pelas excursões que se façam de um país a outro para finalidades de cultura e de conhecimento comum. A visita destes três intelectuais do Brasil tem, nestes momentos, particular significado, já que estamos vivendo períodos críticos, nos quais a cultura universal se acha comovida em suas bases pelo estremecimento bélico que assola a tantos povos do mundo.

Em tudo o que expressaram os prestigiados professores, Srs. José Lins do Rego, Walter Oswaldo Cruz e Nelson Romero, foi fácil advertir um incontido anelo de vigorizar o ânimo, que deve assistir aos homens das letras e da palavra, como também a íntima satisfação que experimentaram ao ver que suas expressões, referentes umas ao passado, outras ao presente e outras ao futuro, eram acolhidas pelo público ouvinte com a mais viva simpatia. “Estamos numa reunião de homens de letras, de irmãos – disse o Sr. José Lins do Rego –, e eu quero falar-lhes sem meias palavras, sem medo. Nós, os homens donos das palavras, temos tido medo de tudo, até de nossas próprias sombras. Temos tido medo de Deus e do homem. Medo de falar, medo

da palavra, que é nosso instrumento e muito mais medo ainda dos fantasmas que nos dominaram. Por que essa covardia, esse fugir das batalhas, esse retraindo-se aos estudos e laboratórios, às teorias e aos formalismos, quando o mundo mais necessitava de nossa presença, de nosso estar com as ideias, com os fatos? Não tivemos a coragem das palavras, ficamos como escravos dela. Em vez de artistas, em vez de viver de acordo com as inspirações de nossa vocação, nos transformamos em expectadores de nossos próprios poemas, de nossos próprios dramas. Éramos aduladores da glória, num mundo que carecia de nossa ação, num mundo que se deixou vencer e dominar pelos verdugos, monstros que gritavam em nome de Deus, em nome da pátria, em nome da família.” Mais adiante acrescentou o orador: “Nós, os escritores, havíamos perdido o uso da palavra e vocês, amigos meus do Conselho Livre de Estudos Superiores criaram na Argentina uma tribuna para redimir aquilo com que Deus começara a Criação. Nós, os do Brasil, agradecemos-lhes pela oportunidade que nos deram de falar na terra de Sarmiento sem degradar nossa missão de escritores”. Para terminar, o orador expressou as seguintes palavras: “Estamos aqui hoje em uma reunião de fraterna mesa. Aqui, nesta hora, neste local de festa, que convoco os escritores da Argentina, artistas, homens de ciência, para um compromisso que eu sinto que é sagrado: convoco-lhes para a luta pela liberdade de pensar no mundo inteiro. Senhores: Vamos salvar a palavra”.

Adverte-se que existe uma preocupação que cada dia se aprofunda mais na alma de todos: a de preservar a liberdade de nosso espírito de toda limitação hostil que se pretenda impor-lhe e que, como já se viu nos países da Europa, costuma trazer tão fatais consequências.

Ao pensamento nobre e construtivo não se pode restringir a livre manifestação, pois, por sua própria índole, prescindindo de dogmas e partidos, sempre é o que tem enriquecido o acervo da inteligência em todos os campos do saber; e tão pujante é sua ação dinâmica, tão edificante e familiar sua presença quando contribui para o bem-estar geral por qualquer dos caminhos que tome, seja na ciência, na política ou na filosofia, que ao pretender-se debilitá-lo ou empobrecê-lo, retirando as garantias de sua livre expressão, parece que mais se multiplica e se expande.

Nas grandes ações militares, a experiência tem demonstrado e com maior força ainda na guerra atual, que a uma ofensiva de caráter avassalador se deve opor não somente uma defesa forte que a paralise, senão uma contraofensiva que retorne o inimigo ao ponto de partida; analogicamente, cabe pensar que no campo da luta intelectual não de ser as inteligências as que atuem com perfeito domínio das capacidades mentais, frente aos problemas que a inteligência mesma apresenta em suas tão opostas linhas de pensamentos. Existindo, pois a livre exposição das ideias, as inteligências enfrentam os postos de luta decididas cada uma a sustentar seus próprios pontos de vista, e nada mais formoso nem mais reconfortante que o fato de assistir aos triunfos ou às derrotas do pensamento frente à expectativa de um povo ou de um mundo que segue com profundo interesse as alternativas da luta e presencia o triunfo das ideias que têm sabido vencer pela natureza dos princípios que sustentam ou pela esmagadora lógica e verdade que contêm.

Por isso, tem sido excepcionalmente grato ao espírito da argentinidade haver escutado os três professores brasileiros, aludindo significativamente à necessidade imperiosa de trabalhar unidos em uma incansável luta, a fim de que incremente o cultivo das altas ideias e estas, ao manifestar-se, não se sintam feridas pela indiferença ou, o que é pior, pela repulsa prepotente dos que não sabem compreendê-las.

POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA

Argentina e Paraguai



Com a recente assinatura dos convênios estabelecidos entre nosso país e o Paraguai, vai-se fortalecendo, passo a passo, a política argentina de boa vizinhança. É um anelo que há tempo vem acrescentando-se no ânimo argentino e no dos povos vizinhos da República, ao alcançar em um dia não distante o desiderato de uma união alfandegária. A isso tendem os sucessivos acordos que se estão realizando com os países do continente e é de todo ponto de vista promissor o esforço que, em tal sentido, se realiza nas esferas oficiais e nos seus governos.

É bem sabido que o intercâmbio comercial, à medida que vai eliminando os obstáculos que dificultavam sua livre expansão, adquirirá uma importância definitiva nas relações comerciais entre os povos; e essa atividade em constante aumento trará por consequência um maior contato entre uns e outros, o que permitirá, por sua vez, um maior conhecimento mútuo. E se a isto se acrescenta também uma constante corrente de intercâmbio intelectual, se completaria o fomento da vinculação espiritual e econômica, até graus máximos.

Cabe destacar que, na oportunidade de assinar os convênios com o Paraguai, nosso chanceler geral Gilbert declarou, entre outras coisas, o seguinte:

“O ato que realizamos hoje, ao assinar os tratados resultantes dos trabalhos desta comissão, comprova a veracidade da afirmação formulada e por isso podemos repetir agora estas mesmas palavras, com o pleno convencimento e a profunda satisfação de quem anuncia uma verdade irrefutável”.

“Confiamos, pois, no porvir e abrigamos a segurança de que estes convênios, que respondem ao propósito de satisfazer a necessidades que já existem, marcam também o caminho a seguir para a estruturação das relações econômicas e financeiras entre o Paraguai e a Argentina. Não vou entrar aqui na análise detalhando cada uma de suas cláusulas, mas quero, por outro lado, assinalar alguns dos seus aspectos fundamentais”.

“Destaca-se antes de tudo o propósito claramente enunciado de prosseguir as negociações entre nossos dois países, até chegar a uma união alfandegária total. Essa

aspiração, essa alta finalidade é, a meu juízo, a que melhor responde aos interesses do Paraguai e da Argentina. Ampliar os limites de nossos territórios econômicos, dentro de um clima de franca e leal cooperação mútua e com as demais nações limítrofes e americanas, não pode senão reportar ingentes benefícios ao povo de nossas duas nações. Se à massa consumidora paraguaia se soma a capacidade de absorção da massa consumidora argentina, é indiscutível que, no futuro, a terra e a indústria paraguaias terão uma ampla margem de desenvolvimento e que hão de poder iniciar-se novas explorações com perspectivas de êxito, que crescerão em razão direta com o aumento do mercado a cujas necessidades podem satisfazer sem obstáculos”.

“Foram contemplados, também, os problemas de caráter financeiro, originados pelo intercâmbio comercial, e confio em que as disposições adotadas serão uma solução eficaz para a fácil liquidação das transações originadas no intercâmbio de mercadorias”.

“Por último, e muito especialmente, quero referir-me à colaboração que temos estabelecido entre os órgãos técnicos dos dois países, que se complementa na decisão de fomentar as visitas de peritos para estabelecer, assim, não somente a cooperação prevista, senão também a vinculação pessoal, o conhecimento íntimo e o contato direto com nossas respectivas realidades nacionais; conhecimento, vinculação e contato que tanto podem fazer para o fácil entendimento e a pronta resolução de nossos problemas comuns”.

“Grassa nos convênios que acabamos de assinar o espírito fraterno que tem tornado fácil e profícua a tarefa da comissão mista argentino-paraguaia. Por intermédio de nossos delegados conheci a amplidão de objetivos, a probidade dos procedimentos, a retidão das intenções, assim como a nobre lealdade com que a delegação paraguaia expôs a posição de seu país, em todos os aspectos de suas relações com a República Argentina. Em nome de meu governo agradeço à delegação paraguaia por tão altos sentimentos, substância mais pura de nossa comum tradição; agradeço também ao ministro da Fazenda do Paraguai, doutor Rogelio Espinoza e ao embaixador, Dr. Francisco L. Pecci, nos quais reconhecemos a função inspiradora e diligente que nos permite alcançar estes felizes resultados. Senhores: repetindo palavras do preâmbulo do tratado de comércio, faço votos para que, cumprindo-se os desejos do presidente da Nação Argentina, general Pedro P. Ramírez, e do Presidente da República do Paraguai, general Higinio Morínigo, se estendam às relações econômicas os vínculos felizes que nos unem em todas as demais ordens de nossa vida nacional”.

Também devemos ressaltar as palavras que em tal oportunidade pronunciou o ministro da Fazenda do Paraguai, que assinou os acordos como plenipotenciário de seu governo:

“Os convênios que acabamos de assinar resolvem as principais questões que afetam nossas respectivas economias e estabelecem as mútuas facilidades para o incremento de nossas transações comerciais. E compraz-me destacar especialmente a boa vontade do governo argentino, demonstrada com a aceitação das razões invocadas pelo Paraguai, sobre a necessidade de considerar as desvantagens derivadas de sua posição geográfica e da anormalidade de nosso intercâmbio. Esta elogiável atitude, que interpreta os mais puros e profundos anelos de ambas as nações, constitui um notável exemplo de elevada compreensão, de efetiva solidariedade continental, de pan-americanismo autêntico”.

“As mencionadas circunstâncias imprimiram aos convênios que, uma vez ratificados, regularão nossas relações econômicas, um caráter especial que os distingue dos tratados comerciais comuns, porque consagraram princípios e normas suscetíveis de criar as condições propícias à coordenação de nossas economias. E tanto é assim que uma das

cláusulas do tratado dispõe sobre a constituição de um órgão encarregado de determinar a forma mais adequada em que se poderão ampliar os termos do acordo até chegar ao regime de união alfandegária total entre nossos dois países”.

“É justo e, também, é-me muito grato reconhecer que os representantes argentinos na Comissão Mista prestaram uma valiosa e eficaz colaboração durante o estudo dos complexos problemas que foram examinados no curso das deliberações. Em nome de meu governo agradeço a tais funcionários, que por sua reconhecida capacidade e bem merecidos prestígios conferem à administração pública argentina sua incalculável contribuição à magna obra de maior vinculação em que estamos empenhados”.

“Agradeço também ao Exmo. Sr. Presidente da República, general Pedro P. Ramírez; ao ministro de Relações Exteriores e Cultura, general Alberto Gilbert; ao ministro da Fazenda, Dr. César Ameghino e ao ministro de Agricultura, general Diego I. Mason, pela acertada e inteligente orientação que souberam imprimir às negociações que hoje culminam com a assinatura destes históricos acordos”.

“E termino formulando os mais calorosos votos para que sejam cada vez mais sólidos os laços fraternais que unem o Paraguai e a Argentina”.

Nestes momentos de perturbação mundial, não deixa de adquirir destacado relevo estes convênios que se realizam em um ambiente de verdadeira cordialidade e boa compreensão, e isto leva a pensar que se as nações da Europa houvessem podido dirimir suas dificuldades num plano de equidade, de justiça e conhecimento das necessidades comuns, talvez não teriam chegado aos extremos que culminaram numa catástrofe para aquele continente.

É de esperar-se que continue aparecendo na lista dos tratados assinados com cada um dos povos que estão mais estreitamente vinculados ao nosso país algo que a imprensa já adiantou, pois estão em preparação acordos com o Uruguai, Chile e outros países, cuja culminação irá coroar provavelmente este esforço de entendimento comum.

A LIBERDADE DO HOMEM — DISSE O PRESIDENTE DA NAÇÃO — É O MAIS DIGNO ATRIBUTO DA SOBERANIA DO ESPÍRITO



Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, que ocorreu no final do mês passado, o Exmo. Sr. Presidente da Nação expressou seu pensamento ante todos os jornalistas reunidos na residência presidencial. Disse o primeiro mandatário, referindo-se aos últimos acontecimentos sobre a ruptura de relações com o Japão e Alemanha e que são do domínio público:

“Antes de tudo, devo dizer que segui com toda atenção e com sumo interesse a forma ampla, correta e serena com que a imprensa em geral do país e particularmente a de Buenos Aires – que é a que tenho seguido mais de perto – informou ao público estes fatos, mantendo-se dentro de uma linha de conduta serena e veraz, sem incorrer em excessos, interpretando o sentir do governo de não dar a este assunto uma transcendência exagerada, o que poderia levar à opinião pública uma intranquilidade que eu não desejei que existisse”.

E dada a importância de que se revestem as palavras do Chefe de Estado, achamos oportuno transcrever o texto das declarações em sua totalidade.

“O momento atual é sério, de relativa gravidade e convém que todos, não somente os que têm em suas mãos a responsabilidade da direção da política exterior do país, senão também a imprensa que orienta e que ilustra o povo, mantenham-se nesta linha de conduta. De nada serve apressar, criar ambientes fictícios, que podem conduzir-nos em momentos delicados como este a situações das quais é mais difícil sair”.

“Espero que agora, mais serenados os espíritos, os representantes da imprensa em geral não de continuar inspirando-se nestes propósitos, secundando assim,

de uma maneira efetiva e clara, a ação do governo, podendo estar seguros de que este não está inspirado senão em um só propósito, que é a defesa da dignidade e do decoro da Nação. Não privou em nosso espírito absolutamente nada que não sejam estes conceitos. Chegamos a esta situação por império das circunstâncias, e o governo adotou sua resolução serena e firmemente em defesa dos princípios básicos e fundamentais de nossa soberania”.

Em seguida o subsecretário de imprensa leu as declarações que fez o Chefe de Estado sobre o momento internacional. Seu conteúdo é o seguinte:

“Depois da atitude assumida pelo governo argentino, na situação internacional do país, é necessário precisar algumas orientações, em forma definida e clara, para que as atividades gerais se complementem e em tudo haja unidade e firmeza”.

“As orientações permanentes deste governo estão estreitamente identificadas, como não podia deixar de ocorrer, com as limpas, dignas e serenas tradições de nossa política internacional. Ali buscamos a orientação de nossos atos; esses lemas nos servem de guia e inspiração”.

“Poucas vezes em nossos 133 anos de vida independente, a República se encontrou frente a problemas mais graves”.

“Os primeiros anos de nossa ação exterior foram dedicados à busca de elementos que servissem para ajudar o triunfo das armas patriotas. Depois de Caseros nossa ação teve que orientar-se, logicamente, para a consolidação da República. Hoje, em momentos trágicos para o mundo, solenes e decisivos para nosso país, devemos afirmar nossa personalidade internacional”.

“Temos ampla consciência das responsabilidades da hora presente, porém sabemos enfrentá-las com a consciência serena que deriva da certeza de achar-se na senda reta da justiça e da dignidade”.

“Não creio que seja o momento de expressar concretamente quais serão todas as medidas que sigam o decreto de ruptura de relações. Logicamente será necessário adotar, como consequência da ruptura, algumas medidas de caráter interno. Na ordem internacional, se procederá conforme requerem as circunstâncias que afetem a posição ou os interesses da Nação”.

“Esta atitude serena é, ao mesmo tempo, de vigilante atenção. Este país que me honro em governar é dos que sabem responder prontamente a qualquer afronta ou atentado a sua soberania. Somos tolerantes com o erro humano, porém muito altivos no que se refere ao respeito devido à Nação. Não permitiremos, por conseguinte, que tomando como pretexto esta ruptura de relações, se tente realizar atentados contra o próprio país, seus cidadãos ou seus bens”.

“Sempre nos regemos pelas leis do direito e continuaremos fazendo-o. O cumprimento de suas normas e dos tratados é sagrado para nós e não o condicionaremos a cálculos de egoísmo ou conveniência, se bem que exigimos uma estrita reciprocidade no tratamento”.

“Aqueles que até ontem foram agentes credenciados de outros governos, não obstante haver perdido seu caráter representativo, acham-se amparados em nosso país pelas leis da cortesia internacional e esperamos que nossos funcionários gozem, nos outros países, do mesmo tratamento respeitoso. Alguns deles abusaram de seus privilégios e não souberam manter o dever de lealdade que era dado exigir, porém quero crer que o fizeram por obedecer às ordens de seus governos e, nessas condições, preferimos não ver neles senão estrangeiros amparados por um tácito convênio de inviolabilidade e respeito”.

“Nossa ação tem se dirigido a romper relações diretas com dois governos que não souberam comportar-se em seu trato conosco dentro dos limites impostos pelo mútuo respeito que se devem os Estados. Nossa ação não se dirige contra os cidadãos desses países. Não adotaremos senão aquelas medidas de resguardo que a prudência ou a segurança do país ou do continente exijam. Estou seguro que a imensa maioria dos alemães e japoneses residentes em nosso país repudiam e condenam, tão severamente como os próprios argentinos, a atitude desrespeitosa de seus governos, de modo que frente a eles não é nosso propósito adotar medidas de exceção, exceto que por seu próprio comportamento demonstrassem que não compreenderam os propósitos generosos do governo e que não são dignos dessa confiança”.

“Por óbvias razões, entretanto, a propaganda terá que submeter-se de agora em diante a normas mais rígidas que em tempos de normalidade. Vivemos momentos de exceção e as regras têm que ser de exceção. O país tomou uma posição definida. Além disso, o governo se acha perfeitamente tranquilo, porque sabe que o respalda com sua imensa força a preponderante maioria do país. E poderia acrescentar que os poucos que neste momento pensassem de maneira diferente deveriam calar por patriotismo”.

“Aqueles que não estejam de acordo com as atitudes de dignidade, os que pensem que é preferível, por conveniência, cálculo ou meio, tolerar afrontas em silêncio, podem desde já saber que é melhor, para sua própria tranquilidade e a do país, que guardem em silêncio semelhantes sentimentos. Não vou insistir no tema, porém posso assegurar-lhes que não tolerarei desvios desta linha de conduta”.

“Quanto às relações econômicas e financeiras com Alemanha, Japão e os territórios que se acham sob seu domínio, bem sabem vocês que eram mínimas. Em parte, pelo seguimento da guerra, em parte por medidas restritivas adotadas com antecedência pelo governo argentino, as transações econômicas haviam chegado quase a zero absoluto e as relações financeiras estavam limitadas às muito reduzidas que se permitiam em casos especiais. Agora, rompidas as relações diplomáticas e consulares, nem sequer esse mínimo de transações financeiras se justificaria e, por conseguinte, ditou-se um decreto suprimindo-as completamente”.

“As relações epistolares e telegráficas são motivo, neste momento, de especial estudo”.

“No que se refere ao comércio exterior da República, o governo deseja realizar um programa de franco estreitamento com as demais nações americanas. Nesse

sentido, está disposto a suprimir tudo o que signifique um obstáculo alfandegário à introdução de produtos ou elaborações procedentes dos países irmãos do continente. Aspira a que as economias dos povos da América se fortaleçam com a cooperação ilimitada e se propõe a levar ao máximo a industrialização do país, utilizando, não somente as matérias-primas nacionais, senão todas aquelas que tenham sua origem no território dos outros países americanos. Caso certas matérias-primas possam proceder de diversos lugares, o governo argentino dará preferência às que sejam produzidas nos países da América e daqueles que mantêm relações com o nosso. De igual maneira, nas exportações argentinas serão contempladas, em primeiro lugar, as necessidades dos povos do continente”.

“Com estes conceitos se esboça uma política, para cuja realização imediata o governo argentino facilitará a conclusão de acordos e o entendimento sobre bases que representem, sem dúvida alguma, os verdadeiros interesses do continente”.

“No desenvolvimento das atividades financeiras e econômicas, dentro de nosso país, não gravitará, de nenhuma maneira, o capital estrangeiro, no sentido de exercer qualquer influência que possa ser um obstáculo ao propósito de cooperação e unidade com as nações irmãs”.

“O rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha e o Japão impõe também a necessidade de fixar certas diretivas, em matéria social e política, que não deixem dúvida nem se prestem a interpretações obscuras, com respeito à posição do governo, nessa ordem de ideias, tão intimamente vinculado, por suas projeções, com a situação internacional”.

“O governo surgido da revolução de 4 de junho de 1943 não teve outro plano de ação que o de moralizar um sistema político corrompido e desatualizado; estimular as forças morais da Nação e reconstruir, com um pensamento nitidamente argentino, tudo o que representa valor para a vida argentina pura e livre”.

“Em nenhum momento pôde inspirar os postulados da revolução uma filosofia política que não fosse a essência da Constituição Nacional e a honrosa tradição histórica, na qual jamais houve claudicações nem titubeios, com respeito à estrutura republicana, nem à liberdade do homem, que é o mais digno atributo da soberania do espírito”.

“Dissemos que a República Argentina sustentou em magnos congressos e conferências internacionais a autodeterminação dos povos e a igualdade jurídica dos Estados. Tais princípios, que honrosamente constituem um dos mais preclaros fundamentos de nossa política externa, significam que, para que se possa reconhecer esses direitos a um povo, é necessário comprovar sua aptidão e capacidade de governo, que são os pilares da soberania”.

“Se a Nação Argentina proclamou, pela boca de seus representantes e em documentos imperecíveis, esta doutrina – que sustenta com decisão inquebrantável o governo da revolução de 4 de junho –, significa que dentro de seu território não podem diminuir-se nem desvirtuar-se a liberdade individual, as práticas da cidadania, nem a influência sã da vontade popular”.

“Os argentinos, sem trair a pátria, não podem orientar-se em nenhum sentido que se afaste dos preceitos constitucionais ou os contrarie”.

“As ideias políticas são distintos pontos de vista com respeito aos problemas sociais, políticos ou econômicos; porém de nenhuma maneira o enfoque dos problemas puramente nacionais pode ser feito por meio de ideologias que não somente se afastam da Constituição, senão que proclamam sistemas que acabariam por negá-la”.

“O governo, para realizar a obra construtiva que constitui seu programa, teve a necessidade de decretar medidas extremas que assegurem a tranquilidade pública, durante o tempo necessário para a restauração dos valores desprezados. Uma destas medidas foi a dissolução dos partidos políticos, para dar uma trégua à agitação dos espíritos exacerbados. Porém essa medida não significa que o governo pense que o critério político do povo não deva agrupar os homens, de acordo com suas afinidades. Chegará o momento em que as tendências políticas se organizem e se preparem, com mais clara consciência pela lição recebida, para enfrentar o porvir como corresponde a um povo, cuja mentalidade está registrada por índices honrosos”.

“O que de nenhuma maneira este governo tolerará é que, invocando sentimentos de especial nacionalismo, se organizem núcleos cuja filosofia social e política negue a liberdade do homem, adotando para a pátria sistemas totalmente alheios à consciência nacional”.

“Proclamamos e estamos dispostos a defender, custe o que custar, a soberania da Nação. Acabamos de dizer: o governo da Nação, em sua posição eminente sobre tudo o que se refere à vida de seu povo, não tolerou, nem permitirá jamais, que sobre um milímetro de terra argentina se enraízem ideologias contrárias a sua estrutura republicana, nem se afiancem manifestações de soberania estranhas à própria Nação”.

“De acordo com isto, este governo, com toda sua força moral e executiva, desterrará qualquer insinuação de ideologias exóticas, que representem uma diminuição para os princípios liberais e republicanos, em que se baseia a organização política da Nação”.

Até aqui a leitura das declarações. Em seguida, o Presidente da Nação voltou a fazer uso da palavra nestes termos:

“Não tenho mais nada que acrescentar, e creio que vocês não terão nada que perguntar. Os comentários ficam, pois, por sua conta”.

“Espero que com a clareza e a honestidade com que se manifestam os conceitos expressados, o jornalismo poderá estar em condições de discriminar e ir tomando consciência do que repetimos em muitas oportunidades”.

“Não vimos ao governo para medrar nem para lucrar. Chegamos a ele por força e por império das circunstâncias; para fazer o bem ao país, com toda a honestidade, com toda sinceridade e com todo o patriotismo. Creio que ninguém poderá negar

isso conscientemente. Poderão cometer-se erros, porém é sabido que estamos dispostos a corrigi-los tão logo como os tenhamos percebido”.

Não puderam ser mais oportunas e eloquentes as palavras do primeiro magistrado ao referir-se a pontos de tão vital importância para o país.

A liberdade do homem a que se refere o Chefe de Estado deve implicar, em seu conceito mais amplo e puro, a de atuar com independência de juízo na órbita em que cada cidadão desenvolve suas atividades e que esse uso da liberdade contenha, por uma parte, a plena noção da responsabilidade individual e, por outra, resume os propósitos de bem e as aspirações mais sãs e nobres de cada coração, ao mesmo tempo que as ideias se inspirem em objetivos de moral e de bem para o semelhante e para a humanidade.

Daí, sem dúvida, tenha dito o primeiro mandatário que a “liberdade do homem é o mais digno atributo da soberania do espírito”, significando que esse atributo há de ser mantido à altura da dignidade pessoal e que a melhor defesa dessa soberania do espírito reside em conservar essa condição tão apreciada na altura que corresponde, evitando que ela desça onde cessam as garantias da seriedade, do respeito e da consideração.

Entendemos que o cultivo das altas qualidades e o esforço constante de superação haverão de constituir o melhor e mais seguro caminho para que essa liberdade seja a realidade mais formosa da existência.

NOTA: Enquanto esta edição estava em preparação, ocorreu em nosso país a delegação do mando do primeiro magistrado.

O DESASTRE DE SAN JUAN



Nosso país viveu instantes de angustiosa realidade frente às dolorosas consequências ocasionadas pelo terremoto na Província de San Juan. Somente quem pôde apreciar a magnitude do desastre poderá, também, compreender quão profunda foi a repercussão que ele teve na alma do povo argentino. Entretanto, esta desgraça teve a virtude de expor a solidariedade, não somente de todos os habitantes deste solo, senão também das nações amigas, que ofereceram generosamente sua contribuição para ajudar às vítimas e tornar menos penosa a situação em que se encontravam.

Vê-se nisso que, que por cima de tudo e sem que possam impedir as diferenças no pensar e no sentir, existe no fundo da alma humana um sentimento recôndito, que a entrelaça com a de seus semelhantes para vibrar em uma mesma e espontânea fraternidade, cada vez que o infortúnio comove, por sua magnitude, as fibras de todos.

A AMIZADE ARGENTINO-URUGUAIA



A atitude do senado uruguaio, ao tornar público seu voto de amizade para com a República Argentina, foi recebida pela opinião geral de nosso país com a mais viva simpatia e agrado.

Não podia esperar-se outra coisa da nação irmã, com a qual tantos vínculos espirituais e de tradição nos unem e com quem, no avanço constante pela trilha do progresso, temos sabido manter uma firme e fiel adesão aos princípios que encarnaram a liberdade e a independência de ambos os povos.

Argentina e Uruguai sempre prestaram culto a uma amizade tradicional, que jamais foi empanada nem empalidecida por perturbações de nenhuma índole. Há de repercutir, pois, no coração de todos os argentinos este oportuno voto de amizade pronunciado pelo senado uruguaio, precisamente no momento em que as convulsões do mundo agitam os espíritos e comovem tão profundamente a existência dos povos.

É de esperar que depois destes dias amargos que se estão vivendo no mundo, transtornado por tantos padecimentos e agitações de toda espécie, sobrevenham dias de reflexão, de paz e de trabalho, dias em que os homens, compreendendo o significado de seus erros anteriores, se disponham a trabalhar mais que tudo na sua reparação e no cultivo de novas qualidades que enalteçam a vida e voltem a colocar os povos na categoria que lhes corresponde como humanidade civilizada. Serão, então, épocas prósperas no sentido mais amplo da palavra, nas quais os egoísmos e misérias da incompreensão humana haverão de ser substituídos pela generosidade e grandeza das novas gerações.

Argentina e Uruguai nesse amanhã, como hoje, trabalharão unidos por idênticos ideais de confraternidade e concórdia.

A Direção

POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA



Quando o presidente Roosevelt inaugurou sua política de boa vizinhança, pondo fim à época dos intervencionismos, surpreendeu toda a América, a qual durante longos anos havia assistido aos intermináveis debates domésticos, debates nos quais o irmão maior, seguindo o velho costume, tinha sempre razão. Foi, portanto, com ceticismo e até com fundadas reservas que se acolheu esta nova forma de tratamento para a família americana. Hoje, essa política tão decidida e empenhadamente praticada pelo ilustre estadista, que se acha cumprindo um dos mandatos mais transcendentais da história daquela grande nação, conseguiu converter em uma das mais formosas realidades o sonho dos forjadores da alma americana.

Respeitar o vizinho para que este nos respeite, importa tanto como dizê-lo do próprio semelhante, quem ao tratá-lo se converte em vizinho de nosso conhecimento.

A vizinhança que bem poderia representar, neste caso, amizade, se estreita ou se esfria conforme seja o tipo de cultivo que dela se faça.

Se se aprofunda no sentido da expressão “boa vizinhança”, se verá que é aplicável a todos os atos dos seres humanos em sua vida de relação. No campo da política, por exemplo, a intransigência caracterizou sempre a posição dos partidos, dificultando-se assim as relações de convivência política entre uns e outros. O menosprezo das condições e méritos dos militantes de qualquer agrupamento foi, em geral, o meio empregado nos discursos e nas polêmicas para diminuir ou, melhor dizendo, tentar diminuir o prestígio dos contrários. Entretanto, os ideais sustentados pelos partidos não diferiram muito em seus fundamentos, e o prova o

fato de que seus líderes, uma vez no poder, governaram sem variação alguma, em relação ao antecessor de outra cor política. É o fato então de pensar se não chegou o momento de conciliar as diferenças entre as tendências e entre os homens de nosso país, a fim de que essa boa vizinhança, que tantos frutos está dando em nosso continente, aplicada a todas as atividades em que assim exijam o bom entendimento e a cordialidade do ambiente, se pronuncie como um imperativo da hora atual.

Constituída, pois, em princípio esta política de boa vizinhança, e praticada no individual, irá formando consciência na sociedade e se estenderá depois de um confim a outro da terra, já que com os meios de comunicação com que contamos em nossos dias não há país distante nem que possa estar isento desta aplicação.

A paz futura deverá caracterizar-se, precisamente, por essa cordialidade que torna possível a convivência dos povos. Hoje se luta, expressaram os grandes condutores da guerra, por expulsar do seio da comunidade humana os que tornaram impossível essa convivência, perturbando a ordem e a tranquilidade e afetando toda a estrutura em que se apoiava a segurança das nações.

A boa vizinhança implica, certamente, um tratamento leal recíproco e um mútuo esforço na tarefa de eliminar as dificuldades que se interponham ao bom andamento das relações comuns. E com este entendimento, tudo o que se faça para fortalecer a vontade dos povos, em seus afãs de aproximação e fraternal compreensão, será para o bem de todos e para a consolidação de uma paz perdurável e real.

LOUVÁVEL INICIATIVA DO GOVERNO URUGUAIO

Criação de adidos culturais



De um tempo para cá vem se acentuando a frequência com que nos visitam prestigiados mensageiros do ambiente cultural da América.

Entre os mais destacados propulsores deste entendimento, mais espiritual que material, figura o Sr. Nelson Rockefeller, que, como se sabe, desenvolve uma vasta atividade de aproximação nesse sentido entre os povos do continente.

A iniciativa uruguaia de criar o cargo de adido cultural junto a suas representações diplomáticas é, sinceramente, plausível, pois denota o interesse crescente que assumem as atividades da inteligência, em seu esforço de superação em todas as ordens da cultura.

Os jornais, em geral, raramente se ocupam de mencionar o que ocorre em outros países em relação ao seu desenvolvimento espiritual, como foi dado observar na Europa antes da guerra atual, onde noventa e cinco por cento de seus habitantes desconheciam as características e qualidades de nossos povos, causa pela qual não fica outro recurso que recorrer à própria iniciativa a fim de levar por todas as partes um conhecimento cabal dos valores de nossa terra, de seus homens e de suas riquezas.

Pois bem, nem sempre são suficientes os esforços que realizam as entidades culturais em prol dessa difusão. Se as representações diplomáticas contassem com um departamento que atendesse o relativo a

esse gênero de atividades e dedicasse todo seu empenho em promover o crescimento da vinculação intelectual e espiritual dos povos, estes se conheceriam melhor e o desenvolvimento e fomento das relações internacionais adquiririam uma consistência e volume insuspeitados.

“O que até agora tem faltado à obra de difusão de assuntos nacionais no exterior, disse o senhor ministro eng. José Serrato, ao apresentar tão plausível iniciativa, foi a coordenação dos adidos culturais por parte do Ministério de Relações Exteriores. Esta pode ser a ocasião propícia para que, do estudo das atividades que se desenvolvam nos diversos países para os quais sejam designados e do conhecimento dos meios ambientes onde haverão de atuar, se chegue ao convencimento de que os esforços dispersos são antieconômicos, e se indiquem, ao contrário, rumos benéficos para a vinculação interamericana. Corresponde assinalar, em ação de justiça, que até agora este entendimento foi tido como propulsor de entidades particulares, tais como os institutos culturais e as câmaras de comércio, entre os quais se destacaram por suas realizações e sua permanente dedicação os que integram cidadãos argentinos e uruguaiois, em Buenos Aires e Montevideú”.

Esta preocupação do ministro uruguaio é tanto mais louvável porquanto baseia seu pensamento no anelo de buscar, paralelamente ao econômico, a expansão das excelências virtuais do espírito uruguaio, que acusa um constante afã de superação em todas as ordens de sua vida institucional.

VIAS DE ENTENDIMENTO



Mais um passo foi dado para alcançar a culminação de louváveis esforços para reabilitar a velha ferrovia transandina. As vias que como fios de prata unem os países irmãos, Argentina e Chile, já conduzem os pesados comboios que por eles se deslizam levando e trazendo passageiros e carga em geral.

Esses trilhos, que colocados em outros trechos da República somente teriam o significado que é habitual conceder-lhes como expressão de progresso, adquirem ali, na cordilheira e sobretudo nestes momentos, particular relevo. É a materialização de profundas preocupações pelo porvir das relações espirituais e econômicas dos povos, cuja tradição, cultura e destino, pareceriam estar inseparavelmente unidos e selados por uma amizade inalterável.

A tradicional linha de Uspallata abre novamente as portas do comércio argentino-chileno, que tão penosamente ocorreu durante dez anos por meio de veículos automotores.

O turismo tomará maior impulso entre ambos os países e a vinculação cultural e social se estreitará mais cordialmente, animada pela frequência dos encarregados de difundir e fazer conhecer, com maior rapidez, o pensamento de cada nação.

Novamente, pois, essa grande muralha andina se renderá ante o esforço e o nobre empenho dos povos que, penetrando através de suas entranhas, se estreitam as mãos e se confundem num abraço fraternal de sincera e franca amizade.

VINCULAÇÃO CULTURAL E INTELLECTUAL ENTRE OS POVOS DA AMÉRICA



Convidados pela Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, visitarão nosso país, no curso do corrente ano, distintos intelectuais que, por sua vez, darão algumas conferências sobre suas especialidades.

Entre as pessoas que já atenderam ao convite encontram-se os Srs. Victor Andrés Belaunde, do Peru; Ricardo Donoso, do Chile e Luis De Gásperi, do Paraguai.

Os três mencionados ocupam altos cargos docentes em seus respectivos países, sendo também, os dois primeiros, escritores notáveis que publicaram uma extensa bibliografia sobre temas de sociologia, filosofia, questões internacionais e assuntos históricos e geográficos, tudo o que os destaca nos círculos universitários e intelectuais. Quanto ao Dr. Luis De Gásperi, é autor de numerosos estudos sobre o direito civil, vários deles editados por nossos institutos universitários. Homem de vasta atuação pública em seu país, ao qual representou como ministro plenipotenciário credenciado ante nosso governo, é professor de sua matéria na Faculdade de Direito de Assunção e membro correspondente da Academia Argentina de Letras e da Academia da Língua, na Espanha.

É muito provável que muitos outros nos visitem no transcurso do presente ano, com o que se estabelecerá uma corrente de intercâmbio intelectual, que de todo ponto de vista convém fomentar entre os povos do continente americano. Também deveria sair de nosso país uma plêiade de homens capacitados no estudo, em busca de ambientes propícios para desenvolver altos temas de interesse recíproco, especialmente

nos países com os quais cultivamos uma amizade tradicional, sincera e consequente.

É indubitável que uma das formas de garantir as boas relações e o entendimento entre as nações irmãs do continente, e até do mundo inteiro se a irmandade ideal se estende a toda a humanidade, consiste em difundir por meio de seus mais destacados intérpretes os melhores propósitos que animam cada uma delas em relação às demais, nas manifestações típicas de seu gênio nativo, enquanto oferece as qualidades dos próprios avanços nas matérias que interessam a todos, por serem as que mais gravitam na vida intelectual e espiritual de todos os povos do mundo.

Quando este intercâmbio de pensamentos for mais frequente e constituir uma preocupação geral, se terá dado um grande passo, também, para a garantia definitiva da paz.

CELEBRAÇÃO DO 114º ANIVERSÁRIO DO JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO URUGUAI



Com o mais franco auspício realizou-se em nossa capital a celebração do 114º aniversário do juramento da Constituição do Uruguai.

Por este motivo foram realizados no Clube Oriental e no Instituto Cultural Argentino-Uruguai brilhantes atos comemorativos, com uma extraordinária participação de uruguaio e argentinos.

Na primeira entidade citada falou o Dr. Orestes J. Siutti, que emitiu excelentes conceitos na exegese da efeméride, evocando o justo heroísmo dos patriotas nos diversos campos de luta. Recordou o pintor Blanes, de quem disse que havia imortalizado no quadro o juramento frente ao povo pelas tropas veteranas. Aludiu com cálidos comentários aos combates de Rincón e Sarandi e recordou que em Florida e em Ituzaingó haviam lutado juntos, irmanados em uma mesma causa, argentinos e uruguaio. Finalmente fez ressaltar a figura de Artigas e o Sítio de Montevideu, elogiando a fraternidade das duas nações.

No Instituto Cultural Argentino-Uruguai, seu presidente Sr. Martín Noel expôs em forma brilhante conceitos de profundo significado atual.

O Dr. Alberto Brondi agradeceu com visível emoção, em nome da coletividade oriental residente entre nós, as palavras que acabavam de escutar e manifestou, reafirmando o conteúdo das frases ouvidas, que era perene a amizade de ambos os países do Prata, já que o afeto que os liga é absolutamente indissolúvel.

Durante a realização do ato constituiu um instante de verdadeiro entusiasmo, que foi coroado com longos aplausos, a leitura do

telegrama enviado pelo embaixador uruguaio, Dr. Eugenio Martínez Thedy, cujo texto diz assim:

“Com sentimento de profunda solidariedade e emoção patriótica faço-me presente no ato que hoje realiza o Instituto, de sua digna presidência, prosseguindo com nobre continuidade as históricas vinculações da Argentina e Uruguai”.

Por sua parte, o presidente do Instituto referido enviou a seu colega do Instituto Uruguaio-Argentino de Montevideú, Sr. Héctor A. Gerona, a seguinte mensagem:

“Tenho o particular agrado de dirigir-me a Vossa Senhoria neste dia de gloriosa e significativa evocação para esse grande povo irmão, com a finalidade de cumprir, dentro de um ambiente de intensa emoção, o mandato do que acaba de ser resolvido pelos sócios e amigos do Instituto Cultural Argentino-Uruguaio, reunidos em um ato por ele organizado em cumprimento ao 114º aniversário do juramento da Constituição da República Oriental do Uruguai.

Queremos dizer a Vossa Senhoria, para fazê-lo chegar a seu nobre país, que se em todo momento nosso Instituto cumpriu as finalidades de aproximação espiritual uruguaio-argentino para o que foi constituído, na hora atual e na situação criada por acontecimentos que em nada podem variar o fundamental de nossa união, reiteramos solenemente o propósito de insistir, com redobrado entusiasmo, no anelo inicial, seguros de que nossa solidariedade integral é hoje mais do que nunca necessária, pelo mandato da história e das exigências de um porvir próximo. Queira Vossa Senhoria e seus dignos companheiros aceitar, com este motivo, a reiteração de nossa maior consideração e fraternal afeto”.

Não podia haver sido, pois, mais auspiciosa a oportunidade de reafirmar o afeto e os vínculos que tão intimamente unem os dois povos irmãos.

ARGENTINA E BRASIL MANTÊM LAÇOS DE INDISSOLÚVEL AMIZADE



Nada pôde ser mais eloquente nestes momentos de tanta inquietude e incerteza acerca dos problemas que afetam a todos os povos do mundo e principalmente os que se referem aos povos da América, que o gesto altamente significativo do chanceler do Brasil, Dr. Osvaldo Aranha, ao convidar, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, nosso embaixador em Washington, Dr. Adrián C. Escobar, a fim de manter com ele uma prolongada entrevista.

Se bem que pouco ou nada foi revelado do tratado nela, fácil é supor que existiu um anelo firme de mútua compreensão sobre os problemas que afetam um e outro país.

Argentina e Brasil mantiveram sempre as mais cordiais relações, ao mesmo tempo que se preocupavam em estreitar os vínculos de todas as ordens, consolidando assim as bases da já tradicional amizade que ambos mantêm.

Tivemos também entre nós, nestes dias, um distinto núcleo de universitários, integrantes da delegação de estudantes das últimas séries da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, aos quais foram ofertadas as mais cálidas manifestações de apreço, em sua passagem por nosso país. O Dr. Rodolfo J. Arce, ao encontrar-se com eles no Círculo Médico Argentino, externou expressões de grande simpatia, manifestando-lhes, enquanto destacava o significado especial desta viagem para o intercâmbio científico e cultural de ambos os povos, quão grata era para os argentinos sua presença no país.

Tudo isto é, naturalmente, promissor e auspicioso para o fomento constante e cordial de um intercâmbio em todas as ordens em que se desenvolve a vida destes dois povos, pois isso, e nada mais que isso, é o que permite viver em um clima de paz, de bom entendimento e de prosperidade, nestas sãs e generosas terras, de cujas entranhas brotam os melhores propósitos e as mais nobres ideias.

BRASILEIROS VISITAM NOSSO PAÍS



Desde meados deste mês temos a grata visita de uma distinta embaixada brasileira de jornalistas, profissionais, universitários e homens de negócios presidida pelo Dr. Marcelo Debenets, diretor da Câmara de Comércio Argentino de São Paulo e do Instituto Cultural Brasileiro Argentino.

Esta visita tem por finalidade, conforme foi expressado, estreitar os vínculos de confraternidade e propiciar uma aproximação cada vez mais firme entre os homens do pensamento e do trabalho.

A comissão argentina que acolhe os visitantes está constituída por representantes da imprensa, da indústria, do comércio e círculos culturais do país. A delegação brasileira acha-se integrada pelas seguintes pessoas:

Dr. Celso de Acevedo Márquez, redator do “Correio da Noite” e membro do Conselho Regional de Esportes do Estado de São Paulo; Dr. José Barbosa, redator do diário “A Noite”, de São Paulo, representante da “Empresa A Noite” e presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Dr. Pablo Enrique Mainberg, membro da Comissão de Estudos para a Organização de Cooperativas Pecuárias do Brasil Central e representante da Federação das Associações Pecuárias dessa região; José Leite de Almeida, redator e representante dos Diários Associados; Isolino da Cunha Motta, redator de “O Estado de São Paulo”, cronista de assuntos econômicos em geral e folclóricos brasileiros; Fernando Zenha Machado, redator de “A Gazeta de São Paulo”; Dr. Luis Tolosa Filho, diretor da agência de notícias Assa Press; Dr. Manuel Carlos de Almeida Ferraz, presidente das Cooperativas Agrícolas de Cotia, entidade mista de produção, consumo e crédito; Srta. Irene de Bojano, secretária da Biblioteca Pública de São Paulo, cronista social do “Correio Paulistano” e de “A Gazeta”, de São Paulo; Sra. Maria José de Oliveira, diretora e redatora de “Cine-Revista”, magazine de São Paulo, cronista social e representante da cinematografia brasileira; César C. Candal, delegado oficial e permanente em Buenos Aires da Câmara de Comércio Argentina de São Paulo e do Instituto Cultural Brasileiro-Argentino, e Dr. Aristóbulo Barrionuevo, representante do Instituto Cultural Argentino, médico da delegação.

Das colunas de nossa revista sempre saudamos com o maior beneplácito estes intercâmbios em todas as ordens em que se desenvolve a vida

de ambos os povos, pois são, precisamente, nestas oportunidades, onde a amizade cresce em volume e solidez e onde se aprecia e comprova com a devida clareza e sinceridade, e sem lugar a dúvidas, o grau de afeto recíproco e generosa hospitalidade com que são recebidos em um e outro país os filhos dos povos irmãos, que seguem unidos pela senda do progresso e da ampla compreensão de seus problemas mútuos.

“Logosofia”, ao unir-se à homenagem, recorda que suas páginas sempre estiveram abertas a todos os espíritos que, como os que integram a delegação brasileira, chegam a nossa terra, animados de altos propósitos, como são os de solidificar uma verdadeira confraternidade pelo entendimento e colaboração comum.

A CAMINHO DA NORMALIDADE



Com a última disposição adotada por nosso governo atual em relação às chamadas nações do eixo e à adesão, sem reservas, à ata de Chapultepec, foram satisfeitas as aspirações do povo argentino. Era o passo que a Nação Argentina ansiava dar plenamente, a fim de que toda a América estivesse unida em sua defesa, em seus ideais e em seu destino.

Nada pôde, pois, estimular mais o espírito de nossa argentividade, que esse fato tão significativo, de onde voltará a surgir, ao estreitarem-se novamente os vínculos e relações que mantiveram sempre no mais alto plano de concórdia a confiança, a cordialidade e a alegria entre todos os povos de nosso continente. Porém, abrange ainda mais a repercussão deste fato; transcende às fronteiras da América, e assim, todas as nações unidas, que há mais de cinco anos lutam pelo império do direito, da liberdade e do respeito que se deve ao homem, manifestaram uma verdadeira satisfação ao receberem a notícia, exteriorizando-a por vários meios de expressão.

O espírito da democracia se incorpora mais forte que nunca, triunfante e invencível, para salvaguardar os direitos e liberdades do homem no futuro do mundo. Que ninguém falte à reunião deste pensamento universal que regerá o porvir da humanidade. A consagração de tais princípios, defendida por decisões inquebrantáveis, será a única coisa que poderá assegurar uma paz durável e verdadeira.

Cabe somente esperar que os pensamentos mais elevados inspirem as mentes dos que haverão de assumir a responsabilidade na representação de milhões de almas, ao assinarem a ata definitiva da paz.

CHILE E ARGENTINA

A visita do Dr. González Videla



Em verdade, fazia tempo que chefes de Estado de outros países não visitavam nosso país. A última guerra retraiu muito a frequência com que se repetiam, no curso dos anos, essas visitas ilustres. Por isso, nada pode ser mais grato ao nosso povo, que a visita que nos fez o presidente do Chile, Dr. González Videla.

Democrata de grande prestígio e lutador acérrimo pelas liberdades que enobrecem a existência humana, chegou a nossa terra no momento em que se comemorava um novo aniversário da proclamação de nossa independência. E lá, na histórica cidade de Tucumán, acompanhado do Exmo. Senhor Presidente da República, general Perón, pôde experimentar a emoção do momento histórico que, em seu tempo, viveram os que forjaram nossa nacionalidade e proclamaram nossa independência.

A visita de personalidades tão qualificadas, de imediato, redundou em benefício dos países amigos, como neste caso, Chile e Argentina, unidos por uma honrosa tradição que irmana o sentimento de ambos os povos. Vimos como os contatos pessoais entre os presidentes incrementam o desenvolvimento do intercâmbio comercial e solidificam a amizade entre as nações. O próprio presidente do país irmão expressou assim numa das tantas manifestações que nos fez, por ocasião de sua gratíssima visita.

CONFERÊNCIA DO RIO



Conforme informações jornalísticas, parece que já está resolvida a realização da conferência de chanceleres que ocorrerá na capital do Brasil. Esta reunião dos representantes de todos os países irmãos haverá de promover uma maior aproximação entre os povos americanos, consolidando assim o sentimento de concórdia e de paz que anima a todos por igual.

É de se esperar que dela surjam, também, melhores perspectivas para o intercâmbio comercial e cultural, a fim de que sejam eliminados os obstáculos que os detêm e dificultam.

Desde idades remotas, os povos necessitaram sempre uns dos outros, o que criou a necessidade de distribuir suas riquezas pelo mundo inteiro; necessidade que talvez haja surgido para fomentar também a vinculação fraternal entre todas as nações da terra.

Deverá adquirir, pois, um grande significado a Conferência do Rio, desde que nela se resolvam questões que levem a essa alta finalidade; isto é, promover um maior entendimento para o bem de todos os povos da América.

III. COMENTÁRIOS GERAIS

NOSSO PAÍS DEVE MELHORAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O URUGUAI



Entre as preocupações básicas que nestes momentos absorvem a atenção de nosso governo, deveria figurar, inquestionavelmente, a de melhorar no mais alto grau possível as relações com o Uruguai. Referimo-nos à importância que no presente teria um acordo comercial e de saúde que facilitasse e fomentasse o desenvolvimento do intercâmbio, já que nesse acordo seria contemplada a unificação dos agentes sanitários de ambos os países para evitar que os flagelos vegetais e animais sejam causa de obstáculos irremediáveis para a realização de operações comerciais dessa índole, que tanto favoreceriam o comércio das duas nações irmãs.

Torna-se cada vez mais necessária a assinatura de um pacto comercial que permita a livre expansão dos produtos de um a outro país, neutralizando, desta maneira, os efeitos pouco edificantes das teorias ultraprotecionistas, nas quais não se contemplam os benefícios que traria o intercâmbio, visto que se não se compra, poucas são as perspectivas de vender.

A política de egoísmo a nada conduz e já foi suficientemente experimentada pelas nações, para compreender que se impõe a volta ao método da mútua cooperação comercial, especialmente, entre os países que por sua determinação histórica e geográfica são chamados a estabelecer a cada dia mais suas vinculações, não somente no sentido comercial senão também na ordem social e cultural, visto que isto traria junto a consolidação da amizade na família americana.

A propósito deste assunto, meses atrás o jornal “La Prensa” destacou com bastante acerto o ponto que nos ocupa, declarando entre outras

coisas o seguinte:

“A união alfandegária é a relação natural com nossos vizinhos, os quais parecem não haver compreendido que nestas condições o mercado interno para seus produtos cresceria seis ou sete vezes. E deste lado não se pode sustentar que a incorporação do Uruguai a esse mercado comum prejudicaria os interesses argentinos, porque é inquestionável que nossa economia seria fortificada, tal como se não houvesse acontecido a separação da Província Oriental. Tanto quanto o Uruguai nos comprasse mais, graças a união alfandegária, poderia nos vender; talvez um pouco mais ou talvez um pouco menos, por saldos que um ou outro país transferiria de sua conta, ou para ela, com um terceiro país.”

“Naturalmente que a falta desse desiderato seria melhor que permanecer separados por uma muralha chinesa e fazer nela algumas brechas mediante um convênio de recíprocas revogações das taxas de importação e de disposições sanitárias comuns, o que permitiria a exportação livre de um país a outro de gados, cereais, frutas, hortaliças, batatas, legumes, etc., que, até a reforma tarifária de 1930, entravam livres de taxas de importação na Argentina, sem que isto impedisse que a produção desses mesmos frutos crescesse aqui, com o consequente benefício para o consumidor. Um regime de recíproco câmbio livre de alimentos permitiria dispor de uma provisão abundante, mesmo em tempo de escassez.”

“Esse convênio comercial faria em primeiro lugar que os dois países se outorgassem reciprocamente o tratamento da nação mais favorecida, pondo fim à absurda situação atual e permitindo a exportação livre de um país a outro de areia, pedra e pedregulho, que deixaram de entrar isentos de impostos ao nosso mercado, como muitos outros produtos do Uruguai, a título de represália pela política ultraprotecionista que opunha esse país às exportações argentinas, pelo fato de que se aproveitava a inexistência de taxas de importação na Argentina sobre esses produtos para impor-lhes impostos municipais de exportação que recaiam sobre a construção e pavimentação de ruas na argentina.”

“Poderá ser facilitado também por meio de um convênio o intercâmbio de todo tipo de produtos minerais, químicos e os que constam dos memoriais apresentados pelas câmaras de comércio uruguaia e argentina que, com o objetivo de fomentar as transações entre um e outro país, foram constituídos nos dois, e por outras entidades uruguaias, entendido que a liberação de cada artigo deve ser recíproca, isto é, das duas partes.”

“No Uruguai tem-se suscitado, efetivamente, um movimento de reação contra a política que separa nossos dois países e também as cinco nações da chamada região do Prata, entre as quais se tenta uma aproximação comercial, embora fosse melhor reuni-las em uma federação econômica, pelas razões que já expusemos com referência a uma união alfandegária argentino-uruguaia.”

A simpatia que o povo argentino sente pelo uruguaio é tão evidente que não tem existido circunstância propícia na qual ela não fosse

exteriorizada amplamente e, do mesmo modo, no que se refere ao sentimento da nação irmã para conosco.

Ninguém pode, então, impedir que num futuro próximo assistamos à assinatura de um acordo comercial que, de uma vez por todas, elimine os obstáculos que impedem o livre intercâmbio comercial entre ambas as nações. Seria um triunfo a mais na política de aproximação e boa vizinhança que tanto auspícia Roosevelt, o grande presidente americano.

A MARINHA MERCANTE NACIONAL CONSTITUI TODA UMA NECESSIDADE PARA O PAÍS



De tempo em tempo e especialmente no curso destes últimos anos, tem-se falado, e com alguma insistência, sobre este ponto de capital importância para a economia da Nação, tanto que o P. E. designou uma comissão para estudar a possibilidade de se criar uma Marinha Mercante Nacional, tendo a referida comissão apresentado já um relatório, que atualmente se acha na mesa do Presidente da República para sua consideração.

A razão fundamental que existe para a criação de uma frota mercante própria reside em que com ela se economizaria uma considerável parte da renda nacional, pois os transportes seriam efetuados por nossos meios, em vez de utilizar navios estrangeiros, cujos fretes oneram tanto o valor da importação como o da exportação, reduzindo, assim, a margem de lucros.

Por outra parte, se fossem colocados em atividade grandes estaleiros, se daria movimento a uma quantidade de indústrias, proporcionando trabalho a um sem-número de operários, tudo o que melhoraria indiscutivelmente a economia do país.

Se, como é de supor, o problema fosse muito oneroso pelas despesas que poderia demandar a construção ou compra de navios, talvez fosse oportuno fomentar entre os grandes capitais argentinos a formação de companhias de armadores, além da frota que pertenceria diretamente à Nação.

Com uma linha de serviços regulares que se estabelecesse com as regiões do país que se acham quase privadas do benefício que gozamos na grande metrópole e nas demais cidades e povoados que

contam com vias de comunicação relativamente boas, se conseguiria levar adiante o progresso, melhorando as condições de vida em que se encontram essas populações distantes dos centros de abastecimento e consumo.

Também poderia acrescentar-se o intercâmbio com os países que têm interesse em adquirir nossas matérias-primas e manufaturas e que atualmente se acham impedidos de favorecer-nos, pela enorme carestia dos fretes e até pela falta de transportes.

A guerra atual está nos demonstrando como é necessário possuir uma frota nacional, pois se tem visto que não se pode contar com os navios estrangeiros, por causa dos perigos que representa sua presença no mar.

Nossa bandeira neutra permitiria, assim, uma navegação feliz, sem maiores empecilhos, e nossos produtos não se veriam detidos, em parte, como está ocorrendo, por carecerem de meios próprios de transporte.

Além disso, um dos objetivos perseguidos seria o de vincular nossos centros de produção com os de consumo, na segurança de que cada navio desempenharia, ao mesmo tempo, um papel interessante e um trabalho ininterrupto em benefício do Estado.

Fácil é conceber o impulso que esta atividade naval daria às finanças do país e quantas perspectivas se abririam para o porvir, se levarmos em conta o que haverá de ser o futuro quando esta organização chegar a competir com as estrangeiras, já que a potencialidade financeira delas parece ressentir-se dia a dia pelos contínuos naufrágios de seus navios.

Pelo exposto, pensamos que a criação de uma Marinha Mercante deve ocupar nestes momentos um lugar privilegiado no pensamento oficial. Nós estimularemos nestas páginas todo esforço tendente a esta realização, por entender que é um anelo público profundamente sentido.

Conquistar novos mercados, abrir novas rotas; eis aí o ideal que devem encarar estes mensageiros do mar que levarão e trarão os frutos do esforço comum, tornando os povos felizes e irmanando-os em uma mútua compreensão de suas necessidades.

A AJUDA DO GOVERNO AOS AGRICULTORES

Coisas que a opinião pública ignora



No ano passado, tendo em vista que grande parte dos agricultores perdeu a colheita de trigo e que a situação deles era decididamente angustiante, o Poder Executivo revolveu conceder-lhes empréstimos, a fim de que pudessem adquirir a semente necessária para a próxima plantação. Disse que, com isso, haveria resolvido o problema de ajuda à gente do campo, que cultiva a terra.

Efetivamente, ainda que essa ajuda não tenha solucionado a situação precária dos agricultores que não conseguem cobrir nem as despesas de sua manutenção, pelo menos os animou a confiar na próxima colheita. Todos sabem que atualmente os preços que se atribuem ao trigo são insuficientes para sustentar esse tipo de cultivo que foi sempre uma das fontes mais apreciáveis da riqueza nacional.

Isto posto, em quase os mesmos lugares onde fracassou a colheita no ano anterior, voltou-se a perder este ano ou malograr grande parte de seu rendimento pelas contínuas chuvas. Poucos dias antes de iniciar a colheita do pouco que pôde ser salvo, o Banco da Nação enviou aos agricultores uma nota cominatória para que pagassem o empréstimo da semente. É lógico que se não tinham dinheiro quando receberam o empréstimo, tampouco o teriam antes de colher. Pois bem, o Banco ordenou o embargo imediato de tudo quanto fosse colhido, o que ocasionou despesas e transtornos que desmoralizam o agricultor que confiou na ajuda oficial.

Assim ao percorrer o campo comprovamos o seguinte: agricultores que receberam, por exemplo, um empréstimo de \$ 900,00 e que conseguiram colher umas 820 sacas com um peso de 473 quintais, cujo valor conforme se paga nas zonas do sul de Santa Fé é de \$ 5,40 o quintal, sendo no total o resultado obtido de 2.559,11 pesos, que, com um desconto de \$ 409,91 por umidade, resultou na soma de \$ 2.149,20m/n, experimentando uma perda considerável. O Banco, ao embargar e levar o trigo ocasionou ao agricultor despesas no valor de \$ 57,00m/n. Além disso, pagou aos que colheram seu trigo o valor de \$ 1.807,20m/n. Em consequência, o agricultor perdeu \$ 615,00 que adicionados às despesas de manutenção e combustíveis para suas máquinas, somam cerca de \$ 2.000,00m/n.

A ajuda oficial não contemplou, portanto, nenhuma das circunstâncias apontadas e somente atuou com mão de ferro, obrigando a devolução do valor emprestado da forma violenta que expusemos, enquanto deixava o trabalhador do campo numa situação ainda mais angustiada que a do ano anterior.

O governo sabe disso? Nós nos oferecemos para comprovar tal como foi dito, se alguém duvidar da veracidade de nossa informação.

No entanto, a opinião pública deve saber que o estado econômico dos trabalhadores do campo é extremamente precário e a ajuda oficial, como se viu, não salva as situações críticas em que se encontram, agravando-as, ao contrário, nos casos como o que citamos.

Possivelmente as autoridades encontrem outras soluções mais acertadas de ajuda aos agricultores, que beneficiariam a economia rural e salvariam assim do desastre a produção que hoje, devido à situação mundial, se torna cada vez mais difícil de colocar.

TARIFA DE PASSAGENS BUENOS AIRES-MONTEVIDÉU

*Seu custo elevado reduz consideravelmente em ambas
as nações a afluência de passageiros*

Os governos argentino e uruguaio devem rever este assunto



Toda vez que vamos à Cia. Mihanovich a fim de comprar passagens para Montevidéu, escutam os protestos e vemos o desgosto com que os passageiros pagam os valores estabelecidos para as passagens. Porém, se isto fosse pouco, a Cia. cobra, além disso, cinco pesos dos passageiros que viajam nos camarotes de uma cama. Amanhã cobrará também dos que viajam em camarotes de duas e quatro camas. Assim, o preço de \$ 48,00 sobe para \$ 58,00, em viagens de ida e volta, bem entendido; isto é, \$ 10,00 a mais sobre a já alta tarifa que cobra. No verão há os que viajam sem cama e pagam o mesmo preço. Por certo, a empresa os adverte que para tal dia não há cama, devendo o passageiro optar por postergar um ou mais dias sua viagem ou reservar a comodidade da cama com vários dias de antecedência, coisa que nem todos podem fazer. Portanto, muitos preferem embarcar ainda que tenham que dormir em cadeiras, pois poltronas são poucas a bordo.

Os governos de ambas as margens do Prata deveriam acordar uma razoável redução nos preços das passagens, fazendo retornar os preços que em outras épocas existiam sem inconveniente algum, com o que propiciariam uma maior afluência de passageiros.

Significaria este ano um dos tantos gestos de boa vontade que poderiam expressar nosso governo e o do Uruguai, o que seria sumamente grato e por demais bem recebido pela opinião pública dos dois países irmãos.

OS PERIGOS DO ESTATISMO

O esforço livre do capital privado
A produção pelo estímulo ao trabalho
A demagogia como forma civil e nociva dos encargos públicos



Nada há que afete mais a economia e o progresso de um povo que a absorção, por parte do Estado, do que poderíamos chamar de verdadeiras forças vivas do país, ou seja, as fontes privadas de produção, sob o pretexto de que a administração nacional requer controlar e regular as atividades comerciais ou movimentos financeiros do capital privado.

Se recorrermos aos anais históricos, nos quais aparecem as épocas mais prósperas e felizes dos povos, sem dificuldade alguma advertiremos que a paz reinou neles quando os governos, em vez de travar ou criar obstáculos à iniciativa privada, a estimulou, garantindo o trabalho livre e são dos homens. Mas, desde que os acidentais mandatários de um ou outro país cometeram o gravíssimo erro de assumir as funções que correspondiam ao esforço e afãs individuais, logo se viu decrescer o poderio econômico e moral e relaxarem os mecanismos constitutivos da organização social.

Se não estivéssemos vendo, pareceria inconcebível que alguns governos democráticos não se tenham dado conta de que a forma republicana e democrática – instituída em nossa Constituição Nacional e que foi modelada sobre as bases dos países livres que desfrutavam do maior bem-estar social – é a que estabelece as mais claras normas de convivência entre o Estado e o povo, sem que o primeiro deva interferir no livre desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras

e industriais do segundo, nem impedi-las, enquanto este, pelo esforço continuado e estimulado por leis justas que amparam seus direitos, produz para o Estado os rendimentos que a balança nacional estipula convenientemente.

Pode-se pensar, acaso, que a consagração do pequeno comerciante ou industrial que multiplica seus esforços para aumentar o centavo pode ser substituída pelo trabalho de empregados do governo que, geralmente, ocupam seus postos sem nenhuma idoneidade, na maioria das vezes por influência de alguém, e que o que menos lhes interessa é cumprir com suas obrigações?

Não se tem visto e se segue vendo grandes repartições públicas aumentar indefinidamente seus orçamentos sem conseguir eliminar o *deficit* cada vez maior?

É que o trabalho de um homem livre rende, indiscutivelmente, dez vezes mais que o que pode pretender-se de um empregado público. Enquanto o homem que aprende a forjar na vida um bem-estar cuida de não gastar mal seus haveres, contribuindo para a manutenção de uma moral social sã, quem recebe salário do Estado, a quem toma por tutela, geralmente vive endividado, perturbando a economia dos demais.

O maior perigo que pode abater-se sobre uma nação surge, em nosso conceito, quando o Estado pretende converter-se no grande estocador, no regulador e árbitro indiscutível das finanças, comércio e indústria de seu povo. Isto implica voltar, com algumas variantes que disfarçam o objetivo, ao tempo dos escravos e dos párias, como está acontecendo nos países da Europa, onde a maioria tem que trabalhar sem descanso para usufruto de uns poucos privilegiados que empunham o látigo e a força.

Deve-se compreender com a clareza do homem sensato, que aqueles que ocupam os cargos do governo não são de casta diferente da do povo que os elegeu, pois saíram do seio dele e a maioria das vezes prometendo e jurando ocupar-se seriamente de todos os problemas que o aflige.

Sendo assim, não se compreende por que essa tendência que se adverte em certos governantes, no sentido de coibir a livre iniciativa, castigando com medidas coercitivas o capital privado e negando aos esforços e ao trabalho individual seus melhores estímulos.

É coisa já sobejamente comprovada que onde se impeça a evolução de um processo, seja da índole que for, sobrevém a desmoralização e o caos. Mais que preocupar-se o Estado de despojar o povo dos lucros que, por seu esforço e por ser de seu exclusivo patrimônio, legitimamente lhe corresponde, deveria preocupar-se em fomentar uma capacidade de produção que alcançasse, com o auspício oficial, um rendimento capaz de levar aos estrados mais proeminentes da economia mundial.

As autoridades de cada nação democrática, na qual ainda se respire o ar puro da liberdade sã e construtiva, devem pensar que jamais o Estado poderá fazer um homem render o que este, estimulado pelas perspectivas de seu triunfo, pode render, e não esquecer que seu trabalho, unido ao de todos os demais, é o que consolida as bases mais sólidas e duradouras de uma nação.

Os encargos que se sobrepõem uns aos outros em sucessão aflitiva, as limitações ao capital privado, etc. são sintomas alarmantes de um estatismo que, ao avançar, ameaça inferir ao povo uma estocada em pleno coração, o que causa, como tem acontecido sempre e como atualmente está ocorrendo na Europa, um sofrimento moral e econômico que conclui na decadência e ruína de tudo o que, pelo esforço particular e comum, sustentou a nação em seus dias de prosperidade, isto é, a responsabilidade individual e a noção clara do dever, pois ao serem suplantados pelo estatismo se lança por terra o ânimo e as energias vivas do povo, deixando-o sem defesas e à mercê de qualquer contingência adversa que possa sobrevir-lhe, como por exemplo, mudanças violentas de regimes, revoluções, guerras, etc.

Os Chefes de Estado devem saber que nenhum cidadão defenderá sua pátria com toda a força de seu entusiasmo e até da paixão mais viva, quando nela não há algo que lhes seja caro: a família que formou com amor e esforço, as economias que reuniu com o propósito de assegurar o futuro dos seus e de sua velhice, etc. Se se tira do cidadão o enraizamento de seu solo natal, despojando-o do que legitimamente lhe corresponde, se converterá num autômato, num parasita humano, que amanhã, transformado em besta, fará o que lhe ordenam, sem saber para que, visto que a vida já não lhe pertencerá nem a sentirá dentro de si, tal como estamos contemplando no Velho Mundo.

Conceituamos, portanto, um erro, a ingerência do Estado na vida e atividade privada, porque isto prejudica sensivelmente a expressão mais viva do sentimento humano, capaz de realizar grandes empresas, guiado pela iniciativa própria e o estímulo da compensação sensata de seus esforços, porém que se ressentir e se rebela ante a dominação de terceiros (neste caso seria o Estado) mediante imposições que afetam vitalmente seus melhores propósitos e energias a serviço de interesses que não forem os seus próprios.

Quem não sabe que o Estado deve valer-se de empregados assalariados para fazer funcionar indústrias ou comércios que pertencem ao foro privado? E quem não sabe que as simples funções que desempenha o escriturário gravitam de uma maneira extraordinária na economia da nação, visto que ano após ano o orçamento deve aumentar em proporção aos postos que constantemente se criam para ocupar gente, cujo rendimento de nenhum modo pode ser comparado ao do trabalho estimulado por um porvir nada desprezível?

O auspício ao esforço privado não é, acaso, o que atrai os capitais do mundo inteiro para que se invistam no país e se agilize o progresso da nação, fazendo florescer as indústrias? Que capital estrangeiro poderá confiar em estabelecer ali onde o estatismo absorve e esteriliza tudo?

Pensem bem nisto aqueles que têm em seu poder o destino dos povos jovens da América e encontrarão que o caminho a seguir é um e único, o do respeito ao patrimônio e esforço particular, por ser este e não outro o que contribui com maior eficácia para o engrandecimento e prosperidade de toda nação civilizada.

PROJETO DE UM FUNDO DE PROTEÇÃO AO DESEMPREGADO



Não existe ainda nenhuma lei que proteja o desempregado; referimo-nos ao homem honrado, ao moralmente são e trabalhador, que por causas alheias a sua vontade, vê-se de repente afastado de seu emprego, à mercê das circunstâncias, geralmente sempre adversas, sem mais amparo que sua própria esperança em resolver, de alguma maneira, sua situação, de forma a poder levar à sua família, exposta ao rigor de cruas eventualidades, o sustento, e contribuir para a manutenção de seu lar, modesto e honrado. Não mencionamos, pois, o vagabundo, o indigente carente de toda responsabilidade, que ambula pelas ruas mendigando os centavos; para estes haveria que pensar em outro gênero de ajuda, talvez concentrando-os em locais onde se lhes proporcionasse trabalho, sob estrita vigilância, a fim de que fossem úteis à sociedade.

O projeto de um Fundo de Proteção ao desempregado, que deve contemplar primordialmente sua face moral e social, bem poderia converter-se em uma realidade de apreciáveis alcances sociais.

O imposto de renda arrecada imensas somas que são descontadas do salário dos empregados, cujos saldos ultrapassam os limites tolerados pela respectiva lei. Não poderia destinar-se, acaso, uma parte do produto desses descontos, que somam cifras consideráveis, à conta deste Fundo de Proteção cujo projeto auspiciamos? Não é, acaso, justo que, saindo do patrimônio do empregado, volte a ele quando fique sem trabalho e as necessidades o pressionam?

Outro recurso com que poderia contar a instituição seriam os fundos arrecadados mediante uma contribuição voluntária de inscritos que

pagassem uma cota mensal permanente e equitativa, conforme os salários que recebessem. Também poderia ser contemplada a possibilidade de que os aposentados contribuíssem com uma ínfima cota para esses fins, em cujo caso se beneficiariam também, se considerarmos que na família dos aposentados costuma haver outros membros que trabalham e que ao ficar sem emprego, circunstancialmente, desequilibram o orçamento do lar. Nada impediria contemplar, ao mesmo tempo, a possibilidade de que o Fundo de Proteção fizesse empréstimos ou adiantamentos aos aposentados, cujos pagamentos ficassem atrasados dois ou mais meses.

Até que a posição do necessitado se normalizasse, o Fundo poderia facilitar, na qualidade de empréstimo, meio salário dentro de uma escala equitativa, ou uma terça parte, se este fosse elevado. Esses adiantamentos, na qualidade de empréstimos, deveriam ficar sem juros pelo prazo de seis meses, passados os quais se debitarium os juros que se julgasse conveniente. Já regularizada a situação do empregado ou operário, o Fundo cobraria o montante do dinheiro utilizado no socorro, com o objetivo de que, do novo salário fosse descontado, proporcionalmente, numa determinada quantidade de meses.

A instituição cumpriria assim uma importantíssima função social e o agraciado seria sustentado nos momentos de adversidade, a fim de que sem decair seu ânimo pudesse encarar, com maiores probabilidades de êxito, suas providências para conseguir uma nova ocupação.

O projeto em questão seria factível de execução de diversos modos, tendentes todos a auxiliar as situações críticas das pessoas que, comprovando uma conduta limpa, honesta e estrito cumprimento de seu dever, devem enfrentar imprevisivelmente as contingências de uma situação difícil, para a qual não contribuíram de modo algum.

Entendemos que se fosse materializado um projeto de tal natureza seria um verdadeiro amparo para os trabalhadores que, por circunstâncias alheias a sua vontade e conduta, caíssem no infortúnio.

UNS SÃO FILHOS E OUTROS, ENTEADOS

Desigualdade no gozo dos direitos



Apesar de afirmar-se de vários modos que em nosso país não existe o problema de classes, e que todos gozam de iguais direitos, a realidade desmente a cada passo semelhantes afirmações. Não temos aqui títulos nobiliários, nem a linhagem se manifesta com o descaramento das antigas castas da Europa; isso é certo; mas, embora não aparece no cenário de nossa sociedade o absolutismo da aristocracia exigindo, como antigamente, as honras de sua categoria, existe, no entanto, uma “classe” manifestamente ensoberbecida pelos visíveis privilégios de que desfruta e que a diferenciam daquela maioria à qual são vedadas tais prerrogativas.

Quem não sabe, por exemplo, que na alta sociedade de nosso meio ninguém penetra se não é introduzido graças a credenciais que justifiquem amplamente a pretendida vinculação? Ignora-se, acaso, que os que ocupam posições públicas gozam de imunidades das quais carecem os demais? Que em todas as partes podem entrar e delas sair sem ser incomodadas e deter seus automóveis em qualquer lugar, sem ter que pagar pesadas multas? Não se formam também essas pretendidas elites entre os grêmios, nos quais se consideram os que estão fora pouco menos que párias?

Erroneamente se tem atribuído o caráter de democrático ao poderoso que se mescla entre os de humilde condição, esquecendo que estes não podem fazer o mesmo.

Nas repartições públicas, nos tribunais e outras repartições onde, geralmente, o cidadão deve comparecer para realizar alguma diligência, vemos

também que se este não pertence a essas elites, se não leva recomendações de peso que lhe sirvam de salvo-conduto, suas gestões se vêm paralisadas uma e outra vez, com os consequentes prejuízos, enquanto os outros, os que têm porta aberta em todas as partes, conseguem com a maior facilidade tudo o que desejam.

Daí que não fomos muito longe ao dizer que sendo igualmente argentinos, uns gozam do tratamento de filhos e outros de enteados.

A igualdade de direitos é, pois, um mito, contemplados os fatos deste ponto de vista.

O REFLORESTAMENTO NO PAÍS



Em virtude de alguns jornais desta capital haverem se ocupado do problema da conservação das florestas, pensamos que é necessário expressar o que, conforme nossa opinião, se deve entender sobre o assunto e realizar em consequência.

O problema do reflorestamento não seria como é, nem muito menos, se o Estado, que é quem tem que verificar o equilíbrio de toda a economia do país e velar por ele, houvesse feito o que a lógica aconselha, no sentido de adotar o a melhor conduta a seguir. Sabe-se que para cada árvore virgem que se corta, para alimentar a industrialização, podem plantar-se, ao mesmo tempo, dez ou mais árvores pequenas. Porém não é este o caso. Os que industrializam as árvores não podem ocupar-se de plantar outras, pois o impedem as próprias preocupações de sua indústria. Por outro lado, ao governo, que dispõe de enormes extensões de terras fiscais, é possível fazê-lo, mobilizando para isso o pessoal habilitado necessário, enquanto as plantações tomam corpo, o que ocorre, geralmente, entre os cinco e seis anos. O arrendamento ou venda dessas florestas, ao final de dez ou doze anos, poderia muito bem cobrir as despesas de cultivo e cuidado, até com bons lucros. Não faltaria quem tomasse a seu cargo as florestas incipientes, quando tivessem cinco anos, se se considerar o preço equitativo para que o capital investido não sofra excessivos prejuízos na demora até chegar a sua plenitude.

Não é, portanto, possível pretender que o capital privado se ocupe do reflorestamento de árvores porque não existirá finança capaz de aguentar um tempo tão longo, esperando que a floresta esteja em condições de ser explorada. O governo sim pode fazê-lo, repetimos, visto que tem em suas mãos todos os elementos necessários para isso.

Para a economia do país, cuja indústria madeireira é hoje muito importante e necessária, seria prejudicial restringir o volume de suas possibilidades sob o pretexto de ficar sem árvores. O remédio seria pior que a doença, já que jamais deixariam de existir na Argentina grandes extensões de florestas

por árvores que se cortassem. Bastaria penetrar nas zonas florestais do norte para apreciar a riqueza florestal do país, cujas matas são de tamanha extensão que, depois de mais de cinquenta anos de exploração, pareceria que o corte estaria apenas começando.

Por outra parte, entendemos que o governo poderia estabelecer diversas zonas para o reflorestamento, as quais estariam a cargo do Ministério de Agricultura; seriam criados grandes viveiros que, com o passar dos anos, chegariam a transformar-se em espessas e importantes reservas florestais, se se levar em conta, sobretudo, a combinação das variedades de acordo com as zonas em que se situam.

Plantar uma árvore, e até mil, qualquer um faz. Se as plantações não necessitassem cuidado algum durante seus primeiros cinco anos, não representariam para ninguém maiores inconvenientes; mas, é necessário cuidá-las, regá-las, evitar-lhes pragas oportunistas, etc., e isso deve fazê-lo somente quem tem todos os recursos para assegurar sua existência e exuberância.

Não compartimos, pois, o critério sustentado pelo jornal “La Prensa”, em sua edição de 15 de abril passado, que aconselha a manutenção das florestas, em vez de sugerir, como o fazemos nós, o reflorestamento na proporção de seu desmonte, a cargo do Estado, para não afetar seriamente a indústria madeireira que é considerada hoje uma das que contribuem para aumentar as vantagens com que se beneficiam as finanças do país.

PARA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Alguns aspectos que deverão ser contemplados



Em matéria de legislação trabalhista, muito é o que falta ainda para ser feito e muito o que haveria que ser revisto também. Dado que os homens são falíveis e as leis que são sancionadas produto, muitas vezes, de estudos parciais nos quais não se examinam com a devida atenção e consciência os males que querem corrigir, toda lei deveria ser sancionada para vigorar em prazos determinados, ou do contrário, ser objeto de revisão após cinco anos de sua vigência. Toda disposição que na prática fosse deficiente para a vida normal da sociedade poderia assim ser corrigida e ampliada, ao acrescentarem-se as omissões que a experiência demonstra.

Tomemos como exemplo o caso do trabalho de menores, cujo horário a lei prescreve em seis horas. Não tendo o menor outra instrução que a escassa que recebe nos meios em que vive comumente, utiliza o tempo livre para vagar pelas ruas, e na maioria das vezes, perverter-se. Não seria melhor, acaso, que permanecessem em seu trabalho duas horas mais e levasse a sua família, geralmente necessitada, mais recursos?

Outro exemplo: o fato de que os empregadores devam pagar os doze meses de salário ao jovem que é chamado para cumprir o serviço militar os obrigam a não contratar empregados menores de vinte anos. A quem beneficia esta lei? Ao jovem que vai servir às forças armadas? Aí temos o resultado.

As empregadas mulheres não devem permanecer durante as horas do almoço nos locais de trabalho, nem sequer um minuto. Aquelas

que, obrigadas pelas circunstâncias, não podem chegar até seus lares, andarão pelas ruas, chova, neva ou se abrasem de calor. Se são surpreendidas nos locais de trabalho esperando a hora de iniciar suas tarefas, mesmo quando sejam encontradas sentadas, se aplica a seus patrões grandes multas, que os obrigam a adotar, contra sua vontade, atitudes desumanas, como a de não permitir-lhes a entrada até a hora exata, faça o tempo que fizer. É uma lei que beneficia a mulher, a que a obriga a andar pelas ruas, sem desfrutar do descanso que poderia proporcionar-lhe, se ficasse livremente no local onde trabalha?

A rigorosidade das leis é, em muitos casos, contraproducente e causa maiores transtornos e inconveniências à sociedade do que os que tinha antes que elas existissem. Tudo isto é porque não se examina, depois de sancionada a lei, quais são os males que corrige e quais os que aparecem com ela.

A INICIATIVA PRIVADA

Sua contribuição para a prosperidade dos povos



No curso dos tempos, e à medida que a humanidade vem cobrindo suas etapas históricas de época em época, uma verdade permaneceu intata, pode-se dizer, apesar do empenho de muitos em desconhecê-la e até destruí-la.

Essa verdade que tantas vezes, em diversos pontos do mundo, se pretendeu negar, sobreviveu sempre em todos os tempos, desde que existe o homem; mais ainda, se sobrepôs a todas as emergências em que perigou sua existência visível no seio da sociedade humana. Referimo-nos à iniciativa privada que é, sem dúvida, um patrimônio tão sagrado como a própria vida. Ela é o princípio de onde parte tudo o que a mão do homem realizou, desde seus primeiros dias, nos albores do mundo. Pensamentos, ideias, grandes concepções da mente humana surgiram de cada ser, individualmente; jamais por germinação coletiva, sendo, precisamente, da iniciativa privada de onde nasce o pensamento que forja e constrói as bases da sociedade.

É pela própria iniciativa e não por imposição alheia que o homem constitui seu lar, trabalha e se esforça em oferecer aos seus o maior bem-estar e é, também, pela própria iniciativa que depois busca estender esse bem-estar a todos aqueles que, graças à ampliação de suas atividades, podem beneficiar-se, cumprindo, assim, uma magnífica função social. Daí que se tenha lutado e se siga lutando para derrotar os que propuseram abolir essa nobre condição do espírito humano e submergir o mundo no caos da incompreensão e da irresponsabilidade.

A iniciativa privada constitui um dos mais inapreciáveis valores que possam existir como meio de progresso e de grandeza para os povos, pois dessa particular iniciativa é de onde surgem as criações mais estupendas, os descobrimentos mais maravilhosos e as técnicas mais surpreendentes que, em conjunto, servem de base para os grandes avanços que a humanidade realiza em todas as ordens do progresso.

Restringir ou anular a iniciativa privada não seria outra coisa que impedir toda manifestação do esforço individual. Seria privar o homem de seus melhores estímulos e obrigá-lo a enclausurar em si mesmo numa espécie de abandono búdico.

A iniciativa privada, compreendendo com isso, para maior clareza de expressão, tudo o que surge da inteligência individual, cria no homem uma noção mais exata de sua responsabilidade. Graças a sua própria iniciativa, sabe que é o sustento de sua família e procura, pelo esforço e seguindo sempre suas íntimas diretivas, mantê-la em níveis sociais cada vez mais altos, conforme sejam as exigências que essa mesma iniciativa haja criado no seio de suas relações e no encaminhamento de suas atividades. De modo que sua responsabilidade e o cuidado de seus interesses o levam a realizar esforços sempre maiores, os quais transcendendo o círculo familiar chegam a estender-se ao terreno dos negócios e de outras atividades que dependa de suas diretivas.

Um governo que pretendesse tomar essa responsabilidade que, como dissemos, está claramente definida ao representá-la no volume que abarca a própria iniciativa, atrairia sobre si, por uma parte, uma carga imensa, ao mesmo tempo que desdenharia a participação mais fecunda que, inegavelmente, fertilizou sempre as obras de governo mais construtivas e de permanente duração.

As experiências dolorosas que nos mostra a História toda vez que se tentou suprimir a participação individual, obrigando o homem a um coletivismo rigoroso, são mais que eloquentes para não insistir sobre este ponto, mas será necessário ainda repetir uma vez mais que a grandeza de um povo se lavra somente com a participação de todas as forças individuais, asseguradas pelo livre império da própria iniciativa, ao convergirem, pela influência mesma de um patriotismo viril, em altas finalidades que hão de culminar em épocas de esplendor e de progresso.

PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

*Tema nevrálgico que preocupa hoje mais do que nunca a todos
os povos do mundo*



Sempre que nos dedicamos ao estudo destas questões, cujas profundas raízes remontam-se aos tempos mais remotos, o fazemos com a mais inteira liberdade de consciência e com prescindência absoluta de toda sugestão estranha a nossos próprios convencimentos. Assim, pois, temos tratado destes assuntos sem nos afastar um ápice da posição equânime e reta que conforma a todo espírito investigador que oferece o resultado de suas observações e estudos, como neste caso, à consideração dos estadistas, a cuja perícia e sagacidade pareceria estar reservada a tarefa de encontrar as soluções mais acertadas, em caráter permanente, destes problemas.

Nos tempos atuais, e principalmente nos últimos anos, tem-se falado muito sobre a chamada justiça social; porém ela não é definida com a precisa clareza com que é exigida pela ansiedade pública; ansiedade pública que, como parte integrante da sociedade, civil, social e juridicamente organizada, desejaria compreender qual é em realidade a definição que se dá a essa expressão, com a qual se quer expressar as preocupações que nestes momentos embargam o pensamento dos estadistas, pois é natural que se deva admitir com inteira justiça, em toda a exatidão desta palavra, que essa preocupação absorve também quase por completo a todos, porém, naturalmente, se evidencia com maior intensidade nas camadas cultas, instruídas e responsáveis da própria sociedade.

Em nossa edição de janeiro de 1942⁽¹⁾ dizíamos que “a nosso juízo, o problema deve ser encarado do ponto de vista da administração individual dos haveres. A maioria gasta tudo o que tem e até o que não tem, sem levar o menor controle de suas possibilidades nem de suas despesas. Isto ocorre porque de tudo se ensina ao homem em sua juventude, menos de saber administrar a si mesmo. Como pode, então, manejar inteligentemente seu salário ou honorários e cobrir honestamente suas necessidades sem ter que recorrer a meios que em vez de solucionar oneram mais ainda sua situação?”

“O homem, impelido pelas dívidas, dificilmente coordena seu pensamento sobre a base de um reajuste de sua conduta ou de sua maneira de pensar. Geralmente confia no acaso ou que outros resolvam suas necessidades”.

“Julgamos que deveriam criar-se cursos especiais destinados a proporcionar à inteligência do empregado ou trabalhador as normas a seguir para organizar as economias domésticas. Ninguém ignora que os salões de cinema e teatro, os ambientes de diversões, os clubes, os restaurantes e cafés estão sempre cheios de empregados e trabalhadores”.

“Haveria, pois, que ensinar com decidido empenho a forma de administrar os próprios haveres. Os excessos são os que desequilibram o orçamento”.

Isto prova que a questão social tem nos preocupado de modo especial, por se tratar de um problema medular que afeta a toda a humanidade. Prescindimos de citar aqui muitos outros artigos publicados em datas anteriores, mas nos referiremos a um, publicado nestas páginas em novembro do mesmo ano, intitulado: “O capital não existe”, com a seguinte epígrafe: “Cotação do esforço e soma do produto humano para a apreciação do trabalho”. Neste estudo, no qual alguns aspectos da questão foram aprofundados extensamente, chamávamos a atenção sobre as qualidades do trabalhador e dividíamos o trabalho em superior e inferior, destacando o errôneo que é referir-se aos trabalhadores e operários como únicos representantes do trabalho, pois seria ingenuidade desconhecer a nobre tarefa dos que pensam, se sacrificam e assumem a responsabilidade de tudo o que gira ao seu redor, motivados pelo exercício de suas atividades, como diretores de empresas

⁽¹⁾ “Logosofia” Nº 13, pág. 15.

ou dirigentes das diversas atividades em que cada um situa sua vida conforme sejam as qualidades de sua inteligência e seu caráter.

Sobre este assunto, pode-se dizer que já vai acentuando em muitos estadistas da atualidade o convencimento de que a questão social deve ser encarada de outros pontos de vista que, certamente, hão de diferir em sumo grau dos que existiam antes da guerra atual. Isto significa que as exigências das massas operárias vão encontrando os diques naturais que haverão de represar suas legítimas aspirações, a fim de que elas possam concretizar-se um dia em justas realidades. Veja-se que dissemos “legítimas aspirações”, pois queremos fazer notar o fato de que, se efetivamente existem ou podem existir, como é lógico, também é lógico pensar que para alcançá-las, ou melhor ainda, para que essas aspirações se convertam em realidades palpáveis, devem recorrer aqueles que as tenham, neste caso as massas operárias, aos esforço de superação que dignifica a vida, cultivando as vantagens da inteligência na medida que lhes seja possível, em vez de entregar-se, como comumente ocorre, a um improdutivo abandono, abandono que as empurra depois, reacionariamente, contra os que sacrificam suas horas no estudo e na preocupação de seus interesses, de suas pátrias e de seus famílias, e que por isso mesmo e por seus outros méritos, conseguiram situar-se em posições folgadas e rodear-se da consideração e do respeito de todos.

Esses diques naturais, aos quais nos referimos, não seriam outra coisa que a lógica contenção de tais aspirações, quando elas se convertem em exigências irracionais pela carência de ideais superiores. Isto permitiria determinar as causas propícias que servem ao progresso no qual está empenhada a sociedade humana, evitando-se assim que se transbordem em ímpetos de violência, como quiseram as hordas comunistas em seus primitivos afãs de dissolução social, nos quais se pretendia implantar sistemas absurdos, na base de uma igualdade que era, precisamente, a negação mais acabada de toda justiça social.

Wendell Willkie, o destacado líder republicano dos Estados Unidos, ao informar-nos em seu livro “Um mundo” sobre a viagem que realizou em agosto de 1942, durante 49 dias, pelos países mais distantes do mundo, nos fala de quanto tem melhorado esse comunismo na Rússia Soviética, ao dizer-nos que teve de comprovar como se estimam atualmente nesse país o esforço e o produto da inteligência. Refere Willkie,

escutado da boca de um trabalhador de categoria, que o lema do socialismo stalinista era: “de cada um conforme suas capacidades e a cada um conforme seu trabalho”, mas depois expressou que, conforme o mesmo informante, o desiderato comunista é hoje “de cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades”. O que assim falava ao ilustre viajante norte-americano era um alto empregado de uma das fábricas que funcionavam na Rússia e que, em suas conversas, se referia a como foram aumentando seus haveres, à medida que progredia em seus estudos, em sua técnica, em sua dedicação ao trabalho.

Isto viria a ser um grande engano aos que, levados pela sedução de teorias exóticas, esperam tudo dos arbítrios do Estado, sem que preocupe em absoluto àqueles que podem afetar suas eternas demandas em busca de melhoramentos que uma e outra vez lhes foram concedidos, sem que se advirta neles os sintomas do melhoramento que em cada um deveria pronunciar-se como resultado de suas aspirações, se em verdade estas tendem a servir a propósitos de bem e de ordem no seio da sociedade em que vivem.

Os estudantes, por exemplo, que aspiram a completar seus cursos e se esforçam, dedicados ao estudo, para alcançar essa realidade, poderiam esperar que suas matérias fossem aprovadas e seus títulos outorgados, ano após ano, com o só fomentar protestos e greves; seria uma melhora a ser reclamada ao Estado com os mesmos direitos dos que a reclamam sem se preocupar em melhorar-se e contribuir com seu esforço individual para o melhoramento da sociedade.

Isto não quer dizer que haja que desconhecer as necessidades pelas quais podem atravessar as chamadas classes operárias, pois, mais que elas mesmas, as massas responsáveis e ilustradas se preocupam em beneficiá-las em tudo o que seja possível e em todas as ordens. O que mais se quer destacar é a necessidade de levar ao entendimento destas gentes, que a ninguém devem culpar mais que a si mesmas pelo fato de encontrar-se – e não em todos os casos – em situações de inferioridade em relação ao resto de seus semelhantes. Não há que esquecer-se aqui que muitos dos que hoje, como antigamente, se acham em situações de privilégio, se assim se pode dizer, no seio da sociedade, descendem

de lares de trabalhadores cujos pais, tendo idênticos recursos que seus demais companheiros de trabalho e, às vezes menos que estes, puderam dar a seus filhos uma educação esmerada e conseguir a satisfação de que eles ostentassem depois seus títulos de médico, engenheiro, advogado ou ocupassem altos postos no comércio e na indústria.

Isto é o que deve ter-se muito presente toda vez que se tratam as questões trabalhistas e se queira em verdade dar um conteúdo puro e verdadeiro ao que se tem dado em chamar justiça social. Como se explicaria, então, semelhante contradição: enquanto uns gemem, protestam e ameaçam reclamando melhoras após melhoras, em prejuízo dos que se desvelam para equilibrar suas finanças, outros, com menos recursos conseguem viver dignamente e até para custear os estudos de seus filhos? Não sugere isso, acaso, a necessidade de promover uma ampla, minuciosa e equânime investigação sobre semelhante fenômeno?

Aos estadistas de alto voo, aos governantes aos quais afligem tais problemas corresponde extrair destas sugestões as conclusões mais edificantes. Por nossa parte, frente às preocupações que, como dissemos, embargam a toda humanidade pensante e responsável, consideramos um dever irrecusável contribuir para soluções de tanta transcendência com nossas opiniões, que são o fruto de longas jornadas de trabalho no campo da observação e da análise.

O CAPITAL EM FORMAÇÃO

Sua realidade atual



Quando os governos adotam medidas com o propósito de resolver as tantas situações que são criadas a todo povo ou nação, em seu constante desenvolvimento político, social e econômico, geralmente não contemplam, muitas vezes pela urgência com que devem solucionar essas situações, todos os aspectos e detalhes que formam o problema. E daí também que, com frequência, tais medidas resultam insuficientes e até contrárias aos propósitos do governo. Para confirmar esta observação poderiam citar-se infinidade de casos. Em nosso país temos, por exemplo, o imposto sobre lucros excessivos, digno de ser focalizado pela importância de que se reveste, tendo presente sua origem, isto é, as razões que motivaram sua adoção.

É indubitável que o pensamento que animou os homens que determinaram a aplicação de tal medida foi o de fazer com que o capital privado oferecesse uma participação maior, para atender aos encargos públicos, já que o imposto de renda pareceria haver sido de escasso valor. Visto assim, sem aprofundar e sem que a prática haja evidenciado ainda algumas falhas que nessa medida existem, ela aparece como muito natural e até certo ponto, lógica. Porém, se adverte que não se teve em conta, possivelmente por razões de urgência em resolver este assunto, o alcance e o grau em que poderiam ser afetados os interesses de uns e de outros.

O capital tem suas hierarquias e desempenha funções diferentes conforme as cifras a que ascende. O razoável haveria sido, pois,

como primeira providência, classificar o capital em duas categorias. A primeira corresponderia aos valores que ascendem a um, a dois e até a cinco milhões; a segunda, de cinco milhões em diante. Teria que se fazer ainda uma nova classificação, dividindo em dois os capitais compreendidos na primeira categoria. O capital estabilizado entre um e cinco milhões, isto é, o capital já formado, cuja estabilidade está assegurada, seria o primeiro nesta classificação; o segundo lugar corresponderia aos capitais em formação, de mil pesos até um milhão, entre os quais há um número apreciável.

Pois bem, estes capitais em formação são, precisamente, os mais afetados pelo imposto sobre o lucro excessivo, visto que para poder formar-se requerem, por força, uma maior porcentagem de benefícios que os exigidos pelos grandes capitais. Além disso, a estes capitais em formação, que correspondem, certamente, à iniciativa privada, se lhes deve em grande parte o desenvolvimento da indústria e do comércio, já que são eles os que promovem a maior contribuição de trabalho e a mais apreciável cifra de transações no mundo dos negócios que cumprem sua função no desenvolvimento econômico da Nação.

Por conseguinte, deve-se advertir que às dificuldades e contratempos de toda espécie, que o capital em formação deve enfrentar, mais as cargas dos impostos que a isto se soma, se acrescenta a redução de uma boa parte de seus lucros, o que indubitavelmente, debilita as forças que o sustentam durante as lutas que deve enfrentar para não sucumbir ante as situações adversas.

O capital em formação constitui, poderia dizer-se, um dos principais fatores do progresso econômico de um país; é este, repetimos, o que abre perspectivas ao trabalho, fecunda as ideias, realiza obras e torna possível um desenvolvimento mais amplo na vida dos povos. Deve existir, pois, uma consideração especial para os que se empenham em abrir caminho e superar com seu esforço o volume de sua produção individual, a fim de que não se malogre uma das mais caras aspirações do indivíduo, em sua luta para alcançar dentro da sociedade posições firmes de respeito e responsabilidade que lhe permitam converter-se num valor apreciável e num auxiliar necessário dela.

Em resumo: os grandes capitais, que sem maiores prejuízos estariam em condições de oferecer uma participação mais ampla para

atender aos encargos públicos, são, justamente, os menos afetados com esta medida, já que seu próprio volume mantém equilibrado o rendimento; ao contrário, os capitais em formação, tal como fica evidenciado por meio das reflexões feitas, são os que devem suportar, em detrimento de seu próprio desenvolvimento, o maior peso dos impostos e encargos. Seria, portanto, muito justo que se levasse em conta o que significam estas observações que formulamos sobre tão importante assunto.

A DIFÍCIL SITUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E COMÉRCIOS DE TAMANHO MÉDIO

*Continua sendo uma realidade aquela máxima:
“O justo paga pelo pecador”*



Mais de uma vez nos perguntamos, ante os fatos que paralisam a inspiração, de que meios haveria de valer-se e que palavras seriam as mais adequadas para fazer chegar, como uma voz amiga, aos ouvidos dos governantes, aos quais se quisesse encontrar a disposição de interpretar sem prevenção alguma o pensamento que, como expressão de colaboração patriótica, se lhes quer transmitir. Em círculos de amigos, em clubes e em mesas de hotel, tem-se comentado, com não pouca decepção e amargura, o fato de que determinadas mensagens, estudos ou opiniões, que tiveram como veículo a imprensa ou a via mais ou menos direta do manuscrito, não somente não encontraram consideração alguma nas esferas oficiais, senão que foram inteiramente recusadas, sendo-lhes atribuídos outros objetivos e não os destacados nelas. É provável que em certos casos tenham existido razões para que se adotasse tal atitude, porém como estas não se deram a conhecer, ficou, como é natural, uma espécie de angústia flutuando no ambiente.

É inegável que o temor de ser mal interpretado costuma inibir as melhores intenções e anular a maior boa vontade de colaboração. Quantos reis poderiam ter conservado seus tronos e quantos estadistas chegarem a realizar grandes obras por haver sabido interpretar os que, em vez do incenso, lhes ofereciam o que bem poderia chamar-se a chave com que haveriam de resolver mais de um dos grandes problemas que, em sucessão incontável, costumam acossar a vida dos homens de Estado.

No referente a nós, nos guia o único propósito de encarar uma situação atualmente apresentada que, por ser séria e difícil, não duvidamos, chegará a ser considerada pelas altas autoridades da Nação com o justo critério que requer. Assim, enquanto se tem levado a bom termo uma política social que melhorou em alto grau as massas operárias, por quem os governantes atuais, que também estiveram no poder na administração passada, tiveram que preocupar-se com especialíssima dedicação, outro setor do povo trabalhador, pelo simples fato, talvez, de não pertencer às massas operárias nem às opulentas, ficou preso nas malhas de uma rede que a cada dia vai se apertando em torno dele de maneira aflitiva e sem que nada nem ninguém o ampare. Referimo-nos a esses nobres e virtuosos homens de trabalho e de iniciativa que formam o que denominamos o tipo de industriais e comerciantes médios.

Efetivamente, enquanto por uma parte a massa operária é favorecida com as melhoras recebidas, e os grandes capitais, ou seja, os grandes comércios e as grandes indústrias não sofrem muito com as chicotadas dos impostos, por outra, os industriais e comerciantes de tamanho médio – que são os que trabalham sem descanso com seus pequenos capitais e os que, ao mesmo tempo que mantêm com honra suas famílias, assegurando seu equilíbrio econômico, ajudam muitos lares a serem sustentados pelos homens aos quais dão trabalho e impulsionam a progredir em seus postos de trabalho –, enfrentam situações extremamente difíceis. Fácil será fazer um cálculo, ajustado, sem exagero algum, à mais estrita verdade. 11% das aposentadorias, mais 25% de aumentos de salário, mais as gratificações, etc., que os patrões devem pagar já limitam os lucros que, como justa compensação, lhes corresponderia. Porém a isto se acrescenta ainda o imposto de renda, aumentado recentemente, o imposto sobre lucros excessivos e ainda o que cada industrial ou comerciante individualmente deve pagar a título de imposto de renda, se terá como saldo uma situação precária que a cada dia, a cada mês e a cada ano vai-se agravando.

Pode, acaso, um comerciante ou um industrial honesto ampliar sua indústria ou seu comércio, se o que lhe sobra de lucro, após pagar todos os encargos e impostos, não é suficiente para assegurar uma reserva que cubra o desgaste do capital? Francamente, é impossível. E o capital se desgasta não somente quando representado em

instalações, máquinas, etc., senão também por efeitos da inflação que, de fora, castiga sua vitalidade sem cessar. Que situação aparece atrás desta realidade, como consequência do desamparo em que se encontram a indústria e o comércio médios? Bem fácil é deduzir: uma situação de angústia e de desorientação à qual deverá acrescentar-se, depois, o abandono desta luta que como monstro insaciável os irá devorando até fazê-los desaparecer.

Perguntamos: que mal fez, que contravenção cometeu esta boa gente que trabalha e se desvela em busca de um porvir, enquanto fomenta o progresso e cultiva as energias da Nação? Não é, talvez, a que faz o bem geral e se preocupa por ele, tanto ou mais que outros, embora ela não conste entre os que, talvez sem maior merecimento, aparecem aqui e ali embutindo seu nome entre os seus?

A massa operária, que por seu número constitui toda uma força, a qual não é possível desconhecer, tem, por virtude dessa força, um meio poderoso para manifestar-se, fazer-se ouvir e inclinar a seu favor a atenção dos magistrados. A rica tem, também, seus meios poderosos de expressão, ou seja, suas influências, às quais tampouco podem permanecer indiferentes os homens de Estado. Porém essa massa intermediária, esse grande conjunto de homens de trabalho e de negócio que forma o tipo da sociedade média; essa massa de seres da qual surge a maior parte dos homens do pensamento, de Estado, estadistas; homens da imprensa, da arte, da ciência é, precisamente, a mais desamparada. Por quê? Porque é sofrida e está sempre temerosa, por achar-se emparedada entre duas forças: a massa rica e a massa operária. Somente lhe sobra um beco pelo qual se vê obrigada a seguir, sem que até o presente tenha podido dar com essa mensagem vigorosa que derruba muros e rochas, quando encontra o eco salvador.

Grande, muito grande será o dia em que os homens de Estado, nos quais se acha o poder de auxiliar os aflitos, detendo-se um instante ante esta realidade, estendam suas mãos e salvaguardem os justos direitos destes homens de trabalho, pois, talvez mais que os outros, sejam os de cima, sejam os de baixo, requerem que se lhes ajude e estimule, retirando-os da crítica situação em que se encontram. Como? Eles não pedem aumentos de salário nem determinadas melhorias que possam pesar de maneira alguma sobre o Estado; somente esperam

que se lhes alivie, pelo menos em parte, de certos encargos e impostos que devem suportar, e que se os deixe trabalhar, honrando as gloriosas tradições do solo argentino, com a mesma liberdade que tiveram os que, em outras épocas lavraram seu porvir e contribuíram para lavar o porvir da Nação, forma esta que, indubitavelmente, asseguraria a prosperidade de todos, sem exclusão de nenhuma espécie.

O TRABALHO E O TRABALHADOR

Preocupações fundamentais sobre o problema social



Ninguém ignora, pois é assunto debatido no mundo inteiro, que o problema social é uma preocupação que comove não somente os governantes, estadistas, filósofos e escritores, mas também a toda a sociedade humana. Já não se fala deste problema incluindo nele, em amplos estudos sobre costumes, cultura, necessidades, tendências e prerrogativas de cada povo, a toda a sociedade; tampouco se fala de achar soluções que coloquem ponto final ao problema. Dir-se-ia que ninguém se atreve a enfrentá-lo de forma definitiva.

Será isso porque se chegou ao convencimento de que nada pode ser edificado com miras permanentes, em terras tão movediças como são as pretensões humanas? O certo é que não há ser humano que possa quebrar a inexorabilidade das leis. Jamais poderá pôr num recipiente mais água do que ele possa conter, por mais poderoso que seja; a água excedente será derramada inevitavelmente. Do mesmo modo se derramará, porque é inevitável, toda melhora que ultrapasse os limites da capacidade humana de compreender e aproveitar tal melhora, sem fazer mau uso dela. Daí que seja tão necessário, como temos aconselhado sempre, que, paralelamente à ajuda que se faça chegar às classes dos trabalhadores, as instrua, para que saibam usar e não abusar dela. Somente assim haverão de desfrutar com folga o bem que recebem, pois com a compreensão de seus deveres, assegurarão seu futuro não o expondo à insegurança por não saberem administrar-se na nova posição em que se encontram.

O problema social, em nossos dias, atinge exclusivamente ao trabalhador. Os demais membros da família humana parecem estar excluídos, no que se refere a este problema. E aqui queremos fazer menção à classe média que, por ser a mais sofrida e compreensiva, talvez prefira não representar uma carga que aumente ainda mais o peso das preocupações que afligem os governantes e estadistas de todas as nações do mundo. Esta classe é a que sempre teve de suportar a pressão dos que estão por cima dela e dos que, achando-se por baixo, empurram-na para situações quase insustentáveis.

Este fenômeno tem-se repetido sem variação alguma no seio de todos os povos da terra. Entretanto, grande número de operários e filhos de operários passa a fazer parte dessa classe média quando se tornam comerciantes, industriais ou abraçam alguma profissão e também aqueles que, tendo alcançado por seus esforços uma colocação na classe alta ou aristocrática, voltam a ela por falta de adaptação às exigências dessa vida social, com sua seqüela de compromissos e obrigações.

Focalizado, pois, o problema social exclusivamente no operário, os outros focos e estudos que não incidem diretamente nele, tal como hoje se encara, devem ser relegados a segundo termo.

Não faz muito, ao celebrar-se o primeiro aniversário da assunção ao governo pelas autoridades atuais, o Chefe de Estado pronunciou um discurso no qual reiterava a preocupação que lhe ocasionava o problema social em nosso país. Sua palavra foi dirigida especialmente às massas operárias, sempre ávidas de novas melhoras e conquistas. Havia nas manifestações do Presidente um caloroso desejo de inculcar compreensões básicas sobre a questão, desde que exortava a todos, em tom vibrante, a “trabalhar e produzir”.

“Trabalhar e produzir”, eis aí o lema que cada homem de trabalho deve cumprir para não ser um elemento dissolvente na sociedade. Bem se sabe que os que mais trabalham e produzem são os que menos gritam, protestam e desperdiçam, porque seus pensamentos tendem mais ao cumprimento de suas obrigações e deveres que ao abuso de seus direitos. Por conseguinte, encaminhar os homens na disciplina do trabalho, guiando-os pelos caminhos da ordem, será um meio eficaz para conseguir, com miras permanentes, tudo o que se aspira neste sentido.

Elogiável e digna de colaborar nela haverá de ser toda obra que tenda a ajudar às classes trabalhadoras; mas, da mesma forma que se tem contido e até reprimido os abusos do capitalismo, também devem, por força de lei, conter-se e reprimir-se os abusos dos que, chamando-se trabalhadores, dificultam o trabalho dos demais e buscam todo tipo de ocasiões para fazer menos e exigir mais. Daí que a exortação do Chefe de Estado, de “trabalhar e produzir”, seja de verdadeira oportunidade.

Já é tempo de que a família argentina se una na consciência de suas responsabilidades, deveres e direitos. E entendemos que isto chegará a ser alcançado quando cessarem os privilégios gerais que colocam os maus em igualdade de méritos com os bons, desorientando e desestimulando os últimos, diante da situação de inferioridade que tal estado de coisas lhes cria.

Quando os homens alentam a esperança de ser mais do que são e de possuir mais do que têm, não se limitam a cruzar os braços ou levantá-los ao alto para reclamar, sem esforço de sua parte, para conseguir o objetivo buscado. O homem que trabalha busca o estímulo no próprio trabalho, superando suas condições e capacidades para conseguir avanços, os quais jamais lhe foram negados, para alcançar posições cada vez mais destacadas.

É de se esperar que a compreensão das situações e do problema social em si se veja facilitada pelas solenes declarações sobre os direitos do trabalhador que o General Sr. Juan D. Perón formulou no acontecimento citado e que nos compraz transcrever, como segue:

I. Direito de trabalhar. O trabalho é o meio indispensável para satisfazer às necessidades espirituais e materiais do indivíduo e da comunidade; a causa de todas as conquistas da civilização e o fundamento da prosperidade geral; daí que o direito de trabalhar deve ser protegido pela sociedade, considerando-o com a dignidade que merece e provendo ocupação a quem dela necessite.

II. Direito a uma remuneração justa. Sendo a riqueza, a renda e o juro do capital frutos exclusivos do trabalho humano, a comunidade deve organizar e reativar as fontes de produção de forma a possibilitar e garantir ao trabalhador uma remuneração moral e material que satisfaça a suas necessidades vitais e seja compensadora do rendimento obtido e do esforço realizado.

III. Direito a capacitação. O melhoramento da condição humana e a proeminência dos valores do espírito impõem a necessidade de propiciar a elevação da cultura e da aptidão profissional, a fim de que as inteligências possam orientar-se para todas as direções do conhecimento; e incumbe à sociedade estimular o esforço individual proporcionando os meios para que, em igualdade de oportunidades, qualquer indivíduo possa exercer o

direito de aprender e aperfeiçoar-se.

IV. Direito a condições dignas de trabalho. A consideração devida ao ser humano, a importância de que o trabalho se reveste como função social e o respeito recíproco entre os fatores participantes da produção consagram o direito dos indivíduos a exigir condições dignas e justas para o desenvolvimento de sua atividade, e a obrigação da sociedade de velar pela estrita observância dos preceitos que as instituem e regulamentam.

V. Direito à preservação da saúde. O cuidado da saúde física e moral dos indivíduos deve ser uma preocupação primordial e constante da sociedade, à qual corresponde velar para que o regime de trabalho reúna os requisitos adequados de higiene y segurança, não excedendo as possibilidades normais do esforço e possibilitando a devida oportunidade de recuperação pelo repouso.

VI. Direito ao bem-estar. O direito dos trabalhadores ao bem-estar, cuja expressão mínima se concretiza na possibilidade de dispor de residência, vestimenta e alimentação adequadas e de satisfazer sem angústias suas necessidades e as de sua família, de modo que lhe permita trabalhar com satisfação, descansar livre de preocupações e gozar comedidamente de expansões espirituais e materiais impõe a necessidade social de elevar o nível de vida e de trabalho com os recursos diretos e indiretos que permitam o desenvolvimento econômico.

VII. Direito à seguridade social. O direito dos indivíduos a ser amparados, nos casos de diminuição, suspensão ou perda de sua capacidade de trabalho, promove a obrigação da sociedade de tomar unilateralmente a seu cargo as prestações correspondentes ou de promover regimes de ajuda mútua obrigatória, destinados, uns e outros, a cobrir ou complementar as insuficiências ou inaptidões próprias de certos períodos da vida ou as causadas por infortúnios provenientes de riscos eventuais.

VIII. Direito à proteção de sua família. A proteção da família responde a um natural designio do indivíduo, desde que nela se geram seus mais elevados sentimentos afetivos, e todo empenho tendente a seu bem-estar deve ser estimulado e favorecido pela comunidade como o meio mais indicado de propender ao melhoramento do gênero humano e à consolidação de princípios espirituais e morais que constituem a essência da convivência social.

IX. Direito ao melhoramento econômico. A capacidade produtiva e o empenho de superação acham um natural incentivo nas possibilidades de melhoramento econômico, pelo que a sociedade deve apoiar e favorecer as iniciativas dos indivíduos tendentes a esse fim e estimular a formação e utilização de capitais enquanto constituam elementos ativos da produção e contribuam para a prosperidade geral.

X. Direito à defesa dos interesses profissionais. O direito de associar-se livremente e de participar em outras atividades lícitas, tendentes à defesa dos interesses profissionais, constituem atribuições essenciais dos trabalhadores, que a sociedade deve respeitar e proteger, assegurando seu livre exercício e reprimindo todo ato que possa dificultá-lo ou impedi-lo.”

Ficam, agora, por ver o que de tais pensamentos vá consumando-se e os resultados que sobrevenham. O anelo de todos é que aconteça o melhor, para o bem dos habitantes do solo argentino, nobre e grande pátria que todos devem servir desde seu posto de luta, com amor e perseverança invariável.

A BOA ESTRELA DA REPÚBLICA ARGENTINA É SUA FECUNDIDADE



Nosso país tem demonstrado que, apesar de todas as eventualidades de sua política doméstica, segue avançando constantemente para a realização de seus altos destinos. É preciso reconhecer, entretanto, que de sua potencialidade natural somente uma mínima parte foi colocada em movimento.

Poder-se-ia dizer que não há fração de solo argentino que, ao mero contato com a varinha mágica do progresso, não desperte para uma atividade diferente e fecundamente produtiva. Pareceria que nosso país é um gigante que dormitou confiado na segurança absoluta de suas forças, mas, naturalmente, foi interrompido em seu sono pelo repicar dos sinos da realidade que o chamavam para a atividade. Hoje ao colocar seu enorme corpo em movimento, pareceria querer despreguiçar-se. Os estremecimentos políticos dos últimos tempos devem ter-lhe convencido de que chegou a hora de trabalhar, produzir e oferecer ao mundo o grande acervo de reservas que contém. E é este, precisamente, o anelo do governo atual e o de todo o povo argentino.

Não é possível que um país rico e grande em extensão seja limitado em sua capacidade de trabalho e desenvolvimento. Daí que o pensamento central esteja em descongestionar a Capital Federal de suas indústrias, levando-as para fora de seus limites, criando ao mesmo tempo outras em diferentes pontos do território.

Há pouco tempo, ao exortar as massas trabalhadoras, a palavra oficial definiu bem claramente qual deve ser a preocupação de todos: “trabalhar e produzir”, pois somente assim se evitará que surjam dificuldades

e se solucionará grande número de problemas.

A República Argentina esta predestinada a ser a reserva do mundo. Está guiada pela sua boa estrela: a fecundidade. E já sabemos que nada é fecundo se não provém de sua fonte natural, aquela que promove o movimento e a vida, assistida pelas forças da Natureza.

Que sejam, pois, os dias atuais bem aproveitados pelos filhos desta terra e por todos os que habitam nela, para que o futuro coroe seus esforços, afãs e desvelos, com a satisfação de ter sabido cumprir com os deveres que impuseram a si mesmos pelo bem da humanidade.

O PROBLEMA SOCIAL-ECONÔMICO

Reflexões fundamentais



Sendo que o problema social-econômico é um dos que mais preocupam hoje os governantes, estadistas e homens do pensamento do mundo inteiro, e o que mais apaixona as massas humanas, bom é ocupar-se dele em toda oportunidade que for propícia, para desenvolver o tema e esclarecer os pontos mais importantes da questão.

Neste problema de capital importância para a vida dos povos existem variadíssimos aspectos que se revestem as vezes de caracteres tão complexos, que somente mediante serenos e profundos estudos é possível alcançar as altas e adequadas soluções que se buscam com tanto afã e não menos inquietude.

É dever, pois, de todo ser capaz, integrante da grande família, dedicar uma parte de seu tempo à contemplação de tão vasto e delicado problema.

Convém, como primeira providência, observar e analisar os fatos em suas causas, para derivar, depois, a atenção a seus efeitos. E dizemos isto porque é muito comum deixar-se tomar pelas impressões externas e até influenciar-se por elas, ao ver se levantar em voragem ameaçante a tempestade de demandas trabalhistas em interminável sequela reivindicativa.

Que causas dão origem a estes fenômenos que em torvelinho angustiante vão absorvendo as energias vitais da sociedade humana? E se impõe aqui outra interrogação: por que absorvem as energias vitais da sociedade humana? Porque quando começa a onda de demandas estas não se conformam em chegar aos limites do que pode suportar o equilíbrio que mantém de pé a organização das atividades humanas, senão

que, transbordando-o, fazem ressentir as bases sobre as quais se edificou a prosperidade dos povos.

Tudo é justo e aceitável enquanto as sãs aspirações convergem em metas realizáveis que não excedem a capacidade matriz que as margens toleráveis permitem. Isto é uma lei inviolável, como é cada lei que gravita sobre a conservação do mundo e das espécies que o habitam. Não se pode esvaziar, pois, os cofres de uma indústria e exigir, ao mesmo tempo, que esta se sustente em suas finanças. Em tais condições a indústria se ressentida, se debilita e quebra. E uma vez exausto o caixa, apagam-se as chamas que alimentavam uma quantidade de lares, empalidecem as esperanças, esfumam-se todas as vantagens e volta-se ao ponto de partida para começar de novo. É a eterna e lapidar sentença: “Não matar a galinha dos ovos de ouro”, cujo esquecimento tem chocado a tantos contra uma realidade da qual ninguém escapa ileso.

Se se consumir as reservas do produzido em férteis campos e se abandonar as sementeiras, as colheitas futuras serão cada vez mais pobres e logo a miséria atingirá as portas da imprevisão.

O ganhar mais e produzir menos conclui com o esgotamento dos recursos. E... depois? O desequilíbrio chega a seu grau máximo e as cordas do relógio saltam por todas as partes, em cuja plácida esfera as impassíveis agulhas assinalavam o tempo das horas, tanto para o trabalho como para o descanso. E quando isto acontece, quando o relógio deixa de ser o implacável guardião de nosso tempo, como dique que represa as energias de nossa vontade para convertê-las em força motriz e distribuí-las em irrigação fecunda de nossa atividade, rompem-se as comportas, cessa todo aproveitamento gradual das energias concentradas do espírito humano e as forças cegas do furor insensato se transbordam em torrentes de paixão incontrolada, que em cerrada incompreensão espalham por toda parte seu ímpeto desolador.

As águas fertilizantes dos rios, ao saírem de seu leito, convertem em pântanos infecundos terras que antes foram pródigas em frutos. Que povo amante de sua terra pode desejar que esta se converta em miserável lodaçal? Apelamos à sentença de Moreno, quando exclamou que nem ébrio nem adormecido poderia um argentino atentar contra os sagrados interesses de sua pátria. Busque-se, então, o ponto coincidente para o qual convergem os pensamentos de todos os argentinos: não

prejudicar o conceito grande e tradicionalmente grandioso da pátria, por lutas de interesses que estão muito abaixo dos que concernem a ela. E partindo deste ponto coincidente, busquem-se os sucessivos graus de conciliação dentro do estritamente justo e razoável. Mas isto jamais poderá ser alcançado se de uma parte está a intransigência absoluta. Não se deve esquecer que toda conquista, seja da índole que for, para ser efetiva, impõe deveres inevitáveis aos que a conseguiram. O esquecimento desses deveres é o que tem feito perder, atenhamo-nos aos fatos históricos, os terrenos conquistados, precisamente porque é crença geral que toda vitória dá direitos, mas não deveres.

Traslademo-nos agora ao campo das conquistas sociais, ou seja, às que se tem caracterizado por conquistas trabalhistas, que consistem em sucessivos aumentos de salário e melhorias de todo tipo. Bem, obtido tudo o que foi exigido, deveria existir, como é lógico, a conformidade nos que tiveram suas demandas atendidas. Entretanto, acontece todo o contrário: a produção diminui por retirar do trabalho a dedicação exigida para cada função; altera-se o custo da produção ao ser aumentada a mão de obra, o que depois incide em um maior aumento dos preços do consumo.

Ao celebrarem-se esses triunfos das demandas trabalhistas, somado a isso os pesados impostos, o capital começa a debilitar-se e a consumir-se. Excluído todo incentivo sobre o futuro, os homens de empresa se retraem, paralisando-se pouco a pouco as grandes reservas da iniciativa humana. O afã, então, é suprir de qualquer modo a vaga deixada pela experiência, a prática e o saber. Os resultados não tardam em aparecer; inferioriza-se a qualidade dos produtos, esgotam-se os estoques, por ser a demanda maior que a produção e, finalmente, como na hora atual, o problema econômico se aguça em graus angustiosos. Que se realizem campanhas contra o ágio e a especulação? Que se persigam comerciantes inescrupulosos? Muito louvável, certamente; mas isto não resolve senão uma ínfima parte do problema.

Ninguém, entretanto, poderia negar uma realidade que se tem apreciado no curso de todas as épocas: a livre competição e o aumento da produção é a única alternativa que instantaneamente, como por obra de magia, faz baixar os preços, sem necessidade de que os governos devam recorrer a nenhuma medida. Fazer, pois, que aflorem as atividades comerciais em marcha ascendente de progresso, sem travá-las em seu desenvolvimento, é propiciar a abundância, que satisfaz a todas as

necessidades. Encarar a solução de modo adverso seria encaixar uma das rodas que sustenta o peso da enorme carroça estatal, enquanto a outra gira velozmente no ar, aparentando andar muito bem, ainda que sem conseguir avançar uma polegada do lugar onde se encontra.

Em diversas oportunidades o presidente da República ressaltou a necessidade de produzir mais, fato que evidencia não haver escapado esta reflexão a seu critério de governante. Porém, bem se vê que não basta exortar para uma maior produção; é necessário, primordialmente, fomentar e facilitar essa maior produção e, certamente que não contribui para propiciá-la o chamado “trabalho de má vontade” e as mil interrupções que diariamente ocorrem nesta ou naquela atividade, pois cada interrupção é uma redução da produção que incide diretamente na economia nacional. Seria o caso de perguntar aqui se fazendo rebelar as energias vitais da Nação contribui para o engrandecimento da pátria.

O próprio senhor Presidente está dando um louvável exemplo, começando desde as primeiras horas da manhã a atender o acúmulo de tarefas que se multiplicam em seu gabinete. Por que então não de crer-se com menos obrigações os que retiram de seu trabalho o melhor empenho, fazendo as coisas com medida e até como se as fizessem atendendo a reiterados rogos dos patrões?

O que ainda não chegaram a compreender os que fomentam as greves e demandas contínuas é que, enquanto pensam que a ação vai deliberadamente dirigida aos patrões, aos quais gostariam de ver exaustos e mergulhados no desespero, o prejuízo alcança o próprio governo, que deve empregar grande parte de seu tempo e energias para encarar as dificuldades que tais situações criam, estendendo-se também o prejuízo a toda a população, da qual os próprios circunstantes formam parte.

A lei que rege os processos da Criação e da vida humana não exclui a ninguém de sua amplíssima órbita. E mesmo quando se a desconheça, nem por isso haverá de pensar-se que ela exime de cumprir seus inexoráveis ditados.

Muitos trabalhadores chegam a ser patrões, mas essa posição é conquistada por seus próprios esforços, por seus sacrifícios ao dedicar grande parte de seu tempo ao trabalho produtivo e ao estudo. Por ocasião de discursar na Bolsa de Comércio, o Sr. Miranda, presidente

do Banco Central de nosso país, foi apresentado ao auditório pelo presidente da Instituição, que fazendo um bosquejo do conferencista disse, entre outras coisas, que o Sr. Miranda havia trabalhado como operário em uma indústria desde a idade de doze anos, cumprindo em repetidas ocasiões, até onze horas de trabalho; que ajudado por precoces condições naturais, graduou-se como perito mercantil, etc. etc., e que era condição principalíssima nele sua dedicação ao trabalho, sublinhando, trabalhar, trabalhar e trabalhar. Acrescentou que o hoje presidente do Banco Central havia lido e conhecido a vida dos homens destacados e sabia que, para triunfar em quaisquer das ordens da vida, era necessário trabalhar sem descanso. “E bem – seguiu dizendo, enquanto avançava no desenvolvimento do bosquejo – logo saltou de operário a empregado e desta etapa de sua vida se vinculou a velhos professores, líricos uns, patriotas outros, o que lhe permitiu ir forjando suas ânsias de lutador”. Eis aqui, pois, consumado um processo que nenhum trabalhador deve ignorar.

O Sr. Miranda, presidente do Banco Central da República, mostra desta maneira a todos os trabalhadores que queiram chegar a escalar altas posições qual é o caminho: trabalhar, trabalhar e estudar, em vez de pretender conseguir tudo por outros meios, dos quais sempre está ausente o esforço individual.

É muito certo, e assim ele mesmo ratificou, que se em vez de ter-se preocupado em aperfeiçoar seus conhecimentos e ser um cultor do trabalho, houvesse dedicado a fomentar greves e demandas para conseguir sua meta escolhida, jamais haveria chegado a tão altas posições nem seria hoje o presidente do Banco Central. Acreditamos de boa-fé que isto não ocorrera, mas ainda na hipótese de ter acontecido, que méritos pessoais poderia invocar?

É de se esperar e o anela de todo o coração o povo argentino, que comece logo uma era de paz e de trabalho, para que haja concórdia; para que haja abundância e não miséria, nesta bendita terra de promessa e de tão ilustres tradições.

IV. ENFOQUES: SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO

TEMAS DO MOMENTO



FRANKLIN D. ROOSEVELT.

O grande americano, humanista por excelência; a figura mais proeminente nas esferas políticas do mundo; o governante que maior simpatia conta dentro e fora de seu país.

Depois de esgotar todos os elementos que pôde utilizar em seu afã de achar fórmulas que dessem uma solução feliz aos problemas europeus, cada vez mais insolúveis, quando a guerra se desencadeou com toda a fúria, arrastando, um após outro, os povos do Velho Mundo ao mais cruel dos destinos, à escravidão e à submissão absoluta, Roosevelt levanta sua voz e proclama a defesa de todo o continente americano, mobilizando integralmente as forças morais e materiais de sua pátria, ao mesmo tempo que acorre em auxílio do Império britânico, em perigo de cair sob as garras da ferocidade inimiga, e oferece a todos os países do Novo Mundo a garantia de seu amparo contra qualquer tentativa de agressão por parte de nações alheias ao continente.

Roosevelt aparece assim como o líder máximo da democracia e também da liberdade pelo império do direito e do respeito à raça humana.

Os povos da América não poderão jamais desconhecer os nobres esforços desta grande figura que se ergue acima da opressão e da barbárie que açoita e ameaça arrastar a Europa inteira, e que às suas páginas já lavradas na história haverá de acrescentar, como tudo parece indicar, outras mais gloriosas e de grande transcendência universal.

WINSTON CHURCHILL.

O prestigiado político, que encarna hoje o leão britânico, conquistou a admiração do mundo civilizado ao resistir a agressão do inimigo e replicar com tenacidade imperturbável cada um de seus ataques, com todas as forças de sua valiosa aviação e esquadra marinha.

Churchill é o chefe indiscutível do Império inglês e como tal assumiu a direção suprema dele em salvaguarda da liberdade e da própria existência dos povos que aguardam sua vitória sobre a barbárie, como uma liberação da raça humana ainda livre e independente, porém ameaçada e contraída pela dor ante a tragédia que suporta já grande parte do Velho Mundo.

Churchill como Roosevelt merecem a gratidão de todos os homens livres que habitam a terra; todos deveriam pôr-se de pé e seguir unidos para arrasar de uma vez e para sempre os terroristas que converteram a Europa em um imenso campo de desolação e de miséria.

O URUGUAI.

Não há um só país no mundo, fiel às nobres tradições, amante da paz, da liberdade, da honra e do respeito, que não sinta uma profunda simpatia pela inteireza de espírito e a valentia que tantas vezes demonstrou o povo uruguaio.

Com quanta frequência tem-se visto no curso da história o exemplo que pequenos países deram aos maiores. O Uruguai sempre foi dos primeiros a levantar a voz e proclamar suas convicções frente a qualquer situação que exigisse definições aos povos da América.

Cabe destacar que uma das poucas mensagens alentadoras que o presidente Roosevelt recebeu por um de seus enérgicos discursos sobre a necessidade de defender o continente americano foi a do presidente do Uruguai, General Baldomir, a qual transcrevemos, por ser uma prova eloquente do espírito que anima os homens da nação irmã. Diz assim:

“É-me particularmente grato apresentar a V. Ex^a minhas felicitações pelo magnífico discurso pronunciado por ocasião do dia 12 de outubro. V. Ex^a deixa firmemente consignado que nos países deste continente, nem o ódio de raças nem o espírito de conquista nem a prepotência da força tiveram

nem terão jamais a menor probabilidade de estabelecer sua ação dentro da política de união e de fraternidade buscada pelos nossos povos.

“V. Ex^a chama, ao mesmo tempo, a atenção sobre a necessidade de defender o continente frente aos perigos de uma situação internacional mundial que é das mais graves e desastrosas que a história da humanidade já atravessou. Oferece em tais circunstâncias, de maneira generosa e espontânea, a cooperação de todas as forças militares dos Estados Unidos para a defesa das repúblicas americanas, em caso de serem agredidas.

“Sendo a causa da paz e da democracia a que V. Ex^a tão eloquentemente invoca nestes momentos de angústia para o mundo, conceituei que devemos aplaudir ou alentar sua ação entusiasticamente. Ao fazê-lo assim, creio que nos solidarizamos com os mesmos ideais de liberdade e de independência pelos quais sempre lutaram gloriosamente os povos do continente americano.”

São, pois, dignas do maior elogio as atitudes do governo e do povo uruguaio ante às situações que com tanta firmeza foram superando no transcurso destes últimos tempos.

OS CHAMADOS À JUVENTUDE



Merece umas linhas de nossa parte este tópico, já que no escasso tempo transcorrido deste ano foi o ponto a que fizeram referência, primeiro o Sr. Vice-Presidente da Nação em exercício do Poder Executivo, Dr. Castillo, depois, o Primeiro Mandatário, Dr. Ortiz, e pouco depois, o líder máximo do Partido Radical, Dr. Alvear.

Efetivamente, cada uma das personalidades citadas invocou a juventude argentina nesta hora incerta para o mundo e também para a política argentina.

Chama poderosamente a atenção que em tal circunstância se invoque precisamente a juventude, a essa juventude de nosso povo que não está preparada para atuar nos grandes problemas do país, porque não foi capacitada para isso; a menos que se pense que o chamado à juventude significa a participação de sua força irresponsável em atos de violência para dirimir situações que a razão dos mais experientes se acha incapaz para resolver. Não é possível admitir isto com sensatez, mas tampouco é possível passar por alto as sugestões alarmantes que surgem atrás destes chamados à juventude em horas tão difíceis para a pátria.

Possivelmente, os responsáveis por nossa tranquilidade pública confiam mais na serenidade dos jovens que na dos homens maduros, coisa que não deixa de ser paradoxal se se tem em conta o valor da experiência de uns frente à inexperiência dos outros.

Isso poderia admitir-se em equilíbrio compensatório de um só ponto de vista: enquanto os homens de certa idade são bravos na luta de palavras, os jovens o são nos fatos. E é lógico que ocorra assim, pois poucos, em sua escassa idade, se dão conta de que a vida não deve ser exposta absurdamente em rixas ou bravatas que costumam ser fatais.

Salvo casos excepcionais, aos vinte anos o jovem entra, poderia dizer-se, de cheio na vida e ainda necessita de anos para caminhar sozinho pelo mundo. O conselho constante de seus pais e mais velhos é-lhe indispensável para não cair, uma e outra vez, abatido pelo inflexível látego da adversidade.

Em nossos dias a juventude não recebeu a preparação mental suficiente para atuar por sua exclusiva conta e iniciativa. Os estudos comuns que se realizam em salas de aula de modo algum preenchem o vazio reservado à experiência, e, enquanto esta não se manifesta, pois ela chega com os anos, é necessário ministrar ao conhecimento da juventude os elementos básicos que hão de formar seu critério, levando-a a pensar nos grandes e pequenos problemas que se apresentam no curso dos dias, tanto à criatura humana em particular como à humanidade em geral, e ensinando-a a concentrar-se, logicamente, nos que mais diretamente afetam o solo pátrio.

O essencial é guiá-la para uma maior consciência de sua responsabilidade frente aos deveres que lhe impõe a hora presente e isto somente podem fazer os que com seus exemplos são capazes de sustentar suas palavras.

Quanto mais formoso e digno da alma florescente de um povo seria ver a juventude empenhada em conciliar seus pais pela palavra e o gesto limpo e generoso, que vê-la sacrificar sua vida para satisfazer ao egoísmo e à teimosia dos que não souberam resolver as situações críticas sem apelar para recursos extremos.

Não, a juventude tem direito à vida e, com ela, a todas as demais prerrogativas que esta lhe abre para os dias do futuro.

Essa juventude que se invoca deveria ser resguardada de sua contaminação com todas aquelas ideias exóticas ou estranhas à nossa nacionalidade; deveria e deve ser amparada do veneno das intrigas a que tanto sugestionam sua reflexão nascente, para que possa responder com todas as forças de seu espírito e unida por um só fervor e sentimento, quando seja chamada a colaborar nos altos desígnios da pátria.

O DR. ALVEAR EXPÕE SUA OPINIÃO SOBRE A INÉRCIA DO POVO ARGENTINO

Interessantes comentários que suas palavras sugerem



Respondendo a uma pesquisa que com indiscutível acerto promoveu o conhecido jornal “Crítica”, o Dr. Alvear, cuja autorizada palavra, franqueza cabal e eloquência o caracterizam, expressou uma vez mais suas convicções democráticas e emitiu opiniões que pela importância capital de que se revestem não é possível passar por alto sem comentá-las na forma que em nosso conceito merecem.

O Dr. Alvear referiu-se à atonia que se apoderou da alma argentina, paralisando os nervos vitais de suas fibras patrióticas, e manifestou visivelmente impressionado: “por que motivo encontro meu povo tão mudado?” “A que se deve a inércia geral?” E em seguida recorda que “em Buenos Aires, antigamente, as pessoas não titubeavam em participar de movimentos, dos quais o mais tradicional era o que se referia à independência de qualquer povo, por distante que estivesse e por ignorado que nos fosse”, expressando em seguida que “em nosso país a consciência da própria liberdade nacional, obtida com rebeldia, com sangue e com heroísmo em longuíssimo período de sacrifício, estabeleceu essa tradição de essência democrática, que fez sempre os homens nascidos nele vibrar por qualquer reivindicação do país oprimido ou subjugado. Daí que me espante hoje que não reaja em forma mais ativa diante do arrasamento e do envilecimento sucessivo de nações. Têm que haver ocorrido desencantos que insensibilizem e erros que desviem”.

Referindo-se também às reações de nosso povo na guerra passada, quando exteriorizava seu sentir em manifestações populares que

evidenciavam um expoente de virilidade popular, manifesta que se bem naquela época “se atuava por amor à França, honrada como crisol dos direitos do homem, hoje nem esses direitos nem a simples dignidade humana ameaçada possuem a virtude de desvanecer uma letargia argentina que muitas forças perniciosas têm interesse em que se mantenha”.

O que omitiu dizer o Dr. Alvear, talvez por excesso de discrição, é que no seu tempo, quando se faziam movimentos populares, os agentes de polícia usavam o legendário sabre curvo ou facão sem fio para manter a ordem nas manifestações e jamais lançavam cargas de fuzil contra a multidão. Agora, ao contrário, as manifestações populares são proibidas, e se chega a improvisar-se alguma, aparecem os destacamentos armados que a dissolvem com gases lacrimogênicos, jatos d'água e até com descargas de outras espécies.

Dissentimos, pois, com o Dr. Alvear, em que o povo argentino está mergulhado na inércia por própria vontade. Não; não podemos admitir isto porque seria extremamente amargo para o espírito de nossa nacionalidade; mas sim admitimos que nosso povo está atemorizado e, em tal estado, se refugia na indiferença. Porém, atemorizado por quem? Justamente pelos que não permitem que o povo se acostume a unir-se em manifestações galhardas, impregnadas de patriotismo; pelos que não pensam que é necessário, nas respectivas oportunidades, abrir essa válvula de escape ao sentimento nacional.

Que maior satisfação pode sentir o primeiro magistrado de um país que contemplar dos balcões do Palácio do Governo o desfilar entusiasta de seu povo, aclamando respeitosamente o ideal nacional, enquanto oferece o grato espetáculo da marcha marcial e ordenada das juventudes, como promessa segura do apoio direto às providências que possa tomar um mandatário que vela pelos altos interesses da pátria?

Essa letargia argentina aludida pelo Dr. Alvear é mais aparente que real. O povo argentino, viril e nobre por excelência, pode unir-se em um instante, ao conjuro de um chamado heroico, mas para que isto aconteça, deverão unir-se antes todos os homens de estado, isto é, os homens que conduzem os destinos do país e as figuras representativas de nossa vida política, social e militar e, deixando de lado as questiúnculas de consumo interno da política doméstica, oferecer a

esse povo, que espera ansioso esse instante, uma verdadeira frente nacional, uma diretiva comum de colaboração e demonstrar-lhe que – vencedores todos pelo amor à pátria que nos legaram os heróis da cruzada histórica de Mayo e pela espada do grande libertador dos Andes convertida em símbolo –, sabem oferecer esse grande exemplo às gerações presentes e futuras. Exemplo de compreensão ao conciliar as desinteligências ou as diferenças do pensamento em holocausto a um ideal supremo, como ocorre, nesta hora difícil para a humanidade, a união do povo argentino em resguardo de toda eventualidade crítica, das riquezas de nossa terra e de nosso patrimônio nacional.

O povo não pode reagir dividido em grupos por interesses partidários ou limitado em suas aspirações, mas o fará, não cabe dúvida, com a potência que o caracterizou sempre, quando sua reação obedecer ao grito de união, de fé e de lealdade que os homens que marcham à frente proclamarem num gesto abnegado e patriótico, em sacrifício aos sagrados princípios que regem nossa soberania e nossa nacionalidade.

A SUPREMA CORTE DE JUSTIÇA DA NAÇÃO SE PRONUNCIOU SOBRE A LIBERDADE DE PALAVRA E O DIREITO DE REUNIÃO



Com verdadeiro e unânime beneplácito foi recebido pela opinião pública – não podia ser de outra maneira –, a sentença da Suprema Corte de Justiça da Nação declarando inconstitucional o edital da polícia de 16 de março de 1932 e sua ampliação de 19 de outubro de 1940, que trata o caso que havia sido proposto: a realização, em local fechado, de uma reunião de escasso número de pessoas e sem propósitos subversivos nem contrários à ordem pública.

Como se recordará, por motivo, primeiramente, de tentativas de subversão da ordem pública por parte de uma fração política local, e depois, por certos movimentos estranhos de exaltados partidários de ideologias alheias ao nosso ambiente, foram decretadas restrições concretizadas nos mencionados editais, sem exceção de nenhuma natureza. Assim, instituições pacíficas e grêmios que habitualmente realizam suas assembleias, e muitas outras entidades que, com frequência deviam reunir-se para suas deliberações, tiveram suas ações dificultadas e, em alguns casos, suas reuniões foram até proibidas.

Muito doloroso foi, pois, para todos os argentinos, que jamais haviam dado motivo para que se lhes incluísse em semelhantes medidas, ter que suportar, por causas alheias às suas normais atividades e progressistas empenhos, as mesmas restrições que aqueles para os quais estas medidas foram adotadas. Surpreende mais ainda este fato porquanto ninguém ignora que, para a polícia, é sumamente fácil saber que grupos deve vigiar e aplicar o edital e quais não incomodar em suas atividades normais.

Mas, felizmente, com o pronunciamento da Alta Corte de Justiça, cujo digno ministério é exercido por homens de notório valor e responsabilidade, se põe fim a uma situação que, mais que preservar a ordem, em certo modo a perturbava, já que sempre é perturbação prejudicar os direitos públicos com abusos ou erros imputáveis às autoridades administrativas.

Sabe-se que o direito de reunião implica liberdade de palavra e esta, indubitavelmente, se baseia na liberdade de pensar. Se uma destas liberdades é vulnerada, inflige-se uma lesão à consciência pública, cuja transcendência todos percebem.

Uma coisa é vigiar e ministrar os corretivos necessários às entidades, que hoje se sabe – por terem sido descobertas pela Comissão Investigadora da Câmara de Deputados da Nação – conspiravam contra nosso sistema institucional e até contra nossa própria argentividade e outra, confundir as de respeitável tradição ou arraigo popular, que desenvolvem suas atividades pacificamente e com finalidades de utilidade comum.

Por isso, nada pôde ser mais grato para a opinião geral que o pronunciamento do alto tribunal, dignificando a Justiça e reafirmando os claros conceitos de nossa Constituição Nacional.

O ABANDONO DA JUVENTUDE



Vamos nos referir novamente a um tema que parece preocupar, de vez em quando, nossos governantes e às autoridades docentes do país.

Não faz muito, em nossa edição de março, destacamos que não podíamos deixar passar em branco os chamados à juventude que foram feitos naquela oportunidade, quase ao mesmo tempo, pelo Dr. Ortiz, atual vice-presidente em exercício do Poder Executivo e pelo Dr. Alvear. Com esse motivo, dissemos que a juventude não estava preparada para atuar nos grandes problemas da hora presente porque não foi instruída nem capacitada convenientemente e expressamos também que a essa juventude que se invocava foi negada toda tentativa de manifestação pública de seus pensamentos.

Em que forma e por que meios se pensa que a juventude pode responder aos chamados que lhe são formulados aqui e ali, para consultar suas decisões?

“La Prensa”, muito acertadamente, comentou no mês passado em um de seus editoriais esses significativos chamamentos à juventude, manifestando que “o governo, como parece, deseja que a juventude livre o caminho de problemas difíceis, facilitando sua função pública, mas deixou passar a oportunidade de assegurar aos jovens que, com a volta à normalidade administrativa, ocorrerá também o retorno da pureza institucional, da moral política e do acatamento à lei e à vontade popular livremente expressada nas eleições.”

O mesmo jornal destacou a importância das palavras vertidas pelo Reitor da Universidade, Dr. Saavedra Lamas, que expressou: “Acaso a tarefa dos jovens no porvir consistia em identificar, informar o critério da

pureza institucional e conduta internacional que sempre enalteceu em todas as partes e em todo tempo o nome argentino”. “Na função pública como na vida privada – disse também o Dr. Saavedra Lamas –, na ordem internacional e na ordem interna, não podemos ter duas morais e duas condutas diferentes; devemos o mesmo acatamento à lei internacional e à lei interna, mais transcendental esta última, talvez, porque nela está a fonte dos poderes e das autoridades que nos regem; se é que em verdade a política externa e a nacional têm funções diferentes, há e deve haver sempre na Nação uma unidade orgânica e moral, da qual não se pode prescindir.”

Será necessário repetir, pois, o que vimos sustentando desde tempo atrás, que a juventude de nossos dias se acha pouco menos que abandonada a seus próprios esforços, nem sempre encaminhados para metas estimáveis.

Nada se tem feito em matéria de orientação efetiva para uma verdadeira superação integral do jovem adolescente. Não se tratou, como deveria tratar-se nas universidades, de despertar na alma juvenil a inquietude ponderável e necessária sobre os problemas do conhecimento humano; não os que se referem a sua cultura vulgar e que são comuns a todos, senão aqueles outros que encerram conhecimentos de virtudes inegáveis que elevam e ajustam o juízo e permitem a quem os cultiva ser mais consciente e capaz, ao mesmo tempo que o habilitam para atender e atuar com eficácia, quando seja chamado a prestar sua colaboração no campo das altas deliberações humanas, ora oferecendo suas luzes à pátria, ora ao mundo inteiro, se assim o exigirem as circunstâncias.

Mas não cremos possível, tal como estão as coisas, que num futuro próximo se promovam estas providências em prol de um ensino superior que dote a juventude de um esplendor mental capaz de ultrapassar em muito ao que conseguiram as gerações passadas. Antes haverá que abrir as portas da inteligência a outras concepções que poderiam contribuir para tais fins com a mais valiosa colaboração que se possa suspeitar.

A este respeito podemos antecipar que o dia em que a cátedra logosófica for estabelecida nas universidades, estará resolvido este problema tão fundamental para a orientação da juventude, e se haverá dado um grande passo à frente, cuja transcendência poderá vislumbrar-se inequivocamente.

O AMPARO SOCIAL



Os povos se regem por leis que, conforme os altos propósitos invocados pela legislação, organizam a vida social humana sobre bases de ordem, disciplina e respeito comum.

Não é possível desconhecer tudo o que se tem feito em matéria de leis que regulamentam as diversas e complexas atividades do homem, com seu séquito de consequências próprias de seu gênero, inquieto por si só e habitualmente desordenado. Porém o quanto resta por fazer é coisa que a família humana não ignora, pelos prejuízos e tormentos que ainda deve sofrer por causa disso.

Entre o que deve ser feito e que demanda a consciência pública, do mais íntimo de seu sentir, está o aperfeiçoamento das leis existentes, já que lógico é pensar que aqueles que as sancionam não puderam prever o que depois, quando estas foram aplicadas, assinalaria a própria realidade como deficiência. Entretanto, é quase geral que os que menos se inteiram das falhas que as leis podem conter, como também os procedimentos usados para sua aplicação, são os legisladores e homens de Estado, pois bem é sabido que estes jamais sentem na própria carne o rigor injusto e as enormidades que a desvalida sociedade tem que sofrer.

Os que estão lendo isto ficarão assombrados e até dirão ruborizados: Não existe, acaso, a Justiça a quem se deve recorrer em demanda de amparo?

Vamos responder com toda a amplidão que é necessária ao leitor que formulasse tal pergunta (certamente será aquele que jamais recorreu a ela), e ao mesmo tempo para que compreenda com clareza

que nossa exposição é propiciada pelo grande e nobre anelo de que quem tenha em suas mãos o poder de fazê-lo corrija e aperfeiçoe as leis ou procedimentos que, em vez de amparar a dignidade humana, deprimem o sentir comum e apagam a confiança que pode ter o habitante de um solo livre nas instituições que formam a estrutura jurídica e social de uma nação.

Há muito tempo vem-se acentuando no ânimo geral o quase absoluto convencimento de que recorrer à Justiça é cada dia mais difícil e de que quem o faça expõe-se a um purgatório dantesco.

A vida social requer, em primeiro lugar, pelas exigências próprias das necessidades comuns, um desenvolvimento mais ou menos rápido, já que as atenções que demandam a constante preocupação do homem o obrigam a não descuidar os deveres de sua existência e os que concernem a sua família, por ser estes paralelos e inseparáveis dos que deve observar para com a sociedade.

Reclamar ante à Justiça um direito lesado significa litigar três anos para, ao final, obter como resultado uma sentença adversa, com todas as despesas inerentes ao juízo seguido. Quem não sabe, acaso, como se movem as influências atrás dos estrados para inclinar a balança a favor de um e contra o outro?

De nada valem as provas, por convincentes que elas sejam, nem a voz acusadora do inocente que clama justiça por sua honra ultrajada, seu decoro ofendido, seus bens ameaçados ou usurpados; de nada servem as citações das leis, jurisprudências e conceitos de homens que souberam honrar a Justiça. Tudo isto desaparece para quem diz, ostentando o poder todo poderoso de julgar seus semelhantes: As leis e a jurisprudência sou eu.

E efetivamente como não há amparo algum para a vítima, que concretamente é a sociedade mesma, porque é a ela a quem se infere o agravo, as leis deixam de existir ante o ditame dos homens que investem o poder judicial. Amarga decepção para uma sociedade culta e civilizada como é a dos povos da América comprovar semelhante realidade.

Não é, talvez, esse cruel desamparo, uma incitação a que cada um faça justiça por suas próprias mãos? É possível que se abandone o ser,

que é parte da família humana, as suas próprias expensas, ante a pilhagem, a má-fé dos que lhe ofendem e a impunidade dos que, sabendo da ineficácia da Justiça, cometem contra ele os mais iníquos atropelos?

Quantas vezes vimos isto em nosso país e em outros deste continente. Também no Uruguai, cuja cultura tem sido mencionada muitas vezes como das melhores, acontecem fatos semelhantes, os quais afetam o sentimento e a confiança humana até chegar a horrorizar-se tão somente pensando que possa voltar a ver-se na necessidade de confiar na Justiça. Por exemplo, no mês passado a Alta Corte do país vizinho arquivou dois processos sem que o Ministério Público tivesse atuado, apesar do acúmulo de provas acusatórias. Todos os que foram prejudicados pela calúnia e a malevolência desses sujeitos, hoje absolvidos, não têm mais ninguém a quem recorrer, cabendo somente adotar uma atitude de indiferença, que bem pode atribuir-se ao conceito que tal pronunciamento há de merecer da sociedade cujo desamparo ficaria evidenciado com a impunidade dos malfeitores.

O que pode ser destacado, isto sim, é que o juízo da opinião geralmente se adianta à Justiça, repudiando os malvados e enaltecendo a conduta e moral dos que foram ofendidos.

Não deixa, pois, de ser extremamente reconfortante trazer à memória e também recordar que não há mal que dure cem anos, conforme reza o velho provérbio. Acima da justiça dos homens existe outra, que, certamente, não se verga ante nada, nem se perverte nem claudica ante ninguém.

EXEMPLOS DE LEAL DEMOCRACIA



WENDELL WILLKIE.

Ao mencionar o nome deste eminente cidadão da república estadunidense, o fazemos com o duplo propósito de prestar uma justa homenagem a sua brilhante atuação política e apresentá-lo como um dos grandes exemplos do civismo americano, que soube fazer seus compatriotas vibrar de emoção ao demonstrar-lhes com sua própria atuação como podem consagrar-se de forma imorredoura os princípios fundamentais da democracia.

Efetivamente, foi Willkie o adversário mais sério que teve o formidável Roosevelt quando disputava a terceira presidência da República. Porém, eis aí que o adversário eventual na contenda política não significava para Willkie ser inimigo. E assim aconteceu, pois tão logo se soube que o Presidente ocuparia pela terceira vez o mais alto posto do país – circunstância sem precedentes na história dos Estados Unidos e de todos os povos democratas do mundo –, Willkie ofereceu a Roosevelt seus serviços em forma incondicional, leal e sincera.

Desta maneira o vimos viajar em missão especial, confiada pelo grande mandatário, à angustiada City, que o recebeu com a expressão da mais viva simpatia; advogar depois, a favor de todos os projetos e ideias de Roosevelt, sustentando energicamente os pontos de vista presidenciais em relação ao andamento dos assuntos internacionais, e exortar, em vibrantes discursos, a prestar ao grande amigo a mais ampla colaboração.

Esta grande figura da política americana demonstrou como se pode exercer os elevados princípios da democracia sem estar no governo.

Assinalou a rota para que as incipientes democracias se inspirem em tão elogiável exemplo.

Que o espírito de colaboração prevaleça por sobre todos os pensamentos que animem o político em seu caráter de tal, já que nessa colaboração se manifestam, precisamente, os nobres e elevados propósitos de servir à pátria com lealdade.

O gesto de Willkie ficará gravado em relevo nos anais da história política da América, como a expressão mais significativa do conceito que se deve ter da palavra democracia.

VARGAS, O DITADOR PACÍFICO

Sua obra de governo



Um dos governantes da América do Sul que mais atrai a atenção dos outros países do continente e inspira maiores simpatias é, sem dúvida, o Sr. Getúlio Vargas, o grande Presidente do Brasil. Possivelmente, sua obra de governo não pudesse ser apreciada, se seu mandato tivesse terminado há alguns anos, pois as demais nações não haveriam atinado a julgar ou definir com certeza sua política, tanto na ordem interna como nas relações externas desse país.

Vargas, revelando-se um estadista de primeira linha foi conduzindo seu país com mão firme até a senda da prosperidade, da ordem e da unidade nacional. Certo é, e isto parece haver sido um dos fatores que mais contribuíram para assegurar o êxito de suas altas gestões de governo, que teve o acerto de escolher colaboradores, como o ativo Ministro de Relações Exteriores, Doutor Osvaldo Aranha, que consagrou todos os seus esforços e as luzes de sua inteligência a serviço de sua pátria e do grande amigo, que regia e rege os destinos do país irmão.

Diferentemente dos ditadores que apelam para a força para governar e impor suas decisões, o Exmo. Presidente da nação brasileira se preocupa com infatigável esforço em fazer que seu povo experimente os benefícios imediatos de cada uma de suas medidas de governo. Assim o tem acostumado a que confie nele e lhe tem dado boas razões para isso. É, sem a menor dúvida, o ditador pacífico por excelência. Não necessitou, para manter-se no poder, apoiar em mais forças que as de sua própria inteireza de ânimo e seu nobre patriotismo.

Como todos bons mandatários, impôs a si mesmo o dever de conhecer a obra fecunda dos grandes estadistas e governantes e se propôs chegar a ser um deles, conseguindo isto folgadoamente. Seu nome é mencionado com admiração e respeito, de um extremo a outro da América. Não em vão disse o Presidente Roosevelt certa vez, que no Presidente Vargas “podia-se confiar amplamente, por sua honestidade de governante e sua inflexibilidade de caráter”.

Na Administração Pública cumpriu uma magna obra de reconstrução econômica, fomentando as indústrias, protegendo o comércio e aplicando métodos de indiscutível utilidade para o melhor desenvolvimento das finanças. Não descuidou tampouco da cultura: o progresso das instituições dessa índole mostra um saudável ressurgimento, sendo sua preocupação constante o fomento das relações culturais e intelectuais com os demais povos do Novo Mundo.

Frente ao conflito europeu, hoje de extensão mundial, o Dr. Vargas definiu rápida e amplamente sua posição. Com profunda compreensão dos graves problemas que afetam a todos os países da América, não titubeou em decidir a orientação que devia dar a seu povo, o que lhe valeu de imediato o apoio inestimável da grande nação do Norte. Roosevelt sabe que tem no mandatário brasileiro um grande amigo, disposto a lutar com seu povo inteiro pela sobrevivência da liberdade, da justiça e do direito, que hoje perigam ante a ameaça da força e da opressão.

O Presidente Vargas é uma grande figura da América, simpática e digna do melhor elogio e o Brasil deve estar orgulhoso de ter um filho tão proeminente. As páginas de sua história podem incluí-lo entre seus melhores. Seu nome é toda uma garantia de solidariedade americana.

ATIVIDADES INTELECTUAIS DA CAPITAL



ACADEMIA NACIONAL DE HISTORIA.

Sob a presidência do titular Dr. Ricardo Levene e assistência do Sr. Vice-presidente da Nação em exercício do Poder Executivo, os ministros de Relações Exteriores, Fazenda, Instrução Pública e Marinha, os embaixadores do Uruguai e do Chile e membros da Academia iniciaram as atividades do corrente ano.

Em sessão privada foi tributada uma homenagem à memória do Dr. Marcelo T. de Alvear, sendo também recordados os historiadores Percy Alvin Martin dos Estados Unidos da América e Manuel Pinto, da Bolívia. Em seguida foi divulgada a publicação dos volumes IX e X da “História da Nação Argentina”, do V de “Argos de Buenos Aires” e XV do “Boletim da Academia”. Depois, em sessão pública, o Dr. Levene cedeu a tribuna ao acadêmico Dr. Carlos A. Pueyrredón, que dissertou, com sua habitual eloquência, sobre “A diplomacia argentina e a declaração de nossa independência”.

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES.

Esta instituição reiniciou durante o mês em curso suas reuniões. Informou também que brevemente será instalada no palácio Errazuriz, cujo segundo andar contará com salas de sessões, bibliotecas, escritórios e comodidades para a realização de atos públicos e conferências.

A SOCIEDADE ARGENTINA DE ESCRITORES ACOLHEU O ESCRITOR WALDO FRANK.

No dia 9 do corrente a referida entidade ofereceu ao destacado homem de letras uma homenagem que alcançou lúcidos contornos. Nessa ocasião o distinto visitante expressou, entre outros conceitos,

que “no desastre do mundo moderno, os intelectuais foram muito culpados, pois haviam vendido seus talentos em troca de um pequeno poder transitório e se acharam impotentes. Malgastaram o privilégio de seus dons com fins egoístas, em momentos em que todo dom, toda capacidade de pensar e de criar é responsabilidade sagrada ante todos os homens. Em consequência, caíram vítimas dos sofismas negros, pardos, verdes – ou o mais perigoso de todos, o sofisma branco da falsa neutralidade – vítimas de todos os sofismas que tornaram o mundo insuportável”. Com este e outros termos o Sr. Waldo Frank colocou sua posição ante o momento que vive o mundo na hora atual.

O GENERAL AGUSTÍN P. JUSTO É O CANDIDATO INDICADO À FUTURA PRESIDÊNCIA



Quem está seguindo de perto o panorama da política argentina pode apreciar que esta se acha em franca decadência. Os partidos políticos não cumpriram as funções a que foram chamados a desempenhar no jogo de suas altas finalidades patrióticas, e é assim que se tem visto decompor-se, em cada agrupamento, depois de mesquinhas lutas internas, os fundamentos em que basearam sua constituição. O povo tem presenciado muitas coisas e atado muitos cabos... E isto torna cada vez mais difícil a eleição de seus governantes e os chamados a representá-lo dignamente nas Câmaras Legislativas.

O saldo de episódios vividos ultimamente é bastante decepcionante. Os fatos do Palomar, do ex-Conselho Deliberativo, da Loteria Nacional e dos que atualmente se investigam na Prefeitura Municipal da Capital, sem contar aqueles que não apareceram na imprensa mas que circulam por todas as partes, são por demais eloquentes para experimentar a urgente necessidade de devolver à confiança pública defraudada por tais fatos a tranquilidade e a segurança de uma maior ordem e uma maior moral nos que manejam, precisamente, os interesses, a ordem e a moral pública.

A futura presidência deve preocupar a todos os cidadãos do país, desde os mais proeminentes até os mais modestos contribuintes para a grandeza da pátria. Mais ainda, não somente deve preocupar profundamente em mãos daqueles aos quais se hão de confiar os destinos da Nação nos anos futuros, que serão de dura prova para os povos da América em sua parte econômica e social, senão que se deve pensar também em uma renovação saudável de valores nos demais cargos eletivos que representarão a vontade do povo argentino.

Tem-se dito que não há figuras destacadas, homens capazes, que possam desempenhar com elevado patriotismo as altas funções de governo. Dentro dos partidos políticos atuais eles existem, mas são figuras que, ainda que proeminentes, gastas, pode-se dizer, em suas longas e fatigadas atuações

partidárias. Fora dos partidos organizados, existem também muitas que são desconhecidas da opinião, pois bem se sabe que para que isto não ocorra, é necessário que os jornais se ocupem delas, destacando suas qualidades e condições, o que, naturalmente, é muito difícil de obter os que não militam em grandes agrupamentos partidários, onde não falta dinheiro para afagar a cobiça jornalística e assegurar o êxito de um bom cartel político que exalte virtudes e denuncie prodígios e celebridades.

Para ser Presidente da Nação requerem-se certos antecedentes que justifiquem, por assim dizer, a honra do cargo. Em nosso juízo, o General Agustín P. Justo ostenta um título, que por ser hoje o único argentino que o ostenta já é muito dizer: o de ser ex-presidente da Nação. Seu prestígio de militar indiscutível e sua capacidade de governo demonstrada durante a gestão que cumpriu no transcurso do período que presidiu os destinos do país o colocam como a figura indicada, do mais alto relevo para ocupar a cadeira presidencial. É de se esperar que o compreendam assim os dirigentes das respeitáveis forças políticas e o apoiem decididamente.

Já se viu quão grata foi a alma dos argentinos em seu último gesto, ao oferecer seus serviços ao Brasil em momentos em que o país irmão era sacudido pela decisão que fora obrigado a adotar frente à agressão. Entendemos que com a experiência de seu primeiro mandato o General Justo poderá escolher seus colaboradores e conselheiros entre os melhores, para assegurar o êxito de sua nova gestão de governo e garantir ao país a solidez de sua estrutura institucional, o respeito às liberdades, à iniciativa e ao capital privado, tão seriamente ameaçado há tempo e, enfim, de tudo aquilo que contribua para o bem-estar geral e a harmonia dos interesses comuns, sem prejudicar a ninguém.

WENDELL WILLKIE SERÁ O SUCESSOR DE ROOSEVELT



Poucas vezes a política de certas nações se perfila tão nitidamente como nestes momentos em que deve projetar-se, mais que em nenhum outro da história, seu futuro com sólidos embasamentos. De fato, poucas vezes um candidato presidencial é preparado com tanto esmero, atenção e sincera demonstração de estima e confiança, como Wendell Willkie, a quem Roosevelt tem confiado as embaixadas mais delicadas e os estudos mais complexos da situação internacional, com o objetivo de que possa depois, do próprio lugar de Roosevelt ao cessar este em seu histórico mandato, encarar os problemas do pós-guerra com pleno conhecimento e domínio dos assuntos que hão de relacionar-se com a política exterior. Nada improvável seria, e é de se pressentir, que Willkie, após um breve descanso que desfrutará ao regressar do giro pelo Egito, China e Rússia, volte novamente e, desta vez dirija seu itinerário aos povos da América do Sul e nos visite.

Roosevelt previu que para o pós-guerra será necessário um homem capaz, forte e inteligente. Por isso o vemos preparar solícitamente seu indiscutível sucessor, o rival de ontem, que disputou as últimas eleições presidenciais e que, a partir do instante em que se consagrou Roosevelt para sua terceira presidência, colocou-se incondicionalmente a seu lado, pois entendeu que este era o melhor serviço que podia prestar à sua pátria. Gesto tão nobre e grande é o que compensa hoje com sobra o grande Presidente dos Estados Unidos. Grande exemplo para todas as democracias do mundo e todos os povos oprimidos que não podem ter mandatários desta envergadura.

Entretanto, qualquer um poderia pensar que uma coisa é que o atual Presidente dos Estados Unidos o prepare como seu futuro sucessor, e outra, que essa grande nação o eleja. É muito natural que pensem isto os que ignoram a idiossincrasia do povo norte-americano, mas ninguém que esteja a par do pensamento que anima esse povo pode duvidar que Willkie é a figura que, depois de Roosevelt, mais se agiganta aos olhos de todos, e, bem examinado, muitas razões tem para isso.

Tal dedução implica em que aos votos que Willkie obteve na eleição passada, se somarão muitos mais dos milhares de cidadãos que veem com verdadeira simpatia

sua colaboração com o atual governo, nestes momentos em que é tão necessária a ação patriótica e compreensiva das situações pelas quais atravessa o país. E se a todo esse caudal eleitoral que espontaneamente vai-se formando em torno do dileto mensageiro de Roosevelt se soma o que este último lhe oferecerá ao terminar seu mandato, temos que ninguém ousará disputar-lhe o que em realidade conquistou.

Eis aí um belo exemplo de sã e elevada política que se formula e realiza na ação construtiva e eficaz de uma colaboração feliz e inestimável. Willkie não desatende a um só dos conselhos de Roosevelt e este, dia a dia, vai impondo-lhe mais e mais as delicadas funções do estadista. Os pensamentos do grande Presidente são amplamente compartilhados por quem há de ser seu sucessor. Sua política de boa vizinhança, de conciliação dos interesses gerais, de justiça e de respeito à liberdade dos povos está assegurada. É a promessa de Willkie rubricada em cada uma de suas manifestações e atos e é, em resumo, a garantia que as circunstâncias exigem e que a paz do povo norte-americano e de todos os demais povos do orbe reclamarão de viva voz ao terminar a guerra, se chegar a modificar-se a essência de tais princípios.

OS GRANDES POVOS NECESSITAM DE VERDADEIROS ESTADISTAS



A Grécia pode ser considerada o berço da democracia; mas daquela democracia das cidades helênicas à do segundo terço do século XX medeia um abismo.

Os estados helênicos eram em população e também em extensão algo menos que muitas cidades de hoje; e mesmo dentro deles, os cidadãos eram poucos e os ilustrados muito menos. Tirando os escravos, presos, mulheres, menores e membros das classes inferiores, somente restava um reduzidíssimo número de pessoas em condições legais de levar sobre si o peso da coisa pública.

Todos se conheciam e todos os eleitores podiam aquilatar os méritos dos elegíveis, e a convivência na cidade, a assistência às sessões do Areópago e a participação nos conselhos democráticos, assim como o conhecimento pessoal da moral privada, as virtudes praticadas no lar e a capacidade para o trabalho dos “candidatos” permitiam eleger, sem maior trabalho e com muitas probabilidades de acerto, homens como Solón, Licurgo e Aristides.

Nos povos de hoje, com dezenas de milhões de habitantes e com extensas fronteiras, a eleição não é tão fácil, nem as instituições democráticas podem adaptar-se ao modelo ideado por Solón para a pequena cidade grega.

Eleger os melhores é o desiderato lírico das democracias, mas além da virtude, o estadista deve possuir muitas outras condições, visto que somente com aquela, ficaria de braços cruzados ante a complexidade dos problemas de governo. Já não basta para governar o “bonus pater familiae”, é necessário que um homem nobre, sábio e experiente empunhe o timão.

A moral e a psicologia do verdadeiro estadista devem apresentar facetas brilhantes e múltiplas.

Ninguém poderá sê-lo, se não tem consciência de sua vocação, que geralmente aparece ao equilibrar a vida e, desde então, segue unida com o ideal político. Ao chegar este à realidade por meio da ação, crendo-o valor

absoluto e limando asperezas, poderá adaptá-lo ao meio. O momento impõe determinado ideal e o tato político do estadista o faz mirar o porvir e ser desinteressado. O povo perdoa tudo, menos o interesse e a venalidade.

A grandeza de um estadista depende de sua vontade; quando se decida a empreender uma obra para o bem do povo, a ação tem que ter a rapidez do pensamento. O sentimento de sua responsabilidade deve ter nele profundo arraigo e, por mais que praticamente não deva a ninguém conta documentada de seus atos, por muito que a responsabilidade tenha que diluir-se, ele há de considerar que de si depende a felicidade de seu povo, e atuar em consequência.

O verdadeiro condutor de povos tem uma grande força sugestiva. O povo o ama, o acata e o segue por sua honradez, por sua palavra, pela identificação com suas necessidades e problemas e pela comunidade de sentimentos com seus concidadãos. Não é possível chegar ao pináculo do poder, sem ter um profundo conhecimento dos homens, sem ser um perito em psicologia, sem usar na medida do prudente o puxa e afrouxa das negativas ou das concessões, sem conhecer a fundo a alma nacional e sem introduzir nos homens um espírito novo, baseado em ideais puros e com genuína expressão patriótica.

Não deve abandonar-lhe nunca o sentido da realidade. Por muito que seu ideal o empurre para a obtenção de altos destinos para seu povo, jamais deve tratar de ir além do possível. Não pode haver boa condução sem um pleno conhecimento do meio nacional; e nestas épocas de guerra, de intenso comércio e de problemas de solução universal, o conhecimento do terreno internacional é também de absoluta necessidade.

A psicologia do estadista há de ter suas próprias peculiaridades.

A alma do político tem caracteres múltiplos e contraditórios. Para servir a seu país deve encarnar o momento ou a necessidade política de seu povo, e seu caráter – se objetivo, será frio e científico; se subjetivo, apaixonado e combativo – deve amoldar-se às exigências da hora.

Sua inteligência tem que conduzir-lhe para um raciocínio reflexivo e prático, centralizando a ação de seu pensamento num plano dos grandes enfoques para penetrar com acerto na substância de situações e homens, pois, se não for assim, será difícil, em determinado momento, dar com a justa solução. Desde que a imaginação tenha o freio da possibilidade, não lhe acarretará prejuízo deixá-la correr. O político tipo analítico, mas sem o conteúdo prático e reflexivo a que aludimos, é medroso, negativo, crítico e estéril; o sintético enlaça os exemplos históricos à ação que projeta para assegurar, no possível, o êxito de suas gestões. Prevalecendo o tipo sintético,

não devem desdenhar-se alguns aspectos do tipo antes descrito. Os sistemas políticos que têm perdurado e se têm mantido mais tempo para benefício dos povos que o aplicaram são obra de gênios de síntese: Solón, César, Richelieu, Bismark, Colbert.

A inteligência do estadista necessita de uma cultura técnica profunda e geral, que tenda a diversificar-se. Se o político é douto em várias matérias, terá vantagem sobre o que domina uma só delas. Há que conhecer a História e aplicar seus ensinamentos e estará melhor preparado se já tiver experiência no mando. O estadista jurista ou economista não deve aplicar rigidamente sua teoria, senão a que convenha ao país. A teoria rígida, a erudição excessiva, o conhecimento científico ou intelectual unilateral não convêm ao estadista, pois lhe tiram a espontaneidade e a intuição. Deve rodear-se de colaboradores honestos e capazes, que saibam interpretar seu pensamento e sugerir com bom tino as melhores ideias.

Não se pode ser bom condutor de povos, sem dominar os próprios sentimentos. A vaidade é forte escolho, visto que admite aduladores e distancia colaboradores úteis. O verdadeiro estadista enfrenta o risco da impopularidade. A aspiração, subordinada a um objetivo e aos meios disponíveis, é condição daquele. Seu maior defeito é a debilidade. Uma dupla altivez tem que acompanhar-lhe em toda sua vida; seu pensamento há de ser seu, em paralelo com sua vocação e seu ideal, e não emprestado por conselheiros de ocasião. A inveja e os ciúmes dificultam a ação do político; em tais casos, a mente deve primar sobre o coração.

A conduta do estadista deve determinar sua vontade por imperativos morais. A política, a partir do momento que supõe um jogo de interesses e convencionalismos, se vê forçada a flutuar conforme sejam as alternativas que movam seu destino. Contudo, não há que perder de vista os objetivos da alta moral.

O pragmatismo não é aconselhável ao político – sobretudo ao que só busca conquistas pessoais –, senão ao que almeja o bem coletivo. Para o pragmático, a verdade e a moral são as que conduzem ao êxito. O verdadeiro estadista deve tratar de chegar a elas e reger-se por seus princípios. As leis morais são diferentes da verdade e dos princípios políticos. Aquelas devem ser conservadas sempre; estes – que são regras práticas – podem mudar conforme as circunstâncias o aconselhem.

Hoje os partidos doutrinários, os históricos e os oportunistas, como buscam a mesma finalidade (o bem comum) por diferentes meios, ou melhor, por diferentes pessoas, carecem de princípios ou programas diametralmente opostos, sobretudo nos povos jovens, e admitem os de seus adversários.

A História assinala o tipo de condutor de povos que mais se adapta às necessidades do momento e, em tal sentido, o caráter político inglês pode condensar-se assim: “Temor e reserva ante princípios gerais que possam obstaculizar a ação do amanhã, e conformação às exigências concretas do momento”. Do particular se remonta ao geral e sua ação imediata e enérgica – depois do necessário período de estudo – alista todo tipo de obstáculos.

Às vésperas da renovação presidencial na Argentina, útil é meditar sobre as considerações expostas.

Não é possível achar o homem perfeito, mas sim encontrar quem tenha o maior número de condições para o mando. Não se elege o bom cidadão, o democrata caloroso por suas preferências particulares, apoiadas em ato discriminatório de simpatia, senão conforme severa análise, em que joga o peso das virtudes, necessidade e condições. O povo da República haverá de consagrar para reger os destinos do país, sem dúvida, pela análise comparativa, pela soma de condições, pelo saldo de sua gestão anterior, e por essa sutileza característica de nossas massas, que se orientam sempre – quando podem fazê-lo livre de preconceitos e ataduras – para o melhor e mais conveniente, o homem mais capaz de empunhar o timão do Estado.

Nele se soma a maioria das qualidades que foram discriminadas como desiderato do estadista. Sua presidência anterior, iniciada em uma das mais difíceis épocas, culminou em anos de progresso e bem-estar, fruto de seu ímprobo, mas inteligente, fecundo y previsor trabalho. Soube superar com rara habilidade as dificuldades políticas – que sempre se apresentam aos governantes bem inspirados –, sem ir, nunca, além do necessário, nem atirar ao solo o adversário, mas até ajudando-o na parte pessoal, ainda que não lhe desse possibilidade de imiscuir-se na coisa pública.

Os primeiros anos de seu governo, antes que a oposição parlamentar obstaculizasse seus planos, foram fecundos em leis de fundo e orgânicas – de que tão necessitado estava o país –, que fizeram pensar num renascimento da época clássica de nossa legislação, quando os governos de Avellaneda, Roca e Pellegrini deram ao país as instituições que tutelaram a produção e afiançaram a riqueza.

Não teve outra paixão que a do bem público; não buscou lucro nem ambições pessoais; tratou de formar homens jovens na função pública, para que fossem nexos na continuidade de sua obra, e evitar assim o brusco estancamento do progresso ascendente.

Foi americanista na mais alta acepção da palavra. Seu decidido empenho para obter a paz do Chaco viu-se coroado de êxito, e, nas relações de seu governo com os estrangeiros, uma hábil compreensão dos problemas do

momento o fez obter com firmeza para o país aquilo que se cria credor, sem declinar, porém, prerrogativas ou direitos adquiridos.

Ao deixar o governo, seguiu servindo à pátria desde seu posto, e sem imiscuir-se na função pública e recusando as honras que quiseram outorgar-lhe, sua ajuda e seu conselho estiveram sempre a serviço de todos os homens de bem que o solicitaram para engrandecer à Nação. Quantos milhões de argentinos dormem tranquilos sabendo que em sua pessoa se concentra a reserva moral a qual pode recorrer o país num momento de perigo!

Tem pleno conhecimento dos problemas fundamentais a serem enfrentados, da mesma forma que possui a experiência de mais de um quarto de século entregue à tarefa de servir e engrandecer sua pátria e por isso mesmo, no dia seguinte de sua assunção ao governo, a engrenagem político-burocrática tomaria novo e seguro impulso, sem ver-se deprimido pelas vacilações dos que pela primeira vez têm a responsabilidade do comando. Ter manejado adolescentes, oficiais, chefe e depois políticos e funcionários, lhe tem dado um pleno conhecimento do coração humano, que, com a experiência do passado o fará distanciar de si e da função pública homens que não souberam responder a sua confiança e que, a seu lado, trabalharam para si e não para sua pátria.

Em nossa edição anterior, ao falar do General Agustín P. Justo, como o candidato presidencial de maior chance, fizemos menção a seu último gesto – que nele é vocação, ideal e sentimento levado à ação –, digno de destacar: quando o povo do Brasil sentiu-se diretamente ameaçado pela força cega, carente de raciocínio, dos que pretenderam destruir as liberdades individuais para suplantá-las pelo jugo da escravidão, ofereceu sua espada para defender a terra americana, ali onde fosse atacada e partiu para o país irmão onde sua presença e sua palavra fizeram em prol da tradicional amizade de ambos os países mais que toda a obra anterior.

Esta revista, ao estudar as biografias de cada homem de valor, e neste caso, no campo da política nacional, sem desviar sua norma invariável de manter-se à margem das paixões, sectarismos e correntes de opinião que povoam o ambiente, expressa assim seu pensamento à luz dos acontecimentos e, com palavra meditada e serena, reflete para os homens que sabem entender as perspectivas que pensa devem motivar o acerto de uma eleição que, como a próxima, terá tanta transcendência para o país e sua projeção no continente, por tratar-se da primeira magistratura da Nação.

O URUGUAI DEU UM BELO EXEMPLO DE CIVISMO



Consagrada já a fórmula triunfante integrada pelos doutores Juan José Amézaga e Alberto Guani, que foram candidatos das facções “ballista” e “baldomirista” do partido Colorado, pôde-se apreciar a exemplar conduta do governo uruguaio, na honrosa jornada política cumprida em 30 de novembro, por motivo das eleições gerais que foram realizadas para a presidência e demais cargos da administração pública da Prefeitura e da Câmara Legislativa.

Com esse ato cívico, que mereceu o aplauso da opinião e que tanto a imprensa do Uruguai como a de nosso país e demais nações da América celebraram com verdadeiro júbilo, o povo do além-Prata voltou definitivamente a sua normalidade institucional; a reafirmar suas já arraigadas convicções democráticas que exaltam seu prestígio e o elevam no conceito de todos.

Povo pequeno de alma grande, o Uruguai demonstrou uma vez mais o que pode o ajuizado e acertado empenho dos que, com o pensamento, a palavra e a ação, evidenciam o cumprimento dos altos compromissos contraídos com a própria pátria, ao oferecer a seus filhos a mais louvável oportunidade de expressarem sua vontade e suas ideias, numa das competições mais propícias, pondo em relevo as altas virtudes do civismo no livre exercício de suas funções.

O futuro presidente do Uruguai sobe, pois, ao poder com o auspício sincero e amplo de seu povo. Conhecido já por sua longa atuação política, espera-se dele uma nobre e construtiva gestão de governo, encaminhada a resolver os problemas mais urgentes do presente e

encarar o futuro em harmonia com as necessidades, deveres e obrigações que impõem os momentos atuais que vive a humanidade, sobretudo com os países irmãos do continente.

O IDEAL DE UM GRANDE PARTIDO POLÍTICO NACIONAL

Povo – Pátria – Governo



Quando foi publicado, no ano de 1940, “Nova Conceção Política”, livro no qual advogávamos pela organização de uma grande força cívica que unisse os setores livres da opinião e no qual expúnhamos nosso pensamento, propondo e auspicando o surgimento de uma política nova, viril, pujante, de nobres princípios e altos ideais, recebemos, a propósito dessa sugestão, a opinião que tiveram por bem fazer-nos chegar homens proeminentes da política argentina. Ao mesmo tempo que achavam acertada nossa concepção sobre a política, houve aqueles que manifestaram não estar de acordo com a criação de um novo partido sobre as bases que aconselhávamos, “visto que já havia mais de um; eram grandes, como também, de muito arraigo popular, e que estavam chamados a reger os destinos do país, etc.”

Passaram dois anos desde então, e não vimos nenhuma mudança fundamental na estrutura, métodos ou princípios, nem tampouco no pensamento dos homens que se achavam à frente desses grupos.

Sem desconhecer os méritos de antiguidade nem o que já realizaram no campo da experiência política, não vemos, salvo contadas exceções, que os homens de partido se hajam preocupado em formar o espírito das massas encaminhando as vistas para objetivos que sejam a expressão de altas finalidades patrióticas. Para eles as massas são o meio para conseguir o fim. É o eleitorado ávido de facilidades, que se move com a prédica exaltada dos comícios, reatualizando na mente dos postulantes

do comitê as promessas dos cargos públicos e os mil jeitos que deixam entrever os “apadrinhamentos”.

Dentro dos partidos se advertem lutas internas que não obedecem a propósitos de reajustes orgânicos com perspectivas de uma superação efetiva no campo do esforço pessoal e coletivo. A cobiça das posições destacadas e a intransigência frente a situações que reclamam imediatas modificações nos quadros dirigentes, para que estejam a tom com o momento, são realmente os motivos de tais lutas, que absorvem longos e estéreis períodos de reorganização partidária.

Deixemo-los, pois, nessas funções especulativas de política, para nos ocupar do que a nosso juízo deveria ser um grande partido político, formado sob os auspícios de uma clara e definida orientação sobre os problemas vitais que encerra o porvir da Nação. Deve formar-se uma verdadeira consciência cidadã capaz de conceber a função histórica que emerge de sua responsabilidade.

Porém, que há de fazer-se para que isto, longe de parecer uma utopia, tenha todas as probabilidades de se converter na mais preciosa realidade?

Haveria que fundar esse grande partido com base numa nova ética política⁽¹⁾. Opor às seduções nefastas da demagogia, que tantos estragos causam à economia nacional, a capacidade de colaboração na qual cada um demonstre, em nobre rivalidade, suas condições para ser um elemento útil à pátria, capaz de servir ao Estado tal como requer as exigências de um serviço correto e inteligente.

É necessário criar para as bases em que há de apoiar-se essa nova expressão do anelo cidadão um clima mental propício aos desígnios do ideal que há de forjar-se como expressão de uma concepção política muito superior à já sustentada pelos partidos existentes. Há de ser uma escola de aperfeiçoamento cívico e social. A doutrina política que se ministra às massas há de sustentar-se em fecundos, claros e terminantes princípios de ordem, justiça e nobres inspirações, que conquistem a adesão da opinião pública.

Os homens que formem essa entidade política a que nos referimos devem aspirar à realização dos mandatos históricos. Também é isto

¹ Ver “Artigos e Publicações” (Recopilação), Projeto de uma escola de educação e cultura política, pág. 41.

prerrogativa dos dirigentes atuais de velhos partidos; mas, estes já tiveram oportunidade de exercer essas altas funções públicas e deixaram saldos pouco edificantes para o país.

Logo chegarão horas intensas para a República, nas quais, uma vez mais, o povo terá que decidir a sorte de seus anos futuros. Nossas palavras somente têm por objetivo chamar à meditação todos os argentinos, desde os mais ilustres até os mais incipientes em ilustração, a fim de que procedam, desde já, a estudar os homens e ver quais são os que oferecem maiores garantias para conferir-lhes o futuro mandato da Nação.

(Janeiro 1943 – página 37)

O GENERAL AGUSTÍN P. JUSTO

Homenagem Póstuma



Sua morte, ocorrida em momentos tão críticos para a Argentina, deixou um grande vazio no espaço político da Nação.

Com ele desaparece uma das figuras mais eminentes da América; assim evidenciaram as manifestações de pesar que chegaram de todo o continente.

Seu inesperado falecimento ocorreu quando ainda se esperava muito de sua capacidade e esforço. Os que viram nele personificadas as aspirações do povo argentino saberão continuar sua fecunda obra de estadista, e isso será a maior homenagem ao ilustre desaparecido.

Nestas horas incertas para o futuro político da República, seu nome haverá de ser fonte de nobres inspirações.

O povo todo tributou-lhe seu reconhecimento. É a maior manifestação do sentir que embargou o país.

Poderíamos escrever extensas páginas sobre sua vida e sua obra, mas devemos abster-nos para assinalar em breves palavras, ante esta perda que enluta a Nação, que foi um verdadeiro homem de Estado, um paladino da democracia e um decidido e valente propulsor da fraternidade americana.

2ª EXPOSIÇÃO DO LIVRO ARGENTINO



Foi constituída a Comissão Nacional da 2ª Exposição do Livro Argentino, sob a presidência do Sr. Enrique Larreta, que será realizada no princípio de outubro próximo, no Teatro Colón, a fim de alcançar amplas projeções.

Serão expostas nos *stands* representativos da indústria e do comércio do livro coleções de manuscritos e de livros raros e artísticos.

Intelectuais e artistas destacados terão a seu cargo conferências relacionadas com o livro e com obras de autores argentinos. Haverá apresentações de filmes, concertos e outros elementos ilustrativos.

Com este plano, em linhas gerais, foi constituída a comissão organizadora, para cuja formação contribuíram: a Sociedade Argentina de Escritores, a Câmara Argentina do Livro e um grupo de prestigiados escritores. Dada a acolhida que tiveram os trabalhos nos círculos oficiais e nas esferas culturais, decidiu-se ampliar a referida comissão a fim de que estejam representados nela todos os fatores vinculados ao livro e sua difusão.

Uma delegação da Comissão Nacional entrevistou-se com o Presidente da República, para levar ao seu conhecimento os patrióticos propósitos que inspiram a iniciativa e solicitar seu apoio ao evento. Nessa oportunidade foi-lhe oferecida a presidência da Comissão Honorária, que será integrada pelos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, Ministro de Justiça e Instrução Pública, Prefeito Municipal, Reitor da Universidade Nacional de Buenos Aires e presidente da Comissão de Cidadãos.

A notícia dessa organização teve a melhor acolhida em nossos círculos intelectuais.

O IMPERATIVO DA HORA POLÍTICA ARGENTINA



Em nenhuma época da história política da República Argentina, como na atual, apresentou-se um panorama mais incerto, ante o estado ambiente da política nacional, do que o que oferecem as perspectivas das próximas lutas eleitorais, pois com o desaparecimento, no escasso termo de um lustro, das figuras mais proeminentes de nosso cenário político e, muito especialmente do General Justo, se apresentam ao país verdadeiros problemas, diremos, de consciência.

Por um lado, os conservadores buscam entre suas filas os homens que conceituam mais indicados para ocupar a cadeira presidencial e descobrem que são vários os que reúnem, a juízo dos dirigentes, as condições necessárias para tal candidatura. Por outro, os radicais, sem definir ainda o primeiro termo da fórmula, falam de um possível único candidato que, no entender deles, seria o que apresenta as melhores perspectivas. Não obstante os intensos preparativos partidários, uns e outros tratam de agrupar outras facções políticas em seu seio, que, embora menos numerosas, são bastante importantes, já que muito bem podem inclinar a balança a favor ou contra, como ocorreu noutras oportunidades.

O que chama a atenção nestas circunstâncias é o caráter silencioso e rodeado de mistério em que se vêm desenvolvendo as atividades políticas. Noutras épocas, os líderes políticos de maior volume, como os de menor, ofereciam nos teatros, nas praças e até nas esquinas estratégicas pela marcada afluência de pessoas o espetáculo tonificante de homens expondo a seus concidadãos o conteúdo de suas ideias e os propósitos que animavam o espírito dos membros de seu partido, a fim de auspiciar com sua palavra e a eloquência convincente de suas expressões o triunfo de sua cor política. O povo se inteirava assim, de viva voz, pelos discursos, dos ideais que sustentava cada um dos grupos políticos e do que eles se propunham a realizar, em caso de assumir as altas funções do Estado. Podia até apreciar-se de perto as qualidades pessoais, conduta e modo de encarar os problemas que mais interessavam ao país, sendo depois, cada cidadão que se destacava dentre as filas partidárias e escalava em prestígio por seus valores morais, sua capacidade e suas reflexões expostas com clareza à opinião, julgado por esta que premiava seus esforços, mais tarde, elegendo-o com arrasadora maioria de votos.

Hoje, ao contrário, tudo faz experimentar a sensação de que não estamos vivendo similares épocas. Já não se alçam as tribunas onde todos manifestavam seu pensamento numa atmosfera de liberdade e de respeito. A própria juventude, que era a que levava o entusiasmo viril e pujante e dava às gestas cívicas um marco de saudáveis efeitos em profundos sentimentos e inspirações patrióticas, parece haver apagado seu espírito, afastando-se mansamente, numa passividade infecunda, que não é, por certo, a atitude das gerações indômitas, que tantos exemplos deram com sua conduta heroica cheia de patriotismo.

Pensamos que nada grande poderá esperar-se no futuro imediato, se não se convoca o espírito de nossa argentinidadade para uma verdadeira concentração de objetivos e forças que contemple a atual emergência em que vivemos. O próximo governo de nosso país haverá de requerer a colaboração de seus melhores homens e até de todos os que possam prestar, com seu talento e capacidade, seus valiosos serviços à pátria.

O jornal “La Prensa”, em sua edição do dia 3 passado, publicou um editorial no qual reitera “que a política é um dever e que há que ser respeitada como uma virtude”, e manifestou que “crer o contrário significa renunciar à verdadeira cidadania”. Depois para expressar melhor o critério que sustenta, acrescentou:

“Para ser cidadão não basta fixar domicílio em uma determinada cidade. Há que viver nela em todo o sentido, na sociedade, nos grêmios ou associações de profissionais, nas indústrias e nas artes, realizando desta forma a saudável união do material com o espiritual. Tudo o que se refere à cidade, à sua administração, aperfeiçoamento ou embelezamento, corresponde à política municipal ou urbanística. Quem pode desinteressar-se de que a cidade esteja mal administrada? Ninguém. Para isso se pagam impostos. A definição do imposto, num sentido geral, como retribuição de serviços, revela o direito de pagá-los ou não. Concebe-se o cidadão que, em troca do imposto obrigatório, não exija luz em sua rua escura, limpeza nas calçadas, água potável e corrente, rede de esgoto que assegure a higiene individual e pública? Certamente não se admite a indiferença nos assuntos que se relacionam diretamente com a vida municipal. Por isso a vida ativa dos municípios sempre serve de escola democrática, na qual o povo aprende a defender-se do que sente mais diretamente na própria carne. Grande foi o erro de Rivadavia ao suprimir as câmaras municipais. Mas, uma vez restabelecido o governo municipal, nos termos que manda a Constituição, é despojo de soberania, por não dizer atentado, sua supressão ou adulteração.”

“Se os problemas vinculados ao destino da cidade não passam inadvertidos aos que nela vivem, que vamos dizer de tudo aquilo que irmana com a vida da Nação? Quem fala da Nação em seguida tem que mencionar o seu governo. E daqui a amplidão do tema, complexo em seus múltiplos aspectos e inesgotável em seu interesse. Para que um país seja nação é necessário que desfrute de absoluta soberania, isto é, que seja independente e livre para produzir a Constituição política que mais harmonize com o espírito de seu povo. Do contrário, é colônia. Há duas formas de manifestar-se a soberania: exterior uma e interior a outra. A manifestação exterior consiste na independência efetiva. A interior, na participação do povo no governo. Sendo assim, o povo que não tem liberdade para escolher seus mandatários vive em humilhante tutela, como um ente sem razão nem responsabilidade; é um soberano sem soberania. Quando isto ocorre, e ocorre com muita frequência nos países da América do Sul, a que se deve? A que os povos votaram constituições superiores a sua capacidade para o “solf-government” – alegam os inimigos da democracia.”

“Dizemos que não. A deficiência não está no sistema. Dois têm sido e continuam sendo os males que afligem nossos países. O afã de mando – não de governo – de uma minoria de audazes, quase sempre iletrados e a indiferença, talvez o temor dos homens idôneos; eis aí as principais manifestações do atraso na vida política. Mandar não é governar; manda o ditador com faculdades extraordinárias. Mandaram Rosas, Quiroga, Bustos, mas governaram Mitre, Sarmiento, Avellaneda. Todo aquele que ajusta sua conduta à Constituição e às leis governa. O que as viole ou suspenda, manda. Nos frequentes abusos do poder, muitos são os responsáveis, sem excluir os partidos políticos que não cumprem com seus programas e não propiciam a renovação de seus elementos componentes. Mas a nosso juízo a maior responsabilidade recai sobre o cidadão argentino que se abstém da vida pública, que foge dela como da peste, para não contaminar-se e prefere ficar em casa desfrutando de seus bens com os encantos da existência familiar. Aludimos ao homem superior ao nível comum, culto, virtuoso, com a vantagem da experiência para o estudo e solução dos assuntos públicos.”

“A abstenção dos melhores torna possível e assegura o advento indefinido dos mediocres. Se os partidos são maus, não é de estranhar que os governos sejam fiéis reflexos deles e que se acostumem a perpetuar-se nas posições facilmente conquistadas. Assim é como chegamos à crença muito generalizada de que as coisas não se podem emendar porque faltam homens. Em alguma parte discorre Aristóteles sobre os efeitos desastrosos da “oligantropia”, ou, o que é o mesmo, a escassez de homens. Ainda que com esse termo o estagirita especifica as consequências das populações que diminuem, em sentido figurado pode aplicar-se à vida política. Se um povo suicida quando não cumpre com o dever de multiplicar-se, uma nação corre para o descrédito e à miséria moral se seus melhores filhos desertam das obrigações cívicas.”

Transcrevemos em sua quase totalidade o artigo deste prestigioso jornal – em muitos pontos coincidente com nosso pensamento e nossas preocupações, expostos ao longo dos anos em que vimos tocando estes temas –, porquanto mostra com bastante eloquência que preocupam sinceramente as inquietudes da hora presente, sobretudo aquelas que tocam mais intimamente a vida institucional da Nação e os direitos da cidadania.

Entre os parágrafos do artigo a que fazemos referência, encontramos também altamente sugestivo e oportuno o que expõe em seu final e que nos permitimos transcrever integralmente para maior ilustração:

“Dias passados falamos das portas fechadas ou semifechadas para os bons e os capazes. É possível. Mas quando há império na vontade não há obstáculos para os que se proponham a vencê-los. O traço que distingue o cidadão genuíno é a participação sem véus nem temores na vida cívica. O voto é só um instrumento para a luta, mas não é tudo. Quem se limita a votar tem que escolher, entre os que lhe são apresentados, o que pode ser uma eleição entre os menos ruins e não entre os melhores. A democracia requer algo mais. Exige luta bem orientada com a palavra ou a caneta, na tribuna dos discursos ou nas colunas dos jornais, cuja missão cultural consiste no despertar consciências com a sementeira de ideais. A liberdade não é mera dádiva; é um direito que se conquista com o exercício do dever e da prática constante da virtude. ‘Discutir não é conspirar, dizia Alberdi: é, ao contrário, prevenir as conspirações. Toda trava à liberdade de discussão é barbárie, ainda que proceda da própria liberdade, em cujo caso é, além disso, suicídio, mas sobretudo é imprudência e provocação.’”

“Não tem direito de queixar-se quem não faz nada por elevar à dignidade da democracia as lutas subalternas dos caudilhos. Quem se relega na sombra, para não arriscar sua preciosa tranquilidade individual, arrisca muito mais que tudo isso; arrisca a tranquilidade da Nação, com o naufrágio das liberdades públicas. Quem se deixa oprimir, ainda que seja no silêncio, é cúmplice dos opressores. Quem cala ante as arbitrariedades, as subscreve tacitamente. Para chegar ao desejável e peremptório, à política concebida como dever, todo argentino deve reunir a dupla virtude do bom cidadão e do homem de bem”.

Como se vê, é o jornal “La Prensa” que fala, cuja autorizada palavra sabemos quanto pesa na opinião. O que indubitavelmente poderíamos articular com o maior auspício de colaboração ao pensamento exposto pelo editor, que sem dúvida reflete o critério da Direção, é que o mesmo jornal deveria confirmar essa tese oferecendo suas colunas a todos aqueles que orientam suas lutas para o bem da pátria e da sociedade humana. Somente assim poderá ver-se cumprida essa aspiração quando diz: “A democracia requer algo mais. Exige lutas bem orientadas, com a palavra ou a caneta, na tribuna dos discursos ou nas colunas do jornal, cuja missão cultural consiste em despertar consciências com a sementeira de ideais”.

Pensamos que todos os que trabalham e se empenham nobremente em contribuir em favor de altos ideais de pátria e humanidade, com a colaboração de seus esforços e de suas capacidades, não devem passar despercebidos pelos que têm o dever de apreciar esses esforços e oferecer-lhes o meio que, como no caso de “La Prensa”, seriam suas colunas, a fim de que muitos possam somar-se na árdua tarefa de forjar com sua sapiência melhores destinos para o futuro de nossa nacionalidade.

SUPERAÇÃO NACIONAL



A história dos povos se distingue pelo contraste de suas épocas florescentes e de progresso com as de desvios, corrupção e decadência. Do esforço e espírito viril dos habitantes de uma nação depende que suas etapas fecundas e de esplendor sejam mais intensas e durem mais que as de incerteza e desorientação, que de tempo em tempo sobrevêm, atraídas pela indiferença, imprevisão e o desenfreio dos que assumem a responsabilidade de governar e dirigir seus destinos.

Nosso país, como sua própria história revela, não pode escapar a essas transições que costuma experimentar a vida de um povo à medida que cresce e se ampliam seus horizontes políticos, sociais e econômicos. Na verdade, havia já vários lustros que se vinha pronunciando nele um marcado descenso em todos os campos de sua vida institucional. A ausência de governos verdadeiramente capazes, por um lado e, por outro, a falta gritante de colaboração por parte dos ramos legislativos, como também as mudanças repentinas de governo e o último período presidencial que, eclipsado pela saúde precária do Chefe de Estado e seu prematuro desaparecimento, culminou, mais tarde, com os acontecimentos que são do domínio público, levaram o país a experimentar a mais profunda de suas preocupações e a necessidade urgente de começar uma era de efetiva superação em todos os setores da vida nacional.

O atual governo da Nação está demonstrando não estar alheio a tais preocupações e às exigências que impõe o futuro imediato com os múltiplos problemas cuja solução urge. O trabalho a ser

desenvolvido é grande, árduo, complexo e requer, como já manifestaram as próprias autoridades, a colaboração de todos os argentinos; mais ainda, de todos os habitantes do país.

Existe, pois, uma natural expectativa nos diversos ambientes da República por conhecer cada dia com mais clareza o pensamento que anima os homens que hoje regem os destinos da pátria. Entretanto, o povo argentino gravou profundamente em sua mente as palavras que os chefes da revolução estamparam em sua primeira proclamação, já que elas traduzem todo o fervor patriótico que as inspirou e constituem ao mesmo tempo uma garantia sobre o motivo que animou o recente pronunciamento. “As forças armadas da Nação, fiéis e zelosas guardiãs da honra e tradições da pátria” – assim reza a proclamação – “como também do bem-estar, dos direitos e liberdades do povo argentino, vêm observando silenciosas, mas muito atentamente, as atividades e o desempenho das autoridades superiores da Nação. Tem sido ingrata e dolorosa a comprovação. Foram defraudadas as esperanças dos argentinos, adotando-se como sistema a venalidade, a fraude, o peculato e a corrupção.”

Em nosso livro “Nova Conceção Política”, que publicamos no início do ano de 1940 e no qual assinalamos importantes pontos relacionados com a vida política, econômica e social de nosso país, dizíamos:

“A República Argentina parece estar a ponto de experimentar uma transformação vital no conjunto de suas possibilidades internas. Torna-se necessário – dizíamos também – um florescimento político, social, espiritual e econômico. Os partidos políticos têm que organizar-se sobre a base de um ideal patriótico que implique uma interpretação fiel das necessidades e anelos do povo argentino; têm que ter uma orientação definida e clara para disciplinar as massas e educá-las no civismo, a fim de que cumpram suas funções cidadãs como quiseram os preclaros próceres da Independência Nacional. Começa a sacudir – expressávamos em seguida – a consciência cidadã ao contato com essa corrente característica que mobiliza o sentimento dos povos quando a desorientação ou o caos político ameaça derrubar a fé em seus homens e instituições. É que a consciência da “argentividade” reclama um urgente reajuste dos órgãos representativos e reguladores de nossa vida social.”

Na mesma obra citada assinalávamos a necessidade imperiosa que existia de reajustar a complexa engrenagem da Justiça argentina, eliminando os males que a afetam, a fim de afiançá-la na consciência nacional para que possa chegar a ser, como a aspiração unânime reclama, uma verdadeira instituição de amparo. Já no ano de 1938⁽¹⁾ publicamos um extenso artigo, “Os bastidores da justiça”, no qual detalhávamos fatos e deficiências que conceituávamos extremamente graves para os interesses particulares do cidadão. Em muitos casos, as jurisprudências suprem os códigos e o fato de que elas sejam contraditórias em pronunciamentos de fatos similares permite o critério dos juízes para lançar mão de umas e outras, conforme as situações dos litigantes.

Por tudo isso é que causou uma grande sensação de alívio a preocupação demonstrada pelo atual governo da Nação em prol de um verdadeiro saneamento na Justiça, cuja primeira parte começou com a remoção de alguns juízes da Capital Federal, estendendo-se depois às províncias, por meio do comunicado que o senhor Ministro do Interior, Coronel Alberto Gilbert, enviou aos comissionados federais nas diversas províncias da República. O comunicado de referência que assinala a urgência de ativar o saneamento total da administração da Justiça em suas respectivas jurisdições diz:

“É necessário empreender a tarefa com serenidade e firmeza para assegurar uma conveniente seleção do pessoal de todas as hierarquias, eliminando os ineptos, incapazes, negligentes e a todos aqueles que não constituam uma ampla garantia para a reta e bem entendida administração judicial. A reorganização deverá ser feita tendo em conta em cada caso as condições de idoneidade e muito particular e especialmente os antecedentes pessoais, responsabilidade e qualidades morais, probidade e honradez dos candidatos, tratando de manter e até ascender a todos os magistrados judiciais atualmente em funções e que reúnam as condições citadas; e também para garantir aos habitantes, em forma perdurável, a fiança da justiça, e às instituições provinciais o desenvolvimento equilibrado dos poderes estabelecidos em sua respectiva constituição, de modo que o judicial satisfaça completamente o princípio funcional de constituir um freio ante possíveis irregularidades e eventuais tentativas de avassalamento dos outros”.

¹ Ver revista “Aquarius”, N° 4/6, pág. 6.

Outra das preocupações manifestadas pelo Poder Executivo e que causou viva impressão na opinião pública por seu alcance patriótico e construtivo é a que se refere à criação de um “Registro de Idoneidade Pessoal”. Nos fundamentos do decreto correspondente, conforme noticiou o jornal “La Nación” em sua edição de 14 de julho, o P. E. expressou que: “constitui um privilégio honroso para todo habitante da Nação pôr a serviço dela seus conhecimentos, sua experiência, o fruto de suas observações e suas melhores energias, quando a conveniência geral assim o requeira, e que uma das formas de tornar efetiva essa contribuição ao bem comum é o desempenho da função pública que se adeque à especial capacidade que para seu exercício se haja credenciado”. Finalmente acrescenta no referido decreto que “interessa à autoridade conhecer as pessoas cujas condições morais, intelectuais e físicas garantam sua idoneidade para o desempenho das tarefas, de modo que a designação de funcionários possa ser ajustada, em todos os casos, à exigência do artigo 16 da Constituição Nacional”, assinalando também que “a autoridade pode necessitar do assessoramento ou da colaboração circunstancial de pessoas que, sem exercer cargos públicos, estejam capacitadas para contribuir para a solução dos múltiplos problemas que o Governo enfrenta.”

Conceituamos que este é um meio que o P. E. utiliza para pôr-se em contato direto com os homens de valor que o país tem e estimular assim o entendimento que deve existir entre povo e governo, o que permitirá ao mesmo tempo que mais de um argentino de verdadeiro valor surja do ambiente incógnito, pois é público e notório que a imprensa em geral somente tem se ocupado de destacar os políticos e um ou outro cientista, como se estes fossem os únicos de ação meritória. A preocupação oficial neste sentido há de contribuir em muito para que se honrem os valores positivos e floresçam para o bem da pátria muitas iniciativas que se acham latentes na inteligência daqueles cuja colaboração busca o Superior Governo da Nação.

Os valores de nossa “argentinidade” se encontravam tão afetados, sobretudo nesta última década, que se tornava imprescindível, por exigir assim o espírito de conservação de nossa dignidade pátria uma superação nacional, tal como dissemos, em todos os campos. Não

era possível que um país como o nosso, que se caracterizou sempre por suas lutas em prol da liberdade e conservação do patrimônio de suas tradições mais puras, se visse por longos anos obrigado a suportar uma situação tão em pugna com os mandatos de sua Carta Fundamental e que ameaçava minar profundamente as bases de sua estrutura institucional.

Tudo faz supor, pois, que se iniciou para a República Argentina uma nova etapa de efetiva superação, mas eis aí que esta só ideia resume, sintetizando, todo um processo nacional, que requer amplos e concentrados estudos, em cujo trabalho tenham lugar o pensamento e o esforço dos homens de talento mais aptos e sinceros, sem que por isso deixe de apreciar-se também a valiosa participação daqueles que ponham seus melhores empenhos a serviço da pátria, nesta preocupação que deve ser básica para todos os argentinos, sem exceção.

Lógico é pensar, portanto, que se a superação nacional que requerem as circunstâncias atuais encarna, como dissemos, todo um processo que será necessário cumprir rigorosa e metodicamente, haverá que voltar muitas vezes sobre cada ponto que contemple, a fim de que as soluções que vão ajustando para as questões que se dirimam no seio do governo encontrem sua culminação mais feliz quando alcancem realidades fecundas.

“Concebemos uma democracia superior em seus destinos, – dissemos em nossa obra citada⁽¹⁾ – que estimule e una o esforço dos cidadãos para obter a mais alta expressão da nacionalidade no conjunto dos perfis que se destaquem nos respectivos campos das atividades humanas, em contraste, precisamente, com as democracias débeis, que isolam os sábios, dispersam o esforço individual e são indiferentes aos avanços e iniciativas dos que trabalham e lutam confundidos na multidão, por mais que suas figuras estejam por cima da consciência vulgar.”

“Concebemos uma democracia generosa e reta, que enquadre as perspectivas cidadãs numa área de compreensão comum, reprimindo o abuso e o egoísmo enquanto propicia todo trabalho construtivo que tenda ao bem geral, em especial as que com maior relevo assinalam os traços mais proeminentes de nossa cultura nacional, como manifestação ou mostra do espírito que encarna uma nascente civilização.”

¹ *Nova Concepção Política*, pág. 233.

“Concebemos uma democracia aperfeiçoada, que se mantenha fiel e firme em seus princípios soberanos, que elimine a corrupção e a fraude e sustente o império do direito e da justiça.”

“E por último, concebemos uma democracia forte, que ordene a vida da Nação sob sábias normas; que, conciliando a liberdade e o direito com os deveres e obrigações do cidadão, promova no espírito popular nobres reações que coincidam com as diretivas do governo, de modo que quando este faça um chamado à opinião, encontre sempre nela apoio e aprovação unânime.”

Ao transcrever estas linhas, passado quase um lustro desde que expressamos nosso pensamento, vemos quanta razão nos assistia ao expor aquelas preocupações que embargavam, naquela época, o espírito de tantos argentinos. Por isso, hoje, ante as mudanças que tem experimentado nosso país na ordem política, não podemos menos que augurar o maior dos êxitos aos homens que desde as altas esferas do governo se empenham em oferecer a nossa nação as perspectivas mais otimistas para o porvir.

Entretanto, sabemos muito bem que se esses empenhos não são apoiados quase unanimemente pela opinião poderiam sofrer sérios tropeços no caminho da efetiva superação que se pretende consumir para o bem do país. Existe um obstáculo, é indubitável, que poderia dificultar muito as espontâneas manifestações públicas e particulares em prol de uma sólida colaboração com as diretivas do Estado e é, precisamente, a crença geral de que as restrições à liberdade de imprensa, de pensamento e de palavra, mutilam as forças participantes do espírito de nossa cidadania, representadas, certamente, pelas camadas mais cultas e ilustradas de nosso povo. Não a outra coisa haveria que atribuir o temor ambiente observado na coibida atitude de muitos, que muito bem podiam prestar hoje sua valiosa contribuição à gestão do governo. Dizemos que é uma crença geral; e nada pareceria ter destruído esse conceito, já tão estendido em nosso meio, ainda quando foi de grande efeito e comentado com grande animação e entusiasmo, o que a respeito expressou o senhor Ministro do Interior, ao ditar aos comissionados das províncias as normas de governo tendentes a dar “absoluta harmonia e unidade de ação nas gestões que realizem” em suas funções como representantes do governo nacional. Referimo-nos aos decretos normativos e complementares

que nesta oportunidade deu a conhecer o Sr. Ministro e que foram publicados pelo jornal “La Prensa” em 5 de agosto do corrente ano. Destacaremos especialmente a parte que se refere às atividades da imprensa, nas quais, conforme expressa o comunicado, “os comisionados devem adotar atitude análoga à do governo central, recolhendo as sugestões nobres e bem inspiradas que instruem seus comentários”.

“Em nenhum caso há de tentar-se o procedimento da imprensa dirigida ou a censura prévia. Os órgãos de imprensa devem respeitar sempre, para que pela gravitação espontânea e reflexiva do conhecido principio de que o direito de cada um começa e termina onde termina e começa o dos demais, vão ajustando suas insinuações, críticas ou sugestões ao fim essencial de assinalar problemas e soluções e ilustrar as autoridades e o povo sobre a conveniência ou necessidade de reformar, melhorar ou ampliar os serviços, com a mesura, o tato e o estilo respeitoso e considerado que lhes impõe sua condição de porta-vozes da opinião pública e muito especialmente o caráter de cátedras de doutrinas nobres, levantadas para defender interesses e direitos gerais e melhorar a educação e a cultura popular.”

“Tratar-se-á de levar o ânimo do jornalista à convicção de que, por um imperativo da função social educativa da imprensa, pela discrição que impõem as circunstâncias por motivo do conflito bélico, a vigência do estado de sítio, e por razões de alta política, convém prescindir de informações minuciosas sobre fatos policiais, dirigidas geralmente a assinalar antecedentes de pessoas anormais ou antissociais ou seus hábitos. Convém evitar o comentário intencionado que possa ferir ou mortificar os habitantes, seja por questões de nacionalidade de origem, religião ou crenças e hábitos, ampla e generosamente amparados pela Constituição; deve buscar-se a maneira de não alterar com comentários maliciosos, a convivência e boa harmonia dos habitantes e cidadãos; de não entorpecer ou criar problemas que possam travar as boas relações amistosas internacionais e muito particularmente a harmoniosa coesão da política continental. Prescindir de apreciações ou referências que possam ferir susceptibilidades ao tratar temas relacionados com a organização estadual de nações estrangeiras ou com a atitude ou decisões de suas autoridades e funcionários; e enfim e em síntese, deve achar-se o procedimento da persuasão para que todos os temas sejam tratados com altura, porque a indiscrição do jornalista não se concilia com o fim educativo da imprensa e pode contribuir para deformar ou desviar os sentimentos nobres do povo e destruir ou desmerecer a obra de cultura que sustenta o Estado.”

“Aos jornalistas que pudessem esquecer as normas éticas de tão elevada atividade deve-se recordar que as autoridades ponderam e estimam em todo seu valor e com amplo espírito de probidade o propósito narrativo e a publicidade crítica e educativa que eles – como todos os habitantes – têm

o direito de comentar com liberdade e com franqueza os atos do governo e suas decisões ou diretivas, mas que as garantias e privilégios constitucionais, que amparam nossos governos livres, são inconciliáveis com a injúria ou a calúnia dirigidas aos agentes do poder, e com as apreciações puramente insidiosas, difamatórias, lesivas ou mortificantes para a cultura ou educação populares, as instituições ou as pessoas.”

“Por isso e tendo em conta a circunstância de que no passado talvez não hajam recebido o tratamento considerado que merecem e impõe o meio democrático em que atuam – e, sem esquecer que as reações costumam ser proporcionais à ação que as desencadeia, foi necessário que se chegasse a tentar a troca da liberdade de opinião e de imprensa pelo vicioso equívoco da licenciabilidade –, as autoridades esgotem todos os meios e métodos persuasivos possíveis, antes de aplicar medidas restritivas ou corretivas que, certamente, deverão ser adotadas também como recurso extremo, se não houvesse emenda, mediasse reiteração ou, enfim, quando o abuso ou a licenciabilidade fossem desorbitados ou intoleráveis.”

O mesmo jornal comenta elogiosamente em seu editorial do dia seguinte o citado documento e, em particular, quando se refere à função da imprensa. Diz a respeito que “tal declaração corresponde ao conceito tradicional argentino e se inspira nas prescrições claras da Constituição Nacional, que consagrou a liberdade de imprensa como uma das conquistas mais firmes e amplas de nosso regime. Reconhecido como fica, esse direito, no memorial enviado aos interventores, há motivo para confiar em que a comunicação terá a virtude de pôr termo às dificuldades que entorpeciam em várias províncias a ação do jornalismo.”

É indubitável que as oportunas declarações feitas pelo Sr. Ministro do Interior causaram uma sensação de alívio na opinião e é de esperar-se que a recuperação total dos direitos do cidadão argentino continue aumentando progressivamente, à medida que a gestão do governo atual se consolide e a necessidade de uma colaboração mais ampla por parte de todos assim o exija, para levar a bom termo os altos ideais que inspiraram os acontecimentos de 4 de junho.

Tem que existir uma confiança recíproca entre governo e povo, e a esse fim devem tender todos os esforços que se façam para que o processo de superação nacional seja, num futuro próximo, uma das mais belas realidades.

O PATRONATO NACIONAL DE CEGOS

30º aniversário de sua fundação



Em 30 de setembro será comemorado o 30º aniversário da sanção da lei 9339, que deu origem ao Patronato Nacional de Cegos, instituição oficial que tem a seu cargo, em todo o território da República, o duplo trabalho de cuidar das pessoas privadas da visão e prevenir cegueiras.

Nessa data se comemorará o trigésimo aniversário do dia em que o Senado da Nação sancionou a referida lei, sendo seu autor o doutor Luis Agote, prestigiado médico que lutou incansavelmente pela consecução de valiosas conquistas de caráter eminentemente social.

A obra desenvolvida pelo Patronato Nacional de Cegos

Nos últimos quatro anos, o Patronato Nacional de Cegos aumentou consideravelmente seu campo de ação: atualmente reflete-se na obra desenvolvida pela referida entidade cada uma das finalidades contidas na lei 9339, tal como foi concebida em 1913 pelo doutor Agote.

Sobre o particular, é digno de menção o funcionamento de dezessete estabelecimentos diferentes, todos concordantes na idêntica dupla finalidade: o cuidado dos deficientes da visão e a prevenção da cegueira. Locais de internação, escolas primárias, de artes e ofícios, curso normal para professores especializados e de massagens e uma editora concretizam o trabalho praticado a favor dos cegos pela instituição de que tratamos. Quanto à prevenção das doenças oculares, um instituto

central oftalmológico, dois ambulatórios da mesma índole, habilitados na capital federal e outros tantos no interior do país, – um na cidade de Santa Fé e outro em Tucumán –, resumem os esforços realizados pelo Patronato Nacional de Cegos para impedir que aumente o número de pessoas afetadas direta ou indiretamente em sua visão. Complemento desta última tarefa é a contínua ação educativa desenvolvida pela instituição, concretizada na periódica organização de campanhas de caráter jornalístico e radiofônico, divulgadas por todos os âmbitos da República.

A comemoração do trigésimo aniversário

A fim de comemorar dignamente o 30º aniversário de sua criação, o Patronato Nacional de Cegos se propõe, durante o mês em curso, intensificar seu trabalho de divulgação mediante a valiosa e gentil colaboração jornalística e das emissoras de rádio, como também das autoridades, médicos e docentes da instituição, utilizando os principais microfones metropolitanos com o objetivo de pôr em evidência, por meio de breves dissertações, a obra que vem cumprindo atualmente o Patronato Nacional de Cegos.

Finalmente, constituirá a nota simpática desta comemoração a distribuição de enxovais, confeccionados por alunas cegas que cursam os diversos estabelecimentos educacionais dependentes desta entidade para a primeira criança nascida em 30 de setembro em cada hospital nacional ou municipal da Capital Federal.

ATUALIDADE ARGENTINA



É público e notório que nosso país experimenta nos atuais momentos uma transição que reclama, com urgência, a colaboração de todos os argentinos que cultivem um amplo espírito de abnegação, sacrifício e verdadeiro patriotismo.

O trabalho a ser realizado é grande e árduo, e isto ninguém desconhece, como tampouco ninguém desconhece o nível a que havia descido a moral política e administrativa do país.

A força que sempre moveu os povos a consumir suas grandes jornadas históricas e a cristalizar as aspirações inspiradas em altos ideais de progresso reside, inegavelmente, na inteligência e no esforço individual. E como essa inteligência e esse esforço se acham contidos, precisamente, nessa minoria ilustrada, por ser ela, digamos, o povo em si, desde que o representa ou forma sua própria cabeça, nada mais acertado seria que essa cabeça entrasse na razão e descobrisse que, na conciliação e no jogo harmônico dos interesses do Estado e do cidadão reside a chave para alcançar as altas soluções que preocupam a todo o país. Não é possível, por exemplo, que quem tenha cem pesos ajude como quem tenha mil, nem este como quem tenha dez mil, mas se se estimula o esforço individual e se abre o campo de suas possibilidades, a força econômica do particular crescerá e, ao aumentar o número dos que possuem mais, toda a Nação se beneficiará em uma escala muito maior, logicamente, do que se fossem mais os que tenham menos.

O fomento da indústria, do comércio e, enfim, de todas as atividades que contribuem para a prosperidade econômica do país, sem travas que oprimam seu livre desenvolvimento, constitui uma das principais

vias de progresso, mas também constitui o fomento da união da família argentina em um esforço de colaboração, onde o povo e o governo confundam-se em um só objetivo: o engrandecimento da pátria. Claro que é este o obstáculo mais difícil de vencer, quando as inteligências não se encontram em um franco processo de reconhecimento e acordo comum. Entretanto, existe, indubitavelmente, um anelo de aproximação geral; diremos mais: um anelo de escutar e ser escutado e de servir sem restrições que impeçam a livre manifestação da consciência para as altas finalidades que tendem a um ressurgimento nobre em todos os campos da vida nacional.

Tudo indica, pois, que devemos ter a maior confiança em nossos dias futuros. Enquanto isso, será o caso de que cada um, desde seu local de trabalho e de luta, se esforce em facilitar, no possível, as soluções cuja busca preocupa hoje a todos os homens de responsabilidade, e que assegurarão esse futuro melhor que tanto anelamos para nossa pátria.

NOTICIÁRIO JORNALÍSTICO



“La Prensa” completa seu 74º aniversário

Em 18 de outubro “La Prensa”, conceituado jornal argentino de grande tradição na opinião pública, completa o 74º aniversário de sua fundação.

Jornal orientador e crítico tem mantido sempre, e com firmeza, os princípios de nossa tradição democrática, e nas horas difíceis, como as atuais, não cessou em seu empenho de levar à opinião todo elemento de critério que pôde extrair de cada situação que se apresentava, para que aquela pudesse discriminar, com absoluta prescindência de toda influência estranha, sobre o que mais convinha a fim de assegurar um futuro melhor para o país.

Ao fazer chegar nossas felicitações pela nova etapa cumprida, auguramos ao grande jornal argentino e ilustre colega o mais franco progresso e o triunfo das teses que sustenta, porque são profundamente argentinas e encarnam muito do sentir e pensar de nossa argentinidade.

Academia de Letras de Buenos Aires

Ao final do mês passado, a Academia de Letras elegeu como acadêmico correspondente o Sr. Juan B. Selva, com residência no interior do país e os senhores José de Riva-Agüero e Enrique Tovar e R., com residência na República do Peru.

O professor Selva é um estudioso que se destaca como gramático e docente, tendo publicado já numerosas obras, nas quais estuda diversas questões relativas à linguagem. O Dr. José de la Riva-Agüero, escritor, historiador e jurisconsulto, e o Dr. Enrique Tovar y R., – designados correspondentes na República do Peru – constituem dois expoentes da cultura peruana, que aumentarão as relações que nosso país cultiva com a república irmã.

A Academia continuou o estudo dos argentinismos registrados pelo Dicionário da Real Academia Espanhola e proximamente enviará as papeletas que estão em preparação.

Academia de Letras do Uruguai inicia suas atividades

A Academia Nacional de Letras do Uruguai, criada pelo decreto-lei de 10 de fevereiro do corrente ano, iniciará suas atividades proximamente. O ministro de Instrução Pública do Uruguai dispôs que no mês em curso, no dia que será fixado oportunamente, será instalada com toda solenidade a referida instituição. Com o propósito de vinculá-la desde o primeiro momento às instituições similares da Argentina e do Brasil, as autoridades da nova Academia de Letras as convidaram para o ato de referência, para que enviem representantes, que falarão na mencionada cerimônia. A Academia Argentina de Letras, por sua parte, designou seu presidente Dr. Carlos Ibarguren, para que fale nessa oportunidade.

“Revista de Jurisprudência Argentina”

Completo seu 25º aniversário a “Revista de Jurisprudência Argentina”, fundada em 1918 pelos Drs. Tomás Jofré e Leonidas Anastasi. Para celebrar esta data foi editado um número especial, no qual aparecem juízos muito expressivos sobre o mérito da publicação, entre os quais cabe mencionar os que assinam o Dr. Roberto Repetto, presidente da Corte Suprema de Justiça da Nação; Mr. Harlan F Stone, presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos e o Dr. Eduardo Espinola, presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil. O Dr. Clodomiro Zavalía, que preside o comitê direto da revista, rememora num interessante artigo os antecedentes de sua fundação. A “Revista de Jurisprudência Argentina”, cuja direção imediata exerce o Dr. Juan Agustin Moyano, chegou a ocupar um posto de primeira linha no jornalismo especializado em questões forenses, não somente porque insere em suas páginas sentenças de todos os tribunais do país, senão pela excelência das notas críticas referentes às sentenças mais importantes.

Concurso sobre a América Latina no pós-guerra

Abriu-se um concurso, cujo fim é animar os cidadãos capacitados das repúblicas latino-americanas a expressar honradamente e sem embaraços suas ideias acerca do tema escolhido, para premiar o melhor artigo sobre “A América Latina no mundo do pós-guerra”. Foi organizado pelo Sr. Eileen J. Garret, editor-chefe da revista intitulada “Tomorrow”, e o prêmio consiste em 250 dólares. Destaca-se que toda exposição deve ser apoiada em fatos que ilustrem adequadamente os assuntos debatidos, confiando-se em que, mediante os artigos recebidos se estreite e se afiance a cooperação interamericana naquela época. O júri encarregado de decidir será integrado pelos Srs. Hubert Herring, diretor do Comitê de Relações Culturais da América Latina, ou alguém que o substitua, escolhido pela mencionada revista e o referido Sr. Garret. O que for escolhido será publicado na “Tomorrow”, e se levará em consideração, para ser publicado, todo outro artigo que seja julgado digno disso, pagando-se conforme o que seja usual. Os artigos deverão constar de 1500 a 3000 palavras, desconsiderando-se os que excederem tal quantidade; não serão aceitos os que tenham sido publicados previamente em inglês; os originais devem ser escritos à máquina e cada artigo deve ser acompanhado pelo nome e endereço do autor; os originais não serão devolvidos e cada concorrente poderá enviar somente um artigo. Os manuscritos devem ser enviados por correio aéreo, com a maior brevidade possível, para The Committee on Cultural Relations with Latin America. Inc. P.O. Box 1627. New Haven (6), Connecticut, U.S.A.

Os artigos poderão ser enviados até 31 de dezembro. O Comitê de Relações Culturais da América Latina enviará qualquer informação solicitada sobre este concurso.

A IMPRENSA E A OPINIÃO PÚBLICA



É comum ouvir falar da opinião pública e, sobretudo, com mais frequência ainda, quando desta se tem querido afastar seu significado popular, confundindo-a com a imprensa, sem estabelecer para isso a devida e justa discriminação que cabe para ser mais claro no conceito.

A opinião pública é, fora de toda dúvida, o pensamento da mais rigorosa atualidade que agita e preocupa a mente dos que habitam um país. Mas essa opinião, antes de ser pública é privada; é o critério que cada um elabora em relação a sua capacidade. Daí que ao chegar às ruas se complementa com a dos demais. Estas ideias se discutem e delas fica depois, como resultado, o sedimento útil e construtivo de uma realidade que, como necessidade, é aceitável pela maioria. Quando as reações do entendimento são muitas, ao filtrar o elemento em discussão, a ideia é expulsa com desconformidade da mente pública, isto é, de todas as que expressam tal repulsão.

Pois bem, nem todos podem manifestar seus pensamentos com correção e mostrar sua desaprovação com altura, para não dizer com fidalguia. Acontece assim que o comentário público corre de um lugar para outro como uma bola de neve, adquirindo cada vez maior volume aquilo que começou como uma simples opinião. As pessoas comuns vão atrás do relato a meia voz, como as moscas atrás do açúcar, salvo uma pequena diferença: nas pessoas, a curiosidade é insaciável. Além disso, a maioria experimenta uma espécie de vaidade incontida pelo mero fato de ver-se convertida, por mais que não seja por breves momentos, em órgãos de publicidade, que sempre têm suas escutas incapazes, na maioria das

vezes, de ler nos olhos do apregoador os erros de informação e o embuste acrescentado por conta própria para despertar maior interesse.

Esses divulgadores de notícias, geralmente alarmantes ou desfiguradas, são os que dão lugar aos rumores que, em poucos momentos, entrecruzam uma cidade, por grande que ela seja. Isto faz recordar a célebre frase do brincalhão: “Para o mal está sempre pronta a suspeita”, concordante com a afirmação de Ovidio: “Quod nos in vitrum credula turba sumus”, significando que há tanta falsidade no ser humano que ele sempre está propenso a admitir o falso e o mau, sem o rigor e a prevenção com que recebe a verdade e o bom.

Que força, pois, pode frear essa corrente transbordante do comentário público que tanto prejudica a tranquilidade espiritual de um povo?

A imprensa e somente a imprensa é a que pode neutralizar essa licenciosidade arruaceira; a que pode pôr dique a esse transbordamento, analisando com fria serenidade o assunto que deu lugar ao comentário e oferecendo ao público, que saberá assim a que ater-se, seu juízo bem amadurecido e sob a garantia de sua seriedade.

Quando a imprensa tenha publicado a notícia ou expressado seu critério sobre tal ou qual ponto que interessa a todos, o comentário novelesco cessará e a opinião geral ficará orientada. Então, com justa razão poderá dizer-se que a imprensa, ou seja, o jornalismo em seu nobre e duplo exercício de controlador e orientador das massas é o reflexo da opinião pública desde o momento em que captará o pensamento e o sentir de todos os ambientes para expressá-lo com comedimento e justeza.

Tem-se dito, e com razão, que a imprensa é uma das tribunas mais dignas do pensamento humano, porque é nessa tribuna onde podem comparecer todas as ideias para sua livre discussão. Já se viu como nos países que fizeram calar essa voz da consciência pública brotaram e recrudesceram os males por todas as partes. Pareceria como se a liberdade da qual foram privados se prodigou com a maior liberalidade às corrupções do pensamento, já que estes, sem temor de que seus vícios fossem denunciados, faziam, caprichosamente, tudo o que poderia ocorrer a uma mente em suas veemências e liberalidade.

Diretor

A DEMOCRACIA É INCOMPATÍVEL COM O COMUNISMO



Quando vemos em países democráticos aparecer entre os partidos políticos um chamado comunista, não podemos menos que excitar nossa reflexão a fim de buscar uma explicação lógica e clara, que não defraude nossa melhor boa vontade para compreender como é possível que se admita numa nação democrática, que cultiva os princípios da liberdade, um partido que sustenta uma ideologia em cujo país de origem não existe liberdade civil nem política.

Na Argentina o comunismo foi declarado fora da lei; mas, supondo que não fosse considerado indesejável, existisse um partido organizado com tal denominação, os que militassem nele que finalidades buscariam e quais justificariam sua existência? Não seriam as de pretender implantar normas e modalidades de um regime político totalmente estranho ao nosso meio e contrário à vida institucional e democrática do país. A Rússia admitiria que militasse lá um partido democrático? Não. Pois bem, não se faça em outras partes o que não se quer nem se admite no próprio solo.

O homem de nossa terra, como o de cada país irmão da América, deve buscar suas inspirações em seu próprio coração, no coração palpitante da vida nacional e no coração irmanado de todo o continente americano, que começou a pulsar sob o signo da emancipação natural e cujos gênios tutelares abriram para esta nova humanidade os férteis sulcos do trabalho dignificado pelas garantias de uma sociedade organizada sobre as bases da justiça e da liberdade.

Não surpreende, por exemplo, que conste entre os partidos, que como fungos surgiram na Itália, um comunista. Lá parece que eles não atinam

ainda hoje a ver o que é que ocorre no mundo. Mas lógico é que os partidos políticos que militem nos países democráticos devam ser de essência claramente democrática e não levar rótulos desconceituados nem alheios a orientação democrática de tais povos. E se se tem em conta a dissolução do Komintern, esses pseudopartidos viriam a ser como brotos silvestres e parasitários de uma planta que não poderá jamais lançar raízes na América, nem tampouco deveria lançá-la em nenhum outro país do mundo.

Aceitar a ingerência de tais partidos rotulados comunistas significaria uma claudicação. Os países democráticos estão lutando pela liberdade humana, que é a expressão do respeito à pessoa e ao seu patrimônio. Não cabe, pois, pensar que, triunfando na luta titânica contra os opressores, as ditaduras e os absolutismos, se tolere uma ideologia totalmente contrária aos altos princípios que a democracia sustenta, como também as nações aliadas que souberam dignificar a vida concedendo a esta a categoria moral, política e espiritual que foi, é e seguirá sendo a mais nobre conquista do progresso moderno.

O FALECIMENTO DO EXMO. SR. EMBAIXADOR DO BRASIL EM NOSSO PAÍS, DR. JOSÉ DE PAULA RODRIGUES ALVES



Profunda consternação causou em toda a República o falecimento do Exmo. Sr. Embaixador do Brasil, Dr. José de Paula Rodrigues Alves, ocorrido no dia seis deste mês, em Buenos Aires.

Insigne cavalheiro de altos dotes, jurista consumado e grande amigo de nossa pátria, soube conquistar no curto lapso de uma década, tempo que esteve entre nós, todas as simpatias de nosso povo. Sua figura era já popular e era estimado por sua bondade, seu trato afável e os inegáveis serviços prestados à causa de uma amizade que se esforçou em consolidar; amizade tradicional em seu país e no nosso, a qual, com tanto carinho, expressou mais de uma vez.

Todos os artigos e notícias publicados por motivo de tão lamentável acontecimento testemunham o profundo sentimento de pesar que nos causou perda tão irreparável, pois, além de ter sido grande amigo da Argentina, foi amigo de todos os argentinos. As honras decretadas por nosso governo ao ilustre extinto provam e destacam esse pesar. O próprio presidente da Nação, General Edelmiro J. Farrell, ao enviar da Província de Mendoza, onde se encontrava circunstancialmente, um telegrama ao presidente do Brasil, Dr. Getulio Vargas, assim manifestou em seu nome e no da Nação:

“A inesperada perda do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves, ilustre representante da grande nação brasileira, repercutiu dolorosamente no povo argentino e no governo que presido. Seu desaparecimento me afeta pessoalmente pela cordial amizade que nos unia. Aceite Vossa Excelência a expressão do intenso pesar que comigo experimenta a Nação Argentina. – General Edelmiro J. Farrell, Presidente da Nação Argentina.”

Por sua parte, o ministro de Relações Exteriores de nosso país, General J. Peluffo, enviou uma mensagem a seu colega, o chanceler do Brasil, Dr. Osvaldo Aranha, no qual expressa o seguinte:

“Tenho a honra de referir-me à cordial mensagem de Vossa Excelência recebida por motivo de minha visita à Embaixada do Brasil, realizada ao ter conhecimento do grave mal que afetou a saúde do eminente embaixador José de Paula Rodrigues Alves e que agora tão subitamente terminou com a vida do ilustre e querido amigo da Argentina.”

“Aceite Vossa Excelência a expressão da dor intensa da Nação Argentina ante essa irreparável perda.”

“O governo argentino, intérprete do sentimento unânime de seu povo, deseja prestar ao grande amigo desaparecido as honras fúnebres que exteriorizarão o sincero afeto a quem soube em vida interpretar os sentimentos de seus concidadãos e que tanto fez e tanto esperava continuar fazendo pela amizade entre nossos países.”

“Com tão alto propósito, em nome do Exmo. Sr. Presidente da Nação, acabo de oferecer ao senhor ministro Demoro, as honras que correspondem à alta investidura do embaixador Rodrigues Alves e coloquei à sua disposição o navio “La Argentina” para que seus restos sejam repatriados no calor do pavilhão e da amizade de um povo que ele tanto amou.”

O Decreto do Poder Executivo que leva a assinatura dos ministros de Relações Exteriores, Guerra e Marinha, estabelecendo as honras fúnebres, dizia:

“Pelos eminentes serviços prestados à amizade argentino-brasileira, durante sua longa gestão diplomática na República, que merecem a gratidão do povo e do governo.”

Pensamos que particularmente todos os homens representativos do país, como as instituições que agrupam as classes intelectuais do território argentino, sem exceção, expressaram nessa oportunidade seu sincero pesar pelo desaparecimento do ilustre e grande amigo da República Argentina.

UMA DELEGAÇÃO URUGUAIA VISITOU NOSSO PAÍS



No transcurso do corrente mês visitou nosso país uma qualificada delegação de corretores da Bolsa de Montevideú, integrada pelas seguintes pessoas: Sr. Pedro P. Pérez Marexiano, Presidente da Associação de Corretores da Bolsa, do país irmão; Sr. Ricardo Sanguinetti, Vice-presidente e os corretores da Bolsa, Srs. Eduardo Martín Valdez, Octavio L. Acquarone Salaberry, Romualdo Lombardo, Víctor Paullier, Víctor Paullier (filho), Juan C. de Simone, Antonio Jung, Julio C. Roldós, Pedro César Pérez, Héctor Castellanos, Héctor Pesce, Antonio Piaggio, Alberto Pollio, José Olivero, Mario C. Fullgraff, Eduardo Sparano, Alberto Martínez Cortijo, Luis A. Matteo, Carlos César Corrás, Pedro Bernat, Roberto Uriarte, José de Cores Vidal, Carlos de Cores, José Múmoli, Enrique Beretta, Miguel Sparano e Bernardo H. Birabón.

Um extenso programa de acolhida rubricou a estada da referida delegação, que em franca cordialidade passou entre nós vários dias, recebendo as mais sinceras demonstrações de simpatia por parte da Câmara de Corretores e do Mercado de Títulos e Câmbios da Bolsa de Comércio de Buenos Aires, entidades que prepararam a acolhida.

O FUTURO DA POLÍTICA ARGENTINA



Achando-se próximo o estabelecimento de um estatuto que haverá de reger a vida política argentina, convém que todos os argentinos meditem com a devida amplidão sobre a responsabilidade que a cada um incumbe no futuro da política nacional.

Ninguém ignora já o processo seguido pelos partidos e suas figuras mais proeminentes no transcurso da vida institucional argentina; e por estes dias, tem-se podido ler frequentemente, em nossos grandes jornais, o conselho dirigido de suas colunas à consciência dos cidadãos. Tem-se expressado, por exemplo, que ninguém deve prescindir de seus deveres cívicos e que é de lamentar que homens proeminentes não tenham participação ativa na vida política do país.

Isto é muito certo, mas não é menos certo também que se a imprensa responsável não ressalta as figuras de tais homens e os coloca como condutos de verdadeiro valor o povo todo os desconhecerá e, acontecendo isto, dificilmente os melhores poderão ocupar os lugares destacados, que nas altas esferas do governo lhes corresponderia ocupar. Seria esta uma medida de rigorosa necessidade pública, já que tais inconvenientes seriam corrigidos ao darem a conhecer, os jornais de maior circulação, os altos dotes dos homens que a seu juízo mereceriam ser destacados, com o que, por sua vez, o país poderia julgar suas condições. Isto contribuiria em muito para facilitar o caminho das grandes soluções. O povo necessita ser assessorado e conhecer o valor e a capacidade de seus homens, sejam estes da filiação partidária que forem.

O essencial é que se harmonizem os interesses e se conciliem os pensamentos num ideal superior de ordem e bem-estar comum; que

tudo volte à normalidade e ao trabalho sob o signo da confiança mútua e do respeito a tudo o que constitui os valores permanentes da nação: suas instituições, suas leis e os direitos de cada cidadão e de cada habitante do país.

Haverá, pois, que preparar o espírito para uma nova jornada de reconstrução nacional, a fim de que, quando voltem a imperar as leis que amparam a liberdade e a vida dos homens, forme-se uma verdadeira consciência-cidadã que impeça o retorno de situações que tanto prejudicaram a vida institucional do país.

Deve levantar-se a alma argentina com a inteireza que a caracteriza e forjar um destino digno de sua honrosa tradição. Esta há de ser a aspiração comum e a força que a todos impulsiona para fazer em bem da pátria e de um porvir melhor tudo o que esteja em mãos de cada um realizar.

NOSSO PANORAMA POLÍTICO



Depois de um trabalhoso processo, mais psicológico que político, todos os agrupamentos cidadãos em que se dividia o eleitorado argentino foram fazendo conhecer sua posição ante os acontecimentos de ordem interna e mundial, especialmente para expressar em forma unânime a necessidade de que a Nação voltasse o antes possível à normalidade. Também os setores da opinião fizeram conhecer seu pensamento e sentir a respeito da imperiosa necessidade de que a República Argentina volte a ser presidida por governos constitucionais, eleitos pelo povo em eleições livres.

Tudo isso motivou, sem dúvida, o fato de que as autoridades nacionais considerassem a situação que o prolongamento de tal anormalidade cria ao país, situação que em todos os casos, indiscutivelmente, causa dificuldades tanto à ação governamental como à dos interesses particulares e demais atividades que formam a engrenagem política, social e econômica de um país. A palavra do Presidente da Nação, pronunciada em seis de julho, por ocasião de celebrar-se o tradicional banquete de camaradagem das forças armadas, foi clara e terminante e ela parece ir-se cumprindo à medida que as circunstâncias assim o reclamam. O levantamento do estado de sítio é um passo que pode ser estimado como decisivo para o retorno à normalidade que tanto ânsia o povo argentino.

Porém, tudo o que se experimentou durante este período de transição teve a virtude de exaltar nas consciências o sentido da responsabilidade cidadã. É como se todos houvessem despertado para uma realidade que até hoje permanecia na nebulosa, fora da órbita em que se costumavam debater as preocupações.

Atualmente, todos sabem, ou melhor dizendo, na consciência de todos está, e hoje com mais força do que nunca, o conhecimento de que

a função pública, como as atividades políticas, é coisa que deve interessar a cada cidadão, mas não para criar uma ambição a mais, senão para despertar uma preocupação a mais, a qual, logicamente, não deve ausentar-se jamais da mente de nenhum cidadão argentino.

Desde que todos os argentinos buscam o progresso e o engrandecimento da pátria, nada mais natural que cada um se preocupe para que esse progresso não seja dificultado. Quando chegue a compreender-se que com a participação comum o país poderá avançar para seus mais altos destinos, se haverá eliminado muito do que hoje pareceria ser causa de distanciamentos, que por diversas razões existem entre uns e outros dos que ocupam as posições mais proeminentes dos partidos políticos e de outras esferas oficiais ou não oficiais.

Pensamos que cada argentino haverá de ter presente, nesses momentos que se estão dando os passos preliminares para o retorno à normalidade constitucional, em que as novas figuras que hão de compor o governo futuro e os corpos legislativos deverão ostentar, se possível, os maiores méritos, ou ser dignos de ocupar cargos de tal responsabilidade, pela trajetória que acusem suas vidas.

O desejável é que o povo argentino acerte na eleição de seus governantes e dos que integrem o Congresso da Nação. Disso dependerá o futuro de um povo que aspira a ocupar o lugar que lhe corresponde na comunidade das nações, tanto de nosso continente como do mundo inteiro.

A MARCHA DA CONSTITUIÇÃO E DA LIBERDADE



No dia 19 do corrente foi realizada a Marcha da Constituição e da Liberdade. Ninguém suspeitou das proporções que assumiria uma manifestação organizada por um núcleo representativo dos diversos ramos das atividades políticas, sociais, intelectuais e econômicas do país.

Efetivamente, viu-se nesse ato, que assumiu todo um caráter nacional, o próprio povo confundido num só pensamento e num só sentir, marchando com decisão firme na grande coluna que partiu da Praça do Congresso e se estendeu até a Praça Francia, onde alcançou um sentido marcadamente simbólico.

Esse conjunto de forças cívicas, grandioso e harmônico, evidenciava o incontido desejo de manifestar uma aspiração comum. A cidadania inteira havia marcado encontro de honra nessa gesta formosa e inesquecível do dia 19 de setembro. Parecia como se um mandato da história chamasse a todos os argentinos sob a égide da Constituição Nacional e das leis, para cumprir com o dever sagrado de conservar os bens que nos legaram os que forjaram nossa nacionalidade.

A Marcha da Constituição e da Liberdade figurará entre os fatos históricos de maior significado e relevo espiritual de nosso país. Ela foi o pronunciamento único e definitivo de todo o povo da Nação. Somente cabe esperar que os dias futuros sejam para os argentinos dias de paz, de trabalho e de liberdade.

OS IMPERATIVOS DA CONSCIÊNCIA NA VIDA POLÍTICA DOS POVOS



Cada vez que acontecem perturbações graves na vida dos povos, seja em suas relações internacionais, seja nas de índole interna, deve-se buscar suas causas a fim de compreender o fundo dos acontecimentos. Isto, naturalmente, com a finalidade de determinar para a história o conjunto de circunstâncias que propiciou a alteração da ordem e de sua paz interna ou externa. Mas quando a perturbação ocorre em nosso próprio solo, como acontece hoje, e as circunstâncias que rodeiam os fatos estão longe de nosso alcance mental, é dever de todos os que vivem e se movem no cenário de nossa nacionalidade proceder a um exame prolixo e consciente do processo que culminou na anormalidade da vida institucional do país; e esta tarefa, mais que a ninguém corresponde aos homens que atuaram na direção da política argentina, até o instante em que deveram ser deslocados à força, em virtude do relaxamento de sua conduta cívica e governamental. Há que ter-se presente que antes de sobrevir os momentos críticos nas esferas de governo foi sempre o povo – não podia ser de outra maneira – que se pronunciou no sentido de demonstrar sua desconformidade com os homens que manejavam a vida pública da Nação.

No prazo de três lustros apenas, o país passou por dois tranSES difíceis, nos quais sua vida institucional sofreu bruscas mudanças. Referimo-nos às duas revoluções que depuseram governos considerados maus. A primeira delas, ocorrida em 6 de setembro de 1930, deveria ter servido de lição para os dirigentes dos grandes partidos políticos que há anos vinham atuando. Por algo foi realizada aquela revolução: pelas

práticas turvas colocadas em jogo na vida política do país; pelo desvio e pela corrupção das normas estabelecidas para o funcionamento normal das instituições; também pela indiferença com que os governantes recebiam as reclamações de seu povo e pelo desprezo à cidadania, que somente era requerida nos períodos eleitorais.

O período transcorrido entre a primeira revolução e o pronunciamento militar ocorrido em 4 de junho de 1943 devia haver sido utilizado pelos políticos em prol de um reajuste das condutas e das práticas políticas seguidas até esse momento; reajuste que devia significar um exame completo de todas as atuações e um constante corrigir erros e deficiências. Longe do poder fica muito mais fácil fazer essas emendas e, ao mesmo tempo, é possível aperfeiçoar os métodos da disciplina partidária, a fim de que os pronunciamentos populares, desde as eleições internas até as contendas cívicas de ordem nacional, tenham livre expressão.

Impõem-se, então, uma rigorosa seleção de valores e um não menos rigoroso imperativo de ordenamento e limpeza das atividades políticas, que, além de tornar factível a volta às funções de governo com nobres inspirações e positivos progressos, permitiriam obter novamente a aprovação e confiança do povo. Mas, infelizmente, não ocorreu assim, e os partidos que se sucederam no governo, em vez de aproveitarem a lição recebida, cuja transcendência abrangia toda a vida institucional do país, encolheram os ombros e continuaram com os mesmos sistemas e práticas de enganos e de fraudes, até que, uma vez mais, tiveram que experimentar a crua realidade de que não se ofende nem agrava impunemente a alma de um povo, porquanto este, cedo ou tarde, reage e se volta contra os impostores.

Agora nos achamos num dos momentos mais críticos da história argentina; momento de reflexão e de prova no qual, pelo fato de que se está jogando o futuro da pátria, todos os argentinos devem, como imperativo de sua consciência, estar presentes e unidos no mais alto ideal, que é o de prestar a contribuição de suas iniciativas, a fim de que a Argentina de amanhã conte com uma plêiade brilhante de cidadãos que saibam conduzi-la até seus mais altos destinos.

OS VÍCIOS DOS POLÍTICOS E A REAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS



Quando se analisa a psicologia dos homens que militam na política de qualquer país, adverte-se, com frequência, como são dominados, tão logo escalam as posições públicas de importância, por uma espécie de suficiência que resiste a toda ideia de superação, o que em outras palavras viria a ser a correção de seus defeitos. Daí que lhes tenha sido e siga sendo tão difícil corrigir-se, apesar das rudes lições que receberam, recebem e seguirão recebendo. E, efetivamente, de nada tem valido demonstrar-lhes seus desvios e seus erros; de nada lhes tem valido suportar o escárnio da ocupação inimiga de suas próprias pátrias, nem os cárceres nem os desterros. Apenas saídos da contenda, tanto na França como na Itália, como nas demais nações da Europa, sem excluir a Espanha, com seus governos e cortes ambulantes, os políticos de velha atuação voltam às suas andanças e aos vícios de sua equivocada política. Não lhes basta ver seus países sucumbir por culpa, precisamente, dessa política a qual eles renderam extremado culto, senão que, em nome de “patrióticas inspirações” pretendem retomar as rédeas do poder para continuar como se nada houvesse ocorrido no mundo.

Em nosso país, por exemplo, não foi suficiente a revolução de setembro do ano 30 para que os políticos corrigissem sua conduta e modificassem suas errôneas interpretações sobre o valor dos homens, das coisas e da própria pátria. A pouco mais de uma década, a situação não havia mudado e os políticos, orgulhosos e incorrigíveis, sem escutar a voz da realidade que todos e eles mesmos estavam vivendo; sem escutar nada nem ninguém, fazendo ouvidos surdos a toda mudança que

significasse uma superação de suas condutas, deixavam transcorrer os dias, os meses e os anos, sem se preocupar da evolução que logicamente devia propiciar para favorecer o progresso e o engrandecimento da Nação. Foi necessário que sobreviesse outra revolução e com ela a aceleração de todos os processos detidos nos Arquivos do Congresso, para que o país experimentasse a força de sua pujança, que se manifesta quando esta é encaminhada sem dilação para o cumprimento de seus grandes destinos. Mas tampouco bastou o movimento de 4 de junho de 1943, para que os velhos políticos, enraizados em suas antiquadas práticas, se convencessem de seus erros e desvios postos em evidência ante às exigências da hora que reclamava renovação de homens e de métodos políticos. Nada fizeram para cumprir com esse imperioso mandato da realidade.

Parece inconcebível ter que admitir que os vícios dos políticos sejam um mal incurável, que sejam mais fortes que a vontade dos homens e que perdurem neles até o final de seus dias. Os povos, e isto é o triste, devem sofrer, inevitavelmente, as dolorosas consequências desse mal.

Em “Nova Concepção Política” – obra editada em março de 1940 – dizíamos que: “A soberania política é possível quando está baseada no império das leis, no respeito à Constituição e na harmonia dos interesses do Estado com os do povo.” E que “a Argentina chegará ao apogeu de suas condições de nação soberana, quando suas riquezas, suas finanças e sua cultura estiverem em mãos de argentinos e se encararem com critério argentino os problemas nacionais. Logo, então, terá conteúdo real e possibilidades de traduzir-se em fatos tangíveis o anelo expressado no Preâmbulo de nossa Constituição, de assegurar os benefícios da liberdade para nós, para nossa posteridade e para todos os homens do mundo que quiserem habitar o solo argentino.”

“Mas esta liberdade que somente é possível dentro da estrutura democrática do Estado não deve ser confundida com a licenciosidade e o desvio. Impõe-se uma democracia política com conteúdo econômico e social, cuja verdadeira essência está na igualdade de oportunidades e na supressão dos predomínios de grupos; mas não uma democracia fraca e vacilante que tolere em seu seio os germes dissolventes da demagogia e da ditadura. Não. É toda uma necessidade propiciar uma democracia na qual seja assegurada, à base do sufrágio universal, secreto e obrigatório, a hierarquia por uma correta seleção, e se apoiem governos que, ao representar autenticamente a soberania popular, estabeleçam uma inflexível e férrea garantia de paz, ordem e progresso. Uma democracia que não constitua um meio termo entre os extremos de direita e esquerda, senão uma estruturação institucional cuja autoridade legal – emanada da soberania do povo – garanta o enérgico controle das atividades da Nação. O império total, indiscutível e absoluto da lei deverá reger tanto a atividade dos povos como a dos governos surgidos de seu seio.”

“Não se poderá adiantar muito em matéria política nem se remediarão os males que aparecem após o contínuo violar das leis e instituições, se não ficar proscrita para sempre toda prédica de fato ou de palavra que conspire contra esta estrutura legislativa que considero como a única compatível com a dignidade humana.”

“A base da vida argentina se apoia no lar e na família. Toda a vida política e social tem que buscar o supremo fim de reforçar os laços que mantêm unidos na família e nas tradições todos os habitantes do país, para o qual há que fortalecer a segurança e a independência de cada lar.”

“A América em geral e a Argentina em particular é terra onde os homens e as mulheres devem gozar das prerrogativas da riqueza não concentrada em mãos de uns poucos, senão estendida a todos; onde hão de poder construir e manter seus lares, dando a seus filhos as vantagens e oportunidades de uma vida ativa, intensa e genuinamente americana; onde todo homem há de ser respeitado na crença de que sua consciência e seu coração o dirigirão para o progresso onde o povo, liberado da pobreza e da incerteza, há de ter ocasião de alcançar uma vida mais completa e eficaz, se sentir-se impulsionado a isso.”

“Mas isto não deve limitar-se a um mero progresso material; é necessário liberar as energias e as mentes de homens e mulheres das monótonas tarefas diárias e encaminhá-las para uma esperança mais alta e para o mais alto fim. Os métodos e as soluções que sejam adotados serão discutidos, aceitos e aplicados enquanto a força orientadora vai aprofundando na consciência popular e encaminhando-se para a consecução de suas finalidades.”

“Com esta tocha à frente das forças populares, nenhum movimento verdadeiramente consciente e inspirado em profundas convicções poderá fracassar, e se seguirá em busca de uma Argentina sã de corpo, sã de espírito, livre dos ódios e paixões que gerou a política do passado, com uma visão de justiça social, política e econômica buscada além dos mais longínquos horizontes, com uma mentalidade aberta e com a generosidade patriótica que inspirou os grandes homens que nos deram Pátria, Trabalho e Liberdade” (páginas 62 a 65).

Como se pode apreciar no transcrito, e também em tudo quanto contém “Nova Conceção Política”, existiu com os homens da revolução de junho e, sobretudo com o cidadão que assumiu nestes dias a presidência da Nação, General Juan D. Perón, uma coincidência no pensamento monitor que guiou suas inspirações.

Na obra citada, após examinar fatos e situações da vida política do país, reclamávamos um movimento popular, cuja força viesse à luz “como expoente do anelo supremo das multidões” e “com a plenitude de suas energias juvenis, isenta de ódios, animada dos mais altos propósitos e com uma inquebrantável orientação para destinos superiores, e haverá de ser auspiciado desde o começo por uma poderosa corrente de compreensão comum sobre os problemas que angustiam a Nação, já que sua manifestação teria lugar numa hora histórica, de transição, pela qual devem passar os povos quando começam a ser adultos e na qual (como acontece com o indivíduo) aspiram a assegurar o porvir, positiva e definitivamente, para o bem da nacionalidade.”

“Este anelo de superação nacional deve animar até o último coração argentino, fazendo-o recusar abertamente todos os extremismos exóticos, alheios por completo ao nosso espírito e idiossincrasia e abraçar com fervor os princípios da nacionalidade e da democracia em sua evolução histórica; uma democracia enérgica, que possa chegar ao máximo da perfeição na consciência individual a fim de que não se subverta o regime das leis e dos sistemas das instituições.”

“A Constituição Argentina marca o final de uma etapa dolorosamente trabalhada sobre a alma nacional; mas com esta, também se inicia outra, impulsionada por princípios que, se bem conseguiram o desenvolvimento de um plano gigantesco, chocaram com a incompreensão das massas, a desorientação dos dirigentes e o plano inclinado da política internacional. É necessário, portanto, ajustar-se aos princípios fundamentais de nossa Constituição e reiniciar um trabalho inteligente, tenaz e construtivo.”

“O povo responsável e consciente deve propiciar a capacitação do cidadão argentino para que seja um elemento eficiente na sociedade e tenha a compreensão exata dos problemas que a inércia mental e a atonia cívica apresentam como vícios das instituições e dos governos.”

“O anelo de uma superação nacional deve ser uma necessidade ambiente e unânime e há de manifestar-se como a afirmação de múltiplas vontades unificadas num sentir comum, que aspire a enaltecer os valores humanos e ao engrandecimento da Nação, e como a respeito, no panorama social, político e econômico do país, se constata uma absoluta desorientação em todas as ordens, o momento não pode ser mais oportuno para animar um movimento que una todo o fervor patriótico do povo argentino e se apreste a fazer uma obra construtiva em exclusivo bem da vida nacional.”

“A vertiginosidade com que se sucedem os acontecimentos no Velho Mundo, as fases inquietantes do terrível conflito bélico que ali se desencadeou e que tanta repercussão causa aos demais países da terra, inclusive ao nosso, nos obriga a compreender que devemos nos preparar solidamente, aprofundando os princípios morais que hão de informar a consciência individual, consolidar efetivamente os direitos dos cidadãos, garantir os benefícios necessários para a vida coletiva, afirmar a fé no porvir e assegurar a todo argentino e a todo habitante do país, de Buenos Aires ao Cristo dos Andes, e desde A Quiaca ao Canal de Beagle, os postulados de uma democracia evoluída e convicta de seus destinos.”

“Ao exaltar o espírito de nossa nacionalidade para uma superação ampla de sistemas, métodos e práticas em todos os campos da vida no país, se conseguirá, como expressão inata de uma aspiração profundamente sentida, comover a consciência argentina que clama por uma reorganização substancial, nem tanto de princípios jurídicos, políticos e administrativos vigentes, senão da maneira de senti-los e aplicá-los, adaptando os órgãos do Estado às exigências da hora presente. Nesse sentido, nada melhor que proclamar o princípio da ordem, entendido como a submissão do povo e do governo ao império estrito e austero da lei.” (páginas 66 a 69).

Insistíamos também sobre o problema, ao reiterar: “É necessário que surja uma força nova; que se levante como um titã das entranhas do próprio povo e arraste multidões; incorpore as gerações novas à vida cívica e forme homens conscientes da hora histórica em que vivemos; patriotas que possuam a virtude de dar sem pedir nada; que não abracem a política para fazer dela um meio de vida, porque isto rebaixa as consciências e converte o postulante aproveitado em um mendicante dos postos públicos.”

“O que a pátria reclama é a contribuição desinteressada dos homens capazes que, com uma compreensão superior e amplidão de objetivos, destinem suas inteligências e energias a favor de seu engrandecimento em todos os campos.”

“A República Argentina é uma nação jovem; berço de heróis e patriotas de preclara inteligência. Sua tradição, que se entronca no nobre sangue hispânico, acusa uma trajetória vertiginosa ao longo de século e meio de formação histórica, tempo em que cobriu de glórias seu solo, imortalizando os nomes de seus filhos ilustres.”

“Ela não pode conformar-se com a recordação daqueles que lhe deram liberdade e independência. Espera que surjam novos valores, capazes de honrar a argentinidade e superar, se for possível, os esforços heroicos de seus antepassados.”

“A juventude argentina deve aprestar-se a colaborar nesta hora incerta, agrupando-se em torno dessa nova e poderosa força cívica que terá que gestar-se, como já disse, nas entranhas mesmas da Nação e ser original em sua conformação psicológica, vital em suas concepções genéricas. Força que, tomando o ensinamento da experiência mundial, faça evoluir a democracia, aperfeiçoando seus sistemas e detendo o extremismo, levando à consciência a necessidade de alcançar um ponto médio, central, unificante e harmônico, que acerque os entendimentos e conjure os males do século, cujos sinais mais salientes convergem num separatismo irredutível, provocado pela sugestão e o fervor de ideologias antagônicas – já se viu – mais na aparência que na realidade.”

“Como expressei, nenhuma época poderia ser mais propícia para a formação desta grande força cívica que a atual, e tudo faz prever que ela não tardará em manifestar-se à luz pública para unir a pujante juventude em um promissor trabalho construtivo, digno dos povos livres que seguem para a conquista de altos ideais pela senda do aperfeiçoamento e da paz.” (páginas 75 a 77).

Também expressávamos em “Nova Concepção Política” com toda a força incontestável da convicção, o seguinte: “O dia que surgir um novo partido político dirigido por uma plêiade de jovens conscientes e decididos a consagrar suas vidas à realização de uma obra de verdadeiras e grandes perspectivas históricas, a Nação Argentina dará um passo gigantesco, incalculável, que a elevará acima dos países civilizados do mundo.”

“A política atual se acha em mãos de velhos homens e ainda que se advirta neles as melhores intenções, duas coisas parecem impedir que possam satisfazer às exigências da hora presente: 1º) a série de compromissos contraídos com uns e com outros, que limitam suas decisões e absorvem suas energias; 2º) sua natural tendência a olhar as coisas, sobretudo os problemas que afligem o país, com certa indiferença, exceto raras exceções em que necessidades prementes requerem impostergáveis soluções da parte deles.”

“Quantos períodos presidenciais passaram e passarão, se continuar assim, sem que a Nação sinta os benefícios de uma pujante administração que faça florescer as indústrias em todos os âmbitos do país, convertendo essas zonas despovoadas e cheias de misérias que se estendem, desde o norte de Tucumán até os limites com a Bolívia e outras que vão do sul de Córdoba e chegam até a Patagônia, em verdadeiros empórios de riqueza e bem-estar?”

“É inútil pretender que o rendimento das velhas máquinas alcance a potencialidade da alma juvenil, superabundante de energia e propícia ao cumprimento de grandes e intensas atividades.”

“O progresso da República Argentina, ajustado ao ritmo que lhe imprimem os velhos homens de partido, cuja gravitação na vida nacional é inegável, resulta, indiscutivelmente, lento, mas pode acelerar-se muito, se utilizar essa extraordinária e inquestionável força que a tudo move e que se chama juventude. Por isso é necessário, e a própria juventude deveria reclamá-lo, em nome de sua própria existência, que se lhe ofereça a oportunidade de manifestar suas possibilidades de iniciativa e sua capacidade construtiva. Os mais velhos podem assumir o papel de conselheiros e instrutores para manter o equilíbrio e a harmonia que torna possível a conservação de todos os direitos, prerrogativas e princípios em que fundamentaram suas aspirações os povos que, em cada época, seguiram à frente da civilização.”

“Não desprezo o valor dos homens maduros, que num sentido ou noutro dirigem hoje os destinos da Nação, principiando pelos que assumem a responsabilidade do poder. Reconheço neles aptidões inegáveis como políticos e homens de governo; mas convenhamos que são poucos os que convergem essas aptidões num trabalho de constante empenho patriótico, para realizar as obras que desde tanto tempo reclama a consciência nacional.”

“Se os governantes se esforçassem para cumprir as promessas que fazem ao povo antes de assumir o governo, com toda certeza o próprio povo lhes ajudaria a resolver as dificuldades que se interpõem a seu cumprimento.” (páginas 220 a 222).

E em seguida dizíamos que “a única política feliz, verdadeira e durável é a que se inspira nas obras. Poderão criticar-se os erros de um mandatário, poderá a maioria desconhecer sua capacidade e condições pessoais, mas se seu governo cumprir o plano de trabalho a que se propôs, se aqui e ali se observa avanços e ao finalizar o período presidencial aparece um conjunto imponente de fatos que engrandecem a pátria, sua função pública haverá sido cumprida em alto grau e sua influência pessoal gravitará, indiscutivelmente, na política nacional como nível regulador das aspirações cidadãs.”

“Somente uma política construtiva que se plasme em obras importantes consegue arraigar-se na alma do povo.”

“Esperemos que isto ocorra nos tempos atuais, em que a política, longe de constituir uma verdadeira escola de florescimento patriótico, baseada nos mais altos objetivos de um ideal nacional, converteu-se numa espécie de monopólio onde uns poucos são filhos diletos e os demais, enteados.”

“Devem abrir-se, pois, um pouco mais as portas que dão acesso às funções públicas aos cidadãos de prestígio que se tornaram credores, por seu trabalho patriótico desde as salas de aula, desde seus gabinetes de estudo ou da cátedra livre na imprensa e nos livros, e também, aos que realizam esforços em prol do fomento da cultura, da indústria e do comércio.”

“O profissionalismo *ad usum* em política é o mesmo que a erva daninha em nossos campos: ocupa o lugar da boa semente sem cumprir nenhuma finalidade sã ou produtiva para o país e, além disso, por mais que se lavrem as terras, custa muito

desalojá-la quando já lançou suas perniciosas raízes. Entretanto, esse profissionalismo deverá ser extirpado o quanto antes da vida nacional, e com toda segurança, as finanças experimentarão uma saudável reação. A demagogia deixará de pesar, pelo menos em grande parte, no erário, e se se unissem as vontades partidárias num esforço superior, de nobre conquista cívica, se chegaria, possivelmente, até a implantação de severas normas para reger as atuações políticas; ou seja, os que aspirassem a atuar nela, adotando tal temperamento teriam que mostrar suas credenciais, isto é, sua folha de serviços, ou mais claro ainda, quais são seus méritos, em virtude do trabalho que houvessem realizado ou realizem em qualquer sentido.”

“Mas, enquanto se coloque em mãos de caudilhos ou dirigentes políticos um montão de postos, para que os ofereçam em suas ações de proselitismo, vãos serão todos os bons desejos e intenções de eliminar o postulante, que por influência de seus achegados ou amigos sabe que será um dos favorecidos pelo Orçamento Nacional.”

“Nunca será suficiente toda insistência no sentido de estimular o cidadão a se inclinar pelas profissões honestas, as oficiais, o comércio e a indústria, lavrando seu porvir graças a seu próprio esforço e inteligência. Compreenderá assim que de uma humilde ocupação se servirá mais à pátria do que de um cargo público mal desempenhado. Não obstante, é necessário que isto também seja compreendido pelos que assumam o poder, exigindo maior competência para os postos públicos, em vez de continuar com o velho costume de preencher as vagas com aspirantes inaptos, impostos pelos caudilhos ou com os que chegam ao gabinete presidencial, ministérios e demais repartições públicas munidos de fortes recomendações, tudo o que onera a economia nacional.”

“A República Argentina parece estar a ponto de experimentar uma transformação vital no conjunto de suas possibilidades internas.”

“Torna-se necessário um florescimento político, social, espiritual e econômico. Os três poderes do Estado devem acelerar seus movimentos e desenvolver a verdadeira atividade que lhes incumbe, para estarem em dia com as exigências da vida ultramoderna.”

“Os partidos políticos têm que organizar-se sobre as bases de um ideal patriótico que implique uma interpretação fiel das necessidades e anelos do povo argentino; têm que ter uma orientação definida e clara para disciplinar as massas e educá-las no civismo, a fim de que cumpram suas funções cidadãs como queriam os preclaros próceres da Independência Nacional”. (páginas 223 e 227).

Escrevíamos isto em março do ano 1940, ou seja, três anos antes que sobreviesse o movimento revolucionário de 4 de junho. Desde então, muitos são os acontecimentos que ocorreram em sucessão ininterrupta, sob as pontes da realidade que une o passado com o futuro, como muita foi a água que correu sob as pontes que unem uma região a outra, enquanto permitem que por elas transite o progresso em missão civilizadora.

Os fatos confirmaram hoje, quase em sua totalidade, as predições de nosso livro, em cujas últimas páginas seu autor expressava:

“Concebo uma democracia enérgica e ativa, capaz de realizar, sem as demoras que tanto prejudicam, verdadeiras obras de progresso, que corrijam os males e erros que carcomem a essência das instituições convertendo-as em estéreis armações que depois não servem, como deveriam, para amparar os direitos e os interesses da população.”

“Concebo uma democracia superior em seus destinos, que estimule e una o esforço dos cidadãos para obter a mais alta expressão da nacionalidade no conjunto dos perfis que se destaquem nos respectivos campos das atividades humanas, em contraste precisamente, com as democracias débeis, que isolam os sábios, dispersam o esforço individual e são indiferentes aos avanços e iniciativas dos que trabalham e lutam confundidos entre a multidão, por mais que suas figuras estejam por cima da consciência vulgar.”

“Concebo uma democracia generosa e reta, que enquadre as perspectivas cidadãs numa área de compreensão comum, reprimindo o abuso e o egoísmo enquanto propicia todo trabalho construtivo que tenda ao bem geral, em especial as que com maior relevo assinalem os traços mais proeminentes de nossa cultura nacional, como manifestação ou mostra do espírito que encarna uma nascente civilização.”

“Concebo uma democracia aperfeiçoada, que se mantenha fiel e firme em seus princípios soberanos, que elimine a corrupção e a fraude e sustente o império do direito e da justiça.”

“E por último, concebo uma democracia forte, que ordene a vida da Nação sob sábias normas que, conciliando a liberdade e o direito com os deveres e obrigações do cidadão, promova no espírito popular nobres reações que coincidam com as diretivas do governo, de modo que quando este faça um chamado à opinião, encontre sempre nela apoio e aprovação unânime.”

“Tudo quanto venho examinando e prevenindo no curso deste livro induz a pensar, sem lugar a dúvidas, que é iminente o surgimento de uma força cívica independente, que assuma todas as prerrogativas de uma superação nacional em todas as ordens da vida institucional”. (páginas 233 a 235). “Exortemos a juventude argentina, em cujas filas floresce cheia de entusiasmo a cidadania nobre e viril, a que propicie com todas suas forças a formação de um grande partido nacional, que una suas vontades livres e conscientes com as de todos os homens que anelem de verdade eliminar suas diferenças e predispor seus ânimos para participar nas altas tarefas que demanda a hora presente aos filhos da pátria.”

“A República Argentina reclama uma reorganização a fundo de suas instituições e um reajuste severo e minucioso de suas leis. Seu progresso e cultura assim o exigem, imperiosamente.”

“Toda demora em atender a uma necessidade tão profundamente sentida pela sociedade argentina prejudicará sensivelmente as bases sobre as quais assenta e se afirma hoje nosso sistema democrático.”

“O autor espera que a consciência nacional responda a este chamado e, em comum colaboração, se solucionem como devem solucionar-se todos os problemas que afetam profundamente a vida da Nação, para que ressurja a fé e a confiança em suas instituições e em seus homens. Desta maneira se afiançará solidamente a justiça como quer a Constituição Nacional, e os governos, no apogeu de seus mandatos, poderão conseguir os mais eloquentes elogios por seus acertos, suas obras e suas luminosas iniciativas para o maior progresso, prosperidade e felicidade da pátria, que

como disse no prólogo, saberá recompensar suas fadigas e desvelos nas páginas mais memoráveis de sua história” (páginas 235 a 237).

Tudo quanto cabe acrescentar agora a propósito das transformações que têm ocorrido nestes três últimos anos na vida política, social e espiritual da Nação é o anelo de que os problemas mais árduos e complicados que ainda devem ser encarados encontrem sua verdadeira solução na conciliação de todos os interesses em jogo, para que os filhos desta grande nação possam experimentar o grande e nobre regozijo de haver nascido nela e de ter contribuído para sua prosperidade e grandeza, e para que os filhos de outros países que habitem nosso solo experimentem também amplo regozijo, ao encontrar nele ambiente propício para viver em paz e desfrutar de todos os bens que ela prodiga.

Cabe augurar, pois, que as autoridades que hoje regem os destinos do país, saibam auscultar a opinião, não de uma parte, senão de todo o povo argentino, buscando nela sua melhor inspiração e mais eficaz colaboração para os futuros atos de governo. Impõe-se, em consequência, uma revisão de todo o atuado anteriormente a fim de corrigir qualquer deficiência que possa ter existido, e enquanto se corrigam e aperfeiçoem poderão achar-se soluções, talvez mais felizes, que conformem e tranquilizem a alma de todos os argentinos e habitantes da Nação.

PRINCIPIA PARA A ARGENTINA

UMA NOVA ERA POLÍTICA

1946 – 4 de junho – 1952



Com a assunção do mando pelos novos governantes que triunfaram nas eleições de 24 de fevereiro, General Juan D. Perón e Sr. Juan Hortensio Quijano, começa uma nova era política e um novo período constitucional. O povo argentino, que tantas decepções sofreu nestes últimos anos, espera que a gestão administrativa dos atuais mandatários possa cumprir-se, para felicidade de todos, em harmonia com o sentir e a aspiração geral.

Grande será a gesta a realizar se em sua consumação todos puderem estar presentes em suas respectivas esferas de ação, sem que ninguém seja excluído do amparo que por igual corresponde quando as leis são justas e contemplam as possibilidades, os direitos e as situações de cada um dos homens da família humana que habitam esta terra generosa de promessa e de honrosas e fidalgas tradições.

Em sua mensagem à Assembleia Legislativa, o novo presidente da República, após prestar o juramento, disse, entre outras coisas de suma importância que esboçavam seu programa de governo, que seu respeito à Constituição estava acima de tudo, por cujo restabelecimento havia empenhado sua honra e sua palavra e feito tudo o que estava ao seu alcance para apressar o restabelecimento da normalidade, manifestando que sua fórmula de governo concretizava-se “no interno: respeito absoluto à essência de nossa tradição e a nossas instituições, elevação progressiva da cultura

em todos os seus aspectos e melhoramento econômico de todos os habitantes; no exterior: manutenção inquebrantável, firme e intransigente de nossa soberania e cumprimento sincero de nossos compromissos internacionais”. Expressou também: “Encontro-me agora no momento mais transcendental e mais grave que pode pesar sobre um homem. Também no mais honroso porque para um argentino não pode existir nenhuma honra maior do que a de ver-se elevado, pela vontade de uma maioria de cidadãos, à presidência desta grande Nação, sucedendo nela a muitos próceres ilustres, cuja atuação mereceu o respeito de próprios e de estranhos e cuja recordação haverá de gravitar sobre meu pensamento e sobre minha consciência e haverá de inspirar não poucos de meus atos”. E prosseguiu solenemente: “O momento da luta passou para mim, porque sou e me sinto o presidente de todos os argentinos; de meus amigos e de meus adversários; de quem me acompanhou e dos que me combateram; dos que me seguiram de coração e dos que me seguiram por um acaso circunstancial; dos grupos que se encontram representados pelas maiorias das Câmaras e dos que estão em minoria. Também dos que, por causas que não me corresponde examinar, ficaram sem representação parlamentar”.

Isso é, de todo ponto de vista, auspicioso, porquanto, dada a transcendência deste novo período constitucional, o povo inteiro da República esperava uma manifestação assim para poder colaborar, sem exceção de um só de seus componentes, com o maior entusiasmo e tendo como objetivo máximo a prosperidade e a grandeza da pátria.

Pareceria desprender-se das palavras do Primeiro Magistrado, que são todo um pronunciamento definitivo de seu pensamento, que uma de suas maiores preocupações será a de aperfeiçoar a estrutura orgânica do país, eliminando em tal forma, em colaboração com o Honorável Congresso da Nação, as deficiências que possam existir nas leis ou decretos, para alcançar o máximo de aperfeiçoamento em benefício da Nação. Não outra coisa parece significar, ao dizer que: “o período de prova que acabamos de franquear destacou a verdadeira magnitude de certas deficiências de nossa estrutura econômica, cuja correção deve ser encarada sem improvisações nem dilatações; fugindo, além disso, de uma burocratização que poderia pôr as forças econômicas em perigo de ser asfixiadas”.

Ao falar sobre a justiça social expressou: “chegará a todos os lares, em vez de passar indiferente ante a porta dos humildes, dos que mais necessitados estão dela”. Mas advertiu também que “esta justiça, que se encontra em débito com os que até agora não a desfrutaram, não será em desmedro de nenhum outro direito legítimo. Se assim fosse, seria arbitrariedade e não justiça”.

Esplêndida manifestação de equanimidade que colocará o Primeiro Mandatário, ao cumprir este objetivo, em sólida posição frente à expectativa de seu povo.

Outra afirmação que mereceu unânime aplauso é a que se refere à ordem jurídica e administrativa: “O incessante progresso da Nação demanda levar à esfera das realizações novos princípios de ordem jurídica, administrativa, técnica e econômica. A necessidade destas realizações não deve ser confundida com o afã de inovar caprichosamente ou edificar novas estruturas pelo simples prazer de criar órgãos inúteis ou estabelecer instituições supérfluas. Os novos fatos sociais, políticos e econômicos exigem uma plasmação concreta no campo das realizações, mas devo advertir que considero prejudicial avançar um só passo sem que esteja bem assentado o anterior. Estou convencido de que nada prejudica tanto as bases da vida econômica como as mudanças bruscas na legislação, porque impedem formular as previsões que aumentam os estímulos e impelem a vontade individual. A adaptação dos princípios revolucionários ao corpo nacional de leis deverá fazer-se pausadamente, a seu tempo e ocasião, se se quer conseguir a máxima estabilidade na condução da nave do Estado”.

Disse mais adiante ao expor seu pensamento acerca da honradez administrativa: “Antes de tudo, manifesto meu fervoroso desejo de impedir as corrupções administrativas e exigir estrita honradez na gestão dos negócios públicos. Para consegui-lo terei de obter de meus colaboradores na função executiva, desde os mais altos até os mais modestos, uma correção que sirva de exemplo aos cidadãos. Para isso encareço a todos e especialmente aos legisladores, que observem e denunciem – sem paixões partidárias e com clara noção de responsabilidade – todas as transgressões à ética que advertirem na conduta dos funcionários, prestando-me assim a mais estimável das colaborações. Por minha parte, declaro que estou disposto a buscar até o limite máximo que permitam minhas atribuições presidenciais, e a denunciar ante a opinião pública toda falta comprovada que, nessa ordem de coisas, chegue ao meu conhecimento, qualquer que seja o Poder do Estado em que apareçam cometidas. Quero que meu governo seja, por assim dizer, ‘escola de ética política e administrativa’ que transcenda à conduta dos partidos políticos. Com tal intensidade desejo esta ‘moralização dos costumes políticos’ que se bem considero devemos nos esforçar em manter a confiança popular pelo acerto que sempre acompanhe a nossa obra de governo; não vacilo um só instante em afirmar meu convencimento de que ‘seria preferível ver o poder em mãos de nossos adversários, que incorreremos nós em qualquer claudicação’”.

“As forças cívicas que me têm acompanhado nesta hora de emancipação cidadã enfrentam a prova decisiva que o exercício do governo comporta. Esta transitória jornada, elo de história, não é conjunta para privilégios ilegítimos, senão fonte de obrigações inevitáveis, cujo cumprimento será garantia de responsabilidade e hierarquia.”

“Para que o movimento de opinião triunfante seja expoente das aspirações do povo argentino, para que nossa obra seja fecunda em grandes construções

nacionais, devemos afiançar firmemente os postulados morais, depurar nossa parte de fraqueza, pessimismo e irradiar a ação dignificante de nossa própria integridade.”

“O ideal democrático de nossa Carta Fundamental se baseia no respeito às divergências ideológicas e doutrinárias, enquanto elas se inspirem em ideais e deveres profundamente argentinos. Aspiramos a que todos os que nos combateram no campo, animados pela mesma inteireza e fortaleza moral que constituem nossa força, coadjuvem para enobrecer a contenda política, transformando-a em construtivo fator de unidade, em coesão de aspirações, para o bem da pátria e a dignificação dos costumes políticos. Quanto mais nos aproximemos desta meta de perfeição, mais próximos nos encontraremos do coração de nosso povo e mais firmes serão as bases sobre as quais se deve edificar a obra comum”.

O Presidente se referiu depois ao espírito de justiça, manifestando que “paralelamente à honradez haverá de estar a equanimidade no governante, refletida em seu amor à justiça. No que a mim diz respeito, ponho o espírito de justiça acima do Poder Judicial, que é requisito indispensável para a prosperidade das nações; mas, entendo que a justiça, além de ser independente, haverá de ser eficaz e não poderá ser eficaz se suas ideias e seus conceitos não sigam no compasso do sentimento público. Muitos elogiam nos tribunais de justiça seu sentido conservador, entendendo por isso que defendem o tradicional, pelo simples fato de sê-lo. Considero isso um erro perigoso, tanto porque pode pôr em oposição a justiça e o sentimento popular, quanto porque ao longo do tempo causa um organismo ancilosado. A justiça, em suas doutrinas, haverá de ser dinâmica e não estática. De outro modo se frustram respeitáveis anelos populares e se entorpece o desenvolvimento social com grave prejuízo para as classes trabalhadoras. Estas que são, naturalmente, as menos conservadoras no sentido usual da palavra, ao ver como se lhes fecham os caminhos do direito, não têm mais recursos que pôr sua fé nos procedimentos da violência”.

Diz em outros parágrafos de seu discurso: “É dever de todo governante cuidar da cultura de seu povo como o depósito mais precioso que se vai transmitindo de geração em geração. Não creio que nesta ideia básica possa haver discrepâncias; mas podem ocorrer nos métodos para seu cumprimento. O meu haverá de se dirigir tanto em sua ânsia de profundidade como em um anelo de extensão, e isto, não somente na ordem do ensino teórico, mas também da prática, tão abandonada até o presente. Parece-me que nenhum trabalho pode oferecer um caráter mais democrático que o de tornar acessíveis os estudos superiores até para as classes mais modestas. As universidades não hão de ser o recinto dos que queiram estudar ou dos que economicamente podem fazê-lo, senão dos que o mereçam por seus dotes intelectuais, mesmo que não o possam economicamente. A capacidade e não o dinheiro há de ser a chave que abra a todos os cidadãos as portas da ciência”.

“Poderia parecer ociosa qualquer alusão ao meu propósito de ser um fiel guardador da ordem pública. A tranquilidade material, tanto como a pacificação

espiritual são condições indispensáveis para a convivência, como o é a lei para a organização da sociedade. A ordem frutífera não nasce da força, mas sim da justiça. Anteporei sempre esta virtude àquele poder. Desejo ardentemente que, competidos todos da excelência da paz social e da tranquilidade pública, o período presidencial que hoje se inicia desconheça os estragos da violência. Não obstante e sem que se me interprete como desafio ou ameaça, senão para que sirva de sã, previsora e cordial advertência, serei inflexível com os que pretendam desconhecer o império da lei ou conculcar a ordem constitucional”.

Finalmente reafirmou sua fé na comunidade harmônica das nações, em cuja consolidação contribuiria com todo o vigor e desinteresse que caracterizava a tradição do povo argentino, afirmando que “A Argentina condensou todo o direito internacional público na frase: ‘a vitória não outorga direitos’. Esta frase envolve o conceito de que nós argentinos defendemos nossos direitos com o sacrifício de nossas vidas, mas uma vez que o fazemos prevalecer, não ambicionamos nada dos demais. Consequência desta posição espiritual é que sempre temos procurado resolver convencionalmente os conflitos existentes ou possíveis, os problemas presentes ou futuros. Elegemos com plena liberdade o que corresponde a um país livre, o caminho que no terreno internacional era mais conveniente para os interesses pátrios; mas uma vez feita a escolha, nossa conduta tem seguido uma trajetória reta. Se a incompreensão alheia ou as paixões descarriladas, que se dão nos povos como nos indivíduos, têm pretendido em alguma ocasião atacar-nos – possivelmente por sustentar critério próprio e não querer ceder ante exigências estranhas –, podemos hoje afirmar com satisfação que se iniciou a corrente retificadora e que não passará muito tempo sem que todas as pessoas reconheçam que nenhuma nação nos avantajou no cumprimento dos deveres que os compromissos contraídos nos impõem dentro de nossa ordem constitucional e legal”.

Dada a transcendência deste pronunciamento, cujas partes fundamentais transcrevemos, não duvidamos que seja como o preâmbulo da obra que se propõe a realizar o novo governo de nosso país e não duvidamos, tampouco, que nesta ordem de ideias em que todos são chamados a colaborar para o bem do país, ninguém negará sua colaboração, como não negou nunca ninguém em nossa terra a toda obra cujos objetivos foram o bem geral, o progresso e a grandeza da Nação.

UMA NOVA ENTIDADE CÍVICA

O Clube do 53



Acaba de ser fundada nesta capital uma entidade que, conforme seus enunciados, propenderá à difusão e defesa da Constituição Nacional. Neste sentido foi dado a conhecer um manifesto que por seus louváveis propósitos patrióticos transcrevemos em seguida:

“Com o propósito de criar uma relação entre o maior número de pessoas residentes na Capital Federal e no interior da República que coincidam no respeito e na necessidade de exaltar os princípios constitucionais que fundamentam idealmente nosso sistema institucional, foi resolvida a fundação do Clube do 53.”

“Sua ação propenderá a difundir os conceitos básicos de nossa Carta Fundamental, fazer conhecer o pensamento dos cidadãos que atuaram em sua elaboração e estimular a presença ativa do povo na vida intelectual, moral e política do país”.

“Essa determinação foi tomada numa numerosa assembleia que congregou homens representativos das mais diversas atividades. A presença de intelectuais, trabalhadores, comerciantes, industriais, professores, estudantes, profissionais e homens pertencentes a diversos partidos políticos deu ao ato características singulares de afirmação cívica, coincidindo por unanimidade nos propósitos que se concretizaram na seguinte declaração:

“A Constituição não foi o fruto de um debate acadêmico. Foi elaborada em quarenta anos de lutas contra a opressão de fora e de dentro. Foi a expressão de aspirações sentidas confusamente pelas coletividades dispersas no vasto território, mas que ao longo do prolongado período de gestação, determinaram por fixar-se em forma inequívoca. Custou muito sangue. Foi derramado generosamente pelos filhos desta terra e pelos homens que chegaram de outras terras distantes e que com os primeiros se identificaram, lutando para que na nossa, regessem os princípios de liberdade e igualdade que dignificam a vida do homem.”

“Sabedoria dos constituintes foi recolher essas aspirações confusas, esclarecê-las, harmonizá-las e projetá-las para o futuro, encaminhando-as para normas de organização estatal flexíveis que, longe de sufocar, estimularam a ação do habitante, assegurando-lhe o exercício dos direitos do homem sem outras restrições que as impostas pela lei e a moral.”

“Resultado da primeira etapa de um processo histórico, a Constituição fixou, por sua vez, princípios indeformáveis de acordo com os quais haveriam de desenvolver-se as etapas subseqüentes.”

“Sua aplicação não foi sempre impecável. As transgressões e deformações frequentes, ao longo de quase cem anos de vigência, não debilitaram, entretanto, sua estrutura e conteúdo. Tampouco seus criadores abrigaram a ilusão de que ela havia de impor-se sem tropeços sobre a barbárie. Por isso foi que previram o período das recaídas fulminando com o anátema mais duro os governantes que desertaram de seu cumprimento.”

“Ao amparo dos direitos que a Constituição garante, o país se transformou. O cidadão, tal como ela o concebeu e dotou, soube realizar a obra que, apesar de sua imperfeição, nos orgulha e poderá realizar no futuro suas aspirações mais legítimas, ora seja na ordem econômica, ora na cultural, se é que tem a fortuna de atuar sem pausa mas sem pressa, dentro de uma estrita ordem constitucional.”

“A doutrina do constitucionalismo, que é, em definitivo, o que exaltamos, supõe essa ordem institucional assentando sobre a base estável e firme da estrutura republicana, da forma federal e do conteúdo democrático.”

“Da estrutura republicana, uma vez que ela somente admite a existência de faculdades limitadas, exercidas competitivamente e em recíproca interdependência pelos três poderes que formam o governo.”

“Da forma federal, enquanto ela só confere ao governo da Nação poderes delegados pelas províncias.”

“Do conteúdo democrático, considerando que o sujeito de toda legislação é o indivíduo, cuja vocação se deve descobrir e proteger, assegurando sua independência e liberdade, estimulando seu valor civil e nutrindo sua personalidade seguindo os métodos esclarecedores da razão e do amor.”

“A harmonia social que se busque fora desta ordem institucional e conceitual consagrada pelos homens do 53 será sempre efêmera.”

“Por isso queremos fazer saber a obra desses homens, difundir os ideais em que ela se inspira, os princípios que sustenta e as possibilidades que abre.”

“Proclamamos como dever inescusável e urgente voltar ao culto dos princípios essenciais da Constituição. Foi o de nossos antepassados. Deve ser o nosso.”

“É a forma de defendê-la. Estamos seguros de que o país o compreenderá. Por isso nos reunimos no Clube do 53, que será uma associação de homens e de mulheres livres.”

“Acima dos matizes partidários, com um austero sentido patriótico e altas miras políticas, sociais e filosóficas, decidimos nos constituir em forma permanente para atuar na Capital Federal, Estados e Territórios, com as seguintes finalidades:

- “I. Exaltar constantemente no país o respeito e a observância dos princípios republicanos, federais e democráticos proclamados pela Constituição.”
- “II. Auspiciar toda iniciativa que tenda a resguardar e manter a liberdade, fonte moral da justiça e da dignidade humanas, que a Constituição consagra ao fixar os direitos e as garantias individuais, e cuja interpretação deve manter-se dentro desses princípios.”
- “III. Propender ao aperfeiçoamento ético de nossas práticas políticas, única forma de chegar ao melhor governo da sociedade e a uma harmônica convivência.”
- “IV. Estudar a vida dos grandes argentinos que contribuíram para unificar e organizar a Nação; difundir em conferências e publicações tudo o que possa contribuir para o melhor conhecimento de sua obra e preparar desde agora na Capital Federal, províncias e territórios, a realização de atos que, por ocasião do próximo centenário da Constituição, reflitam a gratidão do povo argentino para com os próceres da ação libertadora que culminou na batalha de Caseros e seu firme propósito de continuar essa obra adequando-a ao ininterrupto fluir da vida humana.”

Tudo, pois, que tenda a exaltar as virtudes dos homens e a bondade de nossas instituições pelas quais se rege nossa vida democrática é plausível e deve ser auspiciado como dever moral e patriótico.

É de confiar em que a nova entidade possa cumprir com a finalidade enunciada, trazendo assim uma contribuição a mais aos esforços que todo o povo argentino realiza para superar as dificuldades de diversas índoles, que sempre se devem enfrentar no caminho do aperfeiçoamento e da paz espiritual dos povos.

V. IMPRENSA, ARTES E LITERATURA

O CINEMA

Sua influência sobre a cultura dos povos



Começam a notar-se já os primeiros sintomas característicos que precedem às grandes mudanças psicológico-mentais de uma civilização nascente. A passada deu tudo o que poderia dar, mas seus frutos, depois de amadurecerem, parece que somente serviram para saciar as paixões, e não para serem conservados como alimento moral do futuro.

O último quarto de século bem pode dizer-se que foi o último quarto de hora de uma humanidade que viveu entre a embriaguez do afago, em todos os aspectos que a licenciosidade lhe oferecia, e o temor que experimentava, como inato pressentimento de perder o tipo de vida que tinha adotado.

Tem-se a sensação de que no mundo ninguém dava importância à alarmante decadência da moral humana. A familiarização constante com tudo aquilo que havia causado horror às gerações do passado tornou insensível o pudor das pessoas até o ponto em que, com uma rara inconsciência, permitiu-se que a juventude e a infância participassem de tal familiaridade. Assim, por exemplo, tivemos (e ainda não deixamos de tê-lo) os filmes que se constituíram no veículo mais propício dessa vinculação íntima com a infinidade de coisas que a sobriedade de antigamente proibia ou cuidou muito bem de afastar da vista e do conhecimento da juventude, a fim de manter o candor da infância, até que o próprio discernimento suprisse, pelo menos em parte, as funções de resguardo que são indispensáveis ao ser, para não extraviar-se ante a presença de dilemas que, relegados já ao seu juízo, seria obrigado a resolver.

No mês passado chegou ao nosso país o Sr. Douglas Fairbanks, pessoa de sólido prestígio no ambiente cinematográfico de Hollywood, que veio

com a missão encomendada especialmente pelo presidente Roosevelt de recolher “as opiniões e sugestões dos governos e do público dos países que está visitando, com a finalidade de tornar mais valioso o papel que desempenham as artes teatrais como veículo provável para construir um melhor entendimento interamericano”. Além disso, e isto é ao nosso juízo de suma importância, o famoso ator de filmes “propõe-se a investigar a forma em que o governo dos Estados Unidos e a indústria cinematográfica daquele país poderiam cooperar para tornar o cinema um instrumento mais eficaz para transmitir modalidades de vida mais compreensíveis, de uma maior e mais profunda solidariedade humana”.

Este passo, cuja inspiração se deve ao grande estadista americano que atualmente rege os destinos de nosso continente – porque nesse plano o colocaram as circunstâncias e o unânime sentimento de todo o Novo Mundo –, não pode menos que merecer nosso mais caloroso aplauso, pois é precisamente sobre este tema que nos ocupamos há anos em outras publicações, nas quais assinalávamos pontos totalmente coincidentes com o pensamento que presentemente anima o propósito, louvável de todos os pontos de vista, do primeiro mandatário dos Estados Unidos.

Todo filme que tenda a consolidar a cultura, a exaltar a inventiva humana, a proporcionar momentos de sã expansão ao espírito, a documentar fatos históricos que estimulem o exemplo e nos mostrem uma superação constante do engenho na arte de reproduzir imagens da vida real ou imaginária haverá de encontrar o auspício pleno de toda a sociedade humana.

Seja, então, este anelo comum cumprido com a rapidez que sua importância exige e se dará um grande passo para a reconquista de muitos valores e virtudes, que em nossos dias brilham por sua ausência no seio dos povos civilizados.

O TEMPLO DO PENSAMENTO



A República Oriental do Uruguai caracteriza-se no conjunto das nações americanas por seu homogêneo e sólido espírito de cultura, o qual se traduz em múltiplas manifestações.

Entre outros aspectos, destaca-se o trabalho de seus artistas plásticos e de seus técnicos; pintores, escultores e arquitetos que estão chamando justamente a atenção pela originalidade e beleza de suas concepções. A formação cultural e científica é algo que tem preocupado e segue preocupando profundamente as autoridades do país vizinho; suas faculdades e escolas desenvolvem um trabalho fecundo e digno de elogio. A Faculdade de Arquitetura, por exemplo, vem formando uma série de arquitetos altamente capacitados para sua função.

Como expressão do esforço de superação que efetua essa casa de estudos, temos à vista um volume dos “Anais” da referida instituição, onde constam alguns dos trabalhos realizados sob a direção de eminentes professores e sobre diversos temas: “Refúgio à beira de um parque”, “Edifício para um posto policial”, “Um cinema e negócios”, “A galeria de um instituto de humanística” e outros. Entre os assuntos do curso superior de Composição, chama a atenção um intitulado: “O templo do pensamento”, desenvolvido sob a direção dos professores-arquitetos M. Cravotto e J. P. Sierra Morató. No volume constam publicadas as plantas e vistas em perspectiva dos trabalhos que mereceram maior avaliação.

O acerto na forma de encarar tão importante tema está assinalado nestas palavras formuladas pelos referidos professores e que precedem os mencionados trabalhos:

“Passaram milênios, e parece que não se conseguiu nenhum aperfeiçoamento da alma humana. Ciclicamente, o passional coletivo tem

diminuído a importância do sentimental, do intelectual, estes orientados pelo caminho do bem.”

“A época em que vivemos, escrava da máquina que o próprio homem criou para uma pretendida salvação, é o instrumento mais perfeito do egoísmo e da exploração. Ciclo de domínio técnico na paixão de mando. Somente resta ao homem um caminho claro. Voltar a empreender as virtudes da simplicidade do pensar, as virtudes que provêm do espírito.”

“As grandes obras de arte, sinfônicas ou plásticas, são uma versão da verdade aninhada na alma do gênio e dada aos homens numa forma estrutural do pensamento.”

“Partenon, 9ª Sinfonia de Beethoven, afrescos de Giotto!

“Um pequeno país crê ainda na redenção humana e realiza em forma repetida obras conducentes à elevação espiritual.”

“Uma dessas obras é: ‘O Templo do Pensamento’.”

“Está implantado numa cidade capital, numa zona que predisponha a pensamentos nobres.”

“Deve ser uma unidade arquitetônica desde seu exterior até seu interior.”

“Este interior é o tema do Curso Superior da Composição. Deve cobrir uma superfície livre não maior de 2.500m², podendo existir colaterais ou outros elementos de composição em níveis diferentes.”

“Este grande espaço, dentro do qual podem caber versões arquitetônicas, escultóricas e pictóricas de símbolos do pensamento, este grande espaço onde o homem poderá instalar-se em pontos fixos ou vagar elevando seu espírito, esse é o templo do pensamento.”

INFORMAÇÕES DIVERSAS



Da Academia Nacional de Belas Artes

Esta prestigiada instituição, sob a presidência de seu titular, o doutor Eduardo J. Bullrich, acaba de aprovar a ata da eleição do primeiro acadêmico correspondente, que é o Presidente da Comissão Nacional de Belas Artes do Uruguai, senhor Raúl Montero Bustamante. Cabe destacar que essa designação foi feita pelo voto unânime dos acadêmicos presentes, como uma distinção ao senhor Montero Bustamante por sua brilhante atuação em favor da cultura artística do país e seu trabalho de aproximação entre os artistas argentinos e uruguaios.

Do Círculo da Imprensa

Sob a proteção geral o Círculo da Imprensa dispôs-se a criar um instituto de estudos do jornalismo argentino, com a finalidade de que atue como um órgão permanente de informação e investigação de todo o relacionado com as origens e o desenvolvimento do jornalismo nacional e dos homens que atuaram nele desde os tempos do Vice-reinado até os dias atuais.

A Comissão Diretiva do mencionado instituto foi integrada pelos sócios do Círculo da Imprensa e pessoas de notória experiência histórica. Preside o órgão o senhor Miguel A. Fulle em seu caráter de presidente do referido Círculo, sendo designadas para os demais cargos respectivos, as seguintes pessoas:

Vice-presidente, senhor Rómulo Zabala; secretário, senhor Raúl S. Fernández de La Puente, e tesoureiro, doutor Luis R. Praprotnik. Os outros membros são os senhores Ismael Bucich Escobar, Juan Canter, Juan Farini, Enrique de Gandía, Carlos Heras, doutor Ricardo Levene, Ernesto Marsili, doutor José Oría, Justo Pallarés Acebal, A. Pérez Valiente de Moctezuma, Ricardo Piccirilli, doutor Angel J. B. Rivera, José Torre Revello, doutor Enrique Udaondo, doutor Alejandro Uzain e doutor Juan Valmaggia.

Esta Comissão Diretiva, numa reunião realizada posteriormente à data de sua criação, acordou realizar um plano de trabalho consistente de um estudo integral

sobre o jornalismo argentino; a preparação de um índice de jornais, começando por “La Gaceta”; de um dicionário bibliográfico de jornalistas; a reedição de jornais de valor documental ou históricos; a antologia do jornalismo; a edição de um repertório de jornais argentinos; a organização de uma grande exposição da Imprensa; organização de ciclos de conferências; a edição de um guia anual de diários, periódicos e revistas, e um estudo dos aspectos jurídico-legais da liberdade de imprensa e de questões jornalísticas, com recopilação de leis, jurisprudência e antecedentes sobre a matéria.

Chegou também ao nosso conhecimento que o Círculo da Imprensa realizará em 28 do corrente mês uma Assembleia Geral Extraordinária a fim de considerar a transferência do terreno da Rua Corrientes 327 a 343, feita pela Prefeitura Municipal da Capital, com destino ao novo edifício da entidade, e considerará também um projeto de autorização à Comissão Diretiva para investir aproximadamente o valor de \$ 60.000, na construção de outro panteão no cemitério do Oeste, num terreno cedido pela Prefeitura.

A EXPOSIÇÃO DOS QUADROS DO PINTOR BLANES



Auspiciada pelo Instituto Cultural Argentino-Uruguaio, foi apresentada no Museu Nacional de Belas Artes uma mostra dos quadros do pintor Juan Manuel Blanes, que já havia sido realizada no Teatro Solís de Montevideu durante o mês de junho próximo passado.

Conseguiu-se reunir nela uma ampla série de quadros pertencentes a coleções oficiais e particulares da Argentina e do Uruguai. Tal profusão de obras, fruto de cinquenta longos anos de incansável produção artística, embora permita apreciar diversos trechos da trajetória cumprida pelo artista uruguaio, faz ao mesmo tempo ser notória a falta de algo que, perdoe-nos a exigência, poderia haver sido previsto: a seleção. Talvez com isso, além de facilitar a apreciação do público, se houvesse honrado melhor ainda a memória do ilustre artista.

Como bem fez ressaltar um qualificado cronista metropolitano tem esta exposição um profundo sentido americanista – cabe destacar a este respeito o trabalho desenvolvido pelo Sr. Raúl Montero Bustamante, a cuja iniciativa e esforço deve-se este acontecimento artístico –, pois Blanes não foi única e exclusivamente um pintor de e para sua pátria. Argentina, Chile e Brasil o aplaudiram e o consideraram tanto como aos seus conacionais.

Nas seis salas que a exposição ocupou, nosso público pôde apreciar, desde o quadro enorme até os pequenos estudos – dignos estes de figurar entre a melhor nota da mostra –, desde o retrato e a cena familiar, até a espetacular carga de cavalaria popularizada pelos livros de texto das escolas rioplatenses. Não a paisagem, porque Blanes não foi paisagista. Vemos os imperfeitos ensaios de sua mocidade, seus trabalhos da época de 1863, por ocasião de sua primeira viagem a Florença, o celebre “Episódio da febre amarela” e a não menos mentada e discutida tela dos 33 Orientais da Agraciada, para cuja execução conta-se que o exagerado detalhismo do pintor fez trazer areia da histórica praia, detalhismo por outra parte esquecido ao pintar o Estado Maior de Santos no centro da Praça Independência de Montevideu, com um monumento ao General Artigas, que nessa época ainda não existia.

Blanes consegue, indubitavelmente, suas melhores telas nos retratos e abordando temas camponeses. Destaca-se entre eles o de seu irmão Mauricio.

Tem o artista uruguaio, sobretudo, o mérito inegável de haver legado ao futuro uma visão exata do ambiente que o rodeou: a Montevideú da segunda metade do século XIX.

Digna de todo elogio, repetimos, é esta expressão de americanismo, que nos mostra uma vez mais o esforço do Instituto Cultural Argentino-Uruguaio por estreitar os vínculos de confraternidade rioplatense.

A MISSÃO DO JORNALISMO ELEVADO

É um sacerdócio que deve ser exercido com pleno conhecimento da responsabilidade



A guerra, na qual os armamentos não são mais que o instrumento do qual se valem os homens para impor suas ideias, tem demonstrado atualmente, uma vez mais, que o papel que desempenha a imprensa é fundamental na vida dos povos. Quando esta se prostitui ou é obrigada a servir única e exclusivamente aos governos absolutistas, cessa instantaneamente de cumprir as elevadas funções de sua grande missão.

Sabe-se que os grandes jornais são os que levam ao ânimo popular a palavra influente que orienta as massas e que, conforme sejam as diretivas que imprimam às suas publicações, movem o pensamento delas para o caminho da paz e do progresso ou para as sendas tenebrosas do extremismo e da guerra. Mas isso não é tudo; estes órgãos do jornalismo são os que formam, não a consciência dos povos, como se diz vulgarmente, já que esta é a que menos acusa sinais de vida, senão a opinião sobre cada caso em que, necessariamente, o critério sustentado deve ser robustecido pela força que implica a expressão pública manifestada em todos os círculos e ambientes. São também os que enaltecem ou levam ao descrédito pessoas ou instituições; e aqui não podemos dizer, certamente, que o espírito de bem ou de justiça seja quem inspira sempre a pena jornalística.

Entendemos que a função específica da imprensa elevada deve ser, mais que a de censor implacável, a de conselheiro ideal. Por isso o jornalismo deverá ser exercido com plena consciência da responsabilidade

que implica responder à confiança que lhe outorga o público leitor. A alma do jornal, diremos assim, é a parte editorial, onde a direção expressa seu pensamento e faz que este sirva de orientação à opinião. É, pois, a essa parte, à qual nos referimos particular e especialmente.

Se tomarmos os principais jornais de nosso país, veremos que cada um contém, diariamente, cinco ou seis editoriais que, a nosso juízo, não são suficientes para o número crescente de problemas e assuntos de capital interesse que há que enfrentar e sobre os quais é necessário insistir no decorrer dos dias.

Dir-se-á que os articulistas têm demasiado trabalho para ocupar-se em duplicar suas preocupações, o que aumentaria ao mesmo tempo o trabalho dos diretores. Nesse caso, um novo gênero de colaborações poderia ser de suma utilidade e uma participação de críticos daria a pauta, pois os que comprovassem um domínio, se não pleno, pelo menos respeitável da matéria, tomariam a seu cargo uma seção na qual se desenvolvesse um importantíssimo trabalho de colaboração, não só dos poderes públicos que seriam os encarregados de ler, com a mais viva atenção, esses comentários críticos e adotar as medidas que julgassem convenientes para solucionar problemas ou corrigir deficiências prejudiciais ao povo, senão da própria população afetada por tais problemas ou deficiências, sejam administrativas ou de qualquer ordem ou índole que for.

O trabalho crítico não deve limitar-se a assinalar o problema, a questão ou deficiência que se observe em tal ou qual circunstância ou emergência; deve também concretizar com são critério construtivo as possíveis soluções ou meios que poderiam arbitrar-se para aperfeiçoar tudo aquilo que exigisse um reajuste saudável.

Há mais ainda; a imprensa elevada que, apesar de tudo, não deixa de ser a condutora do pensamento popular, deveria dedicar uma permanente atenção à orientação da juventude e do cidadão mesmo, a fim de conduzi-los para um destino melhor.

O fomento da sã cultura mental e moral, o estímulo ao estudo e ao trabalho facilitado pela equitativa distribuição do esforço, e o necessário amparo que há de oferecer-se às sãs aspirações, contribuiriam enormemente para interessar a mente dos jovens em lavar seu

porvir aproveitando suas melhores energias, em vez de gastá-las nos lugares de diversão e corrupção, na folga propiciada pela ausência de deveres inevitáveis, que exime de responsabilidades, e na indiferença, consequência quase sempre da desmoralização e da falta de estímulos indispensáveis na referida idade.

Essa orientação à juventude se torna tão mais necessária quanto mais se observa o panorama do mundo em nossos dias. Por isso insistimos em que deve ser este, entre outros, um dos grandes objetivos do jornalismo nacional.

Contudo, pensamos que para enfrentar assunto tão transcendente os grandes jornais requerem colaboradores de indubitáveis valores morais, de vasta ilustração e, acima de tudo, com um conhecimento psicológico de singulares projeções para exercer com tato e seguro êxito a elevada missão de orientar, desde as colunas jornalísticas, a mente dos demais.

“A MULHER, FATOR DA VITÓRIA”

Nova obra do Coronel (R.A.) Sr. Ernesto Fantini Pertiné



Comentar um livro com o simples critério bibliográfico é coisa que diariamente fazemos resumindo a importância que a nosso juízo pode ter, mas neste caso, ocupar-nos-emos em capítulo separado, dado o alcance desta nova produção que, desde já, conceituamos como uma contribuição de inestimável valor com que a privilegiada mente de seu autor enriquece as letras argentinas.

Homem de vasta cultura, o Coronel Fantini Pertiné sabe captar com rapidez extraordinária os problemas que preocupam a inteligência e decididamente, como bom militar, mobiliza depois todos os seus pensamentos, assinalando com singular estratégia mental, aguda penetração e alto sentido previsor, a conduta que a seu critério, governos e povos devem seguir para evitar as desastrosas consequências da imprevisão, do descuido e da indiferença, quando as circunstâncias históricas põem à prova a moral, o sentimento patriótico e a preparação física e mental deles. Assim escreveu, entre outras obras, “A proteção do país contra a aviação inimiga”, ano 1935, que mereceu não poucos elogios sendo premiada com medalha de ouro; “Inquietudes militares da época”, dois tomos, 1935-1937, nos quais realiza estudos e resume experiências que lhe valeram honrosas críticas jornalísticas; “Rússia estudada por um militar”, 1938, com menção especial; “Distração sobre belas artes”, 1939, e por último a obra que comentamos a seguir, “A mulher, fator da vitória”, publicada por ordem do Círculo Militar de nosso país e que é, sem lugar a dúvidas, sua produção mais fecunda e meritória.

Com delicada sensibilidade e temperamento de artista, Fantini Pertiné cinzela nela a escultura psicológica da mulher. Sem afastar-se um ápice da realidade objetiva, transporta a alma feminina, de um ponto a outro da terra, para animar com sua presença, com sua graça, sua abnegação e sacrifício, a vida que oferece como mãe e a que com inimitável solicitude se encarrega de velar como esposa, irmã ou filha, ou como missionária insubstituível que leva em si o alento, às vezes derradeiro, a cada ferido, nos sangrentos campos de batalha onde, em horrível massacre, se imolam as jovens gerações.

No prólogo expressa o autor que foi função de seu pensamento “refletir, com tons realistas, os méritos de guerra da mulher moderna nas diversas atividades em

que lhe coube desempenhar com a nítida consciência de que satisfazia uma elevada missão humana”, descobrindo depois infinidade de passagens históricas nas quais a mulher se destacou em honrosos gestos e não menos heroicas ações.

Fala-nos de sua atividade no serviço de guerra de mais de uma dezena de nações, e de sua preparação em diversos países, fazendo ressaltar a resistência da alma feminina ante os mais árduos trabalhos, como também sua valentia e compreensão cabal de seus elevados deveres.

“A mulher, na guerra – diz – é uma riqueza moral que a humanidade do presente conquistou como patrimônio espiritual que servirá, não duvidamos, para exaltar outros valores bem diferentes, logicamente, que permitirão submeter o lar e a sociedade no melhor gozo do bem, que é a vida. De modo que a mulher, na guerra, não é um erro nem uma agressão a sua feminilidade; é uma apetência da lei da perfectibilidade, em busca de maior magnitude na sensibilidade da mulher, mobilizando suas faculdades no idioma do sacrifício, forma da vida, que a torna doce pelas harmonias que cria.”

No capítulo que intitula “No terreno das deduções e dos ensinamentos”, se esforça em demonstrar a incorruptibilidade de sua função primordial. Diz a respeito:

“As pesadas e angustiantes tarefas reguladas pela guerra moderna não modificam a organização fisiológica e espiritual da mulher, orientada em forma muito distinta da do homem e com um conjunto de ideias diferentes que formam o fundo de seu sexo no reino animal. Não são elas, pois, cúmplices de uma transfiguração varonil do organismo feminino. Pelo contrário, a cena mundial o está adaptando às suas necessidades, enobrecendo as formas de sua atuação em infinitos ramos da atividade humana.”

“... o fenômeno da guerra, ao absorver a mulher, nos mostra que não lhe arrebatou sua psicologia bem clara, que corresponde a seu sexo, e que a questão superior de sua existência, a transmissão da vida, segue sendo o pivô fixo da espécie.”

“Tem sido mais uma rigorosa divisão do trabalho, a que se operou nos dois sexos, em atividades que no passado eram inacessíveis à mulher. Não podemos atribuir ao século, pois, uma falta de respeito à história. Não nos esqueçamos de que cresceram demasiadamente os princípios comuns da vida e que é do espírito moderno o pólen indócil e errante que contagiou em todos os lugares da terra o império da força.”

“Além disso, há este outro ponto de vista: é inegável que tem ocorrido mudanças consideráveis no meio, desde a origem da Humanidade, determinando-se notáveis alterações no tipo humano primitivo. Entretanto, apesar dos milhões de anos, o sexo feminino não teve nenhuma razão para modificar-se fundamentalmente. As normas psicológicas e morais têm prosperado e o continente físico se aperfeiçoado, mas o sexo frágil, imutável, mantém os caracteres próprios da feminilidade.”

“A guerra com formas mais modernas e mais complicadas será impotente uma vez mais, na linha da evolução humana, para transformar os caracteres essenciais da mulher. Então, não devemos escalar, nas considerações que façamos, preocupações válidas sobre uma possível evolução negativa do sexo frágil. É certo que

as virgens coroadas de estrelas, criando neste outro mundo de ilusão, já não serão deste século. Eram diferentes aqueles séculos... das idades idôneas para a lenda! Porque outros valores fundaram uma nova arma na mulher, mas sempre é imortal poema sua feminilidade, hoje mais poderosa e fecunda.”

“O tempo não se detém nunca em seu curso e as bases que instituiu para a mulher, herdadas do passado e conformadas no presente, estarão vivas no conhecimento que a Humanidade alcance.”

Desenvolve depois, com viva espontaneidade e riqueza de matizes, o valor moral da colaboração da mulher no tempo de guerra, como também a transcendência de sua colaboração material, e aborda de cheio, como se de repente a torrente desembocasse no oceano, sua missão capital, a que chama, ‘Mulher,... mas Mãe’. É aqui onde mais chama à reflexão sobre o sentido superior de sua vida e a proclama mãe e raiz da existência humana.

Depois de citar exemplos digníssimos, manifesta que “a mãe, expressão sublime da vida, é também um dos elementos constitutivos da força moral de uma nação, por sua ação pessoal e afetiva sobre seus filhos...” “Varões, que pelas convicções, o verbo e o exemplo de suas mães, tornaram-se capazes de viver todo um dever como almas bem nascidas...”

Segue em sua exposição uma série de enunciados por demais interessantes sobre o caráter e a fisionomia moral da mulher-mãe, para continuar com a formação moral da criança, de sua vontade, disciplina, etc., que julga indispensável para afiançar o destino dos povos.

Em sua acendrada preocupação pela sorte de nosso jovem continente, dedica especialmente um capítulo à mulher latino-americana, dizendo que necessita conseguir a eficiência que as circunstâncias da guerra total obrigaram a ter todas as mulheres do Velho Mundo. É de apreciar sua insistência para que a mulher latino-americana se coloque à altura das condições conseguidas naqueles países, cujo estado de beligerância alcança a todos os lares, sem exceção.

O autor observa com marcada inquietude os acontecimentos que tocam já as costas de nosso continente e adverte a imperiosa necessidade de pôr mãos à obra decididamente, na preparação comum de todos os habitantes da nação, sobretudo no que se acha mais descuidado, como é a preparação da mulher nos serviços de guerra e da juventude nas funções que deva cumprir com a inteligência e rapidez que requer sempre a urgência do tempo.

Em seu afã de comover a opinião indiferente e passiva das nações que integram a grande família do sul, expressa o Coronel Fantini Pertiné que “A América do Sul deve estar unida pelo direito e pelos fatos. Os países sul-americanos não buscaram jamais pensamentos de opressão. Estão distanciados de todo sentimento de orgulho ou intolerância. O que eles querem é trabalhar em calma e com confiança. Porém devem estar preparados para desenvolver tudo o que possuam em coragem, vontade e inteligência, para assegurar sua própria defesa e

a do continente. Ainda que pareça inverossímil, as nações sul-americanas estão na órbita das preocupações bélicas mundiais. Para alguns somos, pelo menos, apoios estratégicos para grandes empresas militares contra a América do Norte e para outros, atração da estratégia transcontinental.

“Pareceria absurdo quando Leon Seché predisse as ‘guerras do inferno’. Nós mesmos estamos na presente dedicados a problemas estratégicos mundiais que podem levar-nos alguma vez ao inferno das guerras modernas. O ritmo vertiginoso que tomam os acontecimentos atuais da guerra não dão luz sobre o porvir incerto da humanidade sul-americana. Em verdade, existem fáceis pontos de escala que facilitam as agressões trazidas de além-mar, que é a máxima expressividade do que o futuro ameaça a América do Sul. Porém isto não explica suficientemente por que sentimos todos os sul-americanos o anelo geral de uma compreensiva e solidária segurança continental; porque a América do Sul adverte a necessidade de agrupar-se estrategicamente sem distinção alguma em relação ao grau de força das nações que a integram.

“As fronteiras estratégicas dos Estados, como é notório, não coincidem sempre com as fronteiras políticas, exceto quando se trata de barreiras naturais, como as cordilheiras, desertos, grandes rios, mares ou oceanos. As guerras tendem cada vez mais a ter, por causa implícita, o choque de fronteiras estratégicas. Causa aparente para as rivalidades concernentes aos espaços vitais.”

“Desapareceu a organização mundial que por mais de vinte anos tentou garantir a paz. E conforme as modalidades da guerra total, cujo método de destruição conta com poderosos e velozes meios, o sistema de equilíbrio mundial foi também rompido para as Américas. Um ambiente de temor tem polarizado na alma sul-americana; é um fato incontrovertível. E partindo dele, nós, inquietados pelos países que irmanados afrontam o porvir, caracterizamos este trabalho com um espírito sul-americanista.”

“A paz anelada em todo momento com solidariedade continental pode ser comovida pelos demais continentes. Os imensos recursos da América do Sul são atração para as necessidades vitais dos países que combatem para a sua existência.”

“A sorte da civilização comum tem-nos levado, pois, a recordar as demais nações sul-americanas, ao querer destacar para o nosso as fatais preocupações que o mundo nos cria em sua atual voragem. *Res non verba*; fatos e não palavras. Ao trabalho então.”

“Com este estado de coisas, é necessário reagir com energia; com unânime decisão devemos tomar os rumos que a concepção da guerra total nos impõe.”

“Não podemos abandonar a democracia que está fundamentada na natureza humana, mas tampouco pode ser varrida contra a indispensável evolução que a humanidade imprimiu à época. Um só pensamento deve ressaltar, pois: nosso sonho dourado de ser eternamente livres, seguir a lei militar dos fortes, que é tendência prática para repousar tranquilos em nossas próprias instituições.

Combinar os dogmas políticos de nossa predileção pública com a ciência militar moderna que os vivificará! Isto seria conseguir potente restauração político-militar, acompanhada da dignidade de nossos povos.”

“Mas, se abrimos crateras em nossa preparação integral para a guerra, a América do Sul, com seus desejos de paz, vivos e profundos, pode chegar à cortesia militar, política ou econômica de senhores que o mundo atual não tem direito a impor-nos, sejam de além dos oceanos de qualquer dos quadrantes ou se levantem do outro extremo continental.”

“A América do Sul está em um momento em que deve encontrar seu papel histórico; a latinidade foi golpeada com rudeza jamais igualada. O reduto racial começou a ruir-se e isto não deve ser o princípio do fim. Na civilização latina e cristã ocupamos um amplo espaço; é a última fortaleza que resta de pé. Não deve cair...!”

“Forjemos nestes países sul-americanos seres internacionais fortes e a latinidade terá sido salva. Mas o mundo corre e apressa; apressa, então, tomemos franca e decididamente os rumos e as fórmulas das outras raças que atuam no concerto mundial, nesta hora de destruição. Não nos referimos às suas doutrinas político-sociais, senão às suas teorias de tornar fortes os povos. E para isso, amanhã mesmo, para levantar a massa de nossas legiões juvenis no cumprimento de seus novos deveres. Impor para nós esta inovação, como assinala o atual conflito bélico, fonte de experiência no problema da colaboração da mulher, esta não deve achar-se obrigada a enfrentar batalha com os poderes públicos, nem deve ser resistida pelo meio civil. São experiências conjugadas em diversos regimes políticos, inclusive os democráticos, nascidas como necessidades urgentes a nós, abonadas pelo exemplo alheio e que, portanto, devem estar a salvo da reprovação de sua inutilidade.”

“Para que sirva de guia a nossas reflexões, em uma sociedade bem constituída, o indivíduo deve aceitar a lei da espécie e não a espécie perecer pela vontade do indivíduo. O espírito não basta para a vida das sociedades; é preciso princípios de obediência e de autoridade, equivalentes a dizer caracteres. Para o espírito realista, advertido pela história, se não está deformado por uma falsa história do Direito, a verdadeira garantia do direito individual se chama, antes de tudo, a sociedade; em seguida, a associação. Tenha-se uma sociedade sólida e que seja forte dentro dela o primeiro núcleo social, a família e os direitos primordiais, ora sejam religiosos, jurídicos, domésticos ou escolares, terão sua linha de defesa. Tenham-se associações poderosas e os outros direitos essenciais encontrarão seu assento e fundamento. Tenha-se um Estado bem construído e seus direitos distintos, diversos, ainda que as vezes em contradição, irão ao equilíbrio.”

E ao referir-se à formação de uma juventude sul-americana que encarne o verdadeiro espírito e caráter da época, cita nosso projeto de Criação de uma Universidade Americana no Uruguai, que demos a conhecer em nosso segundo número do ano passado, dizendo a respeito: “Uma mente inteligente

lançou, não faz muito, a ideia de instituir uma Universidade Americana no Uruguai, para que suas magnas aulas fossem honradas por todos os filhos da América, numa obra de fomento espiritual e cultural, afirmando assim os laços de amizade que todos os povos do Novo Mundo mantém desde longo tempo.” Considera uma formosa concepção a de tornar efetiva a criação de um centro de estudos de todas as nações do Novo Mundo, estendendo-se na importância que revestirá a referida Universidade, a qual assinala, como desígnio excelso e unificante de todas as mentalidades e psicologias distintas, as que encontrariam sua mais viva expressão na realização dessa obra de cultura que constituiu nossa inspiração e que, como diz o autor da “A mulher, fator da vitória”, deve ser fundada para que seja um dos mais potentes meios de luta contra a guerra, harmonizando as forças mentais com as morais, imprimindo como signo do desenvolvimento da humanidade que habita nosso hemisfério, o entendimento moral, propagando a ideia de paz e impedindo a existência da guerra.

Este livro que está sendo objeto dos mais calorosos elogios do mundo intelectual e da imprensa em geral se impõe pelas finalidades superiores que busca. Lê-lo é satisfazer a um imperativo da hora presente.

CELEBRAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE “LA PRENSA” E “LA NACIÓN”

Proximamente completarão 75 anos de existência



Com pouco tempo de diferença um do outro, completarão os dois mais importantes diários do país, três quartos de século. Efetivamente, em 18 de outubro do corrente ano e em 14 de janeiro do próximo, são duas datas auspiciosas para o jornalismo nacional.

Enquanto o Sr. José C. Paz fundava o primeiro, o general Sr. Bartolomé Mitre fundava o segundo e desde então seguem paralelamente como duas vias que sem curvar-se vão permitindo que o veículo da opinião pública ande com serenidade e aprumo ao longo do tempo, cumprindo etapas de progresso e de elevada finalidade social.

A celebração destes aniversários parece adquirir grande relevo, dado os trabalhos que já se acham realizando as comissões de homenagens constituídas para tal fim. Conta-se atualmente com a adesão de numerosas personalidades de grande significado social, como também de considerável número de instituições que, conforme informações, têm feito chegar a tais comissões sua simpatia e adesão.

(Junho 1944 – página 36)

CRÍTICA CINEMATOGRAFICA

SEU MELHOR ALUNO



Nesta produção da cinematografia argentina, pode dizer-se que os artistas que encarnam os principais personagens se superaram extraordinariamente. Além do conteúdo histórico, cuja revivência é impressionante, cabe destacar a admirável caracterização do ator Enrique Muiño, ao personificar o ilustre governante Don Domingo Faustino Sarmiento. Percebe-se uma profunda penetração do sentido ético e patriótico que configurou a vida do prócer. Sua interpretação poderia ser qualificada de genial. A eloquência dos gestos e dos instantes mais culminantes da vida de Sarmiento são levados à cena com tal expressão de realidade que o público se sente transportado à época do grande sanjoanense, compartilhando seus grandes momentos históricos.

Os episódios de caráter psicológico se sucedem quase sem interrupção, mantendo o público em uma constante expectativa.

Trata-se de um filme digno de ser visto não somente por todos os argentinos, senão também por todos os filhos da América.

FOI ACOLHIDO ENTRE NÓS O ESCRITOR BRASILEIRO DR. AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO



Não pôde ser mais auspiciosa e oportuna a visita que nestes dias nos fez o talentoso escritor brasileiro, Dr. Afonso Arinos de Mello Franco.

Destacamos em diversas oportunidades como são necessários estes contatos espirituais entre os homens de um e outro país, que cumprem seus afãs nas elevadas esferas intelectuais, pois ninguém melhor que eles pode chegar a estabelecer os juízos mais acertados e sinceros sobre o sentir e o pensar de cada nação. O enlace das inteligências em esforços comuns de aproximação e compreensão mútua contribui, indiscutivelmente, para o afeiçoamento da amizade e a concórdia entre os povos. Por isso destacamos esta visita como uma contribuição valiosa para tal fim.

Na ocasião da demonstração oferecida pelo P.E.N. Clube, no Plaza Hotel, em honra ao distinto visitante, à qual assistiram na qualidade de convidados especiais o escritor peruano Alberto Ureta, o historiador chileno Eugenio Orrego Vicuña, o primeiro secretário da Embaixada do Brasil Sr. Afranio de Mello Franco (filho) e o jornalista e ensaísta uruguaio Julián Nogueira, como também os senhores Aíta, presidente do P.E.N. Clube, Dr. Giménez Pastor, Ricardo Sáenz Hayes e o Professor José A. Oría, interventor delegado da Faculdade de Filosofia e Letras, o Dr. Mello Franco, ao expressar seu reconhecimento pela acolhida da qual era objeto, disse em sentidas palavras:

“Nesta reunião para mim tão honrosa por tantos conceitos, pela palavra generosa de Antonio Aíta, com cuja amizade me honro; pela presença de eminentes colegas de outros países da América, não somente argentinos e brasileiros, que dá ao ambiente um autêntico tom de confraternidade continental, o que acima de tudo me impressiona e atrai é a segurança de que, ao contrário do que ocorria frequentemente, todos nós estamos de acordo.”

“Antigamente, em épocas que datam de poucos lustros, mas que nos parecem remotas de séculos – tantos e tão trágicos são os acontecimentos que se interpõem entre nós e elas –, era hábito dizer que o livre exercício da inteligência conduzia à dispersão, ao enervamento e à esterilidade. O intelectual foi, pois, não poucas vezes acusado de ser um elemento perturbador do equilíbrio social, um ser capaz de manejar melhor as palavras que as ideias e que se servia desta capacidade inata de malabarista de frases, de ilusionista de fórmulas verbais, para apresentar com elas, como úteis, teses perigosas ou desmoralizar com críticas injustas, mas bem feitas, verdades essenciais.”

“Sonhava-se então com um mundo de disciplina e de ordem, no qual a inteligência fosse abolida, pelo menos virtualmente, pois a tanto correspondia a abolição de sua liberdade.”

“Esta coisa essencialmente incorporada a nossa conduta social, que era a livre expressão do pensamento e que nos parecia tão intuitiva que se diria eternamente conquistada, em muito poucos anos começou a ser discutida, em seguida atacada, e pouco mais tarde, vencida e subjugada em muitos dos países mais avançados do mundo.”

“Sobre esta base da supressão do pensamento livre, fundou-se a chamada nova ordem. Mas eu lhes pergunto: que ordem foi? E por que nova?”

“Nova como a tirania, isto é, velho companheiro dos tempos primeiros do obscurantismo e do terror e ordem geradora de desordem porque em verdade nunca houve no mundo tanto sangue, tanta miséria, tanta infâmia, como depois que a palavra livre, escrita ou falada, foi suprimida no seio de alguns povos poderosos.”

“Teríamos que completar aqui o que disse o grande Churchill em sua sentença famosa: Se é verdade que do lado democrático nunca tantos deveram tanto a tão poucos, não é menos verdade que no lado dos países subjogados pelo fascismo, nunca tantos sofreram tanto por tão poucos.”

“Sem que nos consideremos uma casta, nem sequer uma classe social, senão homens do povo, profissionais de uma determinada atividade, nós, intelectuais, temos o direito de chamar a atenção dos governos sobre estas verdades deslumbrantes. Não nos considerem por isso sediciosos nem sequer adversários. Conduzir a questão a esse terreno de estreito partidarismo seria um erro funesto. Não somos sediciosos ao chamar a atenção sobre os males da supressão da liberdade de pensar, primeiro porque não é sedicioso quem está sozinho procurando manter e seguir a tradição invariável em que se formaram nossos países; quem está, precisamente, no antirrevolucionarismo mais indiscutível porque, como dizia lapidariamente José de Maistre, a contrarrevolução não é uma revolução contrária, senão o contrário de uma revolução. E manter as normas em que todos nos formamos me parece, precisamente, querer o contrário de uma revolução.”

“Do mesmo modo, não somos adversários nem opositores de nenhum governo. Somos somente homens que, com as provas da história recente na mão, mostram que a supressão de sua função social foi uma das causas mais certas e diretas da tremenda catástrofe do mundo de hoje, e que, por conseguinte, ao desejar o restabelecimento das condições de liberdade em que esta função social se pode desenvolver, não estão fazendo mais que colaborar com os dirigentes de seus países para que semelhantes catástrofes sejam conjuradas. E não existe colaboração mais desinteressada que esta.”

“Esta é, sem dúvida, uma guerra ideológica. O fanatismo extremado a que chegam certas ideologias nos autoriza ainda a classificá-las quase como uma guerra religiosa. E nunca houve guerra religiosa tão grande e tão sangrenta.”

“Porém, não pode ficar a menor dúvida de que a consequência de uma guerra ideológica somente pode ser uma paz também ideológica”.

“Os exércitos democráticos ganharão a guerra. Já a ganharam praticamente e eu me orgulho de que homens de meu sangue estejam combatendo entre eles. Mas somente a inteligência democrática poderá construir uma paz que evite outras guerras.”

“Eis aqui por que, na América, devemos lutar pelo retorno da liberdade da inteligência. A América não estará em condições de cumprir sua missão na paz, senão quando tiver consciência de si mesma, de sua solidariedade cultural, de seus desígnios políticos. Não podemos demorar em permitir que esta recuperação da América por seu próprio pensamento livre se inicie. Isto não vai dirigido contra ninguém, senão a favor de todos.”

“Eis aqui, meus amigos, o que desejaria dizer-lhes nesta última ocasião em que tenho a honra de falar em público no curso de minha curta missão na Argentina. E creio que o recinto de uma associação de escritores de tão vasto significado universal não é inadequado para isso.”

“Resta-me somente agradecer, do fundo de meu coração e de brasileiro, a insuperável generosidade com que aqui fui recebido e tratado.”

“Deixo a Argentina realmente cativado, dominado por aquilo que o velho padre Montoya chamou a conquista espiritual. Cativado pela grandeza de seu povo, pela amplitude de seus círculos intelectuais e pelas afinidades indiscutíveis entre nosso pensamento brasileiro moderno e o pensamento argentino de hoje.”

“Nós nos entendemos, estou seguro disso, e o direi em todos os tons a quantos em meu país me ouçam.”

MOSTRA DO LIVRO ARGENTINO



Uma nova mostra do livro argentino ocorrerá nestes dias, sendo já constituída a comissão de admissão da exposição, a qual se reuniu na sede da Câmara da Indústria Gráfica da União Industrial Argentina a fim de intercambiar ideias acerca dos requisitos que devem conferir aos livros que constarão da mostra.

Estabeleceu-se dividir em quatro períodos esta mostra do livro argentino, correspondentes a outras tantas etapas cronológicas. A primeira compreenderá o impresso desde o ano 1700 ao ano 1853, a segunda de 1853 a 1880, a terceira de 1880 a 1904 e a quarta época, os quarenta anos de existência da Câmara da Indústria Gráfica, cuja fundação será comemorada em 22 do corrente mês, com a inauguração da mostra. Para as duas primeiras épocas não haverá restrições de nenhuma espécie na admissão e será exposto tudo o que tenha sido produzido. A produção das outras duas será submetida a estudo pela comissão de admissão, que começou suas funções no dia 1º de novembro.

Foi designada uma subcomissão integrada pelos senhores Alejandro Sirio, Alfredo Guido, Pablo Paoppi, Pedro Rosso e Raúl Rosarivo, que se encarregará da organização artística da exposição.

Auguramos o melhor êxito desta nova expressão de nossa cultura editorial.

A EXPOSIÇÃO DO LIVRO ARGENTINO



Nada foi mais grato ao espírito dos estudiosos e homens de letras que contemplar na Exposição do Livro Argentino, inaugurada em 22 de novembro último pela Câmara da Indústria Gráfica da União Industrial Argentina, ao comemorar o 40º aniversário de sua fundação, o notável progresso alcançado nas artes gráficas, desde os primeiros cadernos que em nosso país apareceram nas letras de forma até as impressões de nossos dias. Bastará transcrever o que a respeito disse o diário “La Nación” nessa oportunidade, para formar uma ideia precisa acerca de seu elevado significado. Disse assim:

“Para vê-la, para recolher dela tudo o que tem de expressão não somente de um progresso em matéria de imprensa, senão também de um processo de cultura que ao longo dos anos vai acentuando sua personalidade argentina, é preciso olhá-la começando pelo princípio; isto é, indo diretamente até o fundo do mais amplo de seus recintos, onde foi instalada uma prensa que Rivadavia enviou a Salta, como uma mensagem de seu afã civilizador, e na qual o poeta Hilario Ascasubi, então empregado do governo provincial, fez imprimir uma revista. Ali, ao redor desses ferros veneráveis e sob um relevo que executaram alunos da Escola Nacional de Belas Artes Ernesto de La Cárcova, que dirige o Sr. Alfredo Guido – relevo que assinala as Missões Guaraníticas como berço da imprensa em nossa pátria –, foram reunidas em vitrinas numerosas peças que facilitaram para esta mostra seus colecionadores, nas quais o visitante poderá estimar, além disso, do que eram capazes de fazer os impressores do país nos últimos anos do século XVII, como foram contribuindo tipos de letra e papel para a formação do espírito que tornaria possível a Revolução de Maio. Uma nomeação estendida pelo vice-rei Vértiz a favor do padre, que mais tarde seria o general Las Heras, se anuncia ali como o trabalho mais antigo saído da Imprensa dos “Niños Expósitos”. Seguem-lhe, em ordem cronológica, cartas pastorais, devocionários, vidas de santos. As invasões inglesas interromperam de repente o trabalho consagrado à glória de Deus. Bandos de Liniers e proclamas de Beresford traduzem a dramaticidade da hora. A elegância na composição alcançada nos dias tranquilos da colônia não se perde quando os tipógrafos são urgidos pelos acontecimentos. Conserva-se o sentido do ofício ainda nas páginas que haverão sido armadas a contragosto. Depois surgem os documentos iniciais da Revolução, cerca de outros do Consulado, nos quais já alenta o propósito de liberdade dentro dos escritos do ilustre secretário. Todas essas peças, pertencentes ao Sr. Oscar R. Carbone, reafirmam em seu conjunto que a nacionalidade, com tudo o que possui ao mesmo tempo mais profundo e elevado, teve nas antigas imprensas algumas das armas melhores de seu espírito.”

“O século XIX, que aparece nas vitrinas ocupadas por envios do Sr. Guillermo H. Moores, segue a linha daqueles começos. Os diversos livros que o representam são fruto de uma imprensa própria, mas também a interpretação de uma terra e seu homem. Destacam-se ali as diversas edições de “A têmpera argentina”; a “Instrução do estancieiro”, de Hernández; a primeira edição de “Uma excursão aos índios ranqueles”; a oração pronunciada pelo Dr. Santiago Figueredo nos funerais do general Dorrego e uma gravura, original de Onslow, que mostra essas mesmas honras, ante a Catedral de Buenos Aires.”

“Também o Dr. Teodoro Becú e Sr. Guillermo Kraft contribuíram com valiosas peças de suas coleções para o maior brilho desta exposição.”

“Além disso, a mostra exhibe muito do que foi editado na Argentina a partir de 1853, quando a impressão de livros de texto e de obras científicas e literárias buscou decididamente a difusão popular. Na etapa que se iniciou então já aparecem a base da imprensa que se vê em magníficas realizações de nossos dias. Quatro mil títulos manifestam essa corrente surgida ao mesmo tempo que a Nação pugnava por reintegrar-se a seu destino. Nessa soma se incluem os livros de hoje, demonstrativos de um aperfeiçoamento técnico que revela a capacidade de nossas oficinas gráficas e de nossos artistas, comparável pelo seu nível ao dos mais avançados do mundo. Em grandes estandes aparecem capas e interiores de volumes que, em alguns casos, constituem verdadeiras joias bibliográficas. Sua contemplação assim, num mostruário amplo, impossível na mutação frequente das vitrinas das livrarias, proporciona o testemunho de uma pujante atividade industrial e de uma inteligência criadora. Desde a imprensa que serviu a Aniceto Del Gallo até as gravações policromas de agora, que levam às bibliotecas particulares a riqueza dos museus, a Exposição do Livro Argentino é uma grata andança através da história da Nação.”

O fato de que a produção literária acuse um índice ascendente em forma permanente revela, também, a importância que a indústria gráfica vai assumindo em nosso país como sinal evidente de uma cultura pujante que anela superar-se até seu grau máximo.

MOSTRA DE AQUARELAS DO PINTOR R. LANZILLOTTA



Com o auspício da Associação de Engenheiros de Rosário foi inaugurada na cidade de Rosário a mostra de aquarelas do conhecido pintor Lanzillotta, oriundo de Paraná.

O juízo público não pôde ser mais alentador para este jovem artista, que já em outras oportunidades havia exposto na mesma cidade suas obras. O engenheiro Luis Sobrino Aranda, ao inaugurar oficialmente a exposição, pronunciou um breve discurso no qual fez encômios ao labor de Lanzillotta, nos seguintes termos:

“O autor das obras que admiramos nesta sala, Rafael Lanzillotta, é um jovem artista de Paraná que expõe em Rosario pela segunda vez, tendo obtido uma crítica favorável por ocasião de sua primeira apresentação, em 1936, na sala central da Comissão Municipal de Belas Artes, pertencendo atualmente, alguns de seus trabalhos, à pinacoteca do Museu de Belas Artes desta cidade. A observação das obras que agora são exibidas permite avaliar o labor de um delicado temperamento de artista, que domina amplamente a difícil técnica da aquarela e que leva fielmente ao papel o que vê e tal como vê, com uma sinceridade e limpeza admiráveis. Em nome da A.I.R., que neste ato represento, agradeço a Lanzillotta sua colaboração para prestigiar esta sala, e o convido a perseverar para aperfeiçoar sua arte e dou assim por inaugurada esta mostra.”

EXPOSIÇÃO DO LIVRO AMERICANO

De um comunicado recebido da União Panamericana



Em vista do grande interesse que despertou entre os bibliotecários, as editoras e o público em geral dos Estados Unidos, a Primeira Exposição do Livro Americano, que sob os auspícios da União Panamericana ocorreu em outubro de 1945, o Conselho Diretivo desta instituição fixou a data de 18 de abril de 1947 para a abertura da Segunda Exposição.

Como o propósito destas exposições é o de dar a conhecer os avanços mais recentes dos países da América nos diversos campos da atividade humana, representados em suas obras escritas, convidam muito cordialmente as editoras para que enviem coleções das obras mais representativas que tenham publicado recentemente e que sejam dignos expoentes do progresso literário, científico e artístico dos países americanos. Dado que a União Panamericana goza de franquia postal, solicita que sejam remetidos os rótulos necessários para enviar os livros sem nenhum custo.

Os volumes destinados à Segunda Exposição deverão chegar a Washington, no mais tardar em 1º de março de 1947, ou antes, se for possível, dirigindo a remessa para a Biblioteca Comemorativa de Colón – União Pan-americana – 17th. Street and Constitutional Avenue, Washington, 6, D.C. – USA.

A Segunda Exposição do livro, como a Primeira, permanecerá aberta no Palácio da União Panamericana pelo prazo de trinta dias e esta instituição se encarregará da organização, publicidade e outros detalhes, livre de despesas para os expositores. Uma vez fechada a Exposição, os

livros enviados a ela passarão a fazer parte da Biblioteca Comemorativa de Colón, mas em cada um deles se estampará um *ex-libris* especial, onde se fará constar o nome da editora ou livraria que o obsequiou. Ao mesmo tempo a Biblioteca dedicará um número especial de “O Livro Americano” para divulgar as entidades que participaram da Exposição e dos livros remetidos por elas, fazendo ao mesmo tempo certos comentários de índole bibliográfica.

Em vista do êxito obtido pela Primeira Exposição, da qual participaram 296 editoras e livrarias, com um total de 5.767 tomos escolhidos, a Biblioteca pensa organizar uma série de exposições ambulantes em diversas cidades dos Estados Unidos, tão logo se encerre esta Segunda Exposição do Livro Americano, que há de ser, por sua vez, um novo elo na cadeia das relações culturais interamericanas.

RESULTADO DA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE PERITOS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO AUTOR



A Conferência Interamericana que se reuniu em Washington em 22 de junho próximo passado, sob os auspícios da União Panamericana, moveu os homens que intervieram nela – entre os quais se achava a delegação argentina presidida pelo então embaixador de nosso país nos Estados Unidos, Dr. R. Garcia Arias –, a pronunciar-se sobre um assunto de grande importância para a vida e propriedade intelectual daqueles que dedicam suas horas e suas energias ao trabalho intelectual.

Conforme se depreende do texto da Convenção, todos os Estados assinantes se comprometeram a reconhecer e proteger o direito de autor sobre os trabalhos literários, científicos e artísticos. Considera-se nas disposições que é autor, exceto provas em contrário, aquele cujo nome ou pseudônimo conhecido esteja indicado na obra.

Ficaram expressamente determinadas as seguintes recomendações e considerações:

- 1º. Recomendar aos Estados signatários da convenção referida que, com a maior brevidade possível, tomem as medidas necessárias para ratificá-la.
- 2º. Recomendar às repúblicas americanas que, quanto o permitam as circunstâncias especiais de cada uma, adotem em sua legislação interna os princípios da convenção assinada.
- 3º. Recomendar às repúblicas americanas que procurem unificar o prazo de proteção do direito do autor.

- 4º. Recomendar que quanto o permitam as circunstâncias especiais, as repúblicas americanas suprimam as formalidades para o reconhecimento do direito de autor, limitando os alcances do registro aos efeitos estabelecidos pela presente convenção e à proteção de terceiros adquirentes de boa-fé.
- 5º. Recomenda-se que a União Panamericana convide os governos para que enviem seus registradores de direitos de autor e outros peritos na matéria a reuniões periódicas, com o objetivo de formular normas e regulamentos para facilitar e desenvolver o intercâmbio de informação sobre os direitos de autor.
- 6º. Considerar a conveniência de criar com os membros do Conselho Diretivo da União Panamericana uma comissão de caráter temporário, encarregada de estudar a maneira de promover a aproximação das legislações nacionais sobre direito de autor no continente.
- 7º. Recomendar o fomento e a regulamentação das sociedades de autênticos autores, sem fins lucrativos.
- 8º. Recomendar que se contribua para o aumento do acervo da biblioteca e do museu da União Panamericana.
- 9º. Solicitar da Federação Interamericana de Advogados, da Academia Interamericana de Direito Comparado e Internacional, da Federação Interamericana de Sociedades de Autores e Compositores e do Instituto Argentino de Direito Intelectual, que contribuam por todos os meios a seu alcance para difundir o conhecimento da convenção de Washington sobre a proteção dos direitos de autor.
- 10º. Recomendar aos Estados americanos que, quanto o permitam as circunstâncias especiais de cada um, incluam em seus regimes legais disposições proibitivas das cláusulas em que o autor compromete sua produção futura em forma integral.

MOSTRA DO LIVRO BRASILEIRO



Foi todo um acerto e adquiriu destacado relevo a exposição do livro brasileiro que se realizou em nosso meio.

Auspiciada pela embaixada do país irmão, a mostra satisfaz amplamente à opinião. Foram expostas nela obras de diversos estilos, desde as que tratavam profundos temas de investigação científica e histórica até as que se ocupavam de narrações infantis, sem excluir o nutrido conjunto de volumes literários, cada qual mais interessante.

As editoras Livraria Martins de São Paulo e Zelio Valverde do Rio de Janeiro se superaram em suas impressões ao ponto que, bem poderia dizer-se, nada têm que invejar às melhores do mundo.

A mostra do livro brasileiro é a expressão da alma de um povo que pugna por sobressair nos avanços da cultura e da ilustração. Ao êxito obtido deve acrescentar-se a grande simpatia que esta mostra despertou em nosso público.

NOSSA INDÚSTRIA EDITORIAL PASSA POR GRAVES DIFICULDADES



Devido à alta do papel e do aumento dos salários registrados ultimamente, a indústria editorial em nosso país está passando por momentos de verdadeira gravidade.

A fim de considerar a situação criada e unificar opiniões para achar uma solução a respeito, a Sociedade de Editores reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária, com a participação de representantes de trinta e duas empresas.

Com a extensão devida, tratou-se nela do encarecimento do papel, do excessivo custo da mão de obra em todas as fases do processo editorial e pôs-se em relevo a inferioridade de condições em que em breve prazo se encontraria a indústria editorial argentina em relação à competição estrangeira no mercado americano.

Após enumerar concretamente uma série de fatos e causas relacionadas com o tema básico tratado, a Assembleia resolveu enviar um memorial ao presidente da República, no qual se detalhariam os problemas e consequências a que se vê envolvida a indústria editorial, ao mesmo tempo que sugere as soluções mais viáveis, racionais e efetivas.

Esperamos que esta crise seja momentânea e que logo se encontre o meio mais eficaz para superá-la em bem de todos os que trabalham na indústria editorial e do povo argentino, que nutre seu espírito nas fontes do jornalismo e da imprensa.

CULTURA E LETRAS



O dia do escritor foi comemorado em 13 de junho

A Associação de Amigos do Livro, que cumpre em nosso meio uma intensa atividade bibliográfica, organizou no aniversário do Dia do Escritor uma série de atos entre os quais cabe destacar o realizado no Salão Kraft, reunião à qual compareceram personalidades dos ambientes intelectuais, sociais e políticos.

Nessa oportunidade, o escritor Sr. Ricardo Sáenz Hayes, em seu caráter de presidente da subcomissão de conferências da entidade referida, pronunciou uma conferência alusiva à data que era comemorada, e entre as expressões vertidas pelo orador, destacamos as seguintes:

“Os Amigos do Livro não somente nos propomos a defender e difundir o livro escrito com amor e inteligência. Temos a pretensão de elevar o nível espiritual da vida argentina. Não chegamos tarde porque nem tudo está perdido ainda. A hora é urgente e propícia ao mesmo tempo. O que não pode perecer entre nós é a atividade intelectual e artística. Noutros tempos parecia de bom tom falar com certo desdém das especulações estritamente desinteressadas. É verdade que a tendência geral do país se orientava para as profissões lucrativas e as empresas remuneradoras, o que não era criticável, por certo, pois, de acordo com a pretérita sentença, a vida precede à filosofia, isto é, o material assegura e torna possível o espiritual. O que se poderia temer era que se desejasse continuar indefinidamente por esse caminho, acumulando riquezas que aumentam a capacidade produtora da Nação e justificam, entre outros similares, o que nos dedicou, para honrar-nos, Anatole France, em sua já longínqua visita: “Argentina, celeiro, como o Egito de Augusto”. Afortunadamente, há uma minoria que resiste a que a Argentina seja, de modo exclusivo, o celeiro, a granja ou o frigorífico do mundo. Essa minoria busca expressões de existência nova. Curiosidade científica e inquietude estética são os dois sintomas reveladores da imperiosa e nobre evolução para os ditados da mente, sem os quais a passagem do homem pela terra pode ser agradável, sem ser bela, profunda nem apeteável.”

Em outro momento de sua conferência, ao comentar os sinais alentadores da hora atual, expressou-se nestes termos:

“Pelo que vemos e elogiamos, temos que afirmar que na Argentina não pode haver párias do pensamento. Os artifices da cultura, além do laurel com que se depara a glória legítima, têm direito a que a República lhes assegure o ambiente de serenidade e de esperança sem o qual os lauréis não podem ser levados com dignidade.”

Fizeram também uso da palavra outros oradores, entre os quais se contavam os senhores Leonidas de Vedia e Augusto Mario Delfino, os quais, por sua vez, expuseram em brilhantes dissertações seus conceitos sobre a vida do escritor Leopoldo Lugones, exaltando sua figura como paladino das letras argentinas.

O Equador realizará uma exposição de livros argentinos

Foi anunciado que com os auspícios da Embaixada Argentina, no Equador, o Grupo América, de Quito, se acha empenhado na organização da Exposição do Livro Argentino, que será inaugurada em 11 de outubro próximo, na oportunidade de se comemorar o aniversário do descobrimento da América.

Na mesma data será realizado um certame. Seu temário compreende assuntos exclusivamente argentinos e foi instituído um prêmio de dois mil sucres para os trabalhos em prosa, e outro, de igual valor, para os trabalhos em poesia.

Conforme a mesma informação, o Ministério de Relações Exteriores concederá nessa data condecorações da Ordem Nacional do Mérito aos melhores expositores argentinos.

Na exposição serão pronunciadas também conferências, de 11 a 18 de outubro, que estarão a cargo de destacados escritores argentinos, os quais foram convidados a trasladar-se à cidade de Quito.

Sociedade Argentina de Escritores

Por ocasião de se reunir em Assembleia Extraordinária, os membros da Sociedade Argentina de Escritores resolveram por unanimidade ampliar o crédito hipotecário sobre o edifício social. Aprovaram também, conforme informações da própria Assembleia, uma proposição na qual se confere automaticamente à Comissão Diretiva amplas faculdades para administrar, diretamente ou por intermédio de outras agências, os direitos de autor dos associados que não expressem sua vontade em contrário. Tão logo como os fundos arrecadados o permitam, será organizado um escritório que providenciará a edição e impressão das obras dos sócios que o solicitem, fiscalizará sua

distribuição, efetuará a cobrança e liquidação dos direitos e assumirá a defesa jurídica do escritor em seus conflitos de índole profissional. Aprovou-se uma anistia geral e perdão das dívidas dos sócios, com expresso convite a todos os escritores para que se inscrevam na Sociedade.

O Sr. Edmundo Guibourg foi designado representante ante o Congresso da Confédération Nationale De Sociétés d'Auteurs et Compositeurs, em Londres, com encargo de estreitar vínculos com as entidades similares da Europa.

Recebeu ele oficialmente o vice-presidente do Sindicato de Escritores do Chile, Sr. Antonio de Undurraga, assinalando-se nessa oportunidade a coincidência de ideais e os laços de fraternidade entre os escritores de ambos os países. Os senhores Julio B. Jaimes Répide e Josué Quesada foram designados delegados para as reuniões preparatórias de um congresso radiotelefônico. Resolveu-se iniciar um movimento tendente a obter de todas as publicações do país a crítica assinada, como um meio de valorizar a produção do escritor argentino, e ficou decidida a preparação do projeto de edição para escritores novatos, a que alude um oferecimento da Editora Problemas.

Organização cultural, científica e educacional das nações unidas

Acaba de chegar ao país o Sr. Julián Huxley, diretor geral da referida organização e conhecido biólogo e escritor britânico, que vem desenvolvendo um amplo trabalho cultural que entranha um decidido empenho na luta contra o analfabetismo e a ignorância, que são, a seu juízo, os fatores máximos de perturbação e atrito internacional por recíproca incompreensão entre os povos.

O Sr. Huxley se propõe a visitar a América do Sul, a fim de convidar educadores e investigadores, em forma oficial, para a segunda conferência mundial que deverá ser realizada no México. Como se recordará, a primeira assembleia desta importante instituição, Unesco, foi realizada em Paris. Em seu giro por estes países acompanham o Sr. Huxley o Dr. Samuel Ros, delegado para tal objetivo pelo presidente desse país, Dr. Alemán e os senhores Manuel Jiménez e Amelio Arenales.

Neto do célebre biólogo do século passado, Tomás Enrique Huxley e filho do famoso diretor da Cornhill Magazine, Leonardo Huxley, é o Sr. Julián Huxley professor de Zoologia em Oxford, de Psicologia no King's College e de Biologia no Rico Institute de Texas (Estados Unidos); tem também a seu cargo a cátedra de Filosofia no Royal Institute e é secretário da Sociedade Zoológica de Londres e vice-presidente da Sociedade Eugenesia.

“Logosofia” acolhe com singular simpatia a visita que o Sr. Huxley realiza ao nosso país, sobretudo quando representa um dos valores mais estimados dentro da inteligência britânica.

VI. LOGOSOFIA E
INSTITUIÇÃO LOGOSÓFICA

E A LUZ SE FEZ...



... para esta revista que aparece e se junta ao jornalismo argentino com páginas cheias de originalidade, de ensinamento e saudável otimismo.

Ela é, podemos afirmar abertamente, única em seu gênero porque tratará dos problemas básicos do homem, suas preocupações, as inumeráveis incidências da vida humana, as situações criadas aos povos e tudo quanto possa ser de interesse e utilidade prática do ponto de vista do saber logosófico, focalizado em suas perspectivas mais amplas e profundas.

LOGOSOFIA não é uma revista que sai à rua mendigando um leitor. Foi gestada no seio de ambientes conhecidos e conta já com uma considerável quantidade de amigos; entretanto, LOGOSOFIA aspira a conquistar a simpatia e o beneplácito de todos os habitantes do solo americano. Para isso se esforçará em oferecer em cada uma de suas edições um material seletivo de grande valor científico, literário e filosófico. Oferecerá também os estudos críticos mais interessantes acerca dos acontecimentos da atualidade que comovem o mundo, como também bosquejos dos homens do momento, que por diversas causas atraem a atenção geral. Serão respondidas todas as perguntas formuladas com clareza e que tendam a esclarecer aspectos interessantes e de importância, que sejam amenos e de proveito para os leitores. Acolherá com vivo auspício todas as sugestões que se permitam fazer, ora sobre temas a serem tratados, ora propondo problemas para serem estudados pela Direção.

LOGOSOFIA quer, mais do que ser uma revista, converter-se em um amiga dileta do leitor; ser a companheira que lhe visitará periodicamente com novas e valiosas inspirações e um caudal sempre crescente das mais seletas riquezas do pensamento.

LOGOSOFIA declara que seu objetivo primordial é o de ilustrar os leitores, em primeiro lugar, acerca de como a mente humana deverá encarar no futuro os problemas da vida, demonstrando em amplas e lógicas exposições que se irão impondo no curso das gerações, em salvaguarda de um dos mais preciosos valores do espírito; em segundo lugar, sobre os benefícios inestimáveis que reportará ao homem o poder adiantar-se à evolução dos acontecimentos que se sucedem e seguirão sucedendo no mundo, ao colocar-se em certo modo, à margem deles com o objetivo de não ser arrastado pelas correntes mentais que fluem de um ponto a outro da terra em direções encontradas.

Para que isso seja possível a cada um, ou possa ser obtido ou realizado por ele, será, desde já, necessário que o homem vá se acostumando a apreciar os fatos, as palavras e até os pensamentos do semelhante, ora como indivíduo, ora em forma coletiva, quando eles emanam de correntes ideológicas de massas humanas, se encontrem estas constituídas em povos ou organizadas em entidades que agitam lemas políticos.

Por outra parte, a Direção de LOGOSOFIA declara sua absoluta prescindência de toda ideologia política e social, como também, que não está limitada por nenhum dogmatismo e que manterá uma equidistância inalterável das chamadas esquerdas ou direitas.

Sua posição fica assim plenamente definida, pois prefere ocupar o centro e ser consciente de achar-se no meio regulador que gradua o equilíbrio e torna possíveis as relações pacíficas entre os homens.

Assentado o que precede, a Direção se vê na necessidade de destacar que o manifestado não quer significar que se absterá de expor seu pensamento crítico, sobretudo aquele que mereça, de um modo ou de outro, sua atenção, já que suas preferências haverão de estar sempre condicionadas ao objetivo expressado, para bem e utilidade exclusiva do semelhante.

A Direção.

CONCEITOS LOGOSÓFICOS



A Logosofia é e será sempre o mais poderoso auxiliar da vida humana. Contém todos os elementos de que o homem possa necessitar para tornar sua existência uma obra fecunda em realizações de todo gênero e conquistar as mais ponderáveis posições de admiração e respeito.

Quem se afasta da sensatez, da razão e da lógica, cai no vazio do supérfluo, do irreal e do instável.

O homem deve ter em conta seus pontos de vista, que não hão de ser os resultados imediatos ou consequentes, senão as subconsequências na distância do tempo.

O estancamento ocorre pela tendência humana à folgança: quando faz um esforço vem a consequente reação que induz ao repouso ou à inatividade.

O fanático é um egoísta; sempre busca um interesse em troca de seu fanatismo. Não somente é encontrado nas religiões, como também na política e em outros ambientes.

Quem não conhece os originais e simples métodos que a Logosofia oferece para obter rapidamente uma ampla capacidade mental, não pode suspeitar os valores que ela contém.

(Fevereiro 1941 – página 34)

O castigo ou o mal, que injusta e desapiedadamente se quer para outros, costuma com frequência recair naqueles que acusam.

(Novembro 1945 – página 16)

A aviação bombardeou cidades e levou por todas as partes destruição e morte; essa mesma aviação, mais numerosa ainda, deve levar hoje a felicidade, a paz e o progresso a esses lugares de destruição e de morte, fazendo com que suas asas infundam confiança e fé, para que em todo coração humano renasça a esperança de um mundo melhor.

(Abril 1947 – página 32)

Enquanto um pássaro encerrado em uma gaiola se desesperava buscando uma saída entre as grades, outro, do exterior, fazia esforços para entrar nela. Quantos seres humanos fazem o mesmo! É que uns pensam que a felicidade está fora e outros, que está dentro.

(Outubro 1947 – página 10)

A felicidade passa várias vezes ao nosso lado, mas acontece que, submersos em outros assuntos, nos mostramos quase sempre indiferentes a sua passagem, ou desconfiamos dela, crendo, quando nos beija, que seu beijo é o de Judas. A verdade é que a felicidade se esfuma ante nossa vista se a tratamos como coisa vulgar.

(Dezembro 1947 – página 25)

As forças que correspondem a prefixadas recomendações das leis universais colocam a vida do homem em diversas situações a fim de pô-lo à prova, impelir sua vontade e moderar as reações de seu temperamento. A maioria fracassa, desperdiçando as oportunidades que por meio disso se lhes oferecem, umas vezes por ignorância, outras, por efeito da suficiência pessoal, e outras, por não entender o que significam para suas vidas tais oportunidades, as quais ao avançar a existência se tornam cada vez mais escassas, em contraste com as que se lhes oferecem na juventude.

DA ESCOLA RAUMSÓLICA DE LOGOSOFIA



A Direção Geral da Escola Raumsóllica de Logosofia faz saber a todo o discipulado e ao público em geral que, em virtude do crescente afluxo de pessoas que se interessam em seguir os cursos de Logosofia, criou nesta capital um Corpo Docente que terá a seu cargo todo o relacionado com o ensinamento logosófico. Preside este corpo o doutor Ricardo A. Bassi, atuando como secretário o Sr. Alberto Haurie, e o integram destacados membros da filial Hebe, de Buenos Aires. Além disso, foi constituído o novo Conselho Diretivo da mesma filial, com sede na Rua Coronel Diaz, 1774, presidido pelo Sr. Bernabé Pérez Huerta e cuja secretaria se acha a cargo do Sr. Emilio Vernet.

Por outra lado, passam a colaborar na Direção Geral, como membros indicados, o Dr. Ricardo A. Bassi e os Srs. Antonio Iervolino e Carlos Graciano.

Proximamente as novas autoridades darão a conhecer o programa a ser realizado durante o corrente ano.

Coincidindo com similares circunstâncias, também foi criado em Montevideu um Corpo Docente, cuja direção foi confiada ao Dr. Agustín Dapelo, atuando, como membros adjuntos, qualificadas pessoas da instituição.

Atendendo a exigências do momento foi constituído na mesma cidade um Conselho Superior que é presidido pelo Sr. Héctor Queirolo e que está integrado pelos Srs. R. López Abba, prof. Benito Renom Ylla, doutores Armando Pochintesta, Erasmo Arrarte, Agustín Dapelo, Srs. Cesáreo Ramis, Alfredo Capdevielle, Juan Salgueiro Piriz, Manuel de la Fuente e Senhoritas Alcira López Ibarburu e Sofía Geis.

De acordo com outra disposição foi conferida a Direção da Superintendência de Núcleos Femininos à senhorita Alcira López Ibarburu e senhoras Carlota N. de Triay e Rosa B. de Capdevielle.

As filiais de Rosario, Córdoba, Rio de Janeiro (Brasil), Belo Horizonte (Brasil), Barranquilla (Colômbia) e Sucre (Bolívia) não sofreram nenhuma alteração.

FOI COMEMORADO COM GRANDE ENTUSIASMO O 11^o ANIVERSÁRIO DA ESCOLA RAUMSÓLICA DE LOGOSOFIA

1930 – 11 de agosto - 1941



Com singular entusiasmo foi comemorado, em todos os centros de difusão e estudo desta prestigiada instituição, o décimo primeiro aniversário de sua fundação.

Nesta capital, seu fundador pronunciou uma conferência na sede da filial Hebe, situada na Rua Coronel Díaz, 1774, para numeroso auditório que seguiu sua palavra com o mais vivo interesse e atenção. Referiu-se às atividades realizadas durante onze anos de constante e tenaz esforço, manifestando que esse tempo podia ser considerado de preparação, apesar da grande quantidade de ensinamentos já dados, que constituem o conjunto de um caudal de inestimável valor. Disse, também, que era muito o que ainda devia dar a conhecer sobre a ciência logosófica, exortando todo o discipulado a que se capacitasse no mais alto grau, a fim de estar em condições de receber tais conhecimentos e fazer cada um o melhor uso deles.

Ante uma geral expectativa, Raumsol anunciou também que em breve proferirá um ciclo de conferências a determinado número de discípulos de Buenos Aires, com o objetivo de promover um movimento mais intensivo nas atividades logosóficas.

Pela noite transmitiu por telefone a Córdoba outra conferência, que foi escutada mediante alto-falantes pelo discipulado da filial dessa cidade.

PINCELADAS



“Penso, logo existo”

Só o fato de pensar não dá a sensação de existir como unidade pensante e consciente, uma vez que é necessário conhecer, saber a causa do conhecimento e identificar-se com ela. Poder-se-á então experimentar a sensação de existir, mas não pelo fato de pensar em si, senão pela existência ativa dos elementos que impulsionam a pensar e levar toda essa atividade mental ao máximo de fixação e segurança, que somente o discernimento com o auxílio da razão pode dar.

Podem-se pensar muitas coisas sem ter o conhecimento do que se pensa. E não tendo esse conhecimento não é possível experimentar a sensação de existir, como consequência do que se pensa. Será necessário conhecer as leis pelas quais se pensa para estabelecer a importância da razão de existir.

“Conheça a si mesmo”

Se não forem indicados os meios e o caminho, ninguém pode conhecer a si mesmo pelo simples fato de dizer que deve fazê-lo.

Para conquistar isso, é imprescindível começar por conhecer o funcionamento da própria mente e para consegui-lo, tudo deve submeter-se a um lógico processo com base numa evolução consciente, experimentando o que se estuda e investiga, única forma de obter a segurança no conhecimento.

Conhecer a natureza humana em seu aspecto psíquico-mental, eis aí a realização do conhecimento de si mesmo.

A Logosofia já deu a conhecer os meios e mostrou o caminho nos inúmeros ensinamentos publicados. Fácil será, pois, conquistar essa aspiração, se para realizá-la se põe todo o empenho, o entusiasmo, a constância, a atenção e boa vontade, que tão eficientemente contribuem para a conquista desse objetivo.

TRABALHO CUMPRIDO



A Direção da revista LOGOSOFIA faz chegar a seus estimados leitores seus mais calorosos augúrios de felicidade para o próximo ano e manifesta, ao mesmo tempo, que se os esforços realizados no ano em curso foram consideráveis no sentido de oferecer valiosíssimos conhecimentos e orientar sobre os problemas que hoje afligem a humanidade, os que se farão no futuro serão ainda maiores, a fim de que esta revista seja lida e consultada a cada dia por maior número de pessoas.

As edições a serem publicadas no próximo ano de 1942 conterão um vasto material de ensino de profundos alcances e de não menos inestimável valor. Continuará tratando todos os problemas que reclamam a colaboração das mentes aptas a enfrentá-los e dará a conhecer novas e interessantes observações sobre o momento psicológico que hoje vive o mundo.

Com a convicção do dever cumprido, a Direção de LOGOSOFIA, nesta última edição do ano de 1941, expressa a todos os seus amáveis leitores suas mais cordiais saudações.

PROGRAMA OFICIAL DE ESTUDOS DA ESCOLA RAUMSÓLICA DE LOGOSOFIA



A Direção Geral da Escola Raumsólica de Logosofia tem o grato prazer de anunciar que em 1º de março do próximo ano a instituição dará a conhecer o programa de estudos que regerá no futuro as atividades logosóficas.

Esse programa, devidamente autorizado pelas autoridades docentes da Escola, compreenderá os seguintes cursos:

- 1º. Preparatório de informação logosófica.
- 2º. De capacitação mental progressiva.
- 3º. De investigação e prática logosófica.
- 4º. De conhecimento logosófico intensivo.
- 5º. De técnica pedagógica conforme o método logosófico.
- 6º. De filosofia comparada. Teorias e sistemas conhecidos vistos através do conhecimento logosófico.
- 7º. De Logosofia aplicada e fundamentos do ensinamento.
- 8º. De aperfeiçoamento logosófico.
- 9º. De Logosofia transcendente. Conhecimentos de alta hierarquia na escala logosófica.

Este programa de estudos será ampliado e publicado em um folheto que será distribuído nas filiais da instituição aos que o solicitarem e se inscreverem nos respectivos cursos.

A Direção Geral

A REVISTA “LOGOSOFIA” É ÚNICA EM SEU GÊNERO



Entre os múltiplos aspectos que não escapam à penetração logosófica desta Direção, vamos tratar um que surpreendemos em duas ou três ocasiões e que, por ser curioso, não duvidamos que haverá de ser interessante para todos os que leem nossas páginas, já que nisso vai também uma explicação que convém não demorar para acalmar a impaciência – se há – naquele ou naqueles, que sem nos dizer nada, a estão aguardando.

Ao chegar nossa revista a certas mãos, tem-se perguntado que assinaturas a prestigiam.

Respondemos: é habitual nas revistas científicas, filosóficas ou literárias, que constem muitos nomes de escritores tratando um ou outro tema, cada qual conforme julga sua inteligência. O leitor, ao lê-los, emite ou não seu juízo sobre eles e ali termina o assunto. Ao contrário, na revista LOGOSOFIA um só é autor de todos os artigos não assinados e trata os mais diversos e importantes temas de interesse geral. Em todos os estudos que apresenta segue uma inalterável linha de conduta, uma orientação bem definida; desenvolve os tópicos que trata, com a maior simplicidade e amplidão; enfrenta problemas de alta transcendência social e moral, e nada escapa à sua aguda penetração de pensador consumado nas mais profundas regiões do pensamento.

Raumsol é quem anima LOGOSOFIA, desde a primeira até a última página; é ele quem a prestigia e introduz uma inovação digna de ser tomada como exemplo nas anais do jornalismo.

LOGOSOFIA é a única revista que existe no mundo, escrita, podemos dizer, por uma só pena.

Por esta razão é singular em seu gênero e seu prestígio se deve a que nela se publicam ensinamentos capitais para o entendimento humano, por ser a única revista que divulga os valiosos conhecimentos da Logosofia.

A Redação

CONCEITOS LOGOSÓFICOS



O homem, no jogo, recorda com alegria a vez que ganhou e esquece as cem que perdeu; por outro lado, se lamenta sempre do que lhe acontece aqui ou ali sem se recordar das vezes em que foi bem.

A Lei que estabelece a razão de ser de todo o criado destrói, cedo ou tarde, tudo aquilo que queira opor-se ao equilíbrio de sua eterna balança.

As leis universais outorgam ao homem a soberania de sua espécie. As leis do homem limitam seu mandato e mantêm aprisionado o gênero humano nas redes de sua intemperança.

A guerra se prepara e começa num mar de embustes e intrigas; desenvolve-se em outro mar de confusão e falsidade e termina em uma montanha de cadáveres e escombros.

12^o ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA RAUMSÓLICA DE LOGOSOFIA

Sua comemoração em todas as filiais da Instituição



A comemoração do décimo segundo aniversário de fundação da Escola Raumsóllica de Logosofia assumiu impressionantes contornos em todas as filiais da Instituição, onde uma numerosa afluência de discípulos assistiu aos atos que foram programados.

Na sede da Capital Federal, o filósofo Raumsol, fundador da Instituição e criador da Logosofia, pronunciou uma conferência de grandes e significativos alcances. Também pronunciou alocações telefônicas que foram recebidas com unânime alegria pelos discípulos integrantes das filiais de Córdoba, Rosário e Montevideú, alocações que foram propaladas por meio de amplificadores.

Em todas as filiais da Instituição, membros destacados, em eloquentes dissertações fizeram ressaltar a importância da Obra que se acha realizando a Escola Raumsóllica de Logosofia, evidenciada pelos progressos que tem alcançado em doze anos de contínua atividade e pela difusão, cada dia mais ampla, do ensinamento logosófico.

DUAS PALAVRAS SOBRE O VALOR DA REVISTA “LOGOSOFIA”



“Logosofia”, diferentemente da totalidade das revistas que são editadas neste país, é particularmente original por sua índole e conteúdo. Cada edição é complemento da anterior e assim, sucessivamente, todas vão formando em conjunto um compêndio rico em conhecimentos de valor incalculável.

Quem leia “Logosofia” com detenção verá que encontra nela tudo o de que pode necessitar para as exigências do espírito, sempre ávido de saber, e não duvidará um instante em adotá-la como indispensável auxiliar em todos os momentos da vida.

“Logosofia” é uma revista que não se deixa de ler, que é sempre atual, que não é deixada no monte de revistas comuns, às quais, passado o quarto de hora de sua leitura, ninguém recorda.

“Logosofia” é, antes de tudo, um livro aberto de consulta, no qual todos podem obter os mais preciosos elementos para resolver seus problemas ou solucionar os conflitos de seu complexo moral e psicológico. Por esta razão, seu valor é inestimável e quanto mais se leem e se meditam os ensinamentos que contém, tanto mais se compreende isto. Desta maneira é como cada leitor, com um entusiasmo poucas vezes visto, se converte em um caloroso defensor dos princípios logosóficos e num voluntário difusor da revista.

Assim esta mensageira ideal cumpre sua obra, chegando hoje aqui e amanhã mais adiante para despertar, primeiro a curiosidade do novo leitor, e depois interessá-lo vivamente nos conhecimentos que difunde, pela utilidade inestimável que trazem a sua compreensão.

“Logosofia” está destinada a ser o visitante permanente em cada lar, em cada instituição, em cada ambiente, pois ela é sempre um assessor oportuno e permanente que instrui e facilita o caminho ajudando a superar com maestria todas as dificuldades e obstáculos que o ser humano deve enfrentar no curso de sua vida.

SAUDAÇÃO DE “LOGOSOFIA” A TODOS OS SEUS LEITORES

Termina o segundo ano de nossa missão



O trabalho realizado foi fecundo. Ninguém que tenha lido “Logosofia” terá deixado de apreciar como é clara, precisa e definida a orientação que se imprime em suas páginas.

Consagrada inteiramente à missão que se impôs de difundir a nova concepção do pensamento humano ante os problemas do mundo, tal como reza seu lema, abriu suas páginas a todas as inquietudes do espírito.

Os temas tratados contêm profundas reflexões e revelam, por sua vez, seu caráter original e exclusivo. Seus estudos, críticas e comentários têm merecido o aplauso geral.

Somente nos resta assegurar que continuaremos redobrando nossos esforços para oferecer, nas sucessivas edições, os mais interessantes e variados temas e afirmar a cada dia mais seu justo prestígio.

Ao enviar, pois, nossa cordial saudação aos leitores de “Logosofia”, auguramos-lhes um feliz ano novo e um futuro promissor de bem-estar, paz e progresso.

A Direção

(Janeiro 1943 – página 38)

CAIXA POSTAL



Esta é uma seção que criamos com o objetivo de fomentar uma vinculação mais estreita com nossos leitores.

“Caixa Postal” de LOGOSOFIA receberá com sumo agrado todas as sugestões, perguntas ou críticas que queiram enviar-nos os que seguem com interesse nossas inquietudes, nossos afãs e o plano traçado para a atividade que estamos desenvolvendo com tão grande e decidido empenho.

“Caixa Postal”, ao tratar os temas questionados, não publicará nomes, se assim se preferir ou solicitar; nesse caso podem-se adotar pseudônimos ou letras.

CAIXA POSTAL



Nossa Redação tomou nota de todas as sugestões e perguntas que os leitores de LOGOSOFIA acharam por bem enviar.

Achamos que pode ser interessante adiantar os temas que trataremos nas futuras edições e já neste número inserimos alguns dos trabalhos que aparecerão em breve, tal como nos solicita M. R. P.

Responderemos a H. W. H. que, efetivamente, no curso do corrente ano, aparecerão três grandes obras de Raumsol, que publicará a Editorial Lytton. Entre a lista dos livros que serão publicados está incluído um que versará sobre a mulher.

PUBLICAÇÕES QUE APARECERÃO NAS PRÓXIMAS EDIÇÕES



A quinta-essência do pensamento original. Antes que o Verbo foi a mente.

Para a legislação trabalhista. Alguns pontos que deverão ser contemplados.

Imagem animada em forma de lenda.

Quadros analógicos convergentes no ser. O relógio psicológico.

Arcanos do conhecimento.

O livro de ouro.

A verdade do Yamaly.

Bazar de imagens mentais. A mente-fonógrafo – O traje ridículo.

Conteúdo da palavra crer.

Particularidades básicas sobre certas reações. O amor próprio.

Estudo sobre as perguntas e o ato de perguntar.

Pedagogia logosófica. Alguns elementos de utilidade prática.

Ótica mental.

Estratégia mental.

As capacidades da inteligência.

Aspectos do conhecimento logosófico. Figuras didáticas de alcances transcendentos.

Axiomas.

AXIOMAS



Quem desnuda sua alma para salvar sua integridade é como quem desnuda sua espada para defender sua honra.

Quem quiser ser o primeiro deverá antes saber ser o último.

A boa-fé é a divisa moral e universal que utilizam os homens bem nascidos para o trato recíproco.

A má-fé é a falsa moeda que o miserável faz circular com dissimulação e audácia para defraudar o semelhante.

A boa-fé é o veículo que melhor conduz as relações humanas pela senda do entendimento comum.

A má-fé é o mesmo veículo em aparência, mas no qual, intencionalmente, foi planejada uma sabotagem.

PREDISPOSIÇÕES MÓRBIDAS DA PSICOLOGIA FARISAICA

Sintomatologia polimorfa



O estudo da psicologia humana deve representar para todo ser inteligente o meio mais propício e eficaz para conhecer as pessoas e saber situar-se em seu verdadeiro lugar em qualquer dos ambientes que frequente. Precisamente, é o desconhecimento da psicologia humana que mergulha muitos na desorientação, pois carecem dos elementos que permitem um claro pronunciamento do discernimento.

Entre os tipos psicológicos que convém estudar a fundo, para conhecê-los com a devida profundidade, acha-se o tipo chamado fariseu.

Sabe-se que no tempo de Jesus os fariseus constituíam uma seita cuja principal função era fazer alarde de austeridade e honradez, ao mesmo tempo manifestar sua unção à verdade, a qual, segundo eles, professavam invariavelmente. O certo é que tudo quanto diziam e faziam era simulação, falsidade e hipocrisia. Encarnavam o espírito da traição, da profanação e do engano.

Assim que se lhes pressionava em algum diálogo ou discussão, era possível advertir em suas palavras e manifestações o conteúdo dissoluto de suas ideias. Com justa razão Jesus Cristo os chamou de falsos e hipócritas e ao denunciar as intenções que os levavam a ele, os comparou com sepulcros caiados, desmascarando sua falta de vergonha e indignidade.

Seria inexato dizer que antes dessa época não existia o fariseu, uma vez que pertencendo a um tipo psicológico que encarnou sempre o mais baixo da condição humana, lógico é pensar que até em datas remotas

houve de manifestar-se, dando mostras dessas condições repudiáveis a que nos referimos e que se denuncia onde quer que esteja ou pretenda se ocultar.

Esses seres são encontrados, pode-se dizer, em todas as partes. Com aparência de inofensivos se introduzem aqui e ali com espírito de dissensão. A ambição e a inveja corroem-lhes as entranhas; a cobiça e a má intenção geralmente promovem suas predisposições malsãs. São descobertos por mil sintomas que convergem nessas baixas aspirações, o que de fato denuncia uma sintomatologia polimorfa que, por ser estranha à natureza nobre do ser humano, se percebe sem maior esforço que se está diante de seres com os quais é necessário tomar cuidado.

A falsa humildade, a adulação e o ódio alternam-se neles como coisa natural: tão logo beijam a mão do semelhante, o apunham pelas costas; com a mesma facilidade com que esgrimem suas armas mais venenosas contra este ou aquele, se vangloriam depois de estreitar com eles uma sincera amizade.

São estes indivíduos os que dificultam a convivência social e encerram, portanto, um perigo para a sociedade humana, pois destroem a boa-fé, ferem os sentimentos sem nenhuma piedade e semeiam a desconfiança por toda a parte. Suas crueldades gozam de toda impunidade, com exceção daqueles casos em que a justiça é exercida por própria conta.

Em resumo: o fariseu é o protótipo inconfundível do intrigante, do ruim, do miserável; um ser envilecido pelo culto da traição e do mal, que resiste a toda probabilidade de emenda; um leproso moral a quem deve manter-se distanciado de toda relação pessoal para evitar os contágios malignos de seus pensamentos.

É curioso observar quantos o repudiam mesmo sem conhecê-lo, tal a particularidade odiosa que o fariseu transcende. Prevenir-se contra ele é precaver-se de suas maquinações.

Espera-se que a sociedade assinale algum dia o fariseu como elemento indigno e o mantenha recluso em reformatórios, onde lhe seja dada a oportunidade de regenerar-se. Poderão evitar-se assim muitos males que afligem a família humana.

AXIOMAS E SENTENÇAS



A ilusão, entregue aos voos da imaginação, constrói artifícios que é necessário destruir para que surja o sentido da realidade e se compreenda melhor a verdadeira face da vida.

A verdade jamais encarna nos seres que não lhe oferecem uma hospedagem digna.

A verdade, como a brisa, pode passar pelo tubo de uma chaminé sem manchar-se, mesmo quando esta leve consigo durante alguns momentos as emanações que denunciam por onde passou.

Se um ser nos mente duas vezes seguidas, a terceira, mesmo que diga a verdade, para nós, mente.

Muitas vezes são os fatos que falam e por eles se interpreta as pessoas melhor do que por suas próprias palavras.

A sensibilidade não obedece aos sentidos senão à alma. Os sentimentos são suas cordas sensíveis que vibram cada vez que o coração expressa seu sentir.

A indiferença adormece os sentimentos e esteriliza o coração; o pessimismo o obscurece enchendo-o de tristeza.

“LOGOSOFIA” COMPLETA SEU TERCEIRO ANO DE EXISTÊNCIA



Plena de forças e esperanças, LOGOSOFIA completa seu terceiro ano de vida desde que surgiu à luz pública e ingressou na falange do jornalismo argentino.

Por sobre todas as limitações e todos os interesses humanos, LOGOSOFIA, com suas miras colocadas nos mais elevados e caros ideais de bem para a humanidade, tem enfrentado os mais profundos e palpitantes problemas que preocupam o mundo.

Ela oferece, sem restrição alguma e com a mais ampla limpeza de expressão, as excelências do ensinamento logosófico, único em seu gênero; ensinamento que tem promovido já um movimento de significativa importância em nosso país e em outros do continente, no sentido de ampliar sua difusão e conhecimento, dadas as reconhecidas vantagens e benefícios que traz para a capacitação da inteligência e sua ação construtiva na conduta individual.

LOGOSOFIA fomenta o desenvolvimento das relações intelectuais e espirituais entre todos os povos da América, relações que anela estender em uma verdadeira apoteose de compreensão ao mundo inteiro.

LOGOSOFIA tem estimulado e auspiciado sempre qualquer iniciativa e esforço que tenda a beneficiar a humanidade ou tornar mais fácil e possível o estreitamento dos vínculos de irmandade que devem unir as criaturas humanas sem exceção.

Respeitando todas as leis e todos os direitos que assistem a todos por igual, e consciente de seus deveres como intérprete das altas verdades

que difunde, LOGOSOFIA prossegue sua trajetória ascendente, sem desânimos nem vacilações. Como sucessora da revista AQUARIUS, que durante oito anos deu a conhecer infatigavelmente os grandes princípios que sustenta a concepção logosófica sobre o Universo e o homem, nossa revista pode dizer que tem já em seu haver longas jornadas cumpridas, que consolidaram seu prestígio e afirmaram definitivamente sua obra construtiva e fecunda no pensamento de todos os seus leitores, aos quais deseja o maior bem-estar e felicidade neste ano que começa tão cheio de esperanças para a humanidade.

“LOGOSOFIA” AGRADECE A PRESTIGIADOS JORNAIS DO BRASIL A REPRODUÇÃO DE SEUS ARTIGOS



Com frequência vem chegando a nossa Redação, há alguns meses, edições de prestigiados jornais do Brasil, nas quais constam reproduzidos integralmente importantes artigos desta revista. Isto evidencia o crescente interesse que despertam nossas publicações no país irmão e a importância que lhes dão, ao oferecer-lhes uma difusão ampla por meio da imprensa.

Consideramos este gesto auspicioso, tanto pela honra que nos dispensa como pela vinculação espiritual e intelectual que contribui para estabelecer, muito necessário nestes tempos em que todo esforço para o melhor entendimento entre os povos é um imperativo e uma necessidade que profundamente deve sentir todo coração americano.

Devemos mencionar com este motivo os populares jornais “Correio da Manhã”, “A Noite”, “A União”, aos quais nossa direção deseja fazer chegar seu mais expressivo reconhecimento, enviando-lhes, por sua vez, uma cordial saudação e augurando-lhes todo tipo de ventura e prosperidade na próxima era que começará para o mundo.

AXIOMAS



O respeito e a tolerância mútua propiciam as aproximações e atenuam as diferenças.

Os homens se encontram ou se desencontram no mundo das opiniões.

As opiniões são avaliadas conforme as conveniências e as situações, e, por más, costumam geralmente ser recusadas as que outrora foram boas.

As diferenças de opinião nunca devem suscitar inimizade nem ressentimento.

Do saber e da experiência surgem as opiniões oportunas e acertadas.

Quem reage ao estudo quando criança demora muito quando adulto a compreender – e às vezes não ocorre nunca – as lições que surgem da experiência na luta pela vida.

Os números não podem ser somados se não se agrupam uns aos outros, em ordem e conforme seu conteúdo, isto é, o que eles representam; ocorre o mesmo com os conhecimentos, aos quais há que unir conforme sua índole e particularidade para podê-los somar.

OBSTINAÇÃO PARADOXAL



O preconceito é como a janela do trem que fechamos propositalmente para não ver uma zona que acreditamos feia ou de escasso interesse, ocorrendo com frequência que, em tal circunstância, esse local poderia oferecer-nos, devido a sua eventual transformação, uma vista mais agradável.

Essa janela é a que com frequência se fecha ao entendimento para que a razão não modifique o juízo, que em tal ou qual ocasião mereceu determinada pessoa, caso ou coisa.

“LOGOSOFIA” ENTRA EM SEU 5^o ANO DE EXISTÊNCIA



Nada mais significativo e estimulante para um órgão jornalístico que comemorar suas etapas em meio de um feliz desenvolvimento do pensamento que lhe deu vida.

LOGOSOFIA tem estado atenta às menores pulsações do mundo; tem se preocupado por todos os problemas que afligem a humanidade; tem expressado o pensamento que anima suas páginas com toda clareza e simplicidade, e tem enfrentado cada tema com a profundidade que requeriam os pontos que esclarecia.

LOGOSOFIA entende que uma revista desta índole deve ser ou converter-se, melhor dizendo, tal como tem sido sua aspiração inicial, em um verdadeiro auxiliar do entendimento humano, tanto dos que pensam como dos que não pensam. Aos primeiros acerca inestimáveis elementos de juízo que tornarão mais profundo seu pensamento; aos segundos, nos quais vai despertando um vivo interesse, propicia a necessidade de pensar, aumentando, ao mesmo tempo, a capacidade de compreender.

Por isso LOGOSOFIA é lida e comentada por milhares de pessoas de diversos níveis intelectuais e, também, por muitas outras que, à medida que se familiarizam com ela, adotam-na como algo imprescindível para suas vidas.

É anelo de nossa Direção, que a cada dia aumente o número de seus leitores para que o volume de sua difusão seja sempre maior. E nosso empenho nesse sentido vai aumentando paralelamente a fim de alcançar esse objetivo e levar por todas as partes nossa palavra serena, reflexiva e inspirada nos melhores propósitos de bem.

Ao encerrar estas linhas queremos expressar nossos mais cálidos augúrios de felicidade a todos os leitores de LOGOSOFIA, tanto para a hora presente como para as futuras que a humanidade viverá.

TRÊS LUSTROS DE EXISTÊNCIA

1930 – 11 de agosto – 1945



No próximo mês de agosto a Escola Raumsófica de Logosofia completará o décimo quinto aniversário de sua fundação.

A obra realizada nestes três lustros de existência foi verdadeiramente grande. Difundiu-se o conhecimento logosófico em muitos países de nosso continente e é incontável o número de pessoas que recebem, de forma pessoal ou por escrito, informações ou solicitam o ingresso nos cursos de Logosofia.

A clareza da concepção logosófica ante os problemas do mundo foi a razão primordial de seu extraordinário impulso e de sua ampla e franca acolhida por parte dos que se interessam em conhecê-la. Mas embora seja muito o que se tem feito e muito o que se tem preparado para a realização de futuras etapas em benefício da sociedade humana, muito é o que ainda resta a fazer.

As bases da sabedoria logosófica são inabaláveis e estão defendidas por uma lógica indestrutível. Se fôssemos enumerar os seres que foram beneficiados com o conhecimento logosófico perderíamos a conta, mesmo porque existem muitos que por via indireta também o foram, e sendo que o que interessa e constitui o princípio fundamental da obra logosófica é o bem pelo bem mesmo, bem que oferece igualmente a todos os seres humanos, seus benefícios seguirão se estendendo cada vez em maior proporção.

Em 11 de agosto, o 15º aniversário de sua fundação será comemorado na intimidade de cada coração, enquanto se afirmará uma vez mais o pensamento de todos os cultores da Logosofia no sentido de propiciar uma difusão mais ampla de seus conhecimentos transcendentais e da obra que realiza na Escola de Logosofia.

Para esse dia a revista “Logosofia” faz chegar a todos os seus leitores a mais cordial saudação e um caloroso anelo de felicidade e bem-estar.

SEXTO ANO DE “LOGOSOFIA”



LOGOSOFIA começa seu sexto ano de vida. Completou já um lustro e se dispõe a prosseguir suas atividades com o mesmo entusiasmo e idêntica confiança e convicção nos propósitos que inspiraram seu pensamento inicial: difundir a sabedoria logosófica e tratar com elevação, profundidade e equanimidade, como são seus princípios, todos os temas que interessem vivamente à inteligência humana. Este foi seu lema: enfrentar os problemas do mundo, em especial os que se referem diretamente ao homem, por ser este o mais importante de todos os seres da Criação e o que por sua natureza promove todas as atividades que impulsionam a roda do progresso humano.

Nesta oportunidade a Direção desta revista tem a distinta honra de publicar em suas páginas algumas opiniões, que eminentes leitores tiveram a gentileza de enviar.

LOGOSOFIA, mantendo sua conduta invariável, seguirá acolhendo em suas páginas todas as manifestações do pensamento que tendam ao bem e sirvam utilmente a todos sem exceção. Com esta firme e inalterável posição, LOGOSOFIA continuará sua atividade construtiva.

AXIOMAS



Só o fato de pensar faz experimentar a função básica da existência, já que pensando se adverte o existir dentro do ser pela própria força dos movimentos internos que dão vida à expressão do pensamento.

Não pensar nunca que se é credor do bem que se recebe e esforçar-se em sê-lo evita cair nas exigências que impedem de continuar recebendo-o.

O não reconhecimento dos próprios erros e faltas, buscando sempre justificá-los e não corrigi-los, debilita e empalidece as boas condições e virtudes que se possuem.

A verdade defende sempre quem a professa e é por sua vez defendida por quem vincula sua vida a ela.

A sabedoria oferece ao homem a solução de seus problemas, mas o homem faz de cada solução uma quantidade de problemas.

É de vital importância para a vida do homem que os pensamentos sirvam a seus propósitos, em vez de estar ele a serviço deles.

A imaginação comum costuma com frequência avultar o volume dos obstáculos ou dos riscos, ocorrendo o contrário nos que sabem medir, sem se perturbar, a dimensão exata deles.

“LOGOSOFIA” ENTRA EM SEU 7^o ANO



Ao cair a última folha do calendário de 1946, a revista LOGOSOFIA entra em seu sétimo ano de existência. Completou, pois, seis anos de intensa atividade, difundindo a sabedoria logosófica e levando a todos os seus leitores a palavra convincente e orientadora, a qual havendo penetrado nos profundos problemas que preocupam a humanidade oferece fértil campo para sua meditação e sua solução.

Grande tem sido a satisfação que LOGOSOFIA alcançou em sua trajetória, já que o cúmulo de cartas recebidas expressa bem o interesse com que são lidos seus artigos e, também, a ampla adesão aos princípios que sustenta e à orientação definida em suas páginas.

Nenhuma data poderia ser mais eloquente e oportuna que esta, para testemunhar nossa gratidão a todos os leitores de LOGOSOFIA e augurar-lhes, por sua vez, um feliz Natal e grande prosperidade e bem-estar no novo ano.

A aproximação de todos os povos do mundo, propiciada pelos meios atuais de transporte, que encurtam as distâncias e acercam as fronteiras de todas as nações, indica com toda eloquência que a família humana é una e indivisível e, portanto, deve ser cuidada em qualquer dos pontos em que se ache radicada.

AXIOMAS



Quando o ser busca a si mesmo, dificilmente se acha, porque o si mesmo é tão pequeno que não é fácil descobri-lo. Esta é a causa por que a maioria o busque fora, na esperança de encontrar o gigante que a imaginação forjou.

Muitos creem que encontrar a si mesmo é questão de se olhar no espelho.

Mesmo quando tenhamos razão sobre um assunto, a razão dos outros a respeito do mesmo assunto deverá interessar-nos tanto como a nossa.

A razão pode fixar um critério em determinada situação e ser este justo e apropriado; não obstante, circunstâncias posteriores poderão criar outras razões que alterem ou anulem a primeira.

A excessiva confiança que se deposita em outra pessoa é a que não pode depositar-se em si mesmo por carecer de segurança.

O conselho que se pede a outros para resolver um problema esconde, consciente ou inconscientemente, a intenção de lançar sobre eles toda a responsabilidade em caso de fracassar.

Jamais confie em que os demais interpretem exatamente o que você expressou pela metade.

Geralmente se tem a pretensão de que os demais interpretem a pasta do pensamento que não se soube expressar.

(Agosto 1947 – página 21)

17^o ANIVERSÁRIO DA “FUNDAÇÃO LOGOSÓFICA”

1930 – 11 de agosto – 1947



Comemorando esta auspiciosa data, brilhantes festas foram realizadas em todas as filiais da “Fundação Logosófica”.

Tanto na Capital Federal como nas cidades de Rosário e Córdoba amplos programas foram cumpridos, nos quais se exaltou o ideal logosófico de superação humana e a eficiência do conhecimento que a sabedoria logosófica oferece. Membros qualificados da Instituição fizeram uso da palavra, historiando o trabalho realizado ao longo destes dezessete anos.

De Montevidéu e outras cidades do Uruguai, como também do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc., do Brasil, a Direção Geral recebeu grande número de telegramas com as mais cálidas expressões de adesão e augúrios de felicidade, que agradecemos e retribuímos nestas linhas.

A “Fundação Logosófica” entra em uma nova etapa que espera cumprir com tão firmes convicções e igual entusiasmo que as anteriores confiando ainda superá-las em todos os sentidos.

AXIOMAS E SUGESTÕES



Há muitas formas de perder o tempo e muito poucas oportunidades de recuperá-lo; lamentável é que com o tempo também se vai a vida.

Adiantar-se ao tempo é viver e experimentar a realidade da quarta dimensão.

Fazer em breve tempo o que haveria de ocupar grande parte do futuro é saber concentrá-lo para dispor dele à vontade.

Aquele que confia ao tempo o que deve confiar à sua exclusiva preocupação se expõe a perder até o juízo.

Nunca uma data está mais distante de si do que quando é esperada com impaciência, nem mais próxima do que quando não se deseja vivê-la.

COMUNICADO ESPECIAL AOS NOSSOS LEITORES



Resumindo a etapa cumprida em longos anos de infatigável e resolutivo trabalho, nossa revista “Logosofia”, sucessora da antiga revista “Aquarius” (1931/1939), assume o dever de comunicar a seus leitores que, devido à enorme carga de novos trabalhos da Direção, deixará de circular como publicação mensal, devendo considerar, em momento oportuno, a possibilidade de ser editada semestralmente. O total de suas edições chega a 84, sem contar com as 32 edições trimestrais da revista antecessora, fato que implica um verdadeiro esforço jornalístico, por pertencer grande parte do material publicado à pena de seu diretor.

Referente ao trabalho cumprido cabe-nos destacar que ele nos tem trazido grandes satisfações pela aprovação quase unânime que tiveram, por parte do público leitor, nossas exposições e pontos tratados, todos eles de orientação superior e criteriosos sobre os problemas apresentados à humanidade nos momentos atuais, aprovação que se estende, muito especialmente, a tudo o que concerne à original concepção do pensamento logosófico, que oferece a todos os homens, igualmente, a oportunidade de utilizar os conhecimentos que oferece em benefício de uma superação integral de vastas projeções para a vida do futuro.

Cumprindo com o que consideramos um dever, fazemos chegar ao público, que tão amavelmente nos favoreceu com sua atenção, nosso maior reconhecimento e estendemos esse reconhecimento aos nossos representantes, que com tanta cordialidade apoiaram o esforço realizado, sendo-nos também grato nesta oportunidade fazer chegar a todos em geral nossos mais cálidos augúrios de felicidade e ventura pessoal nas festas tradicionais, anelando que o novo ano seja de paz, concórdia e de mútuas e fraternais compreensões entre todos os povos da terra.

AXIOMAS E SUGESTÕES



O fanático exalta com paixão sua crença, não por convicção, senão por conveniência.

Os elogios costumam ser como um ramo de flores que ocultam um narcótico.

Os elogios são como os empréstimos, que obrigam ao que os recebe a devolvê-los a seu tempo.

Para que a justiça seja justa, em qualquer das formas em que é aplicada, não deverão existir nem parcialidades nem abusos por parte de quem a administra nem de quem se beneficia.

Representantes Regionais

Belo Horizonte

Rua Piauí, 742 - Funcionários
30150-320 - Belo Horizonte - MG
Fone (31) 3218 1717

Brasília

SHCG/NORTE - Quadra 704 - Área de Escolas
70730 730 - Brasília - DF
Fone (61) 3326 4205

Chapecó

Rua Clevelândia, 1389 D - Saic
89802-411 - Chapecó - SC
Fone (49) 3322 5514

Curitiba

Rua Almirante Gonçalves, 2081 - Rebouças
80250-150 - Curitiba - PR
Fone (41) 3332 2814

Florianópolis

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 150 - Pantanal
88040-000 - Florianópolis - SC
Fone (48) 3333 6897

Goiânia

Av. São João, 311 - Q 13 Lote 23 E - Alto da Glória
74815-280 - Goiânia - GO
Fone (62) 3281 9413

Rio de Janeiro

Rua General Polidoro, 36 - Botafogo

22280-001 - Rio de Janeiro - RJ

Fone (21) 2543 1138

São Paulo

Rua Gal. Chagas Santos, 590 - Saúde

04146-051 - São Paulo - SP

Fone (11) 5584 6648

Uberlândia

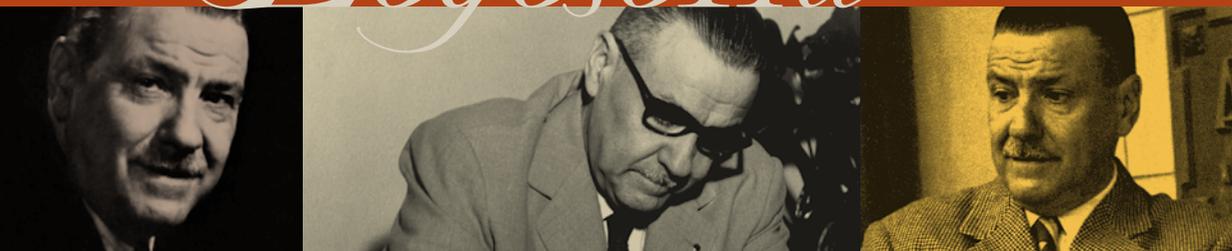
Rua Alexandre de Oliveira Marquez, 113 - Vigilato Pereira

38400-256 - Uberlândia - MG

Fone (34) 3237 1130

Composto em Berkeley Oldstyle Medium
Impresso em Pólen Soft 80g/m² (miolo) e
Supremo alta alvura 250g (capa)

COLETÂNEA DA
REVISTA
Logosofia



*Nas entranhas
da América
gesta-se o futuro
da humanidade.*

